

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**DO CAMPO PROJETADO AO CAMPO VIVIDO: AS
TRAJETÓRIAS SOCIAIS NO ESPAÇO RURAL DE
BRASIL E ESPANHA**

TESE DE DOUTORADO

Jaqueline Mallmann Haas

Santa Maria, RS, Brasil.

2012

**DO CAMPO PROJETADO AO CAMPO VIVIDO: AS
TRAJETÓRIAS SOCIAIS NO ESPAÇO RURAL DE
BRASIL E ESPANHA**

Jaqueline Mallmann Haas

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural.

Orientadora: Dra. Vivien Diesel

Co-Orientador: Pedro Selvino Neumann

Santa Maria, RS, Brasil

2012

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Haas, Jaqueline Mallmann

Do campo projetado ao campo vivido: as trajetórias sociais no espaço rural de brasil e espanha / Jaqueline Mallmann Haas.-2012.

241 p.; 30cm

Orientadora: Vivien Diesel

Coorientador: Pedro Selvino Neumann

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2012

1. Trajetórias sociais 2. Campos sociais 3. Espaço rural 4. Bourdieu I. Diesel, Vivien II. Neumann, Pedro Selvino III. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

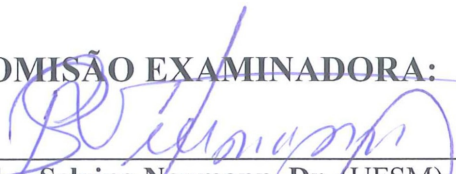
A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

**DO CAMPO PROJETADO AO CAMPO VIVIDO: AS TRAJETÓRIAS
SOCIAIS NO ESPAÇO RURAL DE BRASIL E ESPANHA**

elaborada por
Jaqueline Mallmann Haas

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:



Pedro Selvino Neumann, Dr. (UFSM)
(Presidente/Co-orientador)



Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dra. (UFSM)



Clayton Hillig, Dr. (UFSM)



José Marcos Froehlich, Dr. (UFSM)



Tanice Andreatta, Dra. (UNIPAMPA)

Santa Maria, 15 de junho de 2012.

Ao Jairo, grande incentivador, presente em todos os momentos desta trajetória e que nas horas mais difíceis me encorajou a seguir adiante.

AGRADECIMENTOS

Sou Grata,

- Ao meu amigo e sempre co-orientador Paulo Roberto Cardoso da Silveira, por todo incentivo recebido ao longo desta caminhada, muitas vezes árdua. Seu apoio foi com certeza o diferencial para a conclusão deste trabalho. Certa que a vida lhe recompensará da melhor maneira possível... somente posso agradecer-te pela confiança e dedicação;

- Ao professor, co-orientador Pedro Selvino Neumann, que me recebeu na Universidade Federal de Santa Maria como orientador do mestrado e que tornou-se, acima de tudo, um amigo sempre presente com bons e sábios conselhos;

- Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, em especial ao professor Vicente Celestino P. Silveira, que não mede esforços para nos auxiliar, e aos demais professores pela dedicação e por todos os ensinamentos oferecidos;

- Aos professores participantes da banca de qualificação, Professora Dra. Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Prof. Dr. Joel Orlando Bevilacqua Marin, Prof. Dr. Marco Antonio Verardi Fialho, e ao Dr. Leonardo Melgarejo, por suas importantes contribuições à presente pesquisa. Agradeço também aos membros que compõem a banca de defesa da tese, que além dos professores nominados, inclui ainda os professores Dr. José Marcos Froehlich, Dr. Pedro Selvino Neumann, Dr. Clayton Hillig e a Professora Doutora Tanice Andreatta.

- A Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão das bolsas de doutorado e doutorado sanduíche, que possibilitaram a realização do trabalho;

- A equipe do Projeto Capes-DGU, Flavio Sacco dos Anjos, Nadia Velleda Caldas, José Marcos Froehlich, Vivien Diesel, Joseline Pippi, Claudio Becker, pelas oportunidades geradas;

- Aos amigos do Departamento de Antropología Social da Universidad de Sevilla, Paula, Carmen, Alberto, Santiago, Ignacio e Isabel, por “su amabilidad y por todo que hemos compartido” durante o período em que estive em Sevilha. Em especial, a professora Encarnación Aguilar Criado, que através de sua dedicação, críticas e incentivos, contribuiu decisivamente para a execução da pesquisa em terras andaluzes, estendo meus sinceros agradecimentos.

- Aos queridos amigos Rodrigo, Michele, Serli, Carlos, Janaina, Fernanda, Vilson, entre tanto outros, sempre a oferecer um ombro amigo, em todas as horas.

- Aos meus pais Marlene e Luiz, que me transmitiram valores que orgulho de cultivar. A minhas queridas irmãs Carmine e Merlyn, que pacientemente e compreensivamente sempre me apoiaram. A vó Julita (*in memoriam*), que mesmo nos deixando ao longo desta trajetória, tenho certeza que sempre acompanhou e guiou meus passos.

- A todas as pessoas que cordialmente me receberam e abriam as portas de suas casas, compartilhando suas experiências, em especial, aos agricultores brasileiros e espanhóis que gentilmente compartilharam em longas conversas suas trajetórias de vida, sua paixão pela terra e seu entusiasmo em produzir alimentos.

- E, em especial, a orientadora deste trabalho Vivien Diesel, que aceitou orientar esta tese, e que com sua forma diferenciada de transmitir conhecimento, muito me ensinou.

**“NÃO ME VENHAM COM CONCLUSÕES!
A ÚNICA CONCLUSÃO É MORRER”**

Fernando Pessoa.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

DO CAMPO PROJETADO AO CAMPO VIVIDO: AS TRAJETÓRIAS SOCIAIS NO ESPAÇO RURAL DE BRASIL E ESPANHA

AUTORA: JAQUELINE MALLMANN HAAS

ORIENTADORA: VIVIEN DIESEL

CO-ORIENTADOR: PEDRO SELVINO NEUMANN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de junho de 2012.

A presente tese tem como temática central as trajetórias sociais de famílias estabelecidas em espaços caracterizados por intervenções externas, tendo por objetivo compreender como as trajetórias sociais das famílias vinculadas a esses espaços são transformadas e influenciadas e como as mesmas trajetórias influenciam nas respostas dos agentes aos processos de intervenção a que são submetidos. O arcabouço teórico utilizado para auxiliar nessa compreensão está baseado nas noções de *habitus*, campo, capital e prática propostos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. A partir deste referencial, faz-se possível, uma interpretação sobre as diferenças que se estabelecem em espaços aparentemente homogêneos, e ainda, a compreensão de singularidades evidenciadas quando de contextos totalmente distintos. A opção metodológica feita para esta investigação é o Estudo de Caso, com recurso a diferentes fontes, e tendo como *locus* de análise o assentamento de reforma agrária Lagoa do Junco, localizado no município de Tapes, estado do Rio Grande do Sul e o município espanhol de Isla Mayor, localizado na Comunidade Autônoma de Andaluzia. Ambos os contextos marcados pela produção diferenciada de arroz (orgânica e integrada). A compreensão das trajetórias sociais das famílias em estudo perpassou, inicialmente, pelo estudo da estruturação dos espaços sociais em que as mesmas são participantes, compreendendo um levantamento histórico destes. Como resultado, verifica-se que os espaços em estudo são complexos e multidimensionais, tendo um conjunto diversificado de agentes atuando sobre os mesmos. As trajetórias sociais, nesse sentido, tanto das famílias estabelecidas no assentamento Lagoa do Junco, como no município de Isla Mayor, são conformadas a partir de intervenções externas, que por sua vez acabam determinando algumas formas de agir e a adoção de determinadas estratégias com relação aos modos de vida. Entretanto, referidas a partir de Pierre Bourdieu, as trajetórias sociais das famílias, também se mostram fortemente influenciadas a partir de um *habitus* pregresso, e do campo onde estão inseridas. O embate entre intervenções externas e questões individuais, revelou ainda, ao final, as restrições de liberdade das famílias de ambas as latitudes. Acarretando que do campo projetado ao campo realmente vivido pelos agentes, existem trajetórias sociais permeadas por processos de intervenção, que fazem com que o projetado e o vivido, no meio rural de Brasil e Espanha, sejam igualmente dispares.

Palavras-chave: Trajetórias sociais. Campos sociais. Espaço rural. Bourdieu.

ABSTRACT

Doctoral Thesis
Graduate Program in Rural Extension
Universidade Federal de Santa Maria

FROM THE FIELD PROJECTED TO THE FIELD EXPERIENCED: SOCIAL TRAJECTORIES IN RURAL AREAS OF BRAZIL AND SPAIN

AUTHOR: JAQUELINE MALLMANN HAAS

LEADER: VIVIEN DIESEL

CO-SUPERVISOR: PEDRO SELVINO NEUMANN

Date and Place of Defense: Santa Maria, June 15, 2012.

This thesis has central theme the social trajectories' families established in spaces characterized by external interventions, aiming to understand how the social trajectories' families linked to these spaces are transformed and influenced as well as they affect the agent's responses to intervention process that are submitted. The theoretical framework used to assist in that understanding is based on the notions of *habitus*, field, metropolis and proposed practice by the french sociologist Pierre Bourdieu. From this reference it is possible an interpretation of the differences that are established in apparently homogeneous spaces and also the comprehension of singularities evidenced when totally different contexts. The methodological choice made for this investigation is the Case Study, using different sources and with the *lócus* of analysis the agrarian reform settlement 'Lagoa do Junco', situated in the city of 'Tapes', state of 'Rio Grande do Sul', and the spanish city 'Isla Mayor', situated in the 'Comunidade Autônoma de Andaluzia'. Both contexts marked by different production of rice (organic and integrated). Understanding the social trajectories of the families studied passed initially by studying the structure of social spaces where the same are participants, including a historical survey of these. As a result, it appears that the spaces under study are complex and multi-dimensional, having a diverse set of agents acting on the same social trajectories, in this sense both from established families in the 'Lagoa do Junco', settlement as the city of 'Isla Mayor', are formed from external interventions, which in turn end determining some forms of action, and the adoption of certain strategies in relation to ways of life. However, those from Pierre Bourdieu, the social trajectories of families also show strongly influenced from a previous *habitus*, and from the field they are inserted. The clash between external intervention and individual questions also revealed the final restrictions on freedom of the families of both latitudes. Leading to the field projected to the field actually lived by agents, there are permeated social trajectories by process of intervention, that cause the projected and lived in rural Brazil and Spain are very disparate.

Keywords: Social trajectories. Social fields. Rural areas, Bourdieu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Localização do município de Tapes/RS e do assentamento Lagoa do Junco 71
- Figura 2 – Localização do Município de Isla Mayor – Andaluzia – Espanha..... 74
- Figura 3 – Retratos da evolução da produção de arroz em Isla Mayor, encontrado em estabelecimentos comerciais do município..... 197

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Designações Geográficas em Andaluzia.	60
Quadro 2 – Resumo da História Social do Meio Rural no Brasil (1944-2005).....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIs	- Agrupações de Produção Integrada
ATES	- Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
CEE	- Comunidade Econômica Européia
CEPAL	- Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CNA	- Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária
COCEARGS	- Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB	- Confederação das Cooperativas de reforma Agrária do Brasil
COOPAT	- Cooperativa de Produção dos Assentados de Tapes
COOTAP	- Cooperativa Regional dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
COPTec	- Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
CPAs	- Cooperativas de Produção Agropecuária
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPH	- Índice de Pobreza Humana
MASTER	- Movimento de Agricultores Sem-Terra
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MME	- Ministério de Minas e Energia
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PA	- Projetos de Assentamento
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	- Política Agrária Comum
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

- PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Porto Alegre Ltda.
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- UE - União Européia
- UPI - Unidades de Produção Integrada

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro Base para entrevistas com Informantes-Chaves de Brasil	231
APÊNDICE B – Roteiro Base para entrevistas com famílias assentadas	232
APÊNDICE C – Roteiro Base para entrevistas com informantes chaves – España	234
APÊNDICE D – Roteiro Base para entrevistas com produtores – España	236
APÊNDICE E – Tabela de Informantes	238

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1. A delimitação da problemática em estudo	19
1.2. Justificativa: do projetado às trajetórias sociais seguidas.....	30
1.3. Problemática	34
1.4. Objetivos	35
2. CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU PARA COMPREENSÃO DO “CAMPO PROJETADO AO CAMPO VIVIDO”	37
2.1 As noções de <i>Habitus</i> e Prática em Bourdieu	37
2.2 As noções de Campo e Capital em Bourdieu	42
2.3 Aproximações aos Campos e Trajetórias Sociais no âmbito das experiências em análise	46
2.3.1 Tempo de acampamento e o questionamento do <i>habitus</i> herdado	46
2.3.2 Tempo de instalação no assentamento: <i>habitus</i> herdado em conflito e a emergência de um <i>habitus</i> adquirido	49
2.3.3 Na consolidação do assentamento: <i>habitus</i> herdado e <i>habitus</i> adquirido “definindo” a prática cotidiana.....	53
2.3.4 A realidade Espanhola: frente a um contexto de institucionalização que valoriza e coage as famílias rurais	57
2.4 Sintetizando as contribuições de Bourdieu na compreensão de Trajetórias Sociais	61
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	65
3.1 A abordagem da questão teórica sob estudo	65
3.2 Caracterização dos casos estudados	68
3.2.1 Assentamento Lagoa do Junco.....	69
3.2.2 O município de Isla Mayor	72
3.3 Passos da pesquisa.....	74
3.4 Técnicas de estudo.....	77
4 A CONFORMAÇÃO DO CAMPO SOCIAL NO ASSENTAMENTO LAGOA DO JUNCO.....	79
4.1 Antecedentes Históricos na Questão Agrária.....	81
4.1.1 Campo da Reforma Agrária em Estruturação	82

4.1.1.1	A Atuação dos Movimentos Sociais	84
4.1.1.2	A Influência da Igreja Católica	87
4.1.1.3	A Organização dos Latifundiários	91
4.1.1.4	A Ação do Estado	93
4.2	A Implantação dos Assentamentos de Reforma Agrária e a Atuação de Novos Agentes	97
4.2.1	O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua Dupla Missão.....	98
4.2.1.1	Organização e estrutura atual do MST.....	101
4.2.2	Os Novos Papéis Assumidos pelo INCRA.....	102
4.2.3	Os Agentes Técnicos	104
4.3	Os Assentamentos de Reforma Agrária no RS: um <i>habitus</i> em estruturação.....	106
4.4	Tapes e o Assentamento Lagoa do Junco	112
4.4.1	Caracterizado o município de Tapes	113
4.4.2	As especificidades do Campo Social do Assentamento Lagoa do Junco.....	115
4.4.2.1	Histórico.....	115
4.4.2.2	Organização Social	119
4.4.2.3	Participação na Organização Social Regional	121
4.4.2.4	Estrutura econômica.....	122
4.4.2.5	Infraestrutura	124
4.4.2.6	Agentes e Organizações atuantes no dia-a-dia do Assentamento	125
4.5	Lagoa do Junco enquanto campo social na perspectiva de Bourdieu	125
5	A CONFORMAÇÃO DO CAMPO SOCIAL EM ISLA MAYOR.....	131
5.1	Estratégias e Direcionamentos da produção agrícola na União Europeia.....	131
5.2	O caso da produção espanhola de arroz.....	135
5.2.1	As “Marismas del Guadalquivir” e a introdução da produção de arroz	138
5.3	Isla Mayor: <i>habitus</i>, prática e o capital de distintos sujeitos configurando novos campos.....	141
5.3.1	Organização Social dos Arrozeiros	146
5.3.2	Grupo Ebro Foods e suas influências	151
5.3.3	Parque de Doñana e suas restrições	153
5.3.4	A Política Agrária Comum e suas imposições	155
5.3.5	Novas Práticas: a introdução da Produção Integrada	158
5.4	Isla Mayor enquanto campo social na perspectiva de Bourdieu.....	162
6	TRAJETÓRIAS SOCIAIS PERMEADAS POR INTERVENÇÕES.....	165

6.1	A trajetória social das famílias do assentamento Lagoa do Junco	165
6.1.1	Questões que permeiam as diferentes trajetórias das famílias assentadas	170
6.2	Entre o determinado e o indeterminado à trajetória das famílias arroteiras de Isla Mayor.....	187
6.2.1	A realidade de Isla Mayor vista e compreendida a partir de Bourdieu	201
6.3	Particularidades dos casos analisados.....	204
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
	REFERÊNCIAS	215
	APÊNDICES	229
	ANEXOS.....	239

1 INTRODUÇÃO

O meio rural tem sido cenário de grandes transformações em sua dinâmica produtiva e social, nas últimas décadas. Em maior ou menor escala, essas transformações têm sido fruto das intervenções mais ou menos planejadas por agentes externos, sejam representantes do Estado, sejam representantes dos grandes grupos econômicos agroindustriais. Enfatiza-se que os processos de intervenção no meio rural têm sido conduzidos de diversas formas, com diferentes objetivos e por uma grande diversidade de agentes sociais¹.

Considerando que os processos de intervenção são dinâmicos, que seus formatos mudam na mesma medida em que promovem mudanças na realidade social e que o processo de complexificação da agricultura tem influenciado significativamente as formas de intervenção², nos interessa debater aqui como esses processos de intervenção afetam as diferentes trajetórias sociais dos agentes de determinados espaços rurais. Para tanto, implica conhecermos primeiramente as trajetórias sociais dos agentes e suas especificidades, bem como compreender os espaços em que os agentes se encontram inseridos, ou melhor, como ocorre a conformação desses espaços ao longo do tempo.

Um estudo mais amplo, buscando compreender toda a trajetória do agente, além do espaço em que o mesmo se encontra inserido, faz-se de fundamental importância para que não ocorram superficiais ou distorcidas interpretações sobre a intensidade e efeito das intervenções no rural. Ou seja, antes de avaliarmos os efeitos de um processo de intervenção, é preciso conhecer as especificidades de seu “alvo”, que em função de determinadas características podem implicar em respostas diferenciadas. Dada a complexidade e relevância assumida por tal problemática, tomou-se como objetivo central deste trabalho compreender as trajetórias sociais de famílias situadas em espaços impactados por intervenções externas, como meio de entender como são transformadas pelos contextos de intervenção e como influenciam nas respostas dos agentes a intervenção a que são submetidos.

Para tanto, importa aqui ressaltarmos que a estrutura do texto a seguir apresentado, retrata fielmente a trajetória percorrida pela autora diante das problemáticas verificadas e

¹ Identificam-se, por exemplo, intervenções fundamentalmente “mascaradas”, como no caso da União Europeia, que, na tentativa de manter um mínimo de população vivendo no meio rural e de manter sua produção minimamente competitiva em um mercado globalizado, utiliza dos subsídios como forma de intervenção, vinculando o recebimento de auxílios a regimentos rígidos nas formas de produção.

² De forma geral, as intervenções normalmente propõem processos de desenvolvimento *top down*, ou seja, que são pensados e instituídos “de cima para baixo”, ou ainda “do externo para o interno” e, desta forma, não são considerados os indivíduos que vivem no espaço a ser passível de intervenção.

estudos realizados até a delimitação mais específica e final do objeto de estudo. Ou seja, partiu-se de uma inquietação, em 2009, com relação ao contexto, ainda presente na realidade brasileira, de desigualdades sociais consideráveis. Focando o meio rural, deparou-se com a tradicional classificação de espaços “desenvolvidos” e espaços “não-desenvolvidos”, qualificados fundamentalmente a partir de questões econômicas, sendo que, em geral, defende-se a necessidade de intervenções externas nos espaços caracterizados como sendo “não-desenvolvidos”. Intervenções externas à realidade de qualquer espaço remetem, entretanto, diretamente a imposições de “verdades” de outros espaços ou agentes, causando e levando limitações aos indivíduos/famílias que compõem o tal espaço caracterizado como “não-desenvolvido”.

Nesse momento da pesquisa, o questionamento maior girava em torno de como procediam/reagem os indivíduos/famílias pertencentes aos espaços caracterizados por intervenções externas. Sendo o leque dessa análise bastante amplo, delimitou-se, uma vez mais, o estudo para a realidade dos assentamentos de reforma agrária, tendo em vista também os diversos trabalhos e projetos levados a cabo, no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, referente ao universo dos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul. Delimitado o universo e os objetivos do estudo no contexto brasileiro, surge a possibilidade, via acordo Capes/DGU³, de ampliar a análise também para a realidade internacional, no caso específico o contexto espanhol⁴, o que efetivamente foi concretizado no período de setembro de 2011 a março de 2012, quando se realizou o Doutorado Sanduíche junto à Universidade de Sevilha. Destaca-se que a análise de um caso internacional não ocorre com objetivos de fins comparativos, mas sim com objetivos de identificação de questões similares, em dois contextos distintos.

Frente ao exposto, na parte inicial do trabalho, será apresentada a trajetória percorrida até a delimitação da problemática em estudo, a justificativa e os objetivos da pesquisa. O segundo capítulo, diz respeito às reflexões teóricas utilizadas como suporte para a análise e interpretação do objeto de estudo, realizando-se um resgate das principais definições de Pierre Bourdieu, sobre as noções de *habitus*, prática, campo e capital, a fim de aproximá-las às trajetórias sociais dos agentes no âmbito das experiências em análise.

³ Mediante concessão de bolsa de Doutorado Sanduíche para a realização da parte internacional da pesquisa.

⁴ A escolha da Espanha, como país comparativo, deve-se, entre outras questões, à relação estabelecida com este país no âmbito do Projeto de Intercâmbio e Cooperação (CAPES-DGU 186/09), intitulado “A indicação geográfica como estratégia de desenvolvimento territorial: a experiência espanhola e brasileira”, levado a cabo pela Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade de Sevilha.

No terceiro capítulo, a proposta metodológica do estudo é detalhada, concomitante com a caracterização dos casos investigados. No quarto e quinto capítulos, são realizados os resgates históricos, no âmbito dos espaços em estudo, buscando a compreensão da conformação de cada campo social. No sexto capítulo, são apresentados os resultados obtidos através da pesquisa de campo realizada. Nas considerações finais, procura-se apresentar uma reflexão em torno dos contextos verificados e as concepções propostas por Bourdieu, retomando a caminhada do trabalho de pesquisa. Por fim, listam-se as referências do material pesquisado, os apêndices e os anexos referentes à pesquisa.

1.1. A delimitação da problemática em estudo

A desigualdade social há muitos séculos marca a história brasileira. O Brasil, segundo Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (Organização das Nações Unidas)⁵ do ano de 2009, apresentava o terceiro maior índice de desigualdade no mundo. Sendo a desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os cidadãos brasileiros, em 2009, medida pelo Índice de Gini⁶, de 0,543, quando o desejável é que se encontrasse abaixo de 0,5 (IPEADATA, 2010).

Desde o princípio da história brasileira, ainda nos períodos colonial e imperial, a desigualdade se fazia presente pela concentração de terra, renda e poder. O crescimento econômico no Brasil, ao longo do tempo, não reverteu esta situação, mantendo ou mesmo acentuando a desigualdade entre os diferentes extratos sociais, pois o modelo de desenvolvimento econômico adotado mostrou-se concentrador e excludente. O IPEA (2010a, 2010b), considera que a maior causa dos altos índices de pobreza encontrados no Brasil continua a ser a concentração de renda na mão de poucos, gerando, por sua vez, condições precárias de vida à população desfavorecida. O debate sobre pobreza e as tentativas de mensuração, são antigos. Segundo Melo e Bandeira (2005, p.11):

A natureza polêmica dos estudos sobre a pobreza levou as instituições internacionais a propor que estes trabalhos baseassem suas comparações e propostas de políticas

⁵ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2009).

⁶ Mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

públicas a partir da definição de linhas de pobreza relacionadas ao consumo e a renda. Particularmente fixou um limiar de US\$ 1/dia por pessoa, baseado na paridade do poder de compra de 1985.

Contudo, muitos estudiosos contestaram essas medidas baseadas exclusivamente na renda, julgando-as insuficientes para explicar um fenômeno complexo como a pobreza. Nos anos 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH para mensurar as condições de vida nos diferentes países. Como este índice não permitia a mensuração da incidência da pobreza, em 1997, o PNUD propôs novo índice: Índice de Pobreza Humana (IPH). Tal indicador agrega o percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos, referente à proporção de adultos analfabetos, à proporção da população sem acesso à água tratada, mais a de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente (MELO; BANDEIRA, 2005). A partir da iniciativa do PNUD, as discussões sobre pobreza se intensificaram e se diversificaram nas últimas décadas, apontando para a necessidade de avaliações multidimensionais.⁷

No Brasil, as avaliações dos índices de pobreza têm sido baseadas nos dados gerados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Realizada a partir de uma amostra de domicílios, a pesquisa tem por propósito investigar diversos temas, como: população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, saúde, dentre outros. Entretanto, na avaliação da pobreza, recorre-se apenas à dimensão da renda, considerando, como linha de pobreza, o dobro da linha de extrema pobreza, que, por sua vez, é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

A PNAD estima diferentes valores para as 24 regiões do país, como, por exemplo, a linha de pobreza considerada para a área rural do sul do país, em 2009, era de R\$: 179,29, ao passo que para a área metropolitana de Porto Alegre o valor se elevava para R\$249,93⁸ (IPEADATA, 2010). Utilizando os mencionados parâmetros de renda, adaptados às diferentes

⁷ A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) tem produzido uma vasta literatura sobre a questão da pobreza e tem ampliado sua concepção de pobreza, incluindo, além da carência de renda, conceitos mais abrangentes como: desigualdade, exclusão social e vulnerabilidade. Considera que a desigualdade proveniente da estrutura econômica contínua sendo primeira razão da pobreza, levando a desigualdade de renda, desigualdade de acesso, desigualdade de meios e de oportunidade. Em publicação recente, as estimativas de pobreza e desigualdade para os países da América Latina, divulgadas pela CEPAL apontam que 33,0% da população eram pobres em 2008, incluindo 12,9% que viviam em condições de indigência (CEPAL, 2009, p. 5).

⁸ Destaca-se ser esta a mais elevada linha estimada de pobreza do país, ao passo que a menor estimativa era para a região denominada Leste – área rural (abrangendo os estados de Minas Gerais e Espírito Santo) onde o valor era de R\$:134,47 (IPEADATA, 2010).

regiões do Brasil, o IPEA coloca que o número de pessoas extremamente pobres⁹ em 2009, era de 13.474.983, equivalendo a 7,28% da população brasileira, já o número de pessoas pobres no mesmo ano era de 39.631.550, equivalendo a 21,42% (IPEADATA, 2010).¹⁰

Assim, o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza somada ao percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza, alcança um percentual superior a 28% da população, considerada em situação de pobreza ou pior.¹¹ De modo geral, os resultados apresentados, ao longo do tempo, evidenciam que os índices de pobreza no país ainda são altos e consideravelmente desiguais entre regiões, apresentando-se mais elevados no meio rural.

No meio rural, a desigualdade e pobreza têm então presença marcante, sendo que o principal fator apontado como gerador e preservador dessa situação é a concentração de terras. O Censo Agropecuário realizado no ano de 2006 mostra a continuação do elevado grau de concentração de terras, pois revela que os estabelecimentos com menos de 10 hectares representam 50,3% do número total de estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total dos estabelecimentos rurais.¹² Por outro lado, os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais representam menos de 1% do total do número de estabelecimentos e ocupam 44,4% da área total dos estabelecimentos. No Censo Agropecuário de 2006, apontou-se também que a concentração da propriedade rural no país, segundo o Índice de Gini, continua bastante elevada – 0,854, lembrando que o valor próximo a 1 corresponde ao grau máximo de desigualdade. Já na PNAD de 2008, verifica-se que essa tendência se aplica também à distribuição da renda domiciliar no meio rural, visto que o Índice de Gini referente ao universo dos domicílios que estão situados na área rural era de 0,727. Essas desigualdades na concentração da posse da terra, vem aliada a outras desigualdades sociais, perpetuando-se desde o período colonial, e sendo o fruto de séculos de privilégio político a determinados segmentos sociais.

⁹ Utiliza definição da PNAD, ou seja, como linha de extrema pobreza considera-se uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

¹⁰ Considerando a estimativa de população do IBGE (2009) de 191.043.887 habitantes. E sendo a série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

¹¹ Segundo Fialho (2005, p.2), “A humanidade conta com milhões de indivíduos que necessitam do mínimo para viver, pessoas que vivem com menos de um dólar por dia (*extrema pobreza*); outras tantas que sobrevivem com menos de dois dólares diários (*pobreza*); além da insuficiência de renda, as restrições ao acesso à água potável, instalações sanitárias básicas e energia elétrica, e a falta de conhecimento sobre noções básicas de higiene agravam as condições de vida”.

¹² Segundo o Censo Agropecuário de 2006, no Brasil são mais de 4,9 milhões de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, ocupando 330 milhões de hectares.

A concentração fundiária, com suas raízes históricas no país, fincadas na herança das capitâneas hereditárias e seus donatários, das sesmarias¹³, cria condição para sua expansão com a Lei de Terras de 1850. Através desta lei, o “acesso à terra só era possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia o acesso à terra dos escravos que foram libertos” (OLIVEIRA, 1994, p. 55). Assim, depois de cessado o período de escravidão, o domínio da terra passou a ser a questão fundamental para o domínio econômico (MARTINS, 1981).

As intervenções posteriores do Estado reforçaram a desigualdade originária na medida em que em diversos momentos afirmaram a opção pela modernização conservadora¹⁴ como estratégia de desenvolvimento rural. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, adotou-se a política de modernização da agricultura brasileira que discursivamente se justificava como estratégia para incorporar os modelos de alta e eficiente produção agropecuária, seguindo modelos formulados nos países ricos, tomando como base a Europa Ocidental e os EUA. No entanto, este processo de alcance mundial que, sob a denominação de Revolução Verde, disseminou pelo mundo um conjunto de inovações tecnológicas de natureza biológica, química e mecânica, representou a introdução e consolidação do capital agroindustrial internacional no rural brasileiro. Os interesses dos capitais agroindustriais passaram a comandar os rumos da produção na agricultura, seja através das indústrias de insumos com suas estratégias de fomento ou com as agroindústrias processadoras de matérias-primas agrícolas, as quais começaram a impor um novo padrão de produção aos agricultores. Como referido, o Estado apoiou tal processo, uma vez que suas intervenções foram pautadas por um projeto desenvolvimentista com foco no crescimento econômico, voltado em grande parte para a acumulação de capital, tendo por orientação interesses políticos das classes hegemônicas.

¹³ Segundo José de Souza Martins (2003), o regime de sesmarias consistia na concessão de terras ao agricultor, sob o domínio do Estado. Caso o sujeito não fizesse uso produtivo da terra por dois anos a concessão era rompida, retornando a posse ao Estado. Sendo que as terras eram repassadas aos colonos pela Coroa a partir da lógica da confiança, conveniência e interesse. A distribuição de terras era um meio não só de ocupação e controle do território, mas também de produção de artigos tropicais requisitados na Europa, a partir do modelo conhecido como *plantation*. Esse modelo produtivo era baseado na tríade trabalho escravo, monocultura nos latifúndios e exportação, com a perpetuação de alguns aspectos de sua lógica produtiva no campo até a atualidade.

¹⁴ Destaca-se que no período de modernização conservadora, compreendido fundamentalmente entre os anos de 1965-79, o Governo induziu a modernização via crédito subsidiado e a internalização do pacote tecnológico da “Revolução Verde” que já se caracterizava pela mudança da base técnica da agricultura com a constituição dos complexos agroindustriais (CAIs). A modernização conservadora, caracteriza-se, por profundas transformações na base tecnológica e das formas de produção, tendo como fundamento a introdução do progresso técnico que consiste no incremento da quimificação e da mecanização. Graziano da Silva (1996) considera, em especial, o processo de modernização da agricultura como conservador, por manter inalterada a estrutura de distribuição da terra no Brasil.

Para entender os reflexos do processo de modernização conservadora da agricultura, é necessário considerar que as investidas do capital agroindustrial com apoio das políticas públicas não foram de mesma intensidade em todas as regiões e sobre todos os produtos agrícolas. Ao orientarem-se pelas margens diferenciais de lucro, as investidas foram maiores nas regiões de maior potencial agrícola, junto aos produtores com maior potencial de investimento e envolvidos com produtos de exportação. Assim, a modernização conservadora da agricultura, além de não reverter o quadro de concentração da terra, sistematicamente tem marginalizado e excluído muitos dos assalariados rurais e pequenos produtores, acentuando as desigualdades regionais - territoriais¹⁵ (GRAZIANO DA SILVA, 1996; KAGEYAMA et al, 1990; MULLER, 1989).

Observando a condição da população residente no meio rural, que totalizou 30,7 milhões de pessoas em 2009¹⁶, 16,5 milhões pertenciam a famílias em condição de pobreza¹⁷, ou seja, quase 54% da população rural (PNAD, 2009). Ainda, em cerca de ¾ dos domicílios, onde viviam aproximadamente 80% de toda a população residente em áreas rurais, a renda domiciliar *per capita* era inferior ou igual a um salário mínimo, segundo o valor vigente em 2008 (IPEA, 2010c). Nesse meio, segundo dados da PNAD 2008, apresentados em IPEA (2010a), o índice da população com pouca ou nenhuma instrução ultrapassava os 24%, além de carecer de serviços básicos, como de saneamento, sendo que um terço dos domicílios rurais não possuía água encanada¹⁸.

Cabe reconhecer, então, que, nos últimos 60 anos, o desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro, interconectado com a economia internacionalizada, conforme

¹⁵A concomitância destas transformações agrárias com uma intensa urbanização alteraram significativamente a dinâmica das populações rurais, em especial das mais pobres. Waquil e Mattos (2002), estudando a pobreza especificamente do meio rural, salientam que entre as causas desta, estão as raízes históricas, a instabilidade de marcos políticos, a adoção de modelos macroeconômicos e de políticas de desenvolvimento, como a da modernização compulsória da agricultura, a elevada concentração fundiária, juntamente com a baixa rentabilidade das atividades agrícolas, os baixos investimentos em capital humano e social e em infra-estrutura rural, dificuldades de consideração da heterogeneidade, de questões étnicas e de gênero nas políticas para o meio rural.

¹⁶ Em 2010, soma-se 29,8 milhões, abrigando pouco mais de 16% do total de habitantes no país.

¹⁷ Considerando que a renda *per capita* familiar não ultrapassava ½ salário mínimo que, em valores e no mês de setembro de 2009, correspondia a R\$ 207,50.

¹⁸ Estudos do IPEA (2010a) apontam, ainda, para a acentuada disparidade entre os rendimentos da população residente em área rural e da população com domicílio em área urbana, tanto no que diz respeito à renda domiciliar *per capita* quanto no que toca às remunerações médias das pessoas economicamente ativas. Sendo que, a renda mensal domiciliar *per capita* da população rural é inferior à metade da renda do mesmo tipo verificada nos domicílios de área urbana, conforme dados apurados na PNAD de 2008, a Renda domiciliar *per capita* média na área urbana era de R\$ 786, ao passo que na área rural, essa mesma renda era de R\$ 360. Echeverria (2000), trabalhando com a realidade da América Latina e Caribe coloca que no meio rural, a pobreza se faz maior e mais severa em virtude de problemas como nutrição insuficiente, problemas de saúde e educação deficiente; oportunidades escassas de emprego nas atividades agrícolas e não-agrícolas; e baixo grau de organização para promover efetivamente os interesses rurais.

Gonçalves (2008), provocou transformações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e ambientais no meio rural, gerando, por sua vez, graves impactos. Dentre os mais significativos, destacam-se um elevado grau de pobreza. Em tal contexto, a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas ao agrário e ao agrícola no Brasil são permeadas por disputas entre as forças políticas e sociais que defendem distintas estratégias e interesses¹⁹.

A reforma agrária apresenta-se, então, como uma das mais significativas políticas de intervenção orientada a reverter o quadro de desigualdades sociais no meio rural brasileiro, e, especialmente, defendida por aqueles que reconhecem que o rural não se restringe apenas a um espaço de produção²⁰. Assim, os projetos de assentamentos de reforma agrária existentes no Brasil, em março de 2010, segundo informações disponibilizadas pelo INCRA, somavam um total de 8.562 assentamentos, abrangendo uma área de 84.279.446 hectares, e beneficiando 906.878 famílias. Destes, 329 assentamentos, ocupando área de 286.128 hectares, localizam-se no estado do Rio Grande do Sul, sob responsabilidade federal²¹. Tais dados mostram a importância e dimensão desta “política de intervenção”.

No entanto, a implantação de assentamentos não resulta, necessariamente, na garantia de condições de vida digna às famílias assentadas. Em estudo abrangente, realizado, em 1998, a partir do Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Leite et al. (2000, p. 13) afirmavam que “persistem sérios problemas de insustentabilidade e pobreza nos assentamentos”, evidenciando que os custos com a formação de assentamentos haviam sido bastante elevados, mas com poucos resultados efetivos. Os estudos de Sparovek (2003) e, posteriormente, de França e Sparovek (2005), evidenciam os muitos problemas enfrentados pelos assentamentos de reforma agrária no país, com destaque para a situação de pobreza elevada.

No estudo coordenado por Sparovek (2003), intitulado *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*, foram analisados 4.430 assentamentos criados entre 1985 e 2001, com o objetivo de fazer uma avaliação qualitativa dos Projetos de Assentamento (PAs)

¹⁹ Entre as forças políticas faz-se importante mencionar que o Estado, por tempo considerável, assumiu os interesses do setor do agronegócio, mas por outro lado manteve a Reforma Agrária como forma de atenuar os conflitos sociais.

²⁰ Mais que produção, a Reforma Agrária surge como política social que permite oportunizar melhores condições de vida a excluídos do sistema. Um destaque, é o caráter meramente compensatório da Reforma Agrária, com sua potencialidade de desenvolver regiões com sua dinâmica de consumo e investimentos públicos.

²¹ Destaca-se que no Rio Grande do Sul, existem ainda assentamentos de responsabilidade do Estado, sendo que os mesmos tem uma concentração mais acentuada em regiões de maiores adversidades agroecológicas e de acesso a mercado, entenda-se metade sul do Estado. Tal direcionamento ocorre propositalmente, por parte dos governos estaduais, a partir da década de 1980, no sentido de buscar através da reforma agrária, dinamizar a região (BAVARESCO, 2001).

em todo o Brasil. Entre outros, o estudo propôs um índice de qualidade de vida, onde foram analisadas as questões ligadas à moradia, tratamento de esgoto, acesso à água de boa qualidade, energia elétrica, disponibilidade de escolas e serviços de saúde, transporte coletivo e as condições de acesso ao assentamento a partir da sede municipal mais próxima. Pelo levantamento, constatou-se que a melhoria da qualidade de vida, com o tempo, não ocorreu em todos os fatores considerados e foi, geralmente, pequena, de modo que há um grande número de fatores importantes que comprometem a qualidade de vida nos assentamentos. Os valores do índice de qualidade de vida, apresentados na pesquisa de Sparovek (2003, p.102), apontam que “pouco mais da metade dos fatores ligados ao índice de qualidade de vida estão plenamente satisfeitos e que, apesar do desenvolvimento dos projetos de assentamento levar a melhorias, elas vão ocorrer de forma lenta e incompleta”.²²

Diante dos problemas evidenciados nos assentamento de reforma agrária, segundo as publicações da década de 1990 (MEDEIROS, 1994; STÉDILE et al, 2004, FERRANTE; BARONE, 1997/1998), grande parte se refere à falta de dinamismo econômico. Porém, recentemente, as publicações acadêmicas também direcionam a atenção para problemas de ordens sociais, culturais, políticas e ambientais, que, muitas vezes, acabam explicando os insucessos²³. A questão do “(não) desenvolvimento” das áreas de assentamento tornou-se importante foco de debate político e acadêmico.

Entre os aspectos frequentemente problematizados, as intervenções em prol do desenvolvimento, realizadas nos espaços de assentamento, assumiam, portanto, um destaque considerável. Num contexto de disputa de projetos, o Estado está presente e atua sobre a reforma agrária por intermédio de diferentes instâncias, “desde o reconhecimento de situações de conflito e sua absorção como “problema” passível de intervenção, até a definição de propostas de “solução”, sejam elas localizadas ou assumindo a forma de políticas desapropriatórias mais gerais” (MEDEIROS, 1994, p.13).

A política de Reforma Agrária é composta por um conjunto de ações que vão da obtenção dos recursos materiais, financeiros e humanos necessários ao processo, até a execução de Projetos de Assentamento. Entretanto, conforme aponta Dias (2004), as políticas

²² Em pesquisa de outubro de 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), a pedido da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), divulgou-se amplamente em diversos meios de comunicação que 40% dos assentados pela reforma agrária viviam em situação de extrema pobreza no Brasil. Há que se considerar que esta confederação tem todo interesse em demonstrar tais resultados, visando paralisar o processo de reforma agrária que contraria diretamente seus interesses.

²³ Destaca-se também que uma série de políticas contém problemas profundos, e históricos, como já colocava Bavaresco (2001), afirmando que havia uma grande desarticulação entre as políticas de assentamentos de reforma agrária e as demais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, como a separação existente entre a questão agrária e a questão agrícola, por exemplo.

públicas voltadas à questão agrária têm entre suas características, as constantes mudanças que buscam, ao reconhecer os conflitos sociais e os fatos políticos que delas se desdobram, se adequar às demandas sociais criadas. Tais demandas devem ser enquadradas em políticas públicas construídas, muitas vezes, na pressa de oferecer respostas às pressões sociais e demonstrar a força e atividade política do Estado.

Nesse contexto, é possível questionar se as estratégias que vem sendo adotadas pelo INCRA mostram-se as mais oportunas para a melhoria da qualidade de vida dos assentados. Pode-se argumentar que as ações do INCRA, por muito tempo, estiveram concentradas na implantação dos assentamentos – especialmente na constituição da infraestrutura e regularização dos lotes – supondo que a dinamização econômica da produção se daria naturalmente ou como fruto da organização dos assentados e esta, como decorrência, resultaria em melhoria na qualidade de vida. Essa postura teve que enfrentar a crítica daqueles que visualizam que a dinâmica não se observou, sendo que os mesmos propõem uma relação causal entre ausência de políticas públicas - estagnação econômica – pobreza - dificuldades de reprodução das famílias e esvaziamento dos lotes. Sparovek (2003), por exemplo, identifica a necessidade de uma ação complementar do governo na implantação de projetos de assentamento, enfatizando que a distribuição de terras é apenas o primeiro passo no processo de melhoria de vida da população rural pobre.

Com o indicativo da expectativa que os assentamentos representem projetos de dinamização econômica de determinados territórios, uma vez que este objetivo consta nas diretrizes estabelecidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária²⁴, implantado em 2003, defende-se que a reforma agrária deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, de forma massiva, de qualidade, geradora de trabalho, renda e produtora de alimentos, o que já vem sendo proposto nos projetos e programas pelo INCRA e em várias outras instâncias governamentais. Tais ações governamentais em alguns assentamentos visam à promoção do desenvolvimento sustentável, à viabilidade econômica e à justiça social, bem como à recuperação e consolidação dos projetos da reforma agrária. Dentre as ações mencionadas no seu site²⁵, em 2010, destacam-se:

- Luz Para Todos: ação integrada e coordenada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), participam na indicação de quais assentamentos rurais têm prioridade para receber energia

²⁴ Refere-se ao último programa.

²⁵ Site do INCRA: www.incra.gov.br/.

elétrica. Pretende-se utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico dos assentamentos rurais, contribuindo para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar.

- ATES: Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criado em 2003 com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Assentamento (PAs) da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA.
- Crédito Instalação: consiste no provimento de recursos financeiros, sob a forma de concessão de crédito, visando assegurar os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Suprindo assim, as necessidades básicas, fortalecendo as atividades produtivas, desenvolvendo os projetos, auxiliando na construção das unidades habitacionais e atendendo as necessidades hídricas das famílias.
- Programa de Infra-estrutura: busca viabilizar a infra-estrutura básica rural necessária em seus assentamentos;
- PAC: Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Fruto de acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- PACTO: Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (Pacto) é uma parceria entre o INCRA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que atua como suporte às iniciativas dos projetos de assentamentos. Tendo por objetivo oferecer alternativas econômicas sustentáveis, de modo a evitar o êxodo para as cidades.
- Terra Sol: ação de fomento à agregação de valor à produção. Apóia a agroindustrialização e a comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica e gestão e implantação/recuperação/ ampliação de agroindústrias. Atividades não agrícolas - como turismo rural, artesanato e agroecologia - também são apoiadas por este programa.

- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.
- Documentação da Trabalhadora Rural: visa o desenvolvimento de estratégias de inclusão das trabalhadoras rurais, onde são emitidos gratuitamente: registro de nascimento, Cadastro de Pessoa Física (CPF), documento de identidade, carteira de trabalho, registro junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e carteira de pescador.
- Titulação de Assentamentos: instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo quando verificado que a unidade familiar cumpriu as cláusulas do contrato de concessão de uso e já tem condições de cultivar a terra e pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais.
- Gestão Ambiental: Os elementos orientadores desta política são o respeito às diversidades ambientais, à promoção da exploração racional e sustentável dos recursos naturais e a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental dos assentamentos.

Observa-se nesse conjunto de políticas, que por sua vez não ocorrem em todos os assentamentos, muitas delas com o objetivo de dinamização econômica dos assentamentos, conforme evidenciado anteriormente. Embora a existência de preocupações e intervenções orientadas ao desenvolvimento dos assentamentos seja desejável, o exame da literatura e de experiências empíricas diversas evidencia as dificuldades de atingirem-se os objetivos perseguidos, levando-se a questionar a natureza das intervenções.

Melgarejo (2000) argumenta que o desenho das políticas de intervenção para assentamentos é influenciado pela noção de experiências bem sucedidas, mas sem consideração adequada das condições locais, ou seja, não se consideram adequadamente aspectos de eficiência no uso de recursos, nem de diferenciações ambientais. Para o autor, tal dinâmica resulta em prejuízo às intervenções efetivadas em prol do desenvolvimento.

Outro aspecto relacionado à qualidade das intervenções refere-se à tendência de seu ajustamento às disposições dos assentados. Para Sabourin (2009, p. 112), nos termos de organização dos projetos e da produção, “existem permanentes tensões entre as lógicas

familiares dos beneficiários e as lógicas coletivas, organizacionais ou institucionais dos mediadores”. Acerca desse aspecto, foram produzidos diversos estudos acadêmicos que tematizaram os “encontros e desencontros” das perspectivas dos assentados e dos mediadores, especialmente das organizações relacionadas ao movimento social. Um dos aspectos frequentemente abordado nesses estudos refere-se às diferenças de racionalidade que orientam a tomada de decisão e mesmo de “projeto” dos assentados e para os assentados, pois muitas das estratégias e ações são definidas pelos agentes externos (HAAS et al, 2010).

Evidencia-se que os desencontros entre a lógica dos mediadores e dos potenciais “beneficiários” das ações de desenvolvimento não ocorrem apenas em áreas de assentamento de reforma agrária, nem no espaço rural brasileiro, sendo esta uma problemática comum a muitos espaços e realidades.

Para uma melhor compreensão da presente problemática, e a possibilidade de considerações/conclusões mais amplas, estendemos nossa análise para além das fronteiras brasileiras, mais especificamente, para a realidade rural europeia e espanhola.

Apresentando grandes diferenciações com relação à realidade brasileira, não só pelo seu histórico como pela sua forma de desenvolvimento, altamente normatizada²⁶, cabe destacar, entretanto, a importância assumida, ao longo dos anos, das políticas de intervenção do Estado no meio rural com seu forte sistema institucional regulamentador, implantado já há muitos anos e que, de forma similar ao contexto brasileiro, atinge de forma direta as trajetórias das famílias rurais. Segundo Precedo (2006, p.115):

La aplicación indiscriminada de políticas sectoriales desterritorializadas o proclives a la concentración, han producido un proceso de entropía que dio lugar a la destrucción del equilibrio y del orden territorial heredado y a un proceso de desestructuración territorial.

A realidade escolhida para análise internacional ocorre, fundamentalmente, tendo em vista que as justificativas para tais formatos nas ações, ao longo dos anos, permeiam a necessidade de lutar contra a pobreza, principalmente concentrada em áreas rurais e a exigência de incrementar a coesão econômica e social nos países desenvolvidos (COMISSÃO EUROPEIA, 1988, 1992), as quais, por sua vez, explicam esta prioridade nas agendas políticas dos organismos multilaterais da União Europeia (UE). E, neste cenário, Terrado (2010, p. 212), afirma que “la PAC ha sido y es la política comunitaria con mayor impacto sobre el sistema rural español”. Assim, o processo verificado no cenário europeu apresenta

²⁶ No entanto, não cabe aqui ainda a descrição e discussão detalhadas de tais aspectos.

um contexto importante para uma análise relacional com a realidade brasileira aqui abordada, os assentamentos de reforma agrária como espaços de intervenção do estado.

1.2. Justificativa: do projetado às trajetórias sociais seguidas

Aponta-se que as famílias que se encontram nos acampamentos de Reforma Agrária, veem no acesso à terra a possibilidade de um novo momento e um novo lugar na experiência de suas vidas. A terra a ser acessada caracteriza-se como futuro lugar de trabalho, de vida, de moradia, de produção e capaz de acolher e dar sentido à existência (SAUER, 2005), representa a perspectiva da liberdade, sobrevivência e continuidade da vida (reprodução social)²⁷.

A terra significa mais do que um emprego ou ocupação porque possibilita o “trabalhar para si”, portanto, uma condição de liberdade e “fartura” (produção para garantir o sustento da família), ou seja, um trabalho sem os “mandos de um patrão” e uma realidade ausente de privações materiais (SAUER, 2005, p.69).

Tal interpretação vai no sentido de uma perspectiva frequentemente evocada em que o assentado almeja reproduzir um modo de vida, o qual ele já vivenciou, anteriormente, o qual foi inviabilizado por circunstâncias diversas. Entende-se que tal interpretação se mostra insuficiente, seja porque nem todos assentados foram agricultores (muitos provêm do meio urbano), seja porque as experiências vivenciadas no acampamento e no período da instalação de um assentamento podem diferenciar as projeções individuais/familiares de futuro e, sobretudo, devido à vivência de situações de pobreza que podem abalar a possibilidade de projetar ou limitar o tamanho dos projetos. Entende-se que este último aspecto merece ser tratado com maior atenção devido a sua complexidade, não sendo simples a interpretação de

²⁷ Tais orientações criaram conflito com o INCRA, uma vez que os assentamentos de Reforma Agrária são cobrados, cada vez mais, por seu desempenho econômico, já que constituem-se em espaços economicamente viáveis e que se reconheça como uma responsabilidade do Estado a viabilização- econômico- produtiva das famílias assentadas. Ou seja, o INCRA tem por missão executar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. Deste modo, os programas e projetos implementados pelo INCRA nos assentamentos são pautados pelo objetivo final de maior dinamismo econômico, o que requer do assentado, de uma forma ou outra, um perfil de empreendedor. Podem ocorrer conflitos também com mediadores, pois hoje, muitas vezes, esta liberdade de produzir para comer bem não é exercida, percebe-se que o MST trabalha com uma forma tradicional de pensar em o quê produzir para o mercado, para as cadeias produtivas, sendo a produção para consumo e os circuitos curtos relegados a segundo plano (SULZBACHER e SILVEIRA, 2010).

tal fenômeno no contexto dos assentamentos de reforma agrária. Tal complexidade será percebida ao estudarmos o contexto espanhol como veremos adiante.

Delimitou-se, então, no contexto da realidade espanhola, um espaço efetivamente colonizado recentemente (meados de 1940), se levarmos em consideração o histórico de colonização daquele país, e que tem sua exploração iniciada pela ação de companhias colonizadoras. Tal delimitação ocorre muito em função do pouco tempo disponível para compreensão de uma realidade nova e distinta, bem como pelo fato do mesmo abranger um sistema de produção muito similar ao desenvolvido em assentamentos de Reforma Agrária do estado Rio Grande do Sul, qual seja a produção arrozeira com características distintivas, possibilitando uma aproximação mais rápida da autora ao contexto investigado e uma mais fácil integração dos espaços analisados.

Assim, o município de Isla Mayor, objeto mais específico de nossa análise, foi emancipado somente em 1994, sob a denominação inicial de Villafranco del Guadalquivir e, no ano de 2001, com o nome oficial de Isla Mayor. A colonização desse espaço ocorreu fundamentalmente pela intervenção de um general, o qual entrega a posse das terras para uma sociedade anônima em troca de que a mesma introduzisse o cultivo de arroz na zona, objetivando o abastecimento de tropas militares, atuantes na Guerra Civil, a partir de 1937. Tal sociedade anônima foi a responsável pela colonização da zona, trazendo para junto dela, produtores tradicionais de arroz de outras regiões espanholas, entre outros produtores e trabalhadores, com a promessa do acesso à posse de terras. Com esse cenário, inicia-se, sob uma intervenção externa, o histórico de colonização de uma zona anteriormente pouco habitada e ocupada, sobretudo, por vacas bravas e cavalos.

Atualmente, o contexto de Isla Mayor é marcado por novos e fortes processos de intervenção, por um lado pela localização próxima ao Parque Nacional de Doñana, o qual lhe confere restrições nas formas de produção, e, por outro lado, pela realidade vivenciada na Europa como um todo, onde a produção em grandes quantidades já não é possível e existe a clara necessidade da revisão das possibilidades de inserção da produção nos diferentes mercados. Destaca-se então a preocupação com uma produção mais “limpa”, resultado das pressões ambientais, concomitante a introdução da Produção Integrada e Orgânica e das Indicações Geográficas. Isso gera políticas e todo um cenário institucional orientado para apoiar novos modelos de desenvolvimento, vinculados diretamente aos recursos da Política Agrária Comum da União Europeia, e caracterizados por um alto grau de regulamentação. Verifica-se claramente, em Isla Mayor, uma forte intervenção do Estado, através de processos de regulação e normatização dos sistemas de produção e, conseqüentemente, na trajetória dos

indivíduos/famílias, sendo que as mesmas são “obrigadas” a adotar as estratégias propostas pelo Estado, pois suas produções, em tese, não são viáveis economicamente, sem os auxílios da PAC.

Como no caso dos assentamentos de reforma agrária, o município de Isla Mayor, apresenta também, embora de forma mais genérica, um quadro de relativa pobreza que nem sempre está vinculada a questões econômicas, mas, em um sentido mais amplo, na perspectiva de falta de liberdade de ação e sobre a possibilidade de efetivar seus projetos de vida (na perspectiva dos agricultores de Isla Mayor, nem mesmo espaço para projetar). Nesse sentido, esforços para compreender a perspectiva daqueles que vivenciam a pobreza vem sendo feitos por Deepa Narayan et al. (2000), os quais abordam a pobreza como um fenômeno complexo, abrangendo múltiplas dimensões, não só econômicas, mas também a material, a social, a física e a psicológica. Assim, a conceituação de pobreza procura ir além da única observação de renda, pois reconhece que a pobreza humana, como conceito, inclui aspectos que não podem ser mensurados como: a impotência, a falta de representação nas decisões, a falta de liberdade política, a falta de segurança pessoal e a própria vulnerabilidade a uma diversidade de riscos.

A pobreza, segundo Narayan (2000), é sempre específica de um lugar e um grupo social, fazendo-se imprescindível levar em consideração tais características específicas na elaboração de políticas e programas destinados a combatê-la. Narayan et al. (2000), destacam que a vida dos pobres é marcada pela falta de bem estar material, incertezas, isolamento social, angústia, falta de liberdade de escolha e de ação, além da impossibilidade de controlar sua própria vida. Ainda, considera os pobres como os mais expostos ao risco e menos protegidos dele, exposição esta que pode apresentar uma influência direta no bem-estar dos mesmos (HOOGEVEEN, TESLIUC, VAKIS, 2005).

Se a pobreza e, em algumas situações, a vulnerabilidade, estão presentes na trajetória das famílias do município de Isla Mayor, assim como nas famílias do assentamento Lagoa do Junco (nosso espaço de estudo no Brasil), e se a vivência dessa condição representa falta de liberdade de escolha e de ação, além da impossibilidade de controlar sua própria vida, tais aspectos não afetariam a disposição das mesmas em construir um “projeto de vida”? Conforme Catão (2001), segundo uma perspectiva psico-sócio-histórica, a construção do projeto de vida é processo e produto da *práxis*, da relação com o outro e consigo, podendo ser compreendida como a intenção de uma transformação do real. Levando em consideração as

condições objetivas postas aos agentes sociais²⁸, essa transformação é guiada por uma representação do seu sentido. A construção do projeto de vida, ainda segundo Catão (2001), tem, então, a influência das condições objetivas vivenciadas, mais especificamente, da condição social do agente, e da reflexão crítica sobre possibilidade/impossibilidade de superação de uma determinada realidade no futuro. Lamarche (1997, p. 15), também apresenta contribuições significativas no âmbito de tal temática, ressaltando que:

O estabelecimento familiar, tal como o percebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência destes três fatores no funcionamento do estabelecimento engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução do trabalho.

Entende-se que tais fenômenos ainda não são adequadamente compreendidos e que a compreensão desta problemática requer utilização de modelos teóricos mais abertos, os quais mesmo reconhecendo o peso da cultura, sejam permeáveis à influência de outros condicionantes. Assim, no presente trabalho, entre outras questões, busca-se uma melhor compreensão das trajetórias sociais²⁹ das famílias, a partir dos processos de interação entre seus “projetos de vida” e os condicionantes presentes no contexto dos espaços constituídos e caracterizados por processos de intervenção, sejam eles governamentais ou de outra natureza.

Para buscar a compreensão pretendida no estudo, foi então também necessário o estabelecimento de um recorte no contexto de análise, no caso, o brasileiro, delimitando apenas um assentamento de reforma agrária. Elegeu-se o assentamento Lagoa do Junco, localizado no município de Tapes, zona sul do estado do Rio Grande do Sul, o qual, além de propulsor de uma atividade inovadora, apresenta destacada participação na produção e venda de arroz ecológico, realizada hoje por muitas famílias assentadas do Estado. Destaca-se que a produção diferenciada de arroz é o elo comum entre o município de Isla Mayor e o assentamento Lagoa do Junco.

Diante do exposto, no referencial proposto por Pierre Bourdieu, centrado, mais especificamente, nas noções de *habitus*, campo, capital e prática é possível uma interpretação sobre as diferenças que se estabelecem em um espaço aparentemente homogêneo, em relação aos projetos pessoais, ou, ainda, tal referencial auxilia na compreensão de singularidades evidenciadas quando de contextos totalmente distintos. Em suma, considera-se que as noções de *habitus*, campo, prática e capital, tratadas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, parecem

²⁸ Pode-se acrescentar que esta perspectiva trata sobre questões da sociedade, da história e dos processos psíquicos.

²⁹ Pois segundo Bourdieu (1987), é impossível dar sentido a um todo que escapa ao próprio sujeito, histórico, determinado socialmente, imerso em um universo social fora de nossos controles.

adequadas para possibilitar a compreensão daquilo que é herdado e emergente nas trajetórias sociais da realidade do meio rural de Brasil e Espanha. Compreendendo, nesse sentido, a noção de trajetória como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p.81).

Trabalhar com Bourdieu implica reconhecer, ao mesmo tempo, que o homem, enquanto ser historicamente determinado, traz em si disposições que são frutos de sua história, e se insere em campos sociais que condicionam suas possibilidades de ação. Enquanto tais disposições orientam a ação dos agentes, provocando a transformação dos cenários onde atua, tais cenários contribuem na contínua re-adequação dessas disposições. Neste sentido, Bourdieu (1987) aponta que uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo. Entretanto, as situações de vulnerabilidade³⁰, que muitas vezes se fazem presentes, podem interferir radicalmente nas dinâmicas observadas, uma vez que permitam a existência de necessidades que devem ser atendidas de forma imediata. Nesse contexto, pode-se inferir que as expectativas e/ou projetos se veem hipotecadas em prol de necessidades concretas a serem supridas referentes às condições mínimas de cidadania.

Assim, o foco central dessa investigação está relacionado à temática das trajetórias sociais das famílias assentadas pelo processo de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, bem como de famílias produtoras de arroz da Comunidade Autônoma de Andaluzia, na Espanha³¹. No entanto, mais que estabelecer comparativo entre ambas as realidades, buscam-se identificar questões similares, no interior de cada uma, para que sejam possíveis novas formas de compreensão sobre a realidade de distintos espaços, muitas vezes rotulados de não desenvolvidos e atribuindo tal adjetivação a especificidades das pessoas que o habitam.

1.3. Problemática

³⁰ Conceito abordado no capítulo seguinte.

³¹ A Espanha é uma monarquia parlamentar formada por 17 Autonomias ou Comunidades Autônomas, além de Ceuta e Melilla (cidades autônomas) situadas no norte da África. Uma comunidade autônoma é uma entidade territorial (semelhante aos estados brasileiros), dotada de autonomia legislativa e competências executivas, bem como da faculdade de se administrar mediante representantes próprios.

Como as trajetórias sociais dos indivíduos/famílias são modificadas pela pressão dos agentes externos em contextos de intervenção? Ou ainda: Como as trajetórias sociais influenciam nas respostas dos agentes aos processos de intervenção a que são submetidos?

1.4. Objetivos

Objetivo Geral

Compreender como as trajetórias sociais dos indivíduos/famílias estabelecidos em espaços caracterizados por intervenções externas, são transformadas e influenciadas e como as trajetórias influenciam nas respostas dos agentes aos processos de intervenção a que são submetidos.

Objetivos Específicos

- Identificar as trajetórias sociais das famílias assentadas no assentamento Lagoa do Junco, Tapes/RS, e das famílias arroseiras do município de Isla Mayor, Espanha.
- Compreender sob quais condições as trajetórias sociais das famílias em questão se constituem e se transformam.
- Compreender a relevância das trajetórias sociais das famílias no interior do assentamento Lagoa do Junco, Tapes/RS e do município de Isla Mayor, Espanha, para as respostas dos agentes sociais locais às regulamentações impostas pelos agentes externos.

2. CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU PARA COMPREENSÃO DO “CAMPO PROJETADO AO CAMPO VIVIDO”

Para examinar o complexo contexto da constituição e transformação das trajetórias sociais, que são fundamentalmente o tempo de percurso de cada agente em um determinado espaço, entendendo que toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* (BOURDIEU, 1987), algumas opções foram necessárias. Dentre as opções, por exemplo, serão revisadas as contribuições do sociólogo francês Pierre Bourdieu, a fim de compreender o avançar no tempo das relações do agente com seu espaço. No entanto, não se pretende aqui esgotar tão complexa questão, nem mesmo tomar como única perspectiva analítica possível da temática de pesquisa, mas sistematizar um referencial de análise que propicie orientação teórica e coerência na análise empírica.

A aproximação com o trabalho de Bourdieu se fez a partir da noção de *habitus*, evoluindo para a noção de prática e, depois, de campo e capital. Entretanto, é preciso considerar que os conceitos de Bourdieu formam um sistema que nos “obriga” a compreender as relações estabelecidas entre eles, sendo praticamente impossível entender as proposições do autor de outra forma. A exposição do texto segue a sequência com que se realizou a familiarização com o trabalho do autor.

2.1 As noções de *Habitus* e Prática em Bourdieu

O conceito de *habitus* apresenta longa história nas ciências humanas, sendo utilizado inicialmente por Aristóteles, Boécio, Averroes, Tomás de Aquino, Hegel, Émile Durkheim, Mauss, Husserl, etc (SOUZA, 2007). As raízes do *habitus* encontram-se na noção aristotélica de *hexis*, elaborada na sua doutrina sobre a virtude, significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta nossos sentimentos e desejos em uma situação e, como tal, a nossa conduta. Para Wacquant (2007), é no trabalho de Pierre Bourdieu que ocorre a mais completa renovação sociológica do conceito delineado para transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo. Para alcançar esse objetivo, Bourdieu critica o

objetivismo pela forma como o sujeito é tratado diante dos sistemas institucionais, os quais são concebidos como estruturas que definem “fórmulas prontas” para guiarem a prática dos atores sociais. Nessa perspectiva, os atores sociais são vistos pelo objetivismo como músicos que executam uma partitura pré-determinada, ou atores que representam um roteiro anteriormente construído e, assim, é questionado o termo ator, propondo-se a utilizar o termo agente, afirmando a importância de sua ação como transformadora da estrutura social e seu papel ativo na conformação das “partituras” ou “roteiros” que orientam sua prática.

Ao mesmo tempo, Bourdieu (2008) questiona o modelo subjetivista, em que o indivíduo age exclusivamente a partir de suas escolhas, preferências e atitudes. A prática social, para o autor, é condicionada pelo percurso histórico que conformaram as estruturas sociais, impossibilitando ao agente projetar-se no mundo apenas por sua preferência individual, produto de específica e singular trajetória social. Mesmo que os subjetivistas reconheçam que tal preferência é permeada de elementos relativos à historicidade dos grupos sociais com os quais o agente vivenciou normas de conduta e valores, compartilhando um processo cultural, a recusa de considerar adequadamente na análise a relevância dos elementos relacionados à estrutura social na qual produz e é produzido, no processo histórico-social, faz a perspectiva subjetivista dar um peso excessivo para o indivíduo em relação à sociedade, à ação diante da estrutura, e à interioridade diante da exterioridade (BOURDIEU; WACQUANT, 2008).

A preocupação de Bourdieu em encontrar outra forma de analisar as ações sociais também é compartilhada por autores como Anthony Giddens, Peter Berger e Thomas Luckmann, embora, ao final, todos proponham diferentes alternativas. Anthony Giddens (1984) traz a tentativa de superação do espectro de dicotomias inter-relacionadas que atravessam a história do pensamento científico-social no século XX, ou seja, objetivismo/subjetivismo, individualismo/holismo, micro/macro, em sua denominada teoria da estruturação. Berger e Luckmann (2003), por sua vez, apresentam a sociedade como realidade objetiva e como realidade subjetiva, respectivamente. Quanto à realidade objetiva, destacam que tem importância maior a institucionalização e a legitimação através da organização social, enquanto, na realidade subjetiva, destacam a interiorização da realidade através da socialização e a identidade no âmbito da estrutura social.

A relação entre o homem, o produtor, e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem (evidentemente não o homem isolado, mas em coletividade) e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 85).

Bourdieu (2004) introduz a noção de *habitus* no intuito de romper com o paradigma estruturalista, o qual coloca o agente reduzido ao papel de suporte da estrutura. Ao mesmo tempo em que Bourdieu revela o indivíduo como um ser essencialmente social (acentuando o *habitus* como resultado do processo histórico e condicionado pelas “soluções” dadas pelo agente às situações enfrentadas no passado), com costumes reconhecidos e exigidos pela sociedade em que está inserido (WACQUANT; BOURDIEU, 2008), pretende pôr em evidência as capacidades “criadoras”, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente.

La noción de habitus explica el hecho de que los agentes sociales no sean partículas de materia determinadas por causas externas ni pequeñas mónadas guiadas únicamente por razones internas, siguiendo un programa de acción perfectamente racional. Los agentes sociales son el *producto de la historia*, de la historia del campo social en su conjunto y de la experiencia acumulada por un trayecto dentro de un subcampo específico (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p.177).

Bourdieu (2004) afirma, então, que a exposição repetida a determinadas condições sociais imprime nos indivíduos um conjunto de disposições duráveis e transportáveis, que são a interiorização da realidade externa, o que ele denomina de *habitus*. Com este conceito, Bourdieu pretende integrar todas as experiências passadas, sendo que o *habitus* funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e que, por sua vez, torna possível a realização de diferentes tarefas. O *habitus*, em outras palavras:

[...] constitui a nossa maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo e conforma a nossa forma de agir, corporal e materialmente. É composto: pelo *ethos*, os valores em estado prático, não-consciente, que regem a moral cotidiana (diferente da ética, a forma teórica, argumentada, explicitada e codificada da moral, o *ethos* é um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos); pelo *hêxis*, os princípios interiorizados pelo corpo: posturas, expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida (Aristóteles) (Bourdieu, 1984:133); e pelo *eidos*, um modo de pensar específico, apreensão intelectual da realidade (Platão, Aristóteles), que é princípio de uma construção da realidade fundada em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos construídos (BOURDIEU, 2001, p.185 apud THIRY-CHERQUES, 2006, p.33).

Devido às suas características, o *habitus* remete à importância do “inconsciente” ligado ao passado de cada agente³², pois:

Em cada um de nós, em proporções variáveis, há um homem de ontem; e o mesmo homem de ontem que, pela força das coisas está predominante em nós, posto que o presente não é senão pouca coisa comparado a esse longo passado no curso do qual nos formamos e de onde resultamos. Somente que, esse homem do passado, nós não

³² Ideia esta que é corroborada também por Berger e Luckmann, (2003, p. 80), quando apontam que as instituições, “pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis”. Ainda na obra de Berger e Luckmann (2003), nos capítulos segundo e terceiro os autores apresentam a sociedade como realidade objetiva e como realidade subjetiva, respectivamente.

o sentimos, porque ele está arraigado em nós; ele forma a parte inconsciente de nós mesmos. Em, conseqüência, somos levados a não tê-lo em conta, tampouco suas exigências legítimas. Ao contrário, as aquisições mais recentes ainda não tiveram tempo de se organizar no inconsciente (DURKHEIM, 1938, p.16 apud ORTIZ, 2003, p.58).

Cabe reconhecer, entretanto, que o *habitus* se constitui em um princípio gerador que impõe um esquema durável, mas suficientemente flexível, possibilitando improvisações reguladas. Em outras palavras, *habitus* é um sistema aberto de disposições constantemente sujeito a experiências, constantemente afetado por elas de maneira que reforçam ou modificam suas estruturas (BOURDIEU; WACQUANT, 2008). Nesse aspecto, a noção de “*habitus*” é, de certo modo, complementada pela noção de prática.

A terminologia de ‘prática’ surge derivada de *práxis* (que, em seu sentido amplo, seria a atividade humana em sociedade e na natureza). Para Bourdieu, a prática requer teoria para explicar a elaboração que o agente faz da sua relação com a realidade social, cultural e política.³³ Nesse sentido, o autor entende como prática social a relação entre situação (realidade objetiva) e *habitus*. Percebe-se que a noção de *habitus* ganha nova forma, assumindo significado de disposições, capacidades, propensões ou tendências de ação. Tais estruturas internalizadas, transformam-se, no momento do contato do agente com uma determinada conjuntura ou situação, em estruturas geradoras das práticas sociais (SOUZA, 2007, p.96). Ou seja, a prática dos sujeitos não é um jogo de cartas marcadas, há sempre espaço para improvisação, ou melhor, para a transformação criadora. Para Ortiz, retratando Bourdieu (2003, p. 57) é:

[...] preciso abandonar todas as teorias que tomam explícita ou implicitamente a prática como uma reação mecânica, diretamente determinada pelas condições antecedentes e inteiramente redutível ao funcionamento mecânico de esquemas preestabelecidos, “modelos”, “normas” ou “papéis”, que deveríamos, aliás, supor que são em número infinito, como o são as configurações fortuitas dos estímulos capazes de desencadeá-los.³⁴

Assim, também é importante considerar que a prática não necessita, salvo de modo excepcional,

³³ Ciente que o indivíduo não necessariamente busca esta explicação. E a prática não depende desta explicação, pois o *habitus* tem status de inconsciência, ou seja, é referência oculta para qualquer relação do indivíduo com exterior. Contribui a teoria da *praxis* de Bourdieu para a compreensão do modo como, na ação social, se alia a ação dos indivíduos e seu capital, ao *habitus*, isto é, às predisposições inatas e adquiridas pelos indivíduos através da socialização (ARAÚJO et al, 2009).

³⁴ O *habitus*, por sua vez, produz práticas que não se deixam deduzir diretamente nem das condições objetivas, pontualmente definidas como soma de estímulos que podem aparecer como tendo as desencadeado diretamente, nem das condições que produziram o princípio durável de sua produção. Tais práticas, somente podem ser explicadas então, se forem relacionadas com a estrutura objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus*, como as condições do exercício desse *habitus*, isto é, com a conjuntura que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura (ORTIZ, 2003)

[...] constituir explícitamente o futuro como tal, a la manera de un proyecto o plan postulado por medio de un acto de voluntad consciente y deliberado. La actividad práctica, en la medida en que *tiene sentido*, en que es *sensée*, razonable, engendrada por un *habitus* ajustado a las tendencias inmanentes del campo, es un acto de temporalización a través del cual el agente trasciende el presente inmediato por medio de la movilización práctica del pasado y la anticipación práctica del futuro inscripto en el presente en un estado de potencialidad objetiva (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p.180).

Desse modo, a prática é, ao mesmo tempo:

[...] necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediaticidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* [...] e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (ORTIZ, 2003, p.57/58).

Outra contribuição de Bourdieu refere-se ao processo de formação do *habitus*. Dentre diversas interpretações realizadas sobre as obras de Bourdieu, Setton (2002), comunga com vários autores a perspectiva de que o conceito de *habitus* propõe identificar a mediação entre indivíduo e sociedade, sendo esta uma das questões centrais da produção teórica do autor. Nesse sentido, *habitus* surge como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades pessoais, capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. Segundo a autora:

Habitus é [...] concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados (SETTON, 2002, p.63).

Neste ponto surge a relação de interdependência entre a noção de *habitus* e a noção de campo, trabalhado por Bourdieu, e abordado numa relação de mão dupla entre *habitus* de caráter individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado.

Sendo o *habitus*, segundo Bourdieu (2004, p. 61), “um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital”, a noção de *habitus* pode ser concebida como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, que ocorrem em determinado campo³⁵, articulando a estrutura das disposições objetivas e subjetivas, bem como, as situações concretas da ação, transcendendo, assim a dualidade entre objetivismo e subjetivismo.

³⁵ Entendido por Bourdieu como “espaço social de relações objetivas” (2004, p. 64).

Completando o movimento de interiorização de estruturas exteriores, o *habitus* seria como um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social do indivíduo, que demarcam os limites da consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força (BOURDIEU, 1987, p.XLI). A maior vantagem do conceito de *habitus*, do ponto de vista de Bourdieu, talvez seja o fato de que esse conceito lhe permite compreender o funcionamento macroestrutural da sociedade, particularmente os processos de dominação social, sem precisar supor que esses são intencionalmente constituídos, seja pelos indivíduos isolados, seja pelos grupos (NOGUEIRA, 2002).

Tais colocações remetem à importância das noções de campo e capital para o entendimento da dinâmica social.

2.2 As noções de Campo e Capital em Bourdieu

Bourdieu caracteriza o espaço social como:

[...] um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados, quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos directo ao campo de produção econômica: no interior de cada um dos subespaços os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas) (BOURDIEU, 2004, p.153).

Na construção de uma teoria do espaço social, Bourdieu apresenta preocupação em considerar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos, e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos. O campo, segundo Bourdieu (2004), consiste no espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais, é dinâmico, obedece a leis próprias, apresenta disputas em seu interior, e tem interesse em ser bem-sucedido nas relações entre seus componentes. Ainda, em outras palavras, segundo Bourdieu e Wacquant (2008), o campo pode ser caracterizado como uma mediação crítica entre as práticas daqueles que participam do mesmo e as condições sociais e econômicas que os cercam.

A ideia de campo, proposta por Bourdieu, propõe-se a superar a noção, muitas vezes, estanque de classe social, permitindo uma análise das sociedades, a partir das constantes movimentações de seus agentes. Assim, os campos são “lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2004b, p.27), pois o que existe no mundo social são as relações (BOURDIEU; WACQUANT, 2008), e nesse sentido, passam a ser espaços de relações em movimento, que em última análise, representam a estrutura social.

Na interpretação de Araújo, Alves e Cruz (2009), o conceito de campo para Bourdieu, seria um espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos. A estrutura do campo seria como um constante jogo, no qual, cientes das regras estabelecidas, os agentes participam, disputando posições e interesses específicos, sendo que, em cada momento, é o estado das relações de força entre os jogadores o que define a estrutura do campo (BOURDIEU; WACQUANT, 2008).

En términos analíticos, un campo puede ser definido como una red o una configuración de relaciones objetivas entre posiciones. Estas posiciones están objetivamente definidas, en su existencia y en las determinaciones que imponen sobre sus ocupantes, agentes o instituciones, por su situación presente y potencial (situs) en la estructura de distribución de especies del poder (o capital) cuya posesión ordena el acceso a ventajas específicas que están en juego en el campo, así como por su relación objetiva con otras posiciones (dominación, subordinación, homología, etcétera) (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p.134-135).

Entretanto, entende Ortiz (2003, p. 36), apoiado nas colocações de Bourdieu, que "é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas".³⁶ Ainda, “lo que está en juego (en-jeux), que en su mayor parte es el producto de la competencia entre los jugadores” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p.151). Além disso, destacam os autores que:

Como espacio de fuerzas potenciales y activas, el campo es también un *campo de luchas* tendientes a preservar o transformar la configuración de dichas fuerzas. Además, el campo como estructura de relaciones objetivas entre posiciones de fuerza subyace y guía a las estrategias mediante las cuales los ocupantes de dichas posiciones buscan, individual o colectivamente, salvaguardar o mejorar su posición e imponer los principios de jerarquización más favorables para sus propios

³⁶ Considerando que, para Bourdieu, a maior parte das ações dos agentes sociais é produto de um encontro entre um *habitus* e um campo (discutido por Bourdieu como um conjunto de regras compartilhadas entre agentes de um mesmo segmento social. Tais regras de relacionamento definem a relação entre os agentes e as diferentes posições de cada indivíduo no campo), e o *habitus* sendo a mediação universalizante que faz que as práticas sem razão explícita e sem intenção significativa de um agente singular sejam, no entanto, “sensatas”, “razoáveis”, e objetivamente orquestradas (2003, p. 65).

productos. Las estrategias de los agentes dependen de su posición en el campo, esto es, en la distribución del capital específico y de la percepción que tengan del campo según el punto de vista que adopten *sobre* el campo como una visión desde un punto *en el campo* (2008, p.139).

A definição de um campo obedece a quatro indicativos fundamentais: interesses específicos; leis e regras de funcionamento; estrutura de luta; interesse em comum (BOURDIEU, 2004).

Entra em cena aqui mais um conceito abordado por Bourdieu, o de *Illusio*, também conhecido como *interesse*, no sentido de dar importância a um jogo social. Interesse é “ ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos” (BOURDIEU, 1996, p. 139). Pode-se compreender, então, como coloca Setton (2002, p. 64), a *Illusio* como “uma motivação inerente a todo indivíduo dotado de um *habitus* e em determinado campo”.

Cada campo é “lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2004b, p.26). A isso se acresce que:

El principio de la dinámica de un campo yace en la forma de su estructura y, en particular, en la distancia, las brechas, las asimetrías entre las diversas fuerzas específicas que se confrontan entre sí. Las fuerzas que están activas en el campo [...] son las que definen el capital específico. *Un capital no existe ni funciona salvo en relación con un campo.*

A noção de capital, por sua vez, nas obras de Bourdieu, assume um entendimento distinto e/ou ampliado da concepção marxista de capital, entendendo esse termo não apenas com o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. Capital pode não só ter uma denotação econômica, referindo-se à renda, salários, imóveis, mas também é necessária a consideração da existência e importância de outros capitais, como o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e ainda o capital simbólico (prestígio e/ou honra), entre outros. Reconhecer que o capital pode adotar várias formas é indispensável para explicar a estrutura e a dinâmica das sociedades diferenciadas (BOURDIEU; WACQUANT, 2008).³⁷

Por capital cultural, Bourdieu trata uma riqueza simbólica desigualmente distribuída no interior de cada campo, que é acumulada e transmitida de geração em geração, traz poder a seus detentores e suscita o desejo - consciente ou não - de se distinguir dos demais por meio

³⁷Por exemplo, dois indivíduos dotados de um capital geral equivalente podem diferir, em sua posição e em suas posturas (“tomadas de posição”), em que um detém muito capital econômico e escasso capital cultural, ao passo que, o outro tem pouco capital econômico e grandes ativos culturais.

de atitudes "típicas" de um conhecedor. Segundo Bourdieu, o capital cultural pode aparecer sob três formas diferentes: como *habitus* cultural, quando é fruto da socialização prolongada, que garante a alguém saber falar bem em público ou se sentir à vontade em uma ópera, por exemplo; como forma objetivada, presente em bens culturais como livros, quadros, discos etc.; sob forma institucionalizada, contida nos títulos escolares e vinculada ao mercado de trabalho. De qualquer maneira, o montante e a natureza do capital cultural possuído pelos diferentes agentes têm relação direta com suas preferências estéticas e aquisições culturais.³⁸

Já o capital social, utilizado por Bourdieu, é considerado uma soma dos recursos, reais ou virtuais, que um indivíduo ou grupo possui em virtude de ter uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento.

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...] mas também, são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1999, p. 67).

No tocante à estrutura do capital social, Bourdieu indica que esta seria composta basicamente pelas ligações entre os agentes de um campo (bem como por ligações entre agentes de campos diferentes), sendo que a mudança de posição dos agentes num dado campo, tenderia a estabelecer novas redes de relações análogas às demais formas de relações (mudando, portanto, a estrutura e, em alguns casos, o volume de capital social).

O capital simbólico, por sua vez, é um “poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2004, p.08). O autor define o poder simbólico, que se baseia no capital de mesma ordem, num sentido de relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença (BOURDIEU, 2004, p.14-15). Assim, o capital simbólico, diferentemente das outras modalidades de capital, pode não ser imediatamente perceptível como tal e os efeitos de sua duração também obedecem à lógica(s) diferente(s). Espécie de poder ligado à propriedade de "fazer ver" e "fazer crer", o capital simbólico é, de forma geral, uma medida do prestígio e/ou do carisma que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo. Desse modo, a partir desta marca quase invisível de distinção, o capital simbólico permite que um indivíduo desfrute de uma posição de evidência frente a um campo. Destaca-se ainda que

³⁸ Vale destacar que não necessariamente o capital cultural está associado ao capital econômico; muitas vezes, grupos menos privilegiados do ponto de vista financeiro são os maiores detentores do capital cultural.

o capital simbólico pode vir a ser um instrumento de violência simbólica, ao impor seu peso sobre os que não o possuem, ou o possuem em quantidades inferiores, em um dado campo.

2.3 Aproximações aos Campos e Trajetórias Sociais no âmbito das experiências em análise

Buscar a compreensão das dinâmicas sociais em curso nos assentamentos de reforma agrária requer considerar que estes constituem um momento num processo que se inicia com anterioridade, seja na formação dos *habitus* daqueles que serão assentados e daqueles que serão mediadores da luta social. Do mesmo modo, no contexto de Isla Mayor, a compreensão do campo social em que se encontram inseridas famílias com *habitus* ligado à produção arrozeira implica na necessidade de compreensão de um contexto mais amplo, qual seja os processos de regulamentação e intervenção da União Europeia. Percebe-se previamente que, nos dois contextos a serem investigados, teremos *habitus* e situação definindo as práticas e também definindo o que hoje se constitui como trajetória social.

2.3.1 Tempo de acampamento e o questionamento do *habitus* herdado

A decisão de integrar-se a um acampamento ocorre por uma insatisfação com a realidade vivida e pela esperança de um futuro de melhores condições de vida. Segundo Martins (2003), o sujeito da Reforma Agrária, ao deparar-se com a falta de perspectiva no local de origem ou com o processo de desagregação, visualiza na Reforma Agrária possibilidades de acesso à terra e à moradia.³⁹ A luta pelo acesso à terra materializa a luta por um lugar, por melhores condições de vida e por cidadania. Sendo que a conquista da terra, do lugar para morar e viver, bem como para ter sossego, constitui-se ainda no projeto de vida da grande maioria dos pobres do campo por vários motivos, segundo Silva (2004, p. 92):

³⁹ Acrescenta-se ainda, a lembrança que Medeiros (1994), faz com relação à demanda pela terra, frente às ligações com problemas de desemprego, de habitação, de revigoramento de estratégias patronais, de fortalecimento de organizações empresariais, o que acaba gerando uma configuração alternativa buscada para o suprimento das necessidades de reprodução social.

[...] para criar os filhos longe das drogas, da violência, da criminalidade urbana; para livrar-se do pagamento do aluguel, das dificuldades financeiras, da fome, do desemprego, da dominação; e também para um possível reencontro com um mundo deixado para trás, mas que permaneceu no imaginário como uma espécie de paraíso perdido.

Tratando sobre as diferentes fases por que passam os que lutam pela terra, Pereira (2004) coloca que a entrada e a permanência no acampamento representam um ritual na perspectiva de mover-se a um status superior: de sem-terra a produtores rurais, de excluídos a cidadãos. Nessa fase a terra representa para eles o objetivo comum a ser atingido, pois pode garantir-lhes as condições de autonomia, uma forma idealizadora que os impulsiona a agir coletivamente.⁴⁰ O caminho apresentado para esse acesso passa pela inserção num novo campo de relações constituído pelo movimento social, o qual organiza o tempo de acampamento.

O tempo de acampamento precede a mudança para a terra conquistada.⁴¹ No acampamento, o MST orienta os agricultores a organizarem-se em núcleos, que se reúnem, em sua grande maioria, a partir das afinidades de vizinhança e parentesco. Esses núcleos possuem uma liderança, que orienta a respeito das questões pertinentes da organização do acampamento, como da distribuição de tarefas e organização dos espaços coletivos e individuais, como explica Silva (2005). Os núcleos são unidades organizadas dentro do acampamento e também representam um meio de veiculação ideológica do MST, através do qual orientam as formas de relações sociais projetadas e a organização espacial idealizada pelo Movimento (SILVA, 2005, p.14).⁴²

Assim, subordinados nos processos de expropriação, fragmentação e apropriação do território, pelo capital, segundo Schreiner (2002), os camponeses/pequenos agricultores, sem-terra, entre outros, historicamente tem se rebelado contra o modelo de desenvolvimento, que os exclui e expropria seus bens materiais, seus instrumentos e seus meios de produção. Sendo que os sem-terra acampados articulam, no cotidiano dos acampamentos, uma identidade unificadora, comum em uma mesma situação de exclusão e de luta pelo acesso à terra, através

⁴⁰ “Em uma vida feita de passagem como a dos camponeses sem terra, sempre migrando em busca de melhores condições de vida, o desejo de se estar realizando a derradeira travessia para uma vida de fartura, dá à luta pela terra uma dimensão ritual, conferindo-lhe grande força e intensidade” (MARQUES, 2000, p. 224).

⁴¹ O período de moradia em acampamentos, normalmente, organizados pelo MST, são um dos instrumentos de pressão social por meio da visibilidade da demanda por Reforma Agrária e das precárias condições de vida a que estão expostas estas famílias nesse período. Segundo Silva, C. (2005), essa prática visa a chamar a atenção da opinião pública para as reivindicações do MST, assim como para a possível desapropriação da área ocupada.

⁴² Em verdade, sabe-se pouco sobre a experiência de vida que nos acampamentos obtêm seus moradores, a experiência que questiona as experiências prévias, as mentalidades, os modos de vida. Mas o acampamento, ao abrir a perspectiva da utopia, o faz no marco de um amplo processo de perda social e cultural. Antigos valores e referências perdem o sentido, embora sobre outros, os essenciais à situação de emergência da transição. E o novo que ali se anuncia ainda não tem sentido, porque ainda não é e nem sempre será (SAUER, 2005).

do encontro de distintas trajetórias de vida e percepções de mundo. Martins (2003, p.122), complementa apontando que:

Se no tempo de acampamento, justamente por se encontrarem todos juntos, num mesmo local e numa mesma condição, estabelece-se entre os agricultores uma maior solidariedade, isso não necessariamente significa que o processo de socialização propiciado tenha sido suficiente para diluir as diferenças existentes ou para que abdicuem de seus projetos de vida em prol de uma suposta causa socialista. Pelo contrário, é nesse período que as diferenças aparecem, as divergências afloram, que se estabelecem novas afinidades e que se renovam as esperanças de reconstruírem suas vidas tal como almejam, ou seja, através da reconstrução do modo de produção familiar.

Complementando tal linha de pensamento, Caume (2006), afirma que a aceitação do estabelecimento de normas disciplinares que codificam práticas e comportamento individuais, ocorrem em função da convicção de que o acampamento representa uma situação efêmera e necessária para a conquista da terra. Regulação de condutas, não apenas políticas, mas também morais, estabelecendo tênues linhas de separação entre espaços públicos e privados, são outras formas de normatização dos espaços dos acampamentos, apontadas por Caume (2006).

Para Piccin (2007) quando em acampamento, as famílias têm uma característica peculiar: a sensibilidade que demonstram em relação às novas situações sociais. As resignificações associadas a visões de mundo agem abrindo uma disponibilidade para uma maior participação e ação política. A reflexão, a partir da prática coletiva, os introduz nas discussões de objetivos maiores da luta e de mobilização de seus semelhantes⁴³.

Embora não se apaguem as específicas trajetórias de vida, as diferenciações simbólicas, as heterogeneidades socioeconômicas e mesmo possíveis conflitos de desejos e interesses, o acampamento é onde as condições de possibilidade à coesão social são marcadamente positivas; as diferenças tendem a ficar diluídas e os conflitos internos “congelados” em decorrência da própria situação de fragilidade, vulnerabilidade (econômica e emocional), insegurança e imprevisibilidade em que vivem os acampados. (CAUME, 2006, p.148).

Nesse sentido, pelo acúmulo histórico de experiências de êxito e de fracasso, os indivíduos vão agora constituindo um novo conhecimento prático relativo ao que é possível ou não de ser alcançado dentro da realidade social concreta em que estão inseridos, podendo ser, como aponta Martins (2003, p.122), o acampamento “efetivamente o cenário e lugar de ressocialização dos sem-terra para a nova realidade de assentado”. Mas, segundo Caume (2006), é preciso também desnaturalizar a ideia de que o acampamento constitui uma “comunidade”, livre de conflitos e disputas, mas percebê-lo como uma idealização

⁴³ Frequentemente se dispendo a compor as equipes de “frente de massas”, voltando para suas comunidades de origem para mobilizar outros sem-terra.

discursivamente construída e que tem objetivos estratégicos bem definidos: a solidificação do grupo social, a construção da identidade coletiva e a legitimação social do monopólio da representação do grupo por diferentes agências (MST, CTP, sindicatos e outras entidades).

O acampamento é um ambiente com relativa autonomia e, no caso do Rio Grande do Sul, é altamente controlado pelo MST, configurando-se, então, como um espaço de dissolução de referências e de construção de um projeto coletivo, para o MST, o socialismo (MELLO, 2006, p. 136).

2.3.2 Tempo de instalação no assentamento: *habitus* herdado em conflito e a emergência de um *habitus* adquirido

Os assentados, quando recebem o lote de terra, assumem a difícil tarefa de transformar o seu projeto de vida em realidade. Nesse sentido, existe uma necessidade, conforme lembra Medeiros (1994), de encarar os assentamentos como processos sociais complexos, cuja constituição está inserida em um complexo e contraditório jogo de forças sociais. Segundo Medeiros (1994), se, no momento da luta, de gestação de uma utopia, é possível falar da priorização de uma identidade construída nesse processo, uma vez obtido o acesso à terra e colocadas questões em termos da produção, de decisão sobre formas de organização, e, até mesmo, de localização de famílias, revelam-se diferenciações que se referem a aspectos tanto econômicos quanto culturais e políticos.

Quando são assentadas as famílias, normalmente não dispõem de qualquer infraestrutura, ou seja, sofrem com restrições de bens e serviços indispensáveis, sendo que as necessidades iniciais são incontáveis. Como situação, quase que comum, a todos os assentamentos recém implantados de reforma agrária, tem-se as famílias vivendo com uma exposição acentuada ao risco, apresentando níveis socialmente inaceitáveis de mal-estar⁴⁴, e, conseqüentemente, um elevado grau de vulnerabilidade das famílias recém assentadas. Lembrando que pobreza e vulnerabilidade são coisas distintas, porém, muito próximas. Conforme afirma Shaffer (2008), a vulnerabilidade não é pobreza, mas sim uma situação que pode fazer com que as pessoas não pobres venham a se tornar pobres, ou aquelas que já estão em estado de pobreza agravem ainda mais sua situação. Desse modo, nos estudos relacionados à pobreza, segundo Duclos (2001), estar vulnerável é estar propenso a sofrer

⁴⁴ Destaca-se o tempo que as famílias assentadas permanecem morando em barracos de lona, erguidos sob chão de terra, até a construção de suas efetivas moradias.

uma redução no bem-estar, uma descida especificamente abaixo de um ponto de referência mínimo de condições de vida, o limite da pobreza.⁴⁵

Uma população vulnerável pode, assim, ser classificada como aquela que se encontra em estado de pobreza ou no limiar de pobreza. Sendo que, uma população em condições de vulnerabilidade tem muita propensão a se tornar pobre, e uma população pobre que está vulnerável econômica, social, política, cultural e ambientalmente, tende a intensificar sua situação de pobreza em razão da sua vulnerabilidade (COSTA, 2006). Quanto mais pobres são as pessoas, mais vulneráveis elas tendem a ser e quanto mais vulneráveis as pessoas estão, mais perto da pobreza elas se encontram (MASKREY, 1999, apud YODMANI, 2005)⁴⁶. Tal situação de vulnerabilidade potencializa que as trajetórias sociais das famílias e/ou do coletivo sejam radicalmente transformadas, frente ao que se planejava no tempo de acampamento, sendo necessária uma reestruturação dos planos ou, até mesmo, o seu adiamento. Ou seja, as precárias condições de vida, as necessidades impostas pelo momento que se vive, determinarão as trajetórias a serem seguidas pelas famílias por um determinado tempo.

No momento em que as famílias são assentadas passam a enfrentar novos desafios para sobreviver na terra conquistada, seja na forma de exploração da terra, seja na organização do trabalho. Além disso, as experiências anteriores e a própria memória dos processos de exclusão vividos exercem influências sobre o cotidiano (SCHREINER, 2002). No espaço social do assentamento, segundo Piccin e Picolotto (2007), tendem a acentuarem-se as contradições entre o *habitus* herdado nas trajetórias anteriores (valores, visões de mundo

⁴⁵ Entende-se neste trabalho a vulnerabilidade como uma dimensão da pobreza, representando por sua vez, um estágio de debilidade e fragilidade, conforme propõe Stålhett (2003). Já o The World Bank, através do World Development Report – WDR - (2000), considera como vulnerabilidade os riscos que envolvem os indivíduos nas dimensões da renda e da saúde ao longo do tempo e também a probabilidade de estar exposto a riscos, como por exemplo, desastres ambientais e violência. A vulnerabilidade a determinados riscos é atualmente uma das variáveis utilizadas na análise da pobreza. Considerando esta como uma importante dimensão a ser analisada, pois pode ser reconhecida como o resultado da não satisfação de segurança ao se programar o futuro, de modo que a ocorrência de um evento de risco pode levar a uma variabilidade significativa no nível de vida das famílias (DUCLOS, 2001). Os pobres são mais vulneráveis, pois eles normalmente são mais expostos a riscos (HOOGEVEEN, TESLIUC, VAKIS, 2005). No entanto, a vulnerabilidade caracteriza-se por apresentar uma dinâmica temporal, razão pela qual é difícil conceituá-la e avaliá-la. Segundo The World Bank (2000), é necessário ter um acompanhamento dos dados ao longo dos anos e saber dos indivíduos se eles percebem uma piora na sua qualidade de vida. Afirma o documento ainda, que é um desafio encontrar um indicador de vulnerabilidade que aponte previamente situações de risco das famílias. Neste sentido, Dolgberg (2001), aponta que a situação de vulnerabilidade é determinada também pelo local onde as pessoas moram e mais especificamente, se são ou não pobres. Já na reflexão de McGregor (2000), encontra-se que as pessoas que vivem no espaço rural são mais vulneráveis das que habitam o espaço urbano e podem vir a ter vulnerabilidades específicas, em detrimento de sua estrita dependência com o meio ambiente. Ainda sobre o contexto rural, a noção de vulnerabilidade, segundo Yamin et al (2005), foi introduzida na discussão por Robert Chambers em 1989, para o qual, estar vulnerável é estar muito indefeso e inseguro diante de riscos e eventos extremos.

⁴⁶ Outra vertente importante e distinta do trabalho sobre a vulnerabilidade, que precisa ser destacada, assume como objeto de análise, ao invés de risco, grupos específicos. Usando essa abordagem, o principal objetivo está na realização de análises relacionadas às condições e circunstâncias de um grupo específico, tais como idosos, crianças, mulheres, trabalhadores sem terra, etc. (HOOGEVEEN, TESLIUC, VAKIS, 2005).

e saberes) e as novas condições físicas e sociais da região onde o assentamento está localizado, as diferenças específicas de cada lote, bem como as instituições de crédito, assistência técnica, redes mercantis, dentre outras.⁴⁷ As predisposições apresentadas pelas famílias, aliadas às modificações das condições materiais objetivas de vida dos agricultores, e às ameaças à sobrevivência, de acordo com Piccin (2007), podem condicionar mudanças nas trajetórias sociais, influenciando no modo de agir nos acampamentos e no período de instalação dos assentamentos.

Frente a um leque restrito de possibilidades dentro da ordem social estabelecida, o assentado, muitas vezes, percebe que as práticas precisam ser modificadas, configurando um momento em que o *habitus* herdado entra em crise, o indivíduo em conflito, pois não responde mais aos desafios impostos, sendo as experiências pregressas insuficientes para orientar suas ações para manter sua sobrevivência. Observando novas possibilidades de melhorar de vida, e frente às transformações na ordem social, nas práticas e experiências, existe uma re-significação de sentidos nesse período de suas vidas, havendo, conseqüentemente, uma re-significação de seu *habitus* pelo ineditismo das circunstâncias vividas. Portanto, seria prudente considerar que as situações por quais passam os sem-terra, as circunstâncias e conjunturas vividas no acampamento e na nova terra recebida, levam cada indivíduo a determinadas modalidades e possibilidades de re-significação de sentidos, de referências e, dessa forma, do *habitus*.⁴⁸ Concomitantemente compreende-se que as trajetórias sociais também passam por momentos de ruptura, perdendo sua continuidade, sua coerência, abalando, por sua vez, o *habitus*, e gerando novas práticas.

No processo de adaptação ao novo ambiente, passam a assumir relevância os mediadores. Destacando-se a influência de distintos agentes, com destaque para o Estado e o MST⁴⁹.

Melgarejo (2000) salienta a existência de clara orientação política por parte do MST no sentido de estimular e auxiliar na organização de diferentes formas de cooperação, que vão

⁴⁷Conforme também relata Lima (2003), os desafios são ampliados quando ocorre a transferência inter-regional das famílias a serem assentadas. No caso analisado pelo autor, o assentamento Conquista da Fronteira, localizado no município de Hulha Negra – RS, os desejos e as expectativas presentes na chegada das famílias ao assentamento se modificaram, à medida que estas foram tomando conhecimento do contexto sócio-político-cultural e percebendo as diferenças geo-ambientais entre o local em que estavam sendo inseridas com aquele da sua procedência.

⁴⁸As novas circunstâncias vividas levam a um denominado *habitus* adquirido, onde se passa a agir não a partir de um *habitus* herdado do grupo social com quem se conviveu anteriormente ao ingresso no movimento de luta pela terra, mas sim se passa a agir, a efetuar escolhas, com um *habitus* adquirido a partir de um novo contexto social em que o mesmo se encontra inserido.

⁴⁹E neste novo espaço, que vai sendo construído ao longo dos anos, há o estabelecimento de relações sociais entre os indivíduos e entre estes e as diversas instituições e organizações que se fazem presentes nos assentamentos.

desde trocas informais de serviço, mutirões, grupos de vizinhos, atividades (lavouras, criações, compra de insumos) coletivas ou semi-coletivas e associações formais ou informais, até cooperativas legalmente estruturadas nos assentamentos, vistas como a principal forma de resolver os problemas econômicos e sociais, mantendo os trabalhadores organizados nas novas comunidades. Constrói-se assim, na grande maioria das vezes, a partir das discussões realizadas via movimento social nos acampamentos, uma concepção de vida, fundamentada na coletivização e não mais no individualismo introjetado pelo modelo dominante de desenvolvimento na sociedade capitalista contemporânea. Tal idealização nem sempre encontra condições para se manter quando ocorre a implantação do assentamento. A dificuldade ocorre, segundo Martins (2003), muitas vezes, em decorrência da reforma agrária não ser uma proposta de projeto integral de reformulação da vida e de socialização para um novo modo de viver. Tudo parece indicar que os agentes da reforma agrária trabalham com a pressuposição de que basta oferecer oportunidades, sobretudo, econômicas e, principalmente, a terra, que elas por si promoveriam todas as readaptações necessárias.

O Estado, por exemplo, como “criador” de planos de reforma agrária e também os agentes mediadores dos movimentos sociais de luta pela terra, frequentemente, esquecem-se dos elementos míticos da terra presentes na visão de mundo dos pobres do campo (SILVA, 2004), especialmente quando tratam de reforma agrária⁵⁰. Além do que, segundo Silva (2004, p. 104/105), ocorre “a imposição da inserção dos assentados na economia mercantil, na qual a terra é vista enquanto meio de produção. O simbolismo em torno da terra vai, aos poucos, cedendo lugar à visão da terra como mercadoria, logo, terra de negócio”.

A questão que parece emergir como central durante o período de instalação dos assentamentos está no fato de que, de um momento para o outro, os antes sem-terra, agora assentados, são, segundo Silva (2004), obrigados a fazer parte do circuito mercantil, caracterizado pelo chamado processo de industrialização da agricultura, que envolve a aplicação de insumos modernos, compra de máquinas e, necessariamente, a inserção nas linhas de crédito bancário oferecidas pelo governo. No entanto, identifica-se a existência, em parte, de uma prática social com relação à terra fundamentada por um ideal de sociedade camponesa⁵¹, no sentido de ter sua terra e poder viver nela, cultuando questões de um passado

⁵⁰ Lembrando que as ações dos indivíduos não contem apenas elementos racionais, conforme tenta colocar a legislação e as políticas de reforma agrária existentes no país. Um “conjunto de simbolismos – mesclado com representações afetivas, inconscientes ou não – integram e demarcam valores e crenças, que compõem o mundo real, vivido e experimentado pelos indivíduos” (SILVEIRA, 1994, p.55/56).

⁵¹ Para Mendras (1978), o tipo ideal de sociedade camponesa se define por cinco traços: - a autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades; - a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social

já ligado à terra. Contudo, surge, também, a ocorrência de uma relação capitalista com a terra, resultado das transformações recentes nos assentamentos, onde se apresentam trajetórias pautadas fundamentalmente pela busca de uma renda familiar, procurando atender as necessidades básicas, como alimentação da família.

Segundo Zimmermann (1994, p. 205), os assentamentos devem ser compreendidos enquanto “espaço de relações sociais, onde as características heterogêneas individuais, homogêneas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas”. No cotidiano do assentamento, diferentes formas organizativas voltadas para a produção são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos, causados, na maioria das vezes, pelas necessidades sentidas e pelas vulnerabilidades vividas.⁵²

Esse novo ambiente será onde os “agricultores-assentados irão construir suas vidas e acionar um conjunto de conhecimentos adquiridos e redes de relações sociais internas e externamente ao assentamento para tentar materializar seus projetos, sonhos e desejos” (PICCIN; PICOLOTTO, 2007, p.6).

2.3.3 Na consolidação do assentamento: *habitus* herdado e *habitus* adquirido “definindo” a prática cotidiana

Após um período de ‘adaptação’ ao novo contexto social, em que se verifica algum avanço em termos de acesso a serviços básicos, como água e luz, a realidade de restrições ainda permanece em muitos assentamentos, evoluindo de uma situação de vulnerabilidade para uma situação de pobreza, com alguns casos de superação.⁵³ A pobreza verificada neste espaço temporal deve ser entendida como privação relativa, conforme proposto por Amartya Sen (2000), que afirma que ser pobre não implica apenas em privação material, mas que as

da coletividade; - um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente; - uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas; - a função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

⁵² Neste sentido, o espaço social dos assentamentos é construído e transformado, muitas vezes, a partir, de problemas estruturais graves, que, até mesmo ameaçam a sobrevivência das famílias, pelo seu estado de vulnerabilidade.

⁵³ O quadro evidenciado nos assentamentos de reforma agrária do país há muitos anos, por diversos estudos (SPAROVEK, 2003; MELGAREJO, 2000; BITTENCOURT et al., 1998; MELLO, 2006), é basicamente de estagnação econômica, problemas de reprodução social das famílias assentadas, com esvaziamento dos lotes, e problemas envolvendo os projetos coletivos. Observa-se que estes problemas são mais acentuados em algumas regiões, frente aos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ecológicos particulares de cada espaço.

privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos nas outras esferas. Em outras palavras, a situação de pobreza irá contribuir para determinadas escolhas e formas de agir. Concorde-se, assim, com Narayan et al. (2000), a partir do que foi citado na introdução desse trabalho, que a pobreza deve ser compreendida como um fenômeno complexo, que abrange múltiplas dimensões (econômicas, material, social, física, psicológica), e inclui aspectos de impotência, falta de representação nas decisões, falta de liberdade política, falta de segurança pessoal, e a própria vulnerabilidade a uma diversidade de riscos.

Frente a um contexto, frequentemente, caracterizado pela pobreza, a prática social desenvolvida nos assentamentos, no período denominado de consolidação, pode ser compreendida como a dialética entre a realidade objetiva do assentamento (normalmente de restrições e quadro geral de pobreza), os projetos dos mediadores e os *habitus* das famílias assentadas, seja ele herdado ou adquirido.

Identifica-se que fundamentalmente o Estado⁵⁴, após constituídos os assentamentos, procura condicionar padrões de organização da produção, criação de associações, etc⁵⁵. Lembrando, no entanto, que cada região do país apresenta uma dada realidade, pois o projeto do MST também busca se afirmar em relação ao que fazer no assentamento, além da tradicional presença de empresas privadas, que buscam exercer também alguma influência sobre o espaço social que aí se constitui. Sobre este aspecto é necessário destacar que neste período de consolidação do assentamento ocorre, muitas vezes, uma emancipação das famílias na forma de agir, com relação às orientações, tanto do Estado, como do MST.

Entre a instalação do assentamento e sua “consolidação”⁵⁶, Marques (2000), aponta a necessidade de um período mínimo de cinco anos, podendo ser estendido até oito anos⁵⁷, onde o assentado começa a procurar ser reconhecido como pequeno proprietário e emancipar-se das ações do INCRA. No que se refere à emancipação, com relação ao MST, ela se revela, muitas vezes, em uma substituição dos valores relativos à solidariedade, ajuda mútua e mística,

⁵⁴ O Estado, por sua vez, considera o beneficiário da reforma agrária como um indivíduo genérico a ser enquadrado e cuja identificação com a comunidade de assentados e participação na construção de uma coletividade organizada nos moldes previstos no plano devem ser estimuladas. O beneficiário é tomado como “culturalmente desqualificado, e sua ressocialização é proposta segundo os parâmetros da sociedade de mercado referentes à produção e à organização social e política” (MARQUES, 2004, p. 259).

⁵⁵ Segundo Bourdieu e Wacquant (2008, p. 151), o Estado, “[...] sería el conjunto de los campos en los que tienen lugar las luchas en las cuales lo que está en juego es [...] el monopolio de la violencia simbólica legítima, es decir, el poder de constituir y de imponer como *universal y universalmente aplicable* dentro de una determinada “nación”, mejor dicho dentro de las fronteras de un territorio dado, un conjunto común de normas coercitivas”.

⁵⁶ Considera-se esse período como sendo aquele em que as famílias assentadas já se encontram instaladas, com acesso à infraestrutura básica e acesso a programas, como o Pronaf, estando em fase de titulação definitiva.

⁵⁷ Observa-se também que, em determinadas regiões, como na metade sul do Rio Grande do Sul, que, depois de quase 15 anos de instalação dos primeiros assentamentos, muitos agricultores ainda não encontraram uma proposta ou arranjo produtivo que lhes garanta a tão almejada sustentabilidade (FRANÇA; SPAROVEK, 2005).

fortemente pregados nos acampamentos, por exemplo, pelo individualismo, pela não-cooperação. Para Silva (2004, p.104-105), esse fato ocorre em virtude da imposição da inserção dos assentados na economia mercantil, na qual a terra é vista enquanto meio de produção. O simbolismo em torno da terra vai, aos poucos, cedendo lugar à visão da terra como mercadoria, sendo que o objetivo passa a ser a renda auferida pela terra. Essa dinâmica pode representar a inserção em outros campos de relações econômicas e políticas com diferentes implicações sobre as práticas dos assentados.

Assim, os assentamentos de reforma agrária, ou a reforma agrária como um todo no país, podem ser considerados como um grande campo ou espaço social, constituído, por sua vez, sob a influência de diversos outros campos que atuam em seu interior⁵⁸. Forma-se, assim, um espaço social muito particular, pelas peculiaridades apresentadas pelos agentes que o formam, mas que também não foge à conformação mais comum. Nesse sentido, os assentamentos de reforma agrária constituem-se como um exemplo típico de espaço onde se materializam as mais diversas formas de combinação e interação entre fatores internos e externos no estilo de vida das famílias assentadas. Retratam a história de sujeitos/grupos familiares expropriados do acesso à terra que tentam em um novo lugar a reconstrução de suas vidas. No novo espaço, o sujeito necessita moldar seu projeto de vida, de acordo com as interações de fatores diversos.⁵⁹

Com uma maior “liberdade”⁶⁰, para definir suas ações, segundo Piccin (2007), o espaço de terra conquistado, passa a ser local de manejo dos recursos produtivos disponíveis e de trabalho, o que, por sua vez, pode expressar objetivamente uma exteriorização dos conhecimentos, costumes, vontades e projetos de vida em forma de estratégias produtivas. Ponderando-se que uma mesma estratégia produtiva pode representar diferentes significados para as famílias que as desenvolvem, indicando, que as explicações para diferentes estratégias produtivas residem em elementos como o *habitus* de seus integrantes. Os diferentes *habitus*

⁵⁸ Segundo Bourdieu e Wacquant (2008, p. 148), “la interrelación entre los distintos campos es una cuestión extremadamente compleja [...] que debe investigarse cada caso histórico por separado”.

⁵⁹ Nos assentamentos, formados por uma população prioritariamente pobre, em especial quando da instalação dos mesmos, a realidade que se conforma com o passar do tempo é a descrita por Silva (2004, p.103), ao analisar dois assentamentos no estado de São Paulo, onde “há aqueles que ascenderam socialmente, os que abandonaram os lotes, os que utilizaram estratégias não condizentes com o projeto de reforma agrária e os que recorrem ao assalariamento”. Tal situação ocorre por que uma grande maioria dos assentados já vem de uma situação de extrema pobreza. Neste sentido, a legislação agrária e as normas administrativas do INCRA, prevêm uma assistência aos novos assentados a fim de facilitar condições mínimas de qualidade de vida e de produção, sendo esses recursos indispensáveis para suprir as carências imediatas e começar a gerar algum tipo de renda agrícola. No entanto, a omissão do Estado na destinação de créditos e recursos para a habitação, educação, saúde, saneamento, energia elétrica, estradas, aquisição de máquinas e outros equipamentos agrícolas, tem sido evidenciada, especialmente neste período de instalação dos assentamentos (LIMA, 2003).

⁶⁰ Nesta fase dos assentamentos já não existe uma presença tão intensa do Estado, através de ações desenvolvidas via INCRA e do MST, no interior dos assentamentos.

(herdados ou adquiridos) conformados numa dimensão sócio-histórica constituem e justificam diferenças socioeconômicas, de visão de mundo, e de projeto de vida, construindo novas hierarquias no campo dos assentamentos de reforma agrária (PICCIN, 2007). Conforme coloca Bourdieu (1996, p. 138):

Há uma razão para os agentes fazerem o que fazem[...], razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrarias, em uma serie coerente, em algo que se possa compreender a partir de um principio único ou de um conjunto coerente de princípios.

Assim, as famílias assentadas geralmente apresentam uma história em comum, são marcadas pelo sofrimento em busca da reprodução social, mas que não foi vivido coletivamente, via de regra, pelo menos até o momento de luta pela terra. Longe de um espaço marcado por características semelhantes, a heterogeneidade de situações se faz uma das principais marcas, especialmente, no espaço dos assentamentos de reforma agrária, formado normalmente por indivíduos que acumulam distintas trajetórias de vida. Características individuais, estas, observadas em cada grupo familiar que se traduzem em diferentes formas de produção, valores, interações pessoais e grupais (MELGAREJO, 2000). Ainda sobre a heterogeneidade nas formas de pensar e agir das famílias, o assentamento se constitui em um campo social de diferenciação múltipla, tornando-se mais complexo quando forem distintas as trajetórias e os sistemas socioculturais dos assentados.⁶¹ Martins (2003, p.66), destaca que:

Pessoas que supostamente estão voltadas para objetivos comuns, mesmo quando tem origens diferentes, não conseguem construir um eixo comum de referencia, nem mesmo no âmbito das relações de interesse, uma certa idéia de pertencimento, de estar juntos, de comunidade.

Nesse sentido, destaca-se a complexidade e diversidade das práticas sociais desenvolvidas nos assentamentos, uma vez que estão imersas na realidade objetiva dos mesmos, frente às condições existentes e as demandas modificadas ao longo dos anos.⁶² Condições estruturais que englobam questões atuais e históricas, sendo essas relacionadas

⁶¹ Em tais universos, diversas questões estão intrínsecas, como a apontada por Ortiz (2003), apoiado em Bourdieu, onde relata que: “[...] os conflitos de geração opõem não classes de idades separadas por propriedade de natureza, mas *habitus* que são produtos de diferentes métodos de engendramento, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns indivíduos sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas, e inversamente.” (p.57).

⁶² E contrapondo-se às idealizações existentes, nas quais se configura um tipo ideal de assentado, a rede de relações constitutivas do novo estilo de vida, acrescida de especificidades regionais, apresentam um grau de complexidade que, na maioria das vezes, escapa ao "olhar" institucional dos agentes burocráticos. Assim, não há como apagar as diferenciadas individualidades que se fazem presentes, marcadas por uma multiplicidade de conflitos de ordem pessoal (FERRANTE; BARONE, 1997/1998). Segundo Martins (2003), cada assentado tem uma historia singular e uma experiência de necessidades, privações e luta singular.

com os distintos *habitus* (herdado ou adquirido) de cada assentado e também relativas à posição que o assentado ocupa nos campos político e econômico, por exemplo. Ou seja, parecem ser diversos os elementos que exercem influência na prática social das famílias assentadas, mesmo quando o assentamento já se encontra em fase de consolidação.

2.3.4 A realidade Espanhola: frente a um contexto de institucionalização que valoriza e coage as famílias rurais

Os países europeus apresentam um interesse crescente em recuperar e proteger o patrimônio cultural e as tradições associadas a produtos agrícolas locais, destacando-se o setor agroalimentar, e esboçando um novo panorama, para o meio rural, vinculado a novas atividades e valores. Estudos sobre diferenciação e qualidade de produtos⁶³ agropecuários revelam a importância dessa estratégia para os territórios europeus, sobretudo, porque evocam a importância de saberes tradicionais, modos de fazer e produzir e/ou ecossistemas singulares (LOZANO; AGUILAR, 2010, FIERRO; MARTÍN, 2009). Evidencia-se, assim, a emergência de um novo paradigma, onde a qualidade (dos produtos e processos) é o objetivo central⁶⁴ (LOZANO; AGUILAR, 2010).

Para exercer certo “controle” sobre esse novo sistema emergente, ocorre um processo de institucionalização em nível da Comunidade Econômica Europeia – CEE, o qual ocorre fundamentalmente após a percepção de que a desconexão entre agricultura e alimentos havia levado a uma marginalização das atividades agrícolas e assim fazia emergir a necessidade de um novo projeto para o meio rural. Apoiado em uma nova Política de Desenvolvimento Rural, passou-se ao apoio para a diversificação econômica dos espaços, principalmente

⁶³ Qualidade, neste contexto, pode ser compreendida como um conceito complexo e multifacetado, de múltiplas dimensões. Por exemplo, o conceito de qualidade no tocante aos alimentos artesanais, por um lado tem a validação legal, que trabalha com um conceito estrito de qualidade, baseada na ótica sanitária de livrar o alimento do potencial de contaminação, e por outro lado tem a validação social considerando a qualidade ampla, envolvendo aspectos nutricionais, organolépticos, ecológicos, aparência, sociais e culturais, relativos ao processo de produção e sua dimensão simbólica (SILVEIRA, 2010).

⁶⁴ A desconexão entre a produção e o consumo, causada pelo distanciamento trazido pela concentração urbana, gera uma situação em que os consumidores não sabem como são produzidos seus alimentos, sua origem e sua qualidade. A incerteza aumenta enquanto, contraditoriamente, ecoam como nunca as declarações dos peritos da área sanitária de que os métodos de controle de qualidade disponíveis garantem a segurança dos alimentos (SILVEIRA, 2010). Segundo Goodman (2003), há um movimento em direção a uma reivindicação dos consumidores por maior qualidade dos alimentos, envolvendo aspectos nutricionais, relativos a saúde, meio-ambiente, prazer e autenticidade, contrapondo-se a um conceito de um alimento de massa, oriundo de um sistema alimentar industrial preocupado apenas com a quantidade ofertada.

através da ativação de recursos endógenos, anteriormente subestimados. O novo modelo posto em pauta tem sido o responsável pela emergência de uma nova dinâmica nas áreas rurais, passando de uma especialização progressiva para uma dinâmica de valorização da produção de bens de qualidade, sendo esta relacionada à proteção da natureza e das culturas locais (PLOEG, 2000; MARSDEN, 2003).

Segundo Aguilar e Lozano (2008), após uma profunda remodelação nas políticas para a agricultura e nos programas voltados ao desenvolvimento rural (PAC e o programa LEADER), formou-se um novo cenário no rural europeu, orientado para a produção de qualidade e para um mundo rural que responde por novas e distintas funções e expectativas da sociedade pós-industrial, sendo provedor de bens e serviços que incorporam as noções de qualidade, natureza, território e tradição. Elementos que, segundo as autoras, dotam de valor agregado aos novos produtos rurais, que, a partir de sua singularidade, competem em mercados globais.

No contexto espanhol, pode-se identificar que o fortalecimento das políticas voltadas à qualidade dos produtos agroalimentares está diretamente ligado às mudanças que ocorreram no âmbito da agricultura e das sociedades rurais europeias nas últimas décadas, fruto da crise do modelo com enfoque na quantidade e, em parte, como consequência do apoio das políticas governamentais voltadas para uma nova realidade, pautada nas novas demandas, oportunidades e novas estratégias e modelos de desenvolvimento para os espaços rurais (vinculado às diretrizes do *Marketing experiencial*⁶⁵ (SCHMITT, 2000), o que permite incorporar sensações e imagens de determinados espaços) (BECERRA; BRAVO, 2009, PLOEG, et alii., 2000). Também, é preciso destacar a aparição de diversos escândalos alimentares, os quais colocaram em pauta de discussão os sistemas de produção praticados e a distribuição alimentaria, bem como a importância e necessidade de controles que possam garantir a segurança dos produtos (LOZANO; AGUILAR, 2010, CRUZ; MENASCHE, 2011).

Assim, para desenvolver o potencial endógeno dos espaços rurais, a ferramenta utilizada tem sido a combinação de um processo de identificação com a criação de marcas e aspectos distintivos, através dos quais os territórios tratam de promover-se tanto interna, como externamente. A política de Desenvolvimento Rural da União Europeia (UE), por sua vez,

⁶⁵ O caminho explorado pelo *Marketing Experiencial*, esta em surpreender, provocar sensações e emoções nos consumidores. Orientado em torno da criação de experiências no consumidor, pela estimulação dos sentidos, do coração e da mente, onde os valores sensoriais, emocionais, cognitivos, comportamentais e relacionais substituem os valores funcionais. O consumo é visto como uma experiência holística, retratando situações de estilo de vida e não produtos (SCHMITT, 2000).

reflete claramente o reconhecimento acerca da importância assumida por este tipo de estratégia e do potencial relativo aos alimentos de qualidade diferenciada em relação aos produtos agrícolas convencionais.

Elementos como a paisagem, a arquitetura popular, as festas e rituais, o artesanato, a gastronomia, tornam-se os pilares de sustentação da nova arquitetura do desenvolvimento rural Europeu e constituem-se na matéria-prima de um novo modelo de ruralidade baseado no produto rural, cujo valor agregado reside precisamente no poder que lhe confere os elementos, como a tradição, a história, ou a natureza. Partindo de uma distinção, relativamente singular, tais produtos locais passaram a encontrar um espaço de circulação nos mercados globais (AGUILAR, 2007).

Há que se ressaltar que na Europa e na Espanha, mais especificamente, as condições sócio-econômicas e a diversidade de espaços naturais são extremamente favoráveis para o desenvolvimento das iniciativas ligadas à oferta de produtos alimentícios de qualidade (FIERRO; MARTÍN, 2009). Concretamente, as Indicações Geográficas (IGs) apresentam-se, na Europa, como uma ferramenta excepcional para utilizar o poder de mercado com vistas ao reconhecimento e premiação de produtos e serviços que refletem aspectos da tradição e singularidades culturais dos territórios. Também oferecem oportunidades de desenvolvimento territorial, tal como indicam alguns estudos (GIOVANNUCCI; RANABOLDO, 2008).

Já no âmbito Europeu, a proteção aos atributos de qualidade associados à origem geográfica dos alimentos é muito mais antiga, segundo Muñoz e Caldentey (2000). Em verdade, esta é uma prática com larga trajetória no âmbito dos países do mediterrâneo, mas efetivamente, verifica-se que a figura da regularização de atributos distintos tem origem no sul da Europa, surgindo, a partir da segunda década do século XX, com o intuito de proteger as especificidades que possuíam os vinhos produzidos em determinadas zonas, de possíveis cópias ou imitações. A Espanha, por sua vez, incorporou-se a este processo em 1932, com um Decreto no qual estabelecia a figura da Denominação de Origem, em princípio, somente aplicada ao vinho, sendo somente a partir de 1970 que ocorre o estabelecimento de disposições para que a certificação passasse a englobar outros produtos agroalimentares, como o azeite de oliva, o queijo e o *jamón*⁶⁶.

⁶⁶ Espécie de presunto cru, obtido a partir das partes traseiras do porco, salgado em cru e curado de forma natural. Os animais utilizados para o feitiço do *jamón*, alimentam-se naturalmente e vivem soltos nas propriedades, sendo que existem vários tipos de *jamón* (serrano, ibérico, pata negra, de bellota) dependendo da raça do suíno, da zona de criação dos porcos e da alimentação.

Prova da larga dimensão e importância assumida pelas designações geográficas no contexto Europeu e Espanhol está no número de produtos protegidos hoje existentes⁶⁷. Segue quadro contendo um retrato somente das Designações existentes na comunidade autônoma de Andaluzia, no ano de 2009.

CATEGORÍA	TOTAL	Denominação de Origem Protegida	Indicação Geográfica Protegida
Vino	6	6	-
Otros productos vitivinícolas	2	2	-
Espirituosos	1	-	1
Aceite de Oliva	13	13	-
Jamón	3	2	1
Hortalizas	2	-	2
Frutas	2	2	-
Miel	1	1	-
Productos de panadería, pastelería y repostería	2	-	2
Pescados, moluscos y crustáceos	2	-	2
Carnes frescas	1	-	1
TOTAL	35	26	9

Quadro 1 – Designações Geográficas em Andaluzia.

Fonte: Ministério de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino (2009, apud. LOZANO, AGUILAR, 2010, p. 131).

A União Europeia, através do seu sistema institucional, valoriza os distintos *habitus*, práticas, capitais e campos quando percebe a possibilidade de viabilizar uma exploração que resulte em melhores condições econômicas para as famílias e zona envolvidas, ou ainda que atenda às exigências de consumidores preocupados com questões específicas, como é o caso da preocupação com questões ambientais, com a preservação de parques naturais, ou ainda preocupação com qualidade da alimentação, instituindo regramentos específicos para determinados produtos.

Por outro lado, percebe-se uma quase “opressão” de determinados *habitus*, práticas, capitais e campos, quando os mesmos não são de interesse do sistema institucional, ou seja, quando não se percebe a possibilidade de utilização dos mesmos para fins que, de alguma forma, contemplem além dos interesses dos envolvidos diretamente e, também, públicos.

⁶⁷Em nível de Europa, em 2009, já eram mais de 700 os produtos alimentícios protegidos por uma IG (FIERRO; MARTÍN, 2009).

Assim, pode-se dizer que o sistema institucional presente e atuante no contexto da União Europeia, busca atingir o maior público possível com suas ações.

2.4 Sintetizando as contribuições de Bourdieu na compreensão de Trajetórias Sociais

Conforme abordado anteriormente, a trajetória social de um indivíduo apresenta-se como resultado de um processo histórico em que as ações dos agentes se relacionam com a natureza e com as condições objetivas, as quais, muitas vezes, condicionam a trajetória. A trajetória seguida pode ainda ser compreendida como a intenção de uma transformação do real, guiada por uma representação do sentido desta transformação, levando em consideração as condições objetivas postas aos agentes sociais, em outras palavras, refere-se a um projeto. Segundo Catão (2001), a construção de um projeto tem a influência das condições objetivas de vida, mais especificamente, da condição social do agente, e da reflexão crítica sobre possibilidade/impossibilidades de superação de uma determinada realidade no futuro. Cabe reconhecer que esta noção traz implícita uma postura racional e estratégica do agente que, analisando o contexto, define suas metas enquanto indivíduo e a forma de alcançá-las.

Preocupado com a visão utilitarista, dada a relação entre os indivíduos e o campo, Bourdieu (1996, p.142) coloca que, frequentemente, os indivíduos são “tratados como se fossem movidos por ações conscientes, como se conscientemente definissem os objetivos de sua ação e, assim, agissem de maneira a obter o máximo de eficácia com o menor custo”. Além da hipótese de que tudo o que pode motivar os agentes é reduzido ao interesse econômico. O autor procura evidenciar que, entre os agentes e o mundo social, há uma relação de cumplicidade infraconsciente, intralinguística, que os mesmos se movem sem necessariamente apresentarem fins concretos.

Eles não são como *sujeitos* diante de um objeto (ou menos ainda, diante de um problema) que será constituído como tal por um ato intelectual de conhecimento; eles estão, como se diz, envolvidos em seus *a fazeres*: eles estão presentes no *por vir*, no a fazer, no afazer (*pragma*, em grego), correlato imediato da prática (*práxis*) que não é posto como objeto do pensar, como possível visado em um projeto, mas inscrito no presente do jogo (BOURDIEU, 1996, p.143).

Assim, compreende-se que, sendo fiel a Bourdieu, a noção de trajetória há de ser relativizada, observando-se mais cuidadosamente os momentos em que os indivíduos fazem “projeções” de futuro e o sentido que ela assume. Identificam-se, a princípio, três

possibilidades de manifestação da projeção de futuro no trabalho de Bourdieu: na noção de *habitus*, que implica disposições inerentes de comportamento futuro, na noção de interesse, que implica sua inserção ou movimento em dado campo e a noção de prática que implica um enfrentamento de situações novas.⁶⁸

Bourdieu (1996), aponta que as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, pois são produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de um campo. Ou ainda,

É a posição presente e passada na estrutura social que os indivíduos, entendidos como pessoas físicas, transportam com eles em todo tempo e lugar, sob a forma de *habitus*. Os indivíduos “vestem” os *habitus* como hábitos, assim como o hábito faz o monge, isto é, faz a pessoa social com todas as disposições que são marcas da *posição social* e da distancia social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas (no espaço físico, que não é o espaço social) e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para “guardar suas distâncias” ou para manipulá-las estratégica, simbólica ou realmente, reduzi-las, aumentá-las ou simplesmente mantê-las (ORTIZ, 2003, p.67).

No raciocínio de Bourdieu (1996, 2004, 2005), os sujeitos agem de acordo com o *habitus* herdado. Os sujeitos percebem os elementos envolvidos nas situações, estabelecem seus objetivos prioritários e selecionam as estratégias a serem utilizadas em cada ação, sempre de acordo com seu sistema de disposições socialmente estruturado.⁶⁹ Isso significaria pensar que os sujeitos não escolhem suas formas de ação de uma forma consciente, considerando racionalmente os custos e os benefícios de cada possibilidade alternativa de ação, mas tendem a seguir as formas de comportamento característicos do seu grupo de origem.

Para Ortiz (2003), as práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos estilo de vida) porque são o produto do mesmo operador prático, o *habitus*. O gosto, propensão e aptidão à apropriação material e/ou simbólica de uma categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida. O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimenta, linguagem ou estilo corporal, a mesma intenção expressiva, um princípio de unidade de estilo (Ibid.).

Ao tratar-se da projeção derivada do interesse, convém considerar:

⁶⁸ Caberia investigar ainda a importância da noção de “conatus”, concebida como contendo as disposições herdadas da figura paterna, transmitindo-se ao filho de forma inconsciente no e pela maneira de ser, mas também por ações educativas orientadas (BOURDIEU, 1998, apud NOGUEIRA, 2004).

⁶⁹ Os agentes sociais, neste sentido, evidentemente, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo. Eles “têm disposições adquiridas que chamo de *habitus*, isto é, maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se as forças do campo” (BOURDIEU, 2004b, p28).

Con el concepto de interes [...] Bourdieu busca dos cosas. Em primer lugar romper com la vision “encantada” de la accion social que se adhiere a la frontera artificial entre lo comportamiento instrumental y el comportamiento expresivo o normativo y se rehusa a reconocer las diversas formas de ventaja escondida, inmaterial que guia a los agentes que parecen “desinteresados”. En segundo lugar, quiere expresar la idea de que la gente es motivada, forzada, arrancada de un estado de in-diferencia y movida por los estímulos de ciertos campos, y no de otros. Pues cada campo llena la botella vacía del interes com um vino diferente (WACQUANT, 2008, p.52).

Considerando importantes estas estruturas, e, para melhor visualização, segundo os autores, é necessário o estudo das estratégias de reprodução ou conversão que os grupos desenvolvem para manter ou melhorar sua posição em uma estrutura de classe em evolução. As estratégias formam um sistema *sui generis* que não pode ser captado como tal a menos que se conecte metodologicamente distintos reinos da vida social, os quais normalmente são tratados por ciências separadas e com metodologias dispares (WACQUANT; BOURDIEU, 2008, p.54). Os autores complementam colocando que:

Además, el campo como estructura de relaciones objetivas entre posiciones de fuerza subyace y guía a las estrategias mediante las cuales los ocupantes de dichas posiciones buscan, individual o colectivamente, salvaguardar o mejorar su posición e imponer los principios de jerarquización más favorables para sus propios productos. Las estrategias de los agentes dependen de su posición en el campo, esto es, en la distribución del capital específico y de la percepción que tengan del campo segun el punto de vista que adopten sobre el campo como una vision desde un punto en el campo (WACQUANT; BOURDIEU, 2008, p.139).

No que se refere à prática dos agentes, ela deve ser compreendida pela lógica que estes impõem a sua prática, ou seja, suas estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica, sendo que as estratégias em si são inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica. Considerando que as práticas são influenciadas pelo contexto, que, muitas vezes, é caracterizado por vulnerabilidade ou dependência, entende-se que elas podem guardar maior ou menor relação com o *habitus*, identificando um conjunto de possibilidades: práticas que correspondem ao *habitus*, práticas próximas ao *habitus*, mas levemente permeadas e modificadas por motivações específicas (retorno econômico ou motivações sociais); práticas onde o *habitus* serve como disposição, mas são profundamente modificadas em função das mudanças de condições (realidade objetiva); práticas “necessárias” (dadas condições de vulnerabilidade), e práticas impostas (não resultam da escolha, antes impostas pelo “campo”).

Tendo em vista a importância de todos os elementos apontados, mas lembrando as colocações de Bourdieu, é preciso reconhecer a não linearidade dos enfoques e fatores que podem vir a influenciar a prática dos sujeitos em estudos. Ou seja, a prática social das famílias

pode ser fruto de seu *habitus*, bem como, pode também ser fruto de necessidades enfrentadas ao longo de determinados períodos, ou mesmo ser fruto da inter-relação desses elementos, oscilando de uma situação a outra com o passar do tempo.

Como propõe Bourdieu, cabe reconhecer que a projeção se faz condicionada pelas estruturas mentais internalizadas no *habitus*. Contudo, como o *habitus* não se constitui em uma estrutura fechada, podendo ser compreendido como um sistema de disposição aberto, que é frequentemente confrontado e afetado por novas experiências, o *habitus* adquirido pelo indivíduo, nos novos e diferentes espaços sociais em que transita, constituirá uma nova matriz de percepção, apreciação e ação pela qual ele se guiará. Esta nova matriz pode ser advinda das estruturas sociais que, segundo Wacquant (2008, p.54), “se perpetúan o transforman *indivisas*, en todas sus dimensiones simultáneamente”.

E, por fim, a partir das colocações de Bourdieu, fica claro que, para a compreensão da trajetória social de um determinado grupo, é necessário acompanhar o desenrolar histórico deste grupo em um espaço social definido, através de suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem.

Com o objetivo de compreender quais são as trajetórias sociais das famílias dos campos em estudo, além dos condicionantes de sua constituição e transformação, no próximo capítulo apresentam-se as estratégias metodológicas adotadas para a pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na presente seção será apresentada a abordagem metodológica utilizada para desenvolvimento da pesquisa, especialmente referente à análise empírica, explicitando a sequência temática da investigação, bem como as técnicas de coleta e análise de informações.

Parte-se do pressuposto de que tanto o assentamento como Isla Mayor, são espaços sociais, marcados por “diferenciações internas, grupos de interesse diversos e até opostos que, sob certas circunstâncias, podem se encontrar, se aglutinar, se polarizar e se tornar antagonicos” (NEVES, 1997, p. 143 apud CAUME, 2006, p. 11).

3.1 A abordagem da questão teórica sob estudo

A pesquisa seguiu os princípios propostos por Bourdieu, considerando a necessidade da *objectivación participante*, que, segundo o autor:

[...] é sem dúvida o exercício mais difícil que existe, porque requer a ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o “interesse” do próprio objeto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com o objecto que ele procura conhecer [...] o trabalho de objectivación incide sobre um objecto muito particular, em que se acham inscritas, implicitamente, algumas das mais poderosas determinantes sociais dos próprios princípios da apreensão de qualquer objecto possível (BOURDIEU, 2004, p. 51).

A sequência de abordagem temática se viu influenciada pelo modo como se concebeu o fenômeno sob estudo (teoria). Nesse sentido, coube recuperar as considerações de Wacquant (2008, p.30-31) acerca do método em Bourdieu:

La tarea de la sociología, según Pierre Bourdieu [...], es “descubrir las estructuras más profundamente enterradas de los diversos mundos sociales que constituyen el universo social, así como los ‘mecanismos’ que tienden a asegurar su reproducción o su transformación”. Este universo tiene la peculiaridad de que sus estructuras llevan, por decirlo así, una “doble vida”. Son dos veces existentes: en la “objetividad del primer orden” constituida por la *distribución* de recursos *materiales* y medios de apropiación de bienes y valores socialmente escasos (especies del capital, en el lenguaje técnico de Bourdieu), como así también en la “objetividad del segundo orden”, bajo la forma de sistemas de *clasificación*, esquemas mentales y corporales que funcionan a manera de patrones *simbólicos* para las actividades prácticas – conducta, pensamientos, sentimientos y juicios – de los agentes sociales. Los hechos sociales son además objeto de conocimiento dentro de la realidad misma dado que los seres humanos tornan significativo el mundo que los conforma.[...] Una ciência

de la sociedad así entendida como un “sistema” bidimensional “de relaciones de poder y relaciones de significado entre grupos y clases[...] debe necesariamente efectuar una *doble lectura*. O, para ser más preciso, debe elaborar un conjunto de lentes analíticos de doble enfoque que capitalice las virtudes epistémicas de cada lectura al tiempo que evada los vicios de las dos.

Na sequência do texto, o autor detalhou ainda o modo de proceder:

La primera lectura trata la sociedad a la manera de una física social: como una estructura objetiva, captada desde afuera, cuyas articulaciones pueden ser materialmente observadas, mensuradas y cartografiadas independientemente de las representaciones que se hagan aquellos que en ella viven (WACQUANT, 2008, p.31).

Em seguida, coloca que:

Una autentica ciencia de la práctica humana no puede contentarse meramente con sobreimprimir una fenomenología sobre una topología social. También debe dilucidar los esquemas perceptuales y valorativos que los agentes invierten en sus vidas todos los días. ¿De donde vienen estos esquemas (definiciones de situación, tipificaciones, procedimientos interpretativos) y como se relacionan con las estructuras externas de la sociedad? Aquí es donde encontramos la segunda hipótesis fundamental de la sociología de Bourdieu (1989): Existe una correspondencia entre las estructuras sociales y las estructuras mentales, entre las divisiones objetivas del mundo social – particularmente en dominantes y dominados en los diversos campos – y los principios de visión y división que los agentes les aplican (WACQUANT, 2008, p.36).

Tal ideia é reforçada ao afirmar:

Si las estructuras de la objetividad de segundo orden (*habitus*) son la versión encarnada de las estructuras de la objetividad de primer orden, entonces “el análisis de las estructuras objetivas acarrea lógicamente el análisis de las disposiciones subjetivas, destruyendo de esa manera la falsa antinomia comúnmente establecida entre la sociología y la psicología social (WACQUANT, 2008, p.38).

Tais pressupostos revelaram a necessidade de iniciar pelo estudo dos campos, pois, teoricamente, percebemos, pensamos e agimos dentro dos graus de liberdade permitidos pela lógica do campo e influenciados pela posição que nele ocupamos.

A opção metodológica, para essa investigação, foi a do Estudo de Caso, com estudo comparativo, com recurso às diferentes fontes, como: documentos e dados secundários, com ênfase na realização de observação direta, acrescido de entrevistas, guiadas por um roteiro básico, ou semi-estruturadas. A opção de partir do estudo de dois casos para analisar as questões referentes à identificação, constituição, e transformação de trajetórias sociais, decorreu do pressuposto de que, para o entendimento de tal temática, por meio do referencial

proposto (baseado em Pierre Bourdieu), fazia-se necessário um estudo amplo e em profundidade, o que nos levou a limitar os universos empíricos estudados.⁷⁰

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (GIL, 1999). De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. Como afirma Yin (2001), pode-se utilizar o método de estudo de caso quando se quer, deliberadamente, lidar com condições contextuais, confiando que elas podem ser altamente pertinentes ao fenômeno estudado, compreendendo a sua complexidade.

Segundo Gil (1999), o estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos. Contudo, na comunidade acadêmico/científica, por um longo período de tempo, a importância da estratégia de pesquisa baseada no estudo de caso foi negligenciada. A crítica baseava-se, sobretudo, no fato de que esse tipo de pesquisa era caracterizado pela carência de precisão, deficiência na objetividade e falta de rigidez científica. Essa questão é delicada e historicamente relacionada ao estudo de caso, bem como à suposta fragilidade deste como forma de sustentação para possíveis generalizações científicas (GIL, 1999). Corroborando para a desmistificação de tais questões, Yin (2001) afirma que, da mesma maneira, outros métodos, como os experimentos, só são generalizáveis às proposições teóricas e não a populações ou universos.

Existe ainda uma inadequada rotulação relacionada ao estudo de caso, que se refere a uma visão hierárquica dentro da escolha da estratégia de pesquisa de acordo com a fase em que a mesma se encontra. Considerando as fases de pesquisa exploratória, descritiva e explanatória, Yin (2001) afirma que se aprende a acreditar erroneamente que os estudos de caso deveriam ser utilizados durante a fase exploratória de uma investigação e que, para a fase descritiva, o mais adequado seria usar os levantamentos de dados e as pesquisas históricas. E, por fim, a forma mais adequada de viabilizar a fase explanatória seria lançar mão dos experimentos. Todavia, as pesquisas podem utilizar cada estratégia (estudo de caso; levantamento de dados; pesquisas históricas; análise de arquivos; experimentos) com os três desígnios (exploratório, descritivo ou explanatório). Dessa forma, Yin (2001) salienta que o

⁷⁰ Sabe-se que a 'eficiência' de um estudo de caso não é medida pelo número de casos estudados, e o objetivo na seleção dos casos não é o da amostragem ou avaliação da incidência dos fenômenos (YIN, 2001).

que influência a adoção das estratégias são, basicamente: o tipo de questão de pesquisa proposto; a extensão do controle que o pesquisador pode ter sobre os eventos comportamentais e o grau de enfoque de acontecimentos históricos *versus* acontecimentos contemporâneos.

A proposição de utilização de técnicas e materiais diversos teve como princípio a sua adequação ao objeto em estudo⁷¹ e às condições práticas de realização da pesquisa. Como lembra Bourdieu:

[...] a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas [...] Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições de seu emprego (grifos do autor, 2004, p.26).

A flexibilidade no emprego das técnicas em que se baseou a presente pesquisa não pode ser, entretanto, confundida com falta de rigor. Assim, a metodologia utilizada no seu desenvolvimento procurou ser coerente com as exigências requeridas pelas ciências sociais e a abordagem teórica adotada.

3.2 Caracterização dos casos estudados

A seleção dos casos a serem investigados foi um momento crucial na condução da pesquisa.⁷² Considerando que um dos principais desafios que o estudo de caso proporciona é a interação entre as questões teóricas e empíricas, e devido à contextualização e o aprofundamento exigido na abordagem da temática, o caso não deve ser aleatoriamente escolhido.

⁷¹ “En el trabajo de investigación empírica la construcción de un campo no se efectúa por un acto de imposición” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p.138).

⁷² Nesse sentido, a determinação do número de casos é uma tarefa delicada, pois além de exigir um esforço teórico no sentido de avaliar a necessidade de quais realidades abranger, também está condicionada por fatores de ordem prática, como recursos financeiros e tempo necessário.

3.2.1 Assentamento Lagoa do Junco

Tendo em vista a heterogeneidade de características sociais, culturais e econômicas do estado do Rio Grande do Sul, a proposta teve como critérios predominantemente utilizados para a seleção do caso a ser investigado, o tempo de existência do assentamento (privilegiando-se assentamentos relativamente antigos - considerados em vias de consolidação⁷³), localização em espaço com restrições naturais, ser de responsabilidade do INCRA (em virtude de muitas políticas e programas executados serem de esfera federal)⁷⁴. Além disso, optou-se por um assentamento que retratasse a possibilidade de vencer condições adversas a que estão expostos atualmente muitos dos assentamentos rurais no estado do Rio Grande do Sul, apresentar experiência de produção coletiva e individualizada, e não ser de conhecimento (ligação) anterior da autora do trabalho, a fim de evitar pré-julgamentos. Ou seja, realizou-se a opção metodológica de selecionar o contexto da região centro-sul, localizada entre a região metropolitana do Estado, com particularidade de facilidade no acesso a mercado e consumidores, e a região sul, caracterizada pela alta precariedade dos assentamentos.

Desse modo, o estudo foi realizado em um assentamento que, pelo tempo de implantação, já passou por alguns dos diferentes rituais técnico-burocráticos estabelecidos pelo INCRA. Segundo Marques (2000), o “Projeto de Assentamento” trata-se do resultado de uma ação planejada, desenvolvida em três etapas: implantação, consolidação e emancipação.

⁷³ Segundo a norma de execução INCRA/Nº9, de 6 de abril de 2001, a consolidação dos projetos de assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária ocorrerá com o atendimento das seguintes ações:

I - execução dos serviços de medição topográfica, que compreendem o perímetro e as parcelas individuais ou coletivas, cujo início é imediatamente posterior à aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA;

II - disponibilização de recursos de apoio à instalação, quando for o caso, mediante aplicação de créditos destinados à aquisição de alimentação, ferramentas e outros implementos básicos;

III - disponibilização de habitação para os beneficiários, através da existência de moradia no projeto, obtida via recursos para aquisição de material de construção, quando for o caso, ou por outros meios e fontes;

IV - disponibilização da infraestrutura básica de interesse coletivo, compreendendo as vias de acesso e internamente às parcelas, meios de acesso ao abastecimento de água para consumo humano e rede tronco de energia elétrica, entre outras consideradas indispensáveis à viabilização socioeconômica e sustentável do projeto;

e
V - outorga de título de domínio a pelo menos cinquenta por cento dos beneficiários, exceto para projeto agroextrativista – PAE e Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, que será mantido o Contrato de Concessão de Uso - CCU, concedido inicialmente aos beneficiários.

⁷⁴ Além de ter em execução atividades ligadas ao Projeto SOMAR (Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica), convênio INCRA-UFSM, o qual tinha por objetivo assessorar o Programa Terra Sol, iniciativa do INCRA/RS para incentivar a agroindustrialização em assentamentos, o que favorecia o acesso e a logística.

[...] a fase de pré-assentamento, que corresponde ao período que se estende do momento em que esse órgão imite a posse da área e instala provisoriamente os beneficiários, até a realização da demarcação e da distribuição dos lotes [...] Na *etapa de implantação*, é prevista a realização de obras de engenharia como a construção de estradas, armazéns, núcleo comunitário etc. Também são previstos os trabalhos de preparação da terra para a exploração agrícola e qualificação do agricultor para administrar o lote, além de discussões sobre alternativas de produção para a definição do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento [...] A *etapa de consolidação* corresponde ao período de implantação do projeto técnico responsável pela estruturação do sistema produtivo do assentamento. A *emancipação* ocorreria quando os assentados apresentassem condições de assumirem sozinhos a gestão dos bens comunitários e dos interesses gerais do grupo (MARQUES, 2000, p.267).

Atendendo a tais critérios, foi selecionado para a realização do estudo de caso o assentamento Lagoa do Junco, localizado no município de Tapes, na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, e localizado à beira da Lagoa dos Patos. Criado em 1995, é composto por trinta e cinco famílias, sendo, grande parte, descendentes de imigrantes alemães, poloneses e italianos, filhos de pequenos agricultores que, devido ao grande número de filhos e à pequena quantidade de terras, não puderam permanecer na propriedade dos pais.



Figura 1 – Localização do município de Tapes/RS e do assentamento Lagoa do Junco

Fonte: Fundação e Economia e Estatística - FEE (2010)

Assim, a pesquisa de campo foi realizada em um assentamento considerado em fase de consolidação, mas que, teoricamente, já deveria ter sido emancipado, realidade da maioria dos assentamentos rurais localizados no estado do Rio Grande do Sul. O objeto de estudo em questão já deveria estar emancipado, uma vez que possui 16 anos de existência.

3.2.2 O município de Isla Mayor

A seleção do município de Isla Mayor, como um lócus de análise, ocorre no âmbito do projeto “A indicação geográfica como estratégia de desenvolvimento territorial: a experiência espanhola e brasileira”, desenvolvido a partir de uma parceria entre a Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria e Universidad de Sevilla – Espanha, e onde se obteve uma bolsa de doutorado sanduíche para o desenvolvimento da missão de estudo, denominada “Estratégias de diferenciação de produtos agroalimentares e seus impactos sobre a dinâmica das relações sócio-produtivas: o caso do arroz irrigado na Andaluzia e no Rio Grande do Sul”. Concomitante ao desenvolvimento da missão de estudo, passou-se a trabalhar e observar as questões relativas aos estudos desenvolvidos anteriormente no Brasil, ou seja, fatores intrínsecos às trajetórias sociais dos agricultores. Nesse sentido, delimitou-se para estudo mais aprofundado o contexto do município de Isla Mayor, caracterizado pela sua quase que total dependência com relação à produção arrozeira.

Frente ao tempo que se dispunha para a realização dos estudos e compreensão da realidade de Isla Mayor, foi necessário novo recorte de análise, dessa vez para a definição das famílias a serem entrevistadas com maior profundidade, onde optou-se por analisar, em maior grau, a realidade das famílias vinculadas à Cooperativa Arrozúa S.C.A. A qual tem sua sede localizada em Isla Mayor e dedica-se à secagem, armazenamento, beneficiamento, distribuição e comercialização de arroz em casca e polido de seus cooperados⁷⁵. Em seu histórico, a cooperativa Arrozúa S.C.A, surge da fusão de outras cooperativas instaladas no município.

Isla Mayor é um município espanhol localizado ao sudoeste da província de Sevilha, na Comunidade Autónoma da Andaluzia, sendo que, parte de suas terras, alcançam o âmbito do entorno do Parque Natural de Doñana. Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Espanha, em 2011 Isla Mayor contava com 5915 habitantes, sendo destes 50,12% homens e 49,88% mulheres. Com uma área de 114 km², a densidade populacional era de 51 Hab./Km². Segundo Sanchez (2010):

Los suelos que componen su término municipal están compuestos por rocas sedimentarias con alto grado de impermeabilidad y salinidad debido a su pasado geológico marino, contienen numerosos parajes con tierras improductivas, fruto de su alta salinidad. En torno a 500 años antes de nuestra época las aguas marinas

⁷⁵ No endereço eletrônico da cooperativa <<http://www.arrozua.es/>>, é possível acompanhar os produtos disponíveis para venda.

inundaban toda esta zona, sin embargo tras la retirada de las mismas estos terrenos cuentan con un increíble grado de nivelación que facilita la inundación homogénea de los mismos, así como una impermeabilidad que posibilita el mantenimiento del agua en su superficie de manera poco costosa. En su paisaje destaca la ausencia de cualquier vegetación salvo la que se presenta en las lindes entre las tablas arroceras y los árboles presentes en las orillas del río (p. 53).

Sobre os solos do município, o mesmo autor resalta que:

[...] antes de su transformación y puesta en cultivo, estaban dedicados fundamentalmente a labores ganaderas, siendo lugares donde se soltaba al ganado de diferente tipo para pastar en régimen de semilibertad, puesto que las extensiones de terreno eran enormes al ser dedicadas en su inmensa mayoría a la cría de ganaderías centradas en el toro bravo de lidia.[...] la ganadería extensiva era el uso más frecuente de los terrenos (SÁNCHEZ, 2010, p. 80).

Atualmente, com a produção de arroz dominando grande parte da paisagem do município de Isla Mayor, o recurso mais fundamental com que necessitam contar os produtores é a disponibilidade de água, que, dadas as características da zona, os períodos de seca são bastante frequentes, afetando, assim, negativamente o cultivo (SÁNCHEZ, 2010). Tais características reforçam ainda mais a importância do rio Guadalquivir que, frente às dificuldades:

Esta actividad fue sufriendo numerosas metamorfosis que llegaron a transformarlo hasta unos extremos, en los cuales es difícil reconocerlo como entonces. Desde la puesta en cultivo del arroz en la marisma[...], se establecieron una serie de canales de irrigación, acequias y toda una serie de infraestructuras hidráulicas que modificaron el cauce del río. Además, si unimos todo ello a que la acción contaminante de los pesticidas, abonos y demás productos fitosanitarios provocaban en el agua, el numero de peces que habitaba en el río fue disminuyendo. [...] los pescadores tuvieron que adaptarse a dicha situación, transformando sus labores y reconvirtiéndose en pescadores de cangrejo rojo americano. Especie ésta que fue introducida en el río con el propósito de complementar el cultivo del arroz, aprovechando esta nueva fuente de recursos (SÁNCHEZ, 2010, p. 90).

A seguir a localização do município de Isla Mayor.

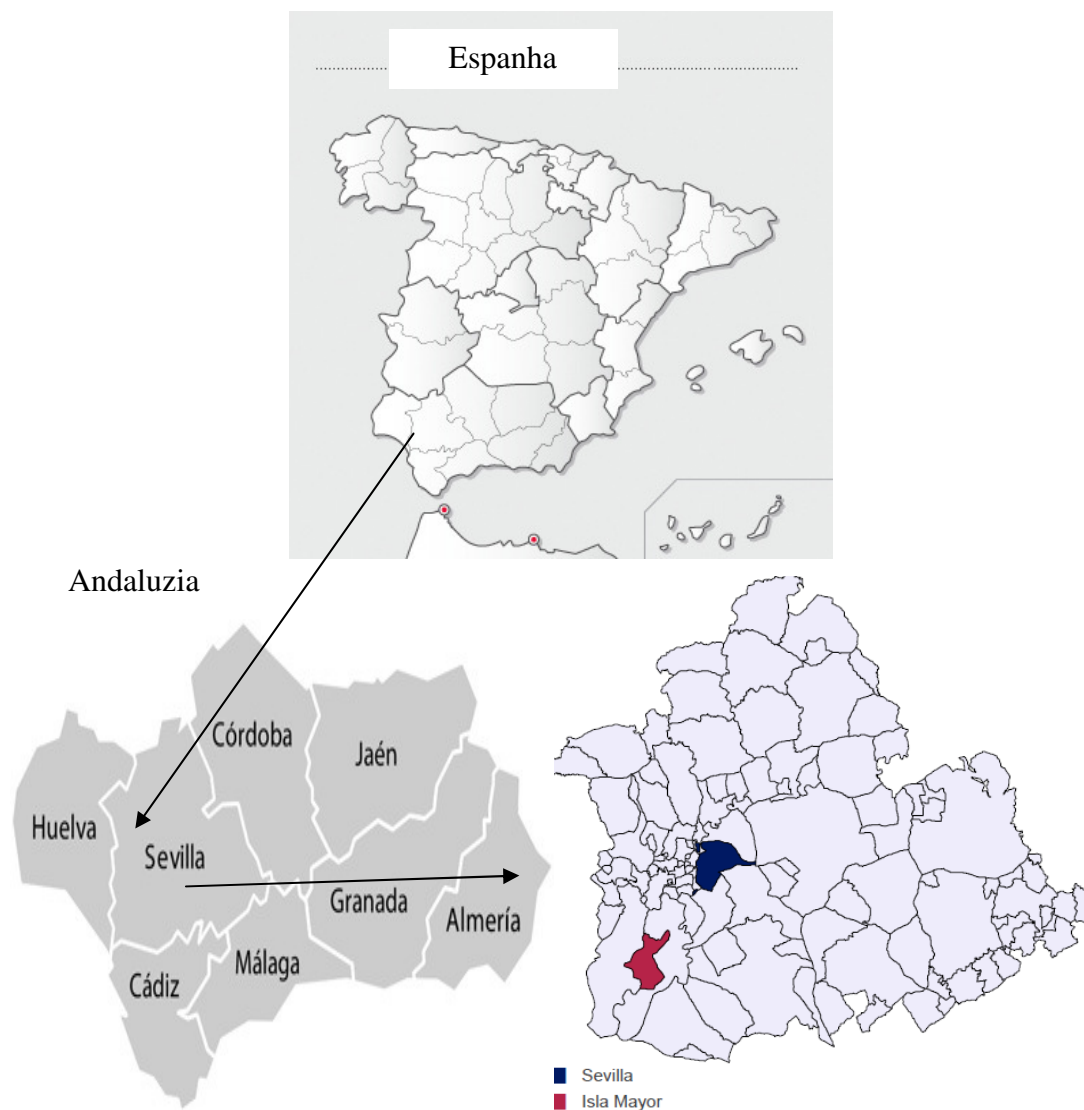


Figura 2 – Localização do Município de Isla Mayor – Andalusia – Espanha.

Fonte: Junta de Andalucía (2011)

3.3 Passos da pesquisa

A seqüência temática se associou, dispendo-se através da compreensão do objeto e por aproximações sucessivas. Assim, os processos de investigação foram desenvolvidos de forma progressiva com momentos articulados, sendo possível o ajustamento da pesquisa às realidades estudadas, iniciando-se por uma abordagem exploratória, pois, segundo Bourdieu, uma análise contemplando campos implica três momentos necessários e internamente conectados.

Primero, se debe analizar la posición del campo frente al campo del poder. [...] Segundo, es necesario trazar un mapa de la estructura objetiva de las relaciones entre las posiciones ocupadas por los agentes o instituciones que compiten por la forma legítima de autoridad específica del campo. Y, tercero, hay que analizar los *habitus* de los agentes, los diferentes sistemas de disposiciones que han adquirido al internalizar un determinado tipo de condición social y económica, condición que encuentra en su trayectoria dentro del campo oportunidades más o menos favorables de actualización (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p.143).

Wacquant, especificamente, indica estratégias usuais para o estudo do campo:

Gracias a las herramientas de la estadística, la descripción etnográfica o el modelado formal, el observador externo puede decodificar la ‘partitura musical no escrita según la cual se organizan las acciones de los agentes, cada una de las cuales cree que está improvisando su propia melodía [...] y averiguar las regularidades objetivas a las que obedecen (2008, p.32).

Buscando atender as proposições de Bourdieu, considerou-se o município de Isla Mayor, bem como o assentamento Lagoa do Junco como os “grandes” campos de análise e, para a identificação da configuração e estruturação de subcampos, que teoricamente existiriam, seguimos os seguintes passos:

1) Realização de exploração de dados secundários e bibliografias, com pesquisas relativas a materiais e publicações já existentes alusivas aos casos em estudo e outros que mostravam-se pertinentes à abordagem em questão. Destaca-se entre os materiais consultados no caso do assentamento Lagoa do Junco, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que contemplava todas as fases do processo de evolução do assentamento, da instalação das famílias na área, passando pela participação e capacitação das mesmas na construção e elaboração das propostas de desenvolvimento para o Projeto do Assentamento (PA)⁷⁶. Consultou-se também o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), documento que sistematizava um conjunto de ações de ordem complementar, definidas com base em diagnósticos prévios e aplicadas ao PA⁷⁷. Já no caso de Isla Mayor, utilizou-se de diversos livros que retratam a história e evolução do município⁷⁸.

Fez-se oportuno também a realização de entrevistas iniciais com informantes chaves, nos dois contextos em estudo, no sentido de confrontar as informações coletadas, através dos instrumentos acima relacionados, com a realidade vivenciada pelos diferentes agentes

⁷⁶ Elaborado teoricamente com a participação dos beneficiários e lideranças locais, assessorados pelas equipes de ATES, é fundado em diagnóstico que retrate a situação do assentamento, em seus aspectos físicos, sociais, econômicos, culturais e ambientais

⁷⁷ O PRA se traduz num conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição deste, voltadas para garantir ao PA, o nível desejado de desenvolvimento sustentável, a curto e médio prazo. Proporcionando crescimento da renda aos seus beneficiários, geração de empregos, aumento da produção e melhores condições de vida e cidadania, através do atendimento de itens considerados básicos para esse fim.

⁷⁸ Sob direcionamento da co-orientadora da tese em território espanhol.

envolvidos nos processos de desenvolvimento. No contexto espanhol, os informantes foram escolhidos a partir das indicações preliminares dispensadas pelos pesquisadores ligados ao Grupo TECUDE⁷⁹. Os roteiros utilizados, para as entrevistas, podem ser visualizados nos apêndices A e C.

2) A exploração das dinâmicas sociais nos subcampos analisados, ocorreu fundamentalmente a partir de observação direta em atividades coletivas⁸⁰, e, de forma secundária, por meio de entrevistas a lideranças (informantes qualificados⁸¹), com o intuito de complementação de informações referentes às atividades coletivas. Tal procedimento demandou sempre o consentimento dos promotores/organizadores das ações para utilização das informações posteriormente.

3) Nas entrevistas às famílias, buscou-se compreender os distintos momentos da trajetória social do entrevistado⁸², contemplando as disposições de mudança e momentos em que houve projeção de futuro, ou momentos em que as expectativas tiveram que ser adiadas em função de situações objetivas. Ocorreram, em um terceiro momento da pesquisa, a realização das entrevistas de forma individualizada e norteadas pelos roteiros do apêndice B e D. A tentativa de uma exploração da dialética indivíduo/sociedade, ação individual/coletiva, liberdade/determinismo, individual/coletivo ou ainda estrutura/indivíduo, ocorre fundamentada na compreensão de que existe uma manutenção, no indivíduo, de componentes subjetivos e sociais, ligados ao grupo onde ele vive, ou, inversamente, a busca do que é extremamente único e pessoal dentre um aparato mais vasto de representações da memória, internalizadas a partir da sociedade. A seleção das famílias a serem entrevistadas, tanto no contexto brasileiro como espanhol, ocorreu fundamentalmente pelas indicações de informantes-chaves, que, por sua vez, eram instigados a uma indicação da representatividade

⁷⁹ Grupo interdisciplinar, denominado “Territorio Cultura e Desarrollo” integrado por antropólogos e geógrafos, vinculados a Universidad de Sevilla, Universidad Pablo de Olavide y Universidad Nacional de Educación a Distancia.

⁸⁰ No caso do assentamento Lagoa do Junco, compreendeu atividades referentes a vida social do assentamento, como reunião de grupos de famílias, atividades festivas, reuniões com técnicos de ATES, atividades coletivas de produção, etc. Já no caso do município de Isla Mayor, pelo pouco tempo disponível, realizaram-se diversas “visitas” a bares e cafés da cidade (uma vez que a população tem forte cultura de encontrar-se nos mesmos para o café-da-manhã e mais tarde para diversos cafés no decorrer do dia), para através de conversas informais, obter a compreensão necessária do contexto em estudo.

⁸¹ Sendo compreendidos estes, no caso do assentamento Lagoa do Junco, como sendo os representantes locais e regionais do MST, os coordenadores e representantes da cooperativa e demais grupos existentes no assentamento, técnicos de ATES vinculados ao assentamento, representante do INCRA, e demais pessoas ou instituições identificadas como presentes e influentes no contexto do assentamento. Já para o contexto de Isla Mayor, realizaram-se entrevistas com representantes da Federação dos Arrozeiros de Sevilla, empresário do ramo do arroz, presidente da Arrozúa S.C.A, representante do Ayuntamiento de Sevilla, entre outros.

⁸² Segundo Bourdieu e Wacquant (2008, p. 164), “La acción humana no es una reacción instantánea a estímulos inmediatos, y la más ligera “reacción” de un individuo frente a otro está impregnada de la historia de esas personas y de su relación en su totalidad”.

das diferentes realidades existentes, e naturalmente selecionaram-se também algumas famílias que mostraram interesse em auxiliar na pesquisa.

3.4 Técnicas de estudo

A observação direta, segundo Jaccoud e Mayer:

[...] ocupou e ainda ocupa um lugar diferenciado no processo de pesquisa. Dois eixos se apresentam em relação ao uso da observação na pesquisa social: o eixo da verificação empírica e o eixo da apreensão de novos objetos. No primeiro, as pesquisas recorrem à observação, principalmente enquanto método possibilitando corrigir a imperfeição dos outros métodos de coleta de dados, e tendendo, portanto, a concebê-la como tal. A observação não é mais, então, do que um método passível de garantir um grau de validade mais elevado. É certamente, no segundo eixo, o da apreensão de novos objetos, que a observação direta foi mais amplamente utilizada nas ciências humanas. Nesses casos, ela serviu de instrumento de coleta de dados, quando havia falta de dados e de análises empíricas para o estudo de um grupo social ou de um meio de vida (2010, p.282).

Na observação direta, segundo a literatura, o pesquisador deve procurar tornar-se parte do ambiente social (cultura ou grupo) que está estudando. O objetivo é estar sempre atento, procurando captar e registrar todos os aspectos relevantes. Em geral, o pesquisador busca descrever a situação social de forma mais detalhada possível, enfatizando aspectos que possam apresentar interesse particular em relação à problemática estudada. No emprego dessa técnica, muitas vezes, é importante a identificação de informantes-chaves para apresentar o pesquisador a outras pessoas do grupo e ajudá-lo a penetrar na compreensão da realidade analisada (JACCOUD; MAYER, 2010).

Através da observação direta, pode-se encontrar ou verificar alguns comportamentos ou condições ambientais que também serão uma importante fonte de evidências para o estudo de caso em questão, pois, segundo Yin (2001), a observação direta trará uma nova dimensão na hora de compreender tanto o contexto, quanto o fenômeno que está sendo estudado. Desse modo, o registro das observações foi feito através de fotos, anotações, gravações, bem como pelo registro na memória⁸³.

Já a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam,

⁸³ Considerando que, em muitas situações, pode ser comprometida a naturalidade da observação através da utilização destes instrumentos. Assim como, pode ser vedado o seu uso em locais privados.

pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou interpretações a respeito de suas práticas (SELLTIZ et al 1993, apud GIL, 1999). Ainda entre as vantagens do uso da entrevista na pesquisa social, destaca-se a possibilidade de obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, tornando-se uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano, os quais são suscetíveis de classificação e de quantificação (GIL, 1999).

Por sua flexibilidade, a entrevista foi adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos, sendo, segundo Gil (1999), que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais, nas últimas décadas, foi obtido graças a sua aplicação. Nesse sentido, existem diferentes tipos de entrevista em função do seu nível de estruturação: as mais estruturadas, buscando respostas específicas, e as menos estruturadas, sendo desenvolvidas de forma mais espontânea. As entrevistas podem ainda ser classificadas em informais - só se distinguem da simples conversa porque tem como objetivo a coleta de dados-, focalizadas - são livres, todavia, enfocam um tema bem específico-, roteiros básicos - são guiadas por pontos de interesse, apresentando certo grau de estruturação - e estruturadas - seguem um roteiro fixo de perguntas (GIL, 1999).

Para o presente estudo, a opção metodológica foi pelas entrevistas norteadas por roteiros básicos, onde se apresentou certo grau de estruturação e certos pontos de interesse. Destaca-se que nessa forma de entrevista se fazem poucas perguntas, seguindo um roteiro básico, com perguntas centrais, ou seja, refere-se a entrevistas semi-estruturadas. Ao total, realizaram-se 33 entrevistas (18 no Brasil e 15 na Espanha), entre informantes-chaves de Brasil e Espanha, e produtores brasileiros e espanhóis, além do uso de 4 entrevistas realizadas por pesquisadores membros do projeto Capes/DGU, “A indicação geográfica como estratégia de desenvolvimento territorial: a experiência espanhola e brasileira”, realizadas em novembro de 2010, conforme descrito no apêndice E.

4 A CONFORMAÇÃO DO CAMPO SOCIAL NO ASSENTAMENTO LAGOA DO JUNCO

O campo social do assentamento Lagoa do Junco configura-se hoje a partir de um histórico precedente, o qual tem importância significativa, uma vez que determinadas formas de ação (práticas) verificadas, atualmente, devem-se à influência dos diversos agentes sociais. Dentre esses agentes, temos como de grande relevância o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, exercendo maior intervenção no contexto do assentamento que o próprio Estado. Deve-se considerar que Lagoa do Junco se trata de um assentamento com muitos anos de instalação, onde é natural o afastamento do Estado, tão presente no momento de instalação do mesmo.

O contexto da questão agrária brasileira constitui-se de forma complexa e em constante transformação. Sua caracterização não é uma tarefa simples, pois o risco de não contemplar todos os aspectos envolvidos no campo é recorrente. No entanto, considera-se de fundamental importância, para o presente trabalho, investir esforços nessa caminhada de perpassar os principais elementos que incidem sobre o processo de reforma agrária, mas cientes das dificuldades e limitações da mesma.

Mantendo a coerência com o referencial teórico adotado nesse estudo, delimita-se a Reforma Agrária brasileira como um campo, onde se assume o pressuposto de que um determinado grupo de agentes sociais trava uma luta política a partir de seus interesses específicos⁸⁴. Partindo das formulações teóricas de Bourdieu, compreende-se os assentamentos de reforma agrária como espaços sociais específicos, singularizados pela presença de uma rede de relações de poder, envolvendo trabalhadores rurais assentados e as múltiplas instâncias sociais que neles interferem (Estado, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, poderes públicos locais, serviços de ATES, etc.).

O processo de reforma agrária é, nesse sentido, um campo marcado por relações de força, de disputa entre diferentes agentes que trabalham material e simbolicamente no sentido de produzir esse espaço. Assim, é preciso considerar que, no espaço do assentamento, opera um conjunto de forças objetivas que não podem ser apenas reduzidas às vontades individuais dos agentes, ou mesmo às suas interações, pois o mesmo manifesta-se como espaço onde:

⁸⁴ Concomitante verifica-se a existência de um conjunto de normas, aceitas pelos componentes desse campo, como leis, portarias ministeriais, normas de execução do INCRA, entre outros acordos entre atores mais ou menos institucionalizados.

[...] agentes diversos se digladiam, traçam estratégias no sentido de legitimar ou subverter as posições ocupadas, configurando uma luta pela produção e imposição da visão legítima. O assentamento torna-se palco de conflitos entre instâncias sociais que tentam materializar projetos diferenciados *para* os assentados; agentes estão em luta pela capacidade prescritiva do real, pelo efeito da teoria dos discursos legítimos, para conseguir a implantação de seus projetos – ou melhor, de suas visões – de assentamento e de reforma agrária (ROMANO, 1994, p. 256).

Diferentes matrizes discursivas pretendem impor suas categorias de visão, classificação e hierarquização do mundo social, direcionando e enquadrando os assentamentos em formas de organização e estruturação (produtiva, política, espacial, etc.), mas também as formas de pensar, agir e sentir dos indivíduos que vivem e se relacionam nesse espaço social (CAUME, 2002).

Torna-se, assim, necessário, em uma tentativa de compreensão, levar em conta não somente a representação que os agentes têm do mundo social, mas, também, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo, e para a própria construção do mundo por meio do *trabalho de representação* que realizam continuamente para imporem a sua visão de mundo, ou a visão da sua própria posição nesse mundo. Segundo Bourdieu (2002, p.139/140), a percepção do mundo aparece como produto de uma *dupla estruturação do social*: de um lado, a dimensão *objetiva*, na qual as autoridades ou representantes dos agentes são percebidas, não de forma independente, mas socialmente estruturadas e numa combinação de probabilidades muito desiguais; e, de outro lado, a dimensão *subjetiva*, que se encontra estruturada devido ao fato de que os esquemas de percepção e de apreciação suscetíveis de serem utilizados, sedimentados na linguagem, são produtos das lutas simbólicas anteriores e exprimem de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólica.

Outro aspecto, necessariamente a ser considerado, na compreensão da questão agrária é a sua dimensão histórica, uma vez que esta precisa ser abarcada a partir de uma perspectiva de longo prazo, a fim de que se possa estabelecer um “diagnóstico” sobre as causas que possibilitaram o surgimento e a continuidade das contradições sociais relacionadas à concentração da propriedade fundiária e da renda no campo, hoje, ainda evidenciadas no país. Segundo Bourdieu (2011, p. 426),

A história estrutural de um campo – tratando-se do campo das classes sociais ou de qualquer outro campo – periodiza a bibliografia dos agentes comprometidos com ele (de modo que a história individual de cada agente contém a história do grupo a que ele pertence).

Feitas as devidas considerações, nas laudas que seguem, busca-se, inicialmente, dar ênfase aos principais agentes sociais que historicamente vêm atuando junto ao campo da Reforma Agrária brasileira, destacando um rápido histórico e caracterização das principais

funções desenvolvidas nesse campo, para somente após submergirmos na realidade do assentamento Lagoa do Junco. Tal metodologia, baseada em uma visão ampliada do conjunto da trajetória social das famílias em estudo, certamente dará uma elucidação mais ampla, apesar de mais complexa.

4.1 Antecedentes Históricos na Questão Agrária

Inicia-se a análise da questão agrária no país, a partir da promulgação da primeira lei de Terras no Brasil, a lei nº 601, de 1850, que regula o acesso à terra, definindo quem poderia obter a sua propriedade privada. Regulamentando-se e consolidando-se⁸⁵, a partir dessa lei, o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, mantendo a estrutura de propriedade de terras no Brasil (STEDILE, 2005a).

Após o aprofundamento da crise, com a libertação dos trabalhadores escravos (oficializado pela Lei Áurea de 1888), do modelo hegemônico até então, denominado agroexportador, a Coroa atrai para o Brasil, entre 1875 e 1914, mais de 1,6 milhões de camponeses europeus pobres (RIBEIRO, 2005). Parte desses imigrantes deslocou-se para o Sul do país, pela maior disponibilidade de terras e pelo clima, “recebendo”⁸⁶ lotes de 25 a 50 hectares, parte foi para São Paulo e para o Rio de Janeiro, não recebendo terras, mas sendo obrigados a trabalhar nas fazendas de café, sob o regime denominado de colonato⁸⁷ (ROCHE, 1969).

O ano de 1930 marca nova fase da história brasileira, tendo grande influência na questão agrária. Inicia-se aqui um período caracterizado pelo projeto nacional desenvolvimentista⁸⁸, denominado de “Era Vargas”, referência à liderança do político gaúcho

⁸⁵ Consolida-se por que é um modelo que vem se estruturando desde as Capitânicas Hereditárias, criadas em meados de 1530, passando pelas doações de terras, conhecidas como Sesmarias.

⁸⁶ Todos os camponeses colonos que “receberam” terras no Sul tiveram de pagar por elas posteriormente, obrigando-os a se integrarem na produção para o mercado.

⁸⁷ O regime de colonato foi a forma utilizada para regular a organização do trabalho dos imigrantes europeus e determinava, fundamentalmente, que cada família de colonos ficaria responsável por uma quantia determinada de cafezais, as quais deveria tratar, cultivar, beneficiar e colher. Vendido o café, caberia ao fazendeiro entregar ao colono metade do produto líquido da venda. O controle e estabilidade da mão de obra dentro das fazendas eram feitos através das dívidas contraídas pelos imigrantes com os agricultores/fazendeiros, para o pagamento de despesas diversas.

⁸⁸ Projeto que tinha por ênfase desenvolver economicamente o país, diversificando atividades voltadas para o mercado interno e reduzindo a dependência frente ao comércio exterior. Para tanto, pauta-se na retirada do poder da oligarquia rural, concomitante à criação de toda uma legislação trabalhista para dar suporte a um novo regime econômico.

Getúlio Vargas, que governou o país de 1930 a 1945. Do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria (STEDILE, 2005a).

Graziano da Silva (1989) destaca que, no período de 1933 a 1955, existe uma transição da economia brasileira, sendo o setor industrial consolidado, paulatinamente, e o país deixando de ser eminentemente agrícola.

Frente a condições extremas de pobreza, identificadas em várias regiões do país, é, em meados de 1950, que se registram as primeiras organizações de trabalhadores rurais (Ligas Camponesas, ULTAB, Associações de Sem Terras no Rio Grande do Sul), no sentido de desenvolver uma consciência de sua força e direitos, privilegiando, por sua vez, o acesso à terra, através da promoção da reforma agrária, como uma das principais reivindicações. A partir desse período, diversos agentes entram em cena com o intuito da reivindicação de uma reforma agrária no país, destacando-se a atuação dos Movimentos Sociais, da Igreja Católica e do Estado.

4.1.1 Campo da Reforma Agrária em Estruturação

No período que se estende de meados de 1945 a 1985, quando da instauração da “Nova República”⁸⁹, tem-se um período de intensos debates e enfrentamentos em busca de uma Reforma Agrária no país, destacando-se, segundo Stedile (2005d), a primeira proposta de reforma agrária, apresentada e defendida pelo senador do PCB Luiz Carlos Prestes, na Constituinte de 1946. Depois, registra-se a primeira manifestação programática do setor conservador da Igreja Católica, realizada por um bispo mineiro em 1950, no momento em que se registrava o crescimento da influência do Partido Comunista na organização de camponeses e assalariados por todo país. Stedile (2005d), ainda destaca: - o projeto de reforma agrária apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti, do PTB/SP, em 1954; - a proposta de reforma agrária da Igreja Conservadora, datado de 1961-1962; e - a primeira proposta de reforma agrária unitária dos movimentos camponeses do Brasil, elaborada durante o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte, em 1961.

⁸⁹ O período da chamada Nova República, é instaurado no País após o fim do regime militar, e caracterizado pela redemocratização política do Brasil e sua estabilização econômica

Posteriormente, tem-se novo Projeto de Lei de Reforma Agrária, apresentado e defendido pelo deputado Leonel Brizola, em 1963. Stedile (2005d), destaca, também, o discurso do presidente João Goulart, em comício no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, com a apresentação do projeto de Reforma Agrária, sob decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964, mas que, no entanto, nem chegou a ser analisado pelo Congresso Nacional em função do golpe militar de 1º de abril de 1964.

Na sequência cronológica, Stedile (2005d) traz o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o qual se constitui como a primeira Lei brasileira de Reforma Agrária e que teve importante significado como resultado de um longo processo de luta de camponeses e de cidadãos comprometidos com a Reforma Agrária. Contudo, tal lei, em função do regime militar e, posteriormente, do período conhecido como “milagre brasileiro” (1967 - 1973)⁹⁰, onde a modernização conservadora da agricultura acelerou sem alterar a estrutura fundiária, não proporcionando grandes mudanças (GRAZIANO DA SILVA, 1989)⁹¹.

A partir de 1976, a economia brasileira deixa de apresentar os elevados índices de crescimento⁹² e, em seguida, muitas questões voltam a ser discutidas, inclusive a escolha da agricultura como meta prioritária do governo. Ressurge nesse rol de questões a questão agrária (GRAZIANO DA SILVA, 1989). Será durante o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado pela CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em maio de 1979, que se tem a aprovação de uma nova proposta de Reforma Agrária para o país, onde se reivindica a implantação de uma Reforma Agrária “massiva” e radical (STEDILE, 2005d).

Fechando esse “ciclo” de lutas em prol de uma reforma agrária no país, é fundado, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, fruto da articulação de líderes de sem-terra, agentes, sindicalistas, assessores e diversas entidades de classe de 14 Estados do país, tendo por objetivos principais lutar pela terra, lutar pela Reforma Agrária e lutar pela transformação da sociedade, com a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

⁹⁰ Fase em que o país registra crescimento acelerado da economia.

⁹¹ A modernização da agricultura fez com que muitos pensassem que não se fazia mais necessário um processo de reforma agrária, crescendo assim o número de políticos e intelectuais que assim pensavam também.

⁹² Embora ainda apresentasse índices de produção muito superiores às médias mundiais.

4.1.1.1 A Atuação dos Movimentos Sociais

A gênese dos movimentos sociais do campo no Brasil remonta ao século XVII, quando a estrutura fundiária, caracterizada por extrema desigualdade social, beneficiava apenas aos mais poderosos, política e economicamente (uma pequena oligarquia rural de posse de grandes áreas de terras). Cabe ressaltar que a atual organização fundiária brasileira se estrutura, de fato, em 1822, quando a grilagem de terras substituiu na prática o regime das Capitâneas Hereditárias, criado, em 1530, pela Coroa Portuguesa. Esta, por sua vez, dividiu a colônia, a leste da linha do Tratado de Tordesilhas, em 12 capitâneas hereditárias e fez nascer o latifúndio que explorava o trabalho escravo, provocando revoltas e os primeiros passos de pressão social pela terra (MATTZA, 2006). No entanto, todas as iniciativas foram sempre muito restritas frente às repressões sofridas.

Séculos depois, já em meados da década de 1940, surgiram, em quase todos os estados brasileiros, as Ligas Camponesas, mais precisamente por volta de 1945, num forte e significativo movimento de organização política dos trabalhadores rurais. Surge como uma reação às condições econômicas e sociais adversas em que se encontravam, bem como para resistir à expulsão da terra. Sobretudo, eram os trabalhadores do campo que reagiam às precárias condições de vida vigentes no mundo agrícola (IANNI, 2005).

Em 5 de setembro de 1946, editou-se o Decreto-Lei 9.760, o qual disciplinava as formas de acesso às terras públicas e passava a regular a discriminação de terras. Considerando a posição do Partido Comunista Brasileiro – PCB, na vanguarda do movimento camponês, em 1947, decreta-se a ilegalidade do Partido e, com uma repressão generalizada, as Ligas foram violentamente reprimidas pelo governo, bem como, pelos próprios fazendeiros e seus jagunços (FAULSTICH, 2006).

Até 1963, no Brasil, existia, *de jure*, uma relativa liberdade sindical estabelecida pelo Direito Positivo (Consolidação das Leis do Trabalho) e, *de facto*, uma rígida restrição ao sindicalismo rural, ditado pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários (MORAIS, 2006, p. 22).

As Ligas Camponesas ressurgiram em 1954, principalmente, nos estados nordestinos, muitas delas agindo na clandestinidade. Já no final do ano de 1955, o Partido Comunista criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Ultrab), organizando os camponeses em todo o Brasil. No entanto, as Ligas não se filiaram à Ultrab. Outros movimentos de diferentes envergaduras, segundo Stedile (2005a), surgiram no país, entre os quais o Movimento dos

Agricultores Sem-Terra (MASTER), a Frente Agrária Gaúcha (movimentos da ala conservadora da Igreja Católica) e o Movimento de Educação de Base, representando a ala progressista da Igreja, tendo à frente a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Diante da organização dos diversos movimentos, a criação do primeiro órgão federal, que concentrasse a atribuição de cuidar da imigração, colonização e reforma agrária, ocorreu por ato de Getúlio Vargas, em 5 de janeiro de 1954. Com a finalidade de absorver as atribuições do Conselho de Imigração e Colonização – ligado ao Departamento Nacional de Imigração, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio –, e da Divisão de Terras e Colonização – vinculada ao Ministério da Agricultura –, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic). Em setembro de 1955, criou-se o Serviço Social Rural (SSR). E, em 1956, o governo editou a Lei 3.081, disciplinando o processo discriminatório para terras federais, estaduais e municipais (FAULSTICH, 2006).

Os movimentos no campo cresciam, mas eram representados, principalmente, pelas Ligas camponesas (bastante enfraquecidas nesse período), centradas nos estados do Nordeste e pela Ultab (que agia em quase todos os Estados)⁹³, até que, em 1963, surge a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Porém, as Ligas Camponesas estavam previamente excluídas dessa central única institucionalizada dos trabalhadores agrícolas.

A fundação da Contag foi o acontecimento mais importante da história do campesinato brasileiro. A Contag nasceu em dezembro de 1963, numericamente grande. Em poucos meses de funcionamento, reunia um milhão de trabalhadores rurais, dos quais expressiva maioria era formada pelos associados da Ultab (MORAIS, 2006, p. 61).

As Ligas, por sua vez, restringiam suas ações aos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, onde ainda desempenharam papel decisivo até início de 1964. A partir de abril de 1964, no entanto, as Ligas Camponesas deixaram de existir, pois, segundo Ianni (2005, p.142), “aos olhos dos novos governantes do país, eram politizadas demais e independentes do controle do aparato estatal”.

Até o golpe militar de 1964, segundo Moraes (2006, p.71), as Ligas, juntamente com a Ultab e a Contag, desempenharam importante papel na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária, embora as mesmas não tivessem “idéias claras sobre a reforma agrária que reivindicavam para o Brasil”.

⁹³ À exceção, tinha-se o Rio Grande do Sul, onde atuava o MASTER, organização notoriamente oficialista, criada pelo governo Brizola para impedir que, neste Estado, os trabalhadores rurais se filiassem à Ultab ou às Ligas (MORAIS, 2006).

A Contag, mesmo após ter sofrido intervenção formal até 1965, volta a atuar nesse ano, mas procurando, na forma de agir, não hostilizar o governo militar, tendo a intenção de minorar a repressão ao movimento sindical, e atuando de forma a encaminhar as questões às autoridades competentes, não exercendo, assim, pressão reivindicatória (GRAZIANO DA SILVA, 1989).

Os trabalhadores rurais sem-terra, a partir da organização nas bases, em seus estados, sentiram a necessidade de uma maior organização para a conquista da terra e de seus direitos, e passaram a organizar o Movimento dos Sem Terra. Reunidos em Cascavel-PR, em janeiro de 1984, num “Encontro Nacional”, com a participação de líderes de sem-terra, agentes, sindicalistas, assessores e diversas entidades de classe de 14 Estados do país, discutiram e aprovaram os princípios do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (STEDILE, 2005d).

Mesmo frente às diversas e históricas reivindicações existentes, o I Plano Nacional de Reforma Agrária foi criado somente em 1985, pelo governo Sarney, em período que assume novamente a presidência um governo civil, sendo, por sua vez, apoiado pelas seguintes instâncias: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Na mesma data de aprovação do PNRA, em outubro de 1985, o presidente da República, José Sarney, assinou a Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR). A reforma agrária ficou subordinada à política de face agrícola, abrindo caminho para a extinção do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (Mirad), e para a vinculação do INCRA ao Ministério da Agricultura, este historicamente ligado aos interesses de grandes proprietários de terra.

Em suma, são diversos os acontecimentos que marcam a história social do meio rural brasileiro, sendo alguns mais conhecidos que outros. No quadro que segue, adaptamos um esforço de Medeiros (2010), que retrata esses principais acontecimentos.

Ano	Acontecimento
1944	Decreto-Lei n.7038/44 que definia a representação sindical paralela entre trabalhadores e patrões no meio rural.
1945	Decreto-Lei n.7449/45 que definia a formação de associações rurais como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial de base municipal, com uma representação a nível estadual por meio de federações.
1945	Aparecimentos das primeiras associações de lavradores
1953	Primeiro Congresso de Lavradores.
1954	Segundo Congresso de Lavradores e criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Criação da Confederação Rural Brasileira (CRB).
1955	Criação do Serviço Social Rural.
1960	Surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul.
1961	Congresso Camponês de Belo Horizonte.
1962	Regulamentação da sindicalização rural.
1963	Criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).
1963	Aprovação Nacional do Estatuto do Trabalhador Rural pelo Congresso Nacional.
1964	Golpe Militar (31 de março). Aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto da Terra (novembro).
1971	Criação do FUNRURAL.
1975	Criação da Comissão Pastoral da Terra.
1979	Primeiras ocupações organizadas de terra no Sul do Brasil
1984	Criação formal do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).
1984	Movimento das “Diretas Já”.
1985	Início da Nova República. Proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária.
1995	Primeiro Grito da Terra Brasil.
1996	Criação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).
2001	Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (FETRAF-Sul).
2005	Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-Brasil).

Quadro 2 – Resumo da História Social do Meio Rural no Brasil (1944-2005)

Fonte: adaptado de Medeiros (2010, p. 136).

4.1.1.2 A Influência da Igreja Católica

Diversas religiões, especialmente no período das Ligas Camponesas, foram impulsionadoras das lutas e ações concretas no apoio à reforma agrária e as lutas dos assalariados e camponeses, em destaque, os católicos e os evangélicos de esquerda. No entanto, a Igreja Católica, por sua abrangência no país, sempre ocupou papel de destaque, pois segundo Teixeira (2008), foi uma das responsáveis pela socialização e politização dos agricultores por possuir recursos e capilaridade no meio rural brasileiro.

No ano de 1950, a Igreja Católica torna público seu primeiro documento abordando a questão da terra no Brasil, onde descrevia a situação de pobreza a que os camponeses estavam

submetidos e incitava a instituição da Igreja para que liderasse um grande movimento com vistas a melhorar a vida dos trabalhadores, uma vez que, do contrário, poderiam ser “vítimas de revolucionários” (MENEZES NETO, 2001).

Em setembro de 1954, na II Assembleia Geral da CNBB, realizada em Aparecida, São Paulo, a problemática da terra foi debatida e divulgado um novo documento, no qual se defende a Reforma Agrária. Mas, segundo Balduino (2006 apud MENEZES NETO, 2009), tal defesa é sempre apresentada como uma proposta moderada, gradativa e palatável aos setores dominantes. Em outubro de 1961, a CNBB convoca uma reunião extraordinária para debater a reforma agrária, onde se defendeu a modernização e desenvolvimento do campo, pedindo o empenho da Ação Católica Rural, da Juventude Agrária Católica (JAC) e da Liga Agrária Católica (LAC), para que esses movimentos religiosos se engajassem nos problemas do homem do campo (POLETTI, 2010).

Com o desenrolar do período ditatorial e com o fim do chamado “milagre econômico”, em meados dos anos de 1970, a Igreja Católica, através de documentos da CNBB, passa a fazer críticas ao modelo ditatorial em vigor e assume a defesa de diversas lutas populares, entre elas a defesa da reforma agrária. Em 1975, é criada a ecumênica Comissão Pastoral da Terra – CPT -, reconhecida pela CNBB e com hegemonia católica que, defendendo a reforma agrária, articulando as Pastorais Rurais com os encontros de trabalhadores e assessores, publicando cartilhas e denunciando a violência no campo, firmou-se como uma instituição de apoio aos movimentos sociais do campo (MENEZES NETO, 2001). Dessa forma, tanto pelo apoio hierárquico como pelo trabalho “de base”, desenvolvido pelos agentes da CPT, a Igreja torna-se uma instituição que, com todas as suas contradições, passa a apoiar as lutas dos trabalhadores do campo e a reforma agrária durante o período militar.

Em 1980, na 18ª Assembleia da CNBB, a terra torna-se o seu tema central e um documento intitulado “Igreja e Problemas da Terra” é aprovado. Esse documento, de apoio às lutas dos trabalhadores do campo, demonstra o novo posicionamento da Igreja perante a reforma agrária. Desde então, a Igreja e a ação da CPT passaram a atuar na formação de importantes lideranças e na criação de novos movimentos sociais, como aqueles baseados nas ocupações de terras que fornecerão a base ao MST (STEDILE, 2005).

Destaca-se o papel da igreja católica ainda, na promoção das Romarias da Terra⁹⁴, promovendo, no ano de 1986, como tema da Campanha da Fraternidade: “Fraternidade e a Terra”, cujo lema era “Terra de Deus, terra de irmãos”.

⁹⁴ As Romarias da Terra compreendem caminhadas de trabalhadores sem-terra e pessoas solidárias à sua causa. Representam o povo de Deus descrito no livro de Êxodo 3, da Bíblia (VIAL; FORTES, 2005).

A despeito de toda a crise, setores da Igreja continuaram se reciclando para poderem participar e apoiar as lutas dos camponeses. Assim, em 2005, vinte e cinco anos após a publicação do documento “Igreja e Problemas da Terra”, a CNBB e religiosos de outras Igrejas, publicaram o documento intitulado “Os pobres possuirão a terra”, que seria, nos seus dizeres, uma atualização do documento de 1980. O documento, caracterizado como ecumênico, por ter sido assinado por mais de 100 (cem) bispos católicos e não católicos, analisa a nova situação do campo brasileiro no terceiro milênio, assumindo, claramente, posição de apoio às reivindicações dos movimentos sociais e dos trabalhadores do campo, além de incorporarem a discussão ecológica nas lutas populares (MENEZES NETO, 2009).

O trabalho de “conscientização” conduzido particularmente por agentes religiosos ligados à Comissão Pastoral da Terra e, posteriormente, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, propiciariam as condições para a mobilização sociopolítica, para o protesto e reivindicação de acesso à terra (POLETTI, 2010).

O MST e a Igreja Católica, ao longo de suas trajetórias históricas de inserção nas lutas dos trabalhadores rurais, acumularam um capital simbólico capaz de legitimar e lhes conferir autoridade na produção de discursos *dos e para* os assentados. É essa legitimidade histórica que confere positividade aos discursos que proferem, sua capacidade de, ao falar, contribuir efetivamente para construir o que é falado. (CAUME, 2006, p. 10).

São diversos os que desejam terra para trabalhar e buscam melhores condições de vida para suas famílias através do acesso à terra. Nesse rol incluem-se filhos de pequenos proprietários de terra, parceiros e meeiros (que trabalham em terras de outros em troca de parte da produção), arrendatários, moradores tradicionais dispensados das fazendas (os denominados de agregados na região das grandes propriedades dedicadas a pecuária de corte no RS), posseiros expulsos de suas posses, atingidos por barragens, boias-frias que trabalham na agricultura por conta própria, desempregados urbanos, além de outros (CARTER, 2010).

A emergência de lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses como agentes políticos, reivindicando a permanência na terra, segundo Medeiros (2010), ocorre no período de redemocratização do país no imediato pós-guerra, em meados de 1950. Nesse momento, também colocam-se em causa a concentração da propriedade de terra e a improdutividade, demandas essas que, inicialmente, são mediadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) para dar visibilidade e articulá-las.

Em 1954, no emergir de diversas associações no país para a organização dos trabalhadores do campo, destaca-se a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Traduzida na bandeira mais geral da reforma agrária,

reivindicava também a extensão da legislação trabalhista ao campo e incluindo, por sua vez, já outras categorias, como arrendatários, parceiros, posseiros, foreiros e meeiros agregados (MEDEIROS, 2010).

Registra-se, em 1961, durante o Congresso Nacional Camponês, uma árdua disputa de concepção sobre a natureza da reforma agrária, entre o PCB - ULTAB e as Ligas Camponesas, e, conseqüentemente, a disputa pela representação dos camponeses. Acrescido a isso se tem o fato de que, no início da década de 1960, a Igreja Católica também passou a intervir no campo, apoiando a reforma agrária e estimulando a sindicalização dos trabalhadores, mas também disputando as bases das Ligas e do PCB (MEDEIROS, 2010).

Em 1963, registra-se a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, reconhecendo o trabalho rural como profissão, estendendo ao campo uma série de direitos trabalhistas que eram vigentes para o meio urbano desde a década de 1930. Além disso, observa-se a institucionalização pelo Estado das bandeiras dos movimentos sociais do campo, com a aprovação do Estatuto da Terra, que ocorreu logo após o golpe militar de 1964 (MEDEIROS, 2010).

Na nova conjuntura (ditadura militar), fazer valer os direitos adquiridos implicava uma série de dificuldades, pois as principais lideranças camponesas foram presas, assassinadas ou forçadas à clandestinidade. Os sindicatos sofreram intervenção e vários deles passaram a ser controlados por grupos estranhos às lutas desenvolvidas anteriormente (MEDEIROS, 2010).

A bandeira da reforma agrária, ganha novamente centralidade, em 1985, com a instauração da “Nova República”, no entanto, com a identificação da emergência de novas identidades (seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, atingidos por barragens), inovações são introduzidas nas ações coletivas, que passam a se voltar para os espaços públicos, em busca de visibilidade (MEDEIROS, 2010).

No final dos anos 1970, tem-se a criação de grandes projetos hidrelétricos, que levam a articulação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e, posteriormente, registra-se a organização do MST. Também, verifica-se o surgimento de organizações distintas, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), criado em 1996, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), criada em 2001 e transformada em FETRAF-BRASIL, em 2005.

Nos anos mais recentes, acompanha-se certa cooptação dos movimentos pelo Estado, sendo frequentemente chamados para participar das discussões, idealização, formulação e mesmo aplicação das políticas públicas, de forma com que as responsabilidades sobre os sucessos ou insucessos das ações sejam divididos (FAVARETO, 2001).

4.1.1.3 A Organização dos Latifundiários

Os proprietários fundiários, também se organizaram em associações, à medida que ocorria a constituição da identidade política “camponesa” no Brasil. Ao lado da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e da tradicional Sociedade Rural Brasileira (SRB), criou-se como entidade de representação nacional da categoria, em 1954, a Confederação Rural Brasileira (CRB).

Segundo Mendonça (2006), a Sociedade Nacional da Agricultura, sediada no Rio de Janeiro, foi fundada em 1897, revelando-se um agente político estratégico em muitos momentos de lutas em torno da agricultura. Já a Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919, em São Paulo, para fazer frente às demais entidades de classe de âmbito regional, bem como à SNA, teve uma participação extremamente ativa junto às atividades de discussão da reforma agrária. O posicionamento da SRB contra a reforma agrária foi uma constante, tendo a entidade lançado mão de sua imensa capacidade de mobilização e organização dos setores de grandes proprietários (MENDONÇA, 2006). No entanto, mesmo com pontos em comum, a tensão política entre SNA e SRB, visando à efetiva representação nacional da classe dominante agrária brasileira, sempre esteve presente.

Representando os setores ligados à agricultura exportadora, as reivindicações de entidades como a SNA, a SRB e a CRB, de acordo com Medeiros (2010, p. 121), “se voltavam para uma política de mecanização da agricultura, vinculando-a ao debate em torno do desenvolvimento nacional e da questão agrária”. Conforme a autora, com forte influência sobre o Ministério da Agricultura, exerceram seu peso também nas articulações da sociedade civil que gestaram o golpe militar de 1964. Contudo,

[...] logo após o golpe militar de 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, estabelecendo os objetivos e os termos de uma reforma agrária, e uma emenda constitucional que permitia que as indenizações das terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública após a desapropriação.[...] Com esse conjunto de documentos legais, consagrou-se o reconhecimento político da existência de interesses diferenciados no campo, o direito à representação própria e a necessidade de o Estado intervir em situações de tensão social (MEDEIROS, 2010, p. 123).

Com apenas o reconhecimento jurídico-institucional e a não efetivação de uma reforma agrária no país, somente com o anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária, em

1985, exigiu-se novo momento de mobilização da classe agrária dominante, que, por sua vez, culminou na fundação da União Democrática Ruralista (UDR), composta pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Essa fundação assumiu diretamente o combate às propostas reformistas em pauta no período, com forte artilharia baseada em argumentos e posições antirreforma agrária, repudiando qualquer tipo de política que pudesse significar ameaças ao *status quo* em geral e, sobretudo, o questionamento do direito de propriedade (MEDEIROS, 2010).

O surgimento da UDR, data de meados de 1985, a partir de reuniões promovidas com destacados pecuaristas do estado de Goiás, que eram marginalizados do processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira. Em sua fase inicial, a UDR contava com abrangência restrita a algumas regiões do país, tais como Goiás, Pará, Maranhão, Bahia, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, em sua maioria, Estados onde os conflitos de terra eclodiram com maior força (MENDONÇA, 2006). Destaca-se que, no estado do Rio Grande do Sul, a UDR encontrava grandes dificuldades em ser reconhecida, haja vista o papel hegemônico desempenhado pela Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul), principal entidade representante dos interesses da classe proprietária do Estado (MENDONÇA, 2006).

Vale lembrar que a UDR emergia num contexto de disputas entre as classes dominantes agrárias, vindo a disputar a liderança dos segmentos ligados à agroindústria no país, defrontando-se com entidades tão tradicionais quanto a Sociedade Rural Brasileira, a Sociedade Nacional de Agricultura, ou mesmo a Confederação Nacional da Agricultura⁹⁵ (CNA), ou a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (MENDONÇA, 2006).

Atualmente, além da UDR⁹⁶, a representação da classe agrária dominante brasileira é realizada especialmente pela CNA, que, por sua vez, é a representante das Federações Estaduais (no RS, é a FARSUL), que atuam frente aos interesses dos Sindicatos Rurais estabelecidos em cada município.

⁹⁵ Destaca-se que essa entidade sindical, atuante e influente até os dias atuais, surge em janeiro de 1964, quando a CRB solicitou investidura sindical, passando a denominar-se Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O fato se passa em decorrência da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, o qual foi aprovado no Congresso Nacional em março de 1963 e consistia em uma legislação que, além de estender alguns direitos trabalhistas ao campo, forneceu as bases para o sindicalismo rural nos moldes de atrelamento ao Estado.

⁹⁶ Que praticamente inexistente, apresentando pouca relevância. Diferenciava-se da CNA por não envolver a estrutura sindical oficial. Por isso com o tempo suas bandeiras foram absorvidas pela rede constituída pela CNA.

4.1.1.4 A Ação do Estado

Os primeiros passos institucionais dados pelo Estado para a Reforma Agrária no Brasil datam de meados dos anos 1950. Especificamente, em 5 de janeiro de 1954, a Lei nº 2.613/54 cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), cuja atribuição principal era assistir e encaminhar trabalhadores rurais, migrantes e imigrantes para um programa nacional de colonização que orientasse para os trabalhos agrícolas. Posteriormente, tem-se a Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1960, que cria o Serviço Social Rural (SSR), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, com atribuições que visavam exclusivamente a ações no âmbito social do meio rural. Essas ações objetivavam auxiliar na permanência do homem na terra e evitar o êxodo rural, incrementando a produção agrícola e promovendo atividades sociais com o intuito de administrar a produção e a economia das pequenas propriedades (BRASIL, 2006).

Em seguida, em 11 de outubro de 1962, surge a Superintendência de Política Agrária (Supra), a qual absorve o SSR e o Inic. As atribuições da Supra eram fundamentalmente: a) colaborar na formulação da política do país; b) planejar, promover e executar a reforma agrária e, em caráter supletivo, a medida complementar de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária.

Com o advento do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, a Superintendência da Reforma Agrária (Supra), foi dividida em dois: - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), uma autarquia vinculada à Presidência da República, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e com atribuições voltadas para o desenvolvimento rural, através das atividades de colonização, extensão rural e cooperativismo. No entanto, em 9 de julho de 1970, o Decreto da Lei nº 1.110, cria o INCRA, absorvendo o Ibra e o Inda, com a finalidade de estruturar a reforma agrária no país (BRASIL, 2006).

Na sequência histórica, em 16 de agosto de 1982, o Decreto nº 87.457, que trata da instituição do Programa Nacional de Política Fundiária, cria o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, ao qual o INCRA passa a ser vinculado. Quase dois anos depois, a Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, transferiu competências do INCRA para o Ministério da Agricultura. A partir disso e com o advento do Decreto nº 91.214, de 30 de abril de 1985, que criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), o INCRA passou por vários decretos, dentre eles o de nº 912.766, de 10 de outubro de 1985, que aprovava o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (BRASIL, 2006).

Assim, entre criações e extinções de instituições, a condução da política de Reforma Agrária pelo Estado no país vem se desenvolvendo gradativamente após a década de 1950, mas tendo como marco a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), hoje vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A emergência dos assentamentos de reforma agrária, como um instrumento de aplicação de políticas públicas pelo Estado brasileiro, por sua vez, tem seu marco na redemocratização institucional do país, em meados de 1980.

A partir da constituição Federal de 1988, no seu artigo 184, expressou-se que o Estado estava incumbido de realizar a reforma agrária, porém o conturbado governo de Collor de Mello e, posteriormente, o governo de transição de Itamar Franco, não estabeleceram uma política de reforma agrária. Com a posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, surge o debate novamente da necessidade de criação de um programa de reforma agrária realmente executável.

Destaca-se que, por longas datas, os assentamentos foram efetuados, sobretudo, em regiões de terras novas, de menor desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, onde os preços das indenizações a serem pagos aos proprietários eram menores, isto é, em locais onde implicassem menores custos econômicos e resultassem na maior eficácia política. Ou seja, não se tinha por objetivo propiciar melhores condições de vida e de trabalho às famílias assentadas, mas sim solucionar conflitos sociais (CAUME, 2006).

Nessa perspectiva, identifica-se que os assentamentos não representavam uma estratégia inserida numa proposta de desenvolvimento rural mais abrangente, pelo contrário, sob a racionalidade governamental, implicavam um investimento “a fundo perdido”, dos quais se esperavam muito mais retornos políticos (controle da tensão social) do que retornos econômicos (aumento da produção agrícola nacional, por exemplo) (STEDILE, 2005b).

Particularmente, a partir de 1995, a questão da reforma agrária passa a ser associada ao problema da fome e da miséria no país, o que exige mudanças na forma de percepção e administração da mesma. E para se contrapor aos agentes políticos promotores da luta social pela reforma agrária, em especial o MST, o governo federal engendrou medidas que visavam, em última instância, a despolitizar a questão agrária no Brasil. Promove-se, então, a criação de outros instrumentos de acesso à terra, em especial, os programas Cédula da Terra⁹⁷ e

⁹⁷ O projeto conhecido como "Cédula da Terra", oficialmente denominado Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza (*Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project*), foi fruto de um acordo entre o Governo Federal e o Banco Mundial, atendendo inicialmente os estados do nordeste. Em linhas gerais, o processo de compra de propriedades era realizado por meio da negociação direta entre uma organização de trabalhadores rurais associados e o proprietário da **terra**. A intermediação ficava a cargo do governo estadual, que avaliava o

Banco da Terra⁹⁸, formuladas respectivamente em 1997 e 1998, os quais se contraporiam à desapropriação por interesse social.

O Pronaf⁹⁹ foi outro importante programa criado e vinculado à reforma agrária no período em questão, incorporando as obrigações do extinto Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), o qual oferecia crédito especial de custeio e de investimento que atendia aos assentamentos. Objetivando viabilizar os assentamentos de reforma agrária, centrados no modelo produtivista, é criado, em 1997, o Projeto Lumiar para assessorar as famílias assentadas pelo INCRA no país¹⁰⁰.

Embora a atuação do Estado brasileiro tenha historicamente se caracterizado pelo papel prioritário de controlar os conflitos, sua ação agora não acaba no ato de criação do assentamento. O Estado almeja administrar, “governar”, não apenas o espaço geográfico, o recurso fundiário, mas os próprios homens e mulheres que ali vivem e se relacionam. E o processo de controle tem início, segundo Caume (2006, p.36), já na seleção/exclusão dos possíveis *beneficiários*:

Ao tomar por base critérios de escolha previamente determinados (idade, escolaridade, ocupação produtiva anterior, etc), o Estado já esta concretamente delineando o “tipo ideal” de assentado desejado. Por meio de um processo de qualificação e enquadramento dos trabalhadores que privilegia certas características sociais, o “beneficiário” da reforma agrária deve se enquadrar em um padrão.

O processo de seleção envolve também a produção de um determinado conjunto de saberes e informações. Todo candidato e seu cônjuge/companheiro são submetidos a um

imóvel, definia seu valor de mercado e o teto para financiamento. Nos casos em que a proposta era aceita, o valor da terra ‘nua’, mais as benfeitorias, era pago ao proprietário do imóvel e a associação de trabalhadores contraía um empréstimo junto ao banco, tendo o prazo de três anos de carência para começar a pagar as prestações da dívida. Em 2001, foi aprovado o Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, que veio substituir o Cédula da Terra, por iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com apoio do Banco Mundial e participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) no delineamento do programa.

⁹⁸ Instituído através da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, foi criado com a finalidade expressa de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural. Possibilita aos beneficiários, diretamente ou por meio de suas associações/cooperativas, a possibilidade de selecionar o imóvel e negociar o preço da terra que pretendiam adquirir. O programa teve suas atividades suspensas no início de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) tomou posse como presidente da República. No entanto, um programa semelhante, agora intitulado Crédito Fundiário, ganhou notoriedade.

⁹⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Instituído em 1994, inicialmente sob a denominação de Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), após formulação em 1996, através do Decreto Presidencial nº 1.946, é que se institui efetivamente o PRONAF. O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. Instituído em 1994, inicialmente sob a denominação de Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), e, após formulação em 1996, através do Decreto Presidencial nº 1.946, institui-se o PRONAF.

¹⁰⁰ Em 2004, o programa Lumiar é substituído pela Ates, que leva agora em consideração os agroecossistemas, buscando novos enfoques metodológicos, e tendo como norte a agroecologia.

processo de entrevista com o objetivo de serem cadastrados como pretendentes a *beneficiários* da Reforma Agrária. Num formulário-questionário são recolhidas informações como identificação do candidato e do cônjuge, composição familiar, local de residência, história ocupacional do candidato, pertencimento a organizações sociais, renda familiar, etc. Ainda, mas como critérios complementares, são considerados o tamanho da família, a força de trabalho da família, a idade do candidato e o tempo de atividade agrícola (CAUME, 2002).

Os “classificados” deverão, posteriormente, assinar um “contrato de assentamento”, no qual ficam expressos os direitos e deveres das partes contratantes. Como deveres do assentado, ficam estabelecidos: residir com a família na parcela recebida, explorando-a direta e pessoalmente; atender as orientações do INCRA que visem a sua capacitação profissional e ressarcir os empréstimos recebidos. O “contrato” ainda estabelece que a parcela é inegociável pelo prazo de dez anos (CAUME, 2006).

Ao adentrar na terra, novas imposições e inferências se colocam ao trabalhador: organização espacial, forma de organização da produção, exigência de moradia no lote, dedicação exclusiva ao trabalho no assentamento, organização política associativa, tipo de moradia, tipos de culturas, etc (CAUME, 2006). Questões que, por sua vez, implicam em um cenário, advertido como problemático por Pierre Bourdieu (1996), ao afirmar que as condutas dos indivíduos não podem ser unicamente determinadas a partir de uma racionalidade burocrático-funcional que estabelece as ações a serem seguidas. Mas é preciso igualmente considerar o *habitus*, as disposições adquiridas ao longo da trajetória social de cada agente, sua história não apenas objetivada, mas também incorporada. Aqui está uma das raízes dos conflitos existentes, nos assentamentos, entre as políticas do Estado que tentam racionalizar o espaço social e as práticas das famílias, condicionadas pela sua trajetória social (seu *habitus*, seu capital, na terminologia de Bourdieu).

A discursividade do Estado, nos assentamentos, está centrada no objetivo estratégico de tornar esse espaço social, após um determinado período de tempo, caracterizado por uma ação de caráter tutelar, emancipado, livre dos *benefícios* e regulação de ordem estatal (CAUME, 2006). A autoridade simbólica do Estado decorre de que, oficialmente, a instituição e regulação de um “assentamento de reforma agrária” são monopólios do poder público (CAUME, 2006, p. 10). Assim, como colocam Bourdieu e Wacquant (2008, p. 151, grifo dos autores), “el Estado[...] tiene el *monopolio de la violencia simbólica legítima*, es decir, el poder de constituir y de imponer como *universal y universalmente aplicable* dentro de una determinada “nación”, mejor dicho dentro de las fronteras de un territorio dado, un conjunto común de normas coercitivas”.

Identifica-se que, na capacidade social de fazer ver e existir o “assentado” e o “assentamento”, revela-se todo poder simbólico do Estado, sua capacidade e competência delegada para impor visões e princípios de divisão e classificação do mundo social. Segundo Pierre Bourdieu:

[...] o discurso estatal, socialmente legitimado, tem o poder de não apenas impor pontos de vista e uma normativa sobre a vida social. Prescrevendo ordens, deliberações, diretrizes, mas, também, “opera um diagnóstico, isto é, um ato de conhecimento que obtém o reconhecimento e que com muita frequência, tende a afirmar o que uma pessoa ou uma coisa é ...um discurso quase divino, que consigna a cada um uma propriedade” (1990, p. 164 apud CAUME, 2006, p. 33).

Para atender a todas as atribuições concernidas ao Estado no âmbito da Reforma Agrária, foi necessária a criação de um órgão que compilasse todas as informações e demandas prioritárias. Mas, a ação do INCRA, historicamente, tem apresentado dificuldades de atender a essas demandas, devido a uma complexidade de fatores, os quais se relacionam a real capacidade operacional do Estado (ligado a recursos financeiros e disponibilidade de pessoal qualificado) e aos tensionamentos diante das reivindicações das famílias assentadas, mediadas pela estrutura organizacional do MST.

4.2 A Implantação dos Assentamentos de Reforma Agrária e a Atuação de Novos Agentes

Com a implantação dos primeiros assentamentos de reforma agrária no país, novos agentes passam a mobilizar suas forças para atuarem nesses novos espaços. Pois a diversidade sociocultural dos trabalhadores rurais sem-terra contribui para ampliar a complexidade das relações sociais internas no assentamento e podem dificultar a harmonização dos interesses entre os assentados.

Perante esses desencontros culturais e pessoais, a vida nesses assentamentos nem sempre contribui para a construção de novas identidades sociais. Nisto incide muitas vezes o fato de que milhares de sem-terra são assentados em áreas muito diferentes das que eles tinham familiaridade geográfica. A heterogeneidade dos assentamentos se conjuga com alguns traços comuns à grande maioria dos assentados [...] As trajetórias de vida dessas pessoas foram marcadas pela pobreza, a falta de oportunidades de trabalho e a expectativa animada durante a luta pela terra de ter um futuro mais estável e digno para a família (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 300).

Na tentativa de abarcar essa heterogeneidade de situações retratadas, e auxiliar no desenvolvimento dos novos espaços, a implantação dos assentamentos de reforma agrária no país exigiu de imediato além de ações diferenciadas, a atuação de novos agentes.

4.2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua Dupla Missão

Fundado oficialmente em 1984, durante o I Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel-PR, o MST voltou-se, inicialmente a expansão e consolidação da organização em nível nacional, pois seu desafio constituía-se no esforço de combater e alterar um modelo de concentração da propriedade da terra historicamente consolidado no país com base nos latifúndios. Pressupunha-se, também, que, após assentados, os ex-sem-terra continuariam a ter problemas e demandas específicas, relacionadas ao cotidiano dos assentamentos, fazendo com que se diferenciassem do conjunto dos agricultores de tipo familiar e, portanto, devendo se manter politicamente vinculados ao MST (TEIXEIRA, 2008).

O Movimento é caracterizado por três fases históricas.

Durante o primeiro período (1979-1984), as demandas dos sem-terra eram normalmente expressas por meio de “pedidos suplicantes” que visavam a ganhar a simpatia do público geral e incentivar atos de caridade por parte da Igreja e das autoridades do Estado. Durante a segunda fase (1985-1994), o MST começou a manifestar suas reivindicações por meio de transgressões desafiadoras da ordem estabelecida e outras manifestações de “luta agressiva”. Novas táticas, de caráter mais incisivo, foram forjadas para superar os obstáculos à distribuição de terra, num processo que estimulou e afinou a identidade de classe do Movimento. Durante o terceiro período (1995-2006), o movimento sem-terra revelou elementos de uma forma de interação mais amadurecida e estável com órgãos públicos e forças relevantes da sociedade civil, definido aqui por um padrão de “engajamento crítico sustentado”. Essa dinâmica facilitou a adoção de uma agenda mais ampla por parte do MST em prol da mudança social e contribuiu com a sua maior sofisticação (CARTER, 2010, p. 205-206).

As conjunturas históricas da construção do MST fundamentaram os três grandes pressupostos do Movimento: terra, reforma agrária, e mudanças gerais na sociedade. Essas três ideias até hoje lançam os alicerces do MST. Para a defesa e efetivação dos três pressupostos, o Movimento assume uma postura organizada e orientada pelos objetivos gerais do Movimento, os quais são revistos a cada Congresso Nacional (VIAL; FORTES, 2005).

Como um dos personagens centrais da luta pela Reforma Agrária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem por objetivo estratégico, atualmente,

construir o assentamento e o assentado idealizados em seu projeto de transformação social. Para isso, atua, nos assentamentos, no sentido de direcionar a conduta e o comportamento dos agricultores, sendo que sua prática representa relações de poder (CAUME, 2002).

O MST intervém nos assentamentos no intuito de construir e modificar as relações sociais que se (re)produzem nesse espaço social quanto as percepções que os indivíduos têm de si mesmos[...] Tornar os assentamentos exemplos para a sociedade de que a vida pessoal e social pode ser regida por novos valores e relações é o objetivo do movimento[...] Tal fenômeno abarca o enquadramento de comportamentos, condutas e atributos definidores de uma nova identidade social; um trabalho material e simbólico que envolve toda uma difusão discursiva no sentido de desqualificar, estigmatizar e silenciar determinados comportamentos e pensamentos [...] considerados inadequados (CAUME, 2006, p. 52/53).

Assim, o MST trabalha para que, após a conquista da terra, os trabalhadores não percam sua identidade de “sem-terra” e compreendam que a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. Para tanto, desencadeiam-se ações que visam a vincular politicamente o novo agricultor com a organização, produzindo um “lutador permanente”, objetivando-se que o assentado continue a ser um “sem-terra”, identidade conferida não pela propriedade do bem fundiário, mas pelo seu pertencimento a uma organização coletiva e engajada numa luta de transformação social (CAUME, 2006, p. 88).

O agenciamento político dos assentamentos pelo MST se dá numa dupla perspectiva: através de um trabalho de construção dos assentamentos como uma base social permanentemente mobilizada para a luta política e dirigida pelo movimento, cujo canal de articulação fundamental são os chamados “núcleos de base”¹⁰¹, e pela tentativa de que os assentados constituam uma das fontes privilegiadas de sustentação econômica da estrutura organizativa do movimento, o que se dá, basicamente, pela cobrança de uma “contribuição espontânea” dos assentados. A procura em construir uma “base social organizada”, implica na criação e/ou fortalecimento de diferentes instâncias de poder no interior dos assentamentos e acampamentos (“grupos de base”, “núcleos por setores”, “coordenadores de grupos de base”, “direção do assentamento” e “assembleia geral”) (CAUME, 2006, p. 88-89).

Os assentamentos com a “cara” do MST, ou aqueles que melhor representam os ideais do Movimento, são os que apresentam cooperativas de produção, escola que segue as diretrizes do movimento, agroindústrias, agrovila, manejo ecológico dos recursos naturais e forte implantação dos núcleos organizativos do movimento (CAUME, 2006, p. 15).

¹⁰¹ Núcleos de base são a forma como as famílias se organizam nos acampamentos e assentamentos para participar da coletividade do assentamento.

Nesse sentido, uma das propostas de organização do espaço físico-social, diz respeito ao espaço de moradia nos assentamentos, que ocorre sob a forma de agrovilas, que deve ser compreendida como algo socialmente construído (CAUME, 2006). No projeto do MST, o intento estratégico da agrovila está no entendimento de que ela “permite quebrar o isolamento social das famílias e cria laços de integração comunitária” (CONCRAB, 1998, p. 25 apud CAUME, 2006, p 74).

O cooperativismo foi outra tentativa utilizada pelo MST, junto aos assentamentos, para difusão de seus ideais. No entanto, os insucessos econômicos da maioria das cooperativas formadas e o acirramento de conflitos, nos assentamentos, entre “individuais e coletivos” criaram e ainda criam dificuldades para o movimento. Destaca-se que as CPAs (Cooperativa de Produção Agropecuária) abrangiam um contingente muito pequeno, sendo que a maioria dos assentados ficavam relativamente à margem da influência política do movimento. Colocava-se a necessidade de, ainda mantendo a compreensão de que as CPAs constituiriam uma “forma superior de organização da produção”, estimular formas mais flexíveis e diversificadas de cooperação “que incorporem o conjunto dos individuais: associação de máquinas e implementos, grupos de cooperação, etc.” (FABRINI, 2002, p. 77).

A luta na terra levou o MST a articular a sua experiência no ativismo público com um processo de construção de vários projetos levados adiante por diversos grupos dentro do Movimento. Essa combinação de mobilização, negociação, e a criação de atividades suplementares levaram à constituição da complexa estrutura em rede que sustenta o MST atualmente. Cada um dos 13 setores coletivos, instituídos entre 1988 e 2006, tem uma história própria: formação, educação, frente de massa, finanças, projetos, produção, cooperação e meio ambiente, relações internacionais, direitos humanos, comunicação, saúde, cultura, gênero, jovens. Eles surgiram de preocupações específicas, trabalhadas em espaços de reflexão coletiva no intuito de dar respostas a necessidades concretas da luta pela reforma agrária e a transformação social do Brasil (CARTER e CARVALHO, 2010, p. 304).

As instâncias organizativas propostas pelo MST são alvo de todo um discurso regulamentador, que vai desde sua composição, estruturação, funcionamento, até a definição dos temas a serem discutidos por uma instância maior do movimento, “os pontos que os núcleos/grupos de família tem que discutir serão encaminhados pela direção estadual” (CAUME, 2006, p. 90). Procura-se também emular e normatizar o uso dos símbolos do movimento, tê-los em cada casa, cada mochila, pintá-los nas paredes das escolas, dos armazéns e outros locais dentro dos assentamentos.

Stédile e Fernandes (1999, p. 59 apud VIAL, FORTES, 2005, p. 72) destacam que:

[...] a prática concreta da luta pela reforma agrária nos ensinou que não se pode copiar experiências, porque cada espaço, cada realidade local, traz novos elementos que vão sempre se recriando a partir do conhecimento já acumulado. Há dois fatores que influenciaram a trajetória ideológica do movimento. Um é decorrente do fato de estar sempre muito ligado à realidade, ao dia-a-dia, o que nos obriga, de certa forma, a desenvolver uma espécie de pragmatismo. Não pragmatismo nas idéias, mas nas necessidades. Tu tens que utilizar o que dá certo, não podes ficar defendendo uma idéia pela idéia em si. Mas se ela dá certo ou não.

A vivência da *práxis* coletiva da luta pela terra, abre aos trabalhadores a possibilidade de aquisição de um conjunto de novos e outros conhecimentos. Somente os valores morais já não mais orientam a compreensão da vida social, dando lugar à busca por compreender a totalidade social. Como funciona e por que os indivíduos se comportam desta ou daquela forma? Tais ações, em maior ou menor escala, desprezam a trajetória cultural desses trabalhadores, seus saberes socialmente construídos (CAUME, 2006, p. 55).

4.2.1.1 Organização e estrutura atual do MST

Atualmente, o Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. Desde o seu início, o MST permitiu o ingresso no movimento de todas as pessoas que entendiam lutar por uma justa distribuição da terra. Em outras palavras, é um movimento em que não apenas os pequenos agricultores, meeiros e agregados podem participar, mas vários outros setores da sociedade podem acompanhar e lutar pelo acesso à terra (VIAL, FORTES, 2005). Mesmo depois de assentadas, as famílias que conquistaram a terra, por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais, permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária.

De forma geral, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem a produção, a escola, as necessidades de cada área, entre outros assuntos de interesse. Desses núcleos, são escolhidos os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento¹⁰². A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com

¹⁰²Em suma, as instâncias deliberativas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra são: - Congresso Nacional; Coordenação Nacional; Direção Nacional; - Coordenação Estadual; - Direção Estadual; - Coordenações Regionais; - Coordenações dos Assentamentos e Acampamentos.

dois coordenadores, um homem e uma mulher. Nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres.

Da mesma forma ocorre nas instâncias nacionais, sendo que o maior espaço de decisões do MST é o seu Congresso, que ocorre a cada 5 anos¹⁰³. É neste Congresso que são definidas as linhas políticas do Movimento para o próximo período e avaliado o período anterior. Essas definições são sintetizadas nas palavras de ordem de cada Congresso e se estendem para o período seguinte. O V Congresso Nacional, ocorrido em 2007, definiu como linha para o próximo período: “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”. Além do Congresso, a cada dois anos, o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso.

Além dos Congressos, Encontros e Coordenações, as famílias também se organizam por setores para encaminharem tarefas específicas. Setores como Produção, Saúde, Gênero, Comunicação, Educação, Juventude, Finanças, Direitos Humanos, Relações Internacionais, entre outros, são organizados desde o nível local até nacionalmente, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado.

4.2.2 Os Novos Papéis Assumidos pelo INCRA

Assumindo todos os direitos, competências, atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (Gera), que foram extintos, cria-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entidade autárquica vinculada ao Ministério da Agricultura e, a partir de 2000, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

No marco histórico, destaca-se que, em 1962, a Superintendência da Reforma Agrária (Supra), passou a ser o órgão administrador da questão agrária no Brasil, o qual, em 1964, foi dividido em dois: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), e Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (Ibra), sendo que, em 1970, com a criação do INCRA, extingue-se ambos. Também, no histórico da instituição, fica marcado o mês de outubro de 1987, quando o então governo Sarney, através do Decreto nº 2.363, extingue o INCRA, passando suas

¹⁰³ No mais recente, o V Congresso Nacional do MST, ocorrido em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, participaram mais de 15 mil pessoas.

atribuições para o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – Mirad. Depois, por meio da Medida Provisória nº 02, de 29 de março de 1989, os termos do Decreto foram rejeitados e o INCRA restabelecido (BRASIL, 2006).

Em suma, já foram muitos os órgãos (DNI (Departamento Nacional da Imigração), DNA (Departamento Nacional da Agricultura), ERT (Estabelecimento Rural do Tapajós), Inic, SSR, Supra, Ibra, Inda, Mirad, Mara e Incra) criados para substituir um anterior e sempre com os mesmos fins: tratar dos referidos setores interligados, imigração – colonização - reforma agrária (BRASIL, 2006).

Com o governo brasileiro sancionando a Lei 4.504, em 30 de novembro de 1964, e instituindo o Estatuto da Terra, tem-se uma primeira regulação dos direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola do Brasil. Posterior a isso, tem-se, em 1985, no período intitulado Nova República, presidido por Jose Sarney, a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), editado pelo Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985 (BRASIL, 2006).

O histórico do INCRA, segundo Prancutti (2006), apresenta dois momentos distintos. O primeiro vai de sua criação, em 1970, até 1985, período em que o órgão cuidou da regularização fundiária. O segundo momento caracteriza-se pela redemocratização do país, a partir de 1985, onde o trabalho é direcionado para o assentamento de agricultores rurais sem-terra, ou seja, na execução da política de Reforma Agrária propriamente dita. A implantação de uma política de Reforma Agrária ocorre quando o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra se organiza numa ação orquestrada nacionalmente, promovendo uma avalanche de ocupações de terra, levadas a efeito no dia 25 de maio de 1985 (PRANCUTTI, 2006).

Entretanto, somente a partir de 1994, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária no país torna-se uma política mais visível pelos novos tipos de projetos de assentamentos rurais, de acordo com a territorialização da luta pela terra e, também, com a regularização das terras de posseiros nas áreas de fronteira da Amazônia.

Faulstich (2006), retratando momentos mais recentes consideráveis da trajetória do INCRA, aponta que, em 29 de abril de 1996, o INCRA foi vinculado ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ficando a política de reforma agrária vinculada diretamente à Presidência da República. Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338, criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e, mais recentemente, em novembro de 2003 o governo Lula lançou o II PNRA com metas de assentar famílias, regularizar a posse de outras e ainda beneficiar um considerável número de famílias com o crédito fundiário.

Frente às transformações ocorridas, atualmente, o INCRA tem por missão implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, tem, entre suas diretrizes estratégicas, além da promoção da democratização do acesso à terra, através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e o gerenciamento da estrutura fundiária do país, a contribuição para a capacitação das famílias assentadas, no sentido do fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas. Assim, visualiza-se uma grande mudança com relação às ações do Estado, via INCRA, na política de reforma agrária, nos anos recentes. O INCRA torna-se a representação do Estado presente em todos os “momentos” da Reforma Agrária, desde as negociações nos momentos de tensão com a ocupação de áreas privadas e também públicas¹⁰⁴, até o trabalho para a emancipação dos assentamentos.

4.2.3 Os Agentes Técnicos

As relações entre profissionais que atuam como agentes técnicos nos assentamentos e agricultores assentados, historicamente, podem ser analisadas como relação de tensão e de poder, visto que configuram a ação de um agente externo (os técnicos), procurando atuar sobre a conduta de outro (os assentados), visando a um objetivo bem determinado (a construção do produtor moderno, racional) e utilizando-se de um determinado conjunto de saberes que operam como dispositivo de poder. Os técnicos, representantes do Estado, fundamentam sua prática em saberes cientificamente construídos (saberes agrônômicos, pedagógicos, da saúde). Os técnicos visam a difusão de técnicas e saberes que levam à maximização da produção e da produtividade (CAUME, 2006).

O processo de elaboração dos chamados “projetos técnicos”, necessários à obtenção de recursos financeiros subsidiados pelo Estado, constitui um momento particularmente privilegiado para que o “beneficiário” incorpore modos de comportamento técnico desejados pelas agências de enquadramento do processo de produção agropecuária.

A elaboração do “projeto técnico” coloca o agricultor numa posição claramente de dependência em relação ao agente de assistência técnica, na medida em que o projeto somente

¹⁰⁴ Ressalta-se que esse é um dos mecanismos de pressão do MST, ocupação tanto de áreas privadas como públicas.

será aprovado pela agência de financiamento se produzido em conformidade com os saberes agrônômicos socialmente legitimados por essas mesmas agências. Em suma, o agricultor deve se submeter a um conjunto de regras para a adoção de linhas e de procedimentos de produção orientados por um saber de natureza técnico-científica que lhe é estranho, configurando entre técnicos e agricultores uma relação de saber/poder e de violência simbólica, pois está alicerçada na desqualificação do saber-fazer próprio dos trabalhadores e na legitimação do técnico como porta-voz legítimo das necessidades dos assentados e das técnicas de produção mais adequadas (CAUME, 2006.). Entretanto, a orientação técnica é apenas um dos componentes da atuação extensionista, o que torna ainda mais importante o papel exercido pelos técnicos.

A assistência técnica tem importância fundamental na viabilização financeira dos assentados, pois recursos mal aplicados nos anos iniciais são garantia de grandes dívidas e dificuldades futuras. Além disso, programas de capacitação profissional devem estar inseridos adequadamente neste processo para que tenham êxito. Porém, a influência da assistência técnica não se restringe a viabilização financeira, pois a mesma acaba intervindo em outros aspectos da vida do assentado, tais como os políticos, os culturais e os organizacionais. A COPTec, por estar intimamente ligada ao MST, apresenta uma influência notável entre os assentados (MELLO, 2006, p. 86).

Atualmente, entre os prestadores de assistência técnica, agora denominada assessoria técnica, social e ambiental, aos assentamentos de Reforma Agrária no estado do Rio Grande do Sul, após convênio firmado em fins de 2008, pode-se citar: COPTec (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos), Emater/RS-ASCAR (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) e Cetap (Centro de Tecnologias Alternativas Populares). Organizadas em núcleos operacionais, a COPTec, Emater/RS-ASCAR e Cetap ficam responsáveis, respectivamente, por 8, 9 e 1 núcleos operacionais.

A Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda – COPTec é uma sociedade cooperativa de prestação de serviços técnicos em áreas de reforma agrária, fundada em 1996, com o propósito voltado ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Ao longo da sua trajetória, tem suas ações direcionadas ao apoio aos direitos das famílias assentadas, através da constante assistência técnica. Dentre os trabalhos que realiza, deve-se destacar o acompanhamento intensivo e a orientação aos núcleos de famílias e a elaboração de diagnósticos e projetos por meio do trabalho de assistência técnica e extensão rural das famílias assentadas no processo de reforma

agrária, valendo-se sempre de metodologias participativas, com destaque para o Método de Validação Progressiva – MVP¹⁰⁵ (COPTEC, 2009).

Com relação à ASCAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), a mesma foi criada em 1955, e, a partir de 1977, passou a ser mais conhecida sob a denominação de EMATER/RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Atualmente, constituiu-se como a principal referência no atendimento às demandas dos agricultores por orientação técnica especializada, atuando também como instrumento dos governos na implementação das políticas de desenvolvimento agrícola e rural. Inspirando-se nos moldes de atuação da extensão rural norte-americana, as ações, desde sua criação, estendiam-se a questões de economia doméstica, da produção agrícola e organização comunitária, passando, com o tempo, a enfatizar a implementação das políticas públicas federais, estaduais e municipais para o meio rural (DIESEL et. al., 2006). A Emater/RS-ASCAR, dessa forma, trabalha não só com assentados, como no caso da COPTEC, mas também com agricultores familiares e outros que necessitem de orientação técnica.

Com fortes vínculos com os movimentos sociais, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) constitui-se como uma ONG. Sua origem, na década de 80, é estreitamente vinculada à preocupação de reprodução e manutenção das pequenas propriedades, com uma minimização de impactos ambientais. Desde o seu surgimento, essa ONG viabilizou sua atuação por meio de parcerias com entidades nacionais e internacionais.

Concretamente, a posição social e o poder específico atribuídos aos técnicos, enquanto agentes em um campo particular dependem, antes de mais nada, segundo Bourdieu (2011), do capital específico que eles podem mobilizar, seja qual for sua riqueza em outra espécie de capital. Assim, explica-se que a relação entre determinado grupo e suas práticas se estabelece por intermédio de um fator ou de uma combinação particular de fatores, variáveis segundo cada campo (BOURDIEU, 2011).

4.3 Os Assentamentos de Reforma Agrária no RS: um *habitus* em estruturação

Frente a um contexto de pressão sobre as terras, onde as migrações externas (especialmente rumo a Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso), não foram suficientes para evitar as tensões sociais decorrentes da procura de terras (nem todos os que não possuíam

¹⁰⁵ Um princípio orientador neste plano é reforçar a organicidade interna dos assentamentos: coordenação do assentamento, núcleos de base e outros grupos de interesse, como jovens e mulheres e, contemplando também a escola, o que configura como forma de garantir o acompanhamento dos planos em curso.

terra migravam, pois era preciso um mínimo de condições para tal), uma vez que uma parcela significativa de trabalhadores rurais resolveu permanecer no estado do Rio Grande do Sul, passando a pressionar para obter o acesso à terra. Aliado a esse contexto, registrava-se, uma “invasão” nas terras indígenas, acentuado na década de 1950, quando a modernização da agricultura, com base na lavoura do trigo, ocasionou uma busca desenfreada por novas áreas de cultivo na região do Planalto Médio e do Alto Uruguai (ROS, 2006).

Segundo Mello (2006), quando do surgimento dos sem-terra gaúchos, o grupo era composto especialmente por descendentes de imigrantes com poucas terras, por atingidos pelas barragens, ocupantes de áreas indígenas, mas fundamentalmente pelo lavrador nacional, também chamado de caboclo, aquele que, via de regra, nunca teve acesso à terra, a não ser de forma marginal¹⁰⁶, e que, aos poucos, vai se integrando ao processo de luta pela terra.

Com o agravamento dos problemas fundiários no Estado, mas com histórico relativamente diferenciado do restante do país em relação à busca pela reforma agrária, pois não houve a filiação dos camponeses nem às Ligas nem à Ultab, mas sim à fundação do Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER, em 1960. Tendo como prerrogativa a luta pela terra, o Movimento tinha como característica a formação de acampamentos nas áreas pretensas à desapropriação.

O evento que originou o MASTER foi a ação judicial movida por um proprietário de terras para retomar uma área de 1.800 hectares situada no município de Encruzilhada do Sul, ocupada por 300 posseiros a mais de 50 anos. Quando surgiu a primeira medida judicial contra um dos posseiros em junho de 1960, estes com o apoio do prefeito de Encruzilhada do Sul, organizaram-se estando dispostos, inclusive, a usar a força para permanecer na terra. No final de outubro desse mesmo ano, o prefeito de Encruzilhada do Sul conseguiu um acordo com o governo estadual e o pretense dono área, o qual havia comprovado a propriedade de apenas 500 dos 1800 hectares. O governo estadual se comprometeu a desapropriar essa área de 500 hectares e expedir títulos de posse aos respectivos posseiros [...]. Logo após esse conflito, o MASTER foi lançado oficialmente na cidade de Encruzilhada do Sul no dia 24 de junho de 1960, fundando a sua primeira Associação de Agricultores Sem Terra (ECKERT, 1984 apud ROS, 2006, p.109/110).

A constituição do MASTER deu início a um processo de estímulo à organização de novas associações em inúmeros municípios do Estado. No entanto, a trajetória da organização é relativamente curta, uma vez que pode ser dividida em três períodos: 1) do mês de junho de 1960, quando foi criado o movimento, a janeiro de 1962, quando iniciam os acampamentos no estado; 2) do mês de janeiro de 1962 a janeiro de 1963, quando termina o governo Brizola e toma posse Ildo Meneghetti, iniciando um processo de repressão sobre o movimento camponês; 3) do mês de janeiro de 1963 a março de 1964, quando o golpe militar encerra

¹⁰⁶ São os trabalhadores reconhecidos como agregados, meeiros, parceiros.

definitivamente as atividades do Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER (ECKERT, 1984 apud ROS, 2006).

Destaca-se, segundo Stedile (2005a), que, em 14 de novembro de 1961, tem-se o decreto do governo do Rio Grande do Sul, que cria o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, reconhecendo aos camponeses o direito de se associarem, incentivando a criação e o auxílio a manutenção de associações de agricultores com ou sem terra, sindicatos rurais e associações de desempregados. Muito provavelmente, essa ação está ligada às demandas levantadas pelo MASTER.

Ainda com uma trajetória relativamente curta, o MASTER não teve atuação reduzida, pelo contrário, o Movimento foi responsável pela organização de diversos acampamentos à beira de estradas e junto aos latifúndios de baixa utilização. O primeiro acampamento ocorreu no dia 12 de janeiro de 1962, na fazenda Sarandi, localizada no município de Ronda Alta, ocasião em que o governador Leonel Brizola se dirigiu ao local, assinando um decreto que desapropriava a área. Nessa fase, o MASTER atingia sua maior estruturação organizativa, chegando a contar com cerca de 150 associações municipais. Outro marco importante foi a realização do I Congresso do MASTER, em dezembro de 1962, onde, além de ter sido aprovada uma carta de reivindicações, os estatutos, eleita a diretoria e o conselho deliberativo do MASTER, aprovou-se uma campanha de sindicalização, a fim de evitar uma possível perda de espaço para os setores conservadores da Igreja Católica que vinham organizando sindicatos através da Frente Agrária Gaúcha (FAG) (ECKERT, 1984, apud ROS, 2006).

Com o estabelecimento da ditadura militar, a luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul foi somente retomada, após amortecimento imposto pelo regime autoritário, a partir de maio de 1978, quando em torno de 1000 famílias de pequenos agricultores, que ocupavam irregularmente terras da reserva indígena do município de Nonoai, noroeste do estado, foram expulsas violentamente pelos índios caingangues e passaram a se mobilizar em demanda pelo acesso à terra (CAUME, 2002).

Em junho de 1978, uma parte das famílias expulsas pelos índios, adentrou nas fazendas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta. Pressionado pela mobilização das famílias, o governo estadual, através da Secretaria de Agricultura, passou a cadastrá-las, prometendo o assentamento no menor tempo possível. Convencidos das boas intenções governamentais, os colonos abandonaram as áreas e procuraram se abrigar principalmente em casas de familiares da região. Aqueles que não tinham a quem recorrer foram alojados no Parque de Exposições de Esteio, próximo à capital Porto Alegre (CARTER, 2010).

Desse grupo, segundo Caume (2006), 128 famílias foram assentadas numa área da região sul do estado, no município de Bagé, onde lotes entre 15 e 20 hectares foram vendidos a juros subsidiados pelo governo do estado. Outras 550 famílias, após um longo período de negociação, aceitaram a proposta do INCRA e foram inseridas no “Projeto de Colonização Canarana”, no Mato Grosso. Posteriormente, outras oitenta famílias foram incorporadas ao “Projeto de Colonização Terra Nova”, também, no Mato Grosso. Os trabalhadores não contemplados pelas limitadas soluções iniciaram sua organização política, auxiliados fundamentalmente por agentes religiosos ligados à Comissão Pastoral da Terra (CAUME, 2006).

Em julho de 1979, cerca de 1100 famílias de “colonos” reunidos no Centro de Tradições Gaúchas de Nonoai, decidiram encaminhar um abaixo-assinado ao governador, reivindicando o assentamento no Estado e recusando a estratégia da colonização. Após o não encaminhamento do assentamento pelo Estado, algumas famílias voltaram a ocupar as fazendas Macali e Brilhante. Apesar das restrições iniciais, o governo do Estado acabou por criar aqueles que se configuraram como os primeiros assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul, na própria fazenda Sarandi, no início do ano de 1981.

As famílias não beneficiadas e outros agricultores, incentivados pela conquista alcançada e mobilizados por agentes da Pastoral, formaram, no final de 1980, o acampamento Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, chegando a abrigar cerca de seiscentas famílias. Declarada “área de segurança nacional”, o acampamento sofreu a intervenção do Exército, apoiado pela Brigada Militar e pela Polícia Federal. Cansados dos embates e das precárias condições de vida à beira da estrada, 137 famílias acampadas aceitaram a proposta de integração ao “Projeto de Colonização Lucas do Rio Verde”, no Estado do Mato Grosso (CARTER, 2010). No entanto, a mobilização de entidades da sociedade civil, como a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil, e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, além da persistência dos “colonos”, acabaram por levar a saída dos interventores, deixando que os acampados reassumissem as formas de organização do acampamento, mas, as possibilidades de reprodução do acampamento estavam praticamente esgotadas. Assim, em 1982, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana promoveram uma campanha nacional de arrecadação, a fim de obter os recursos necessários à aquisição de uma área de terra na região capaz de abrigar um novo acampamento (CAUME, 2002).

Os religiosos constituíram-se como principais agentes de mediação da luta pela terra no espaço agrário gaúcho, uma vez que a Pastoral da Juventude Rural assumiu o encargo da

“formação política” de grande parte das lideranças dos trabalhadores sem-terra, através da criação de grupos de jovens e de cursos que procuravam despertar o jovem para a realidade social (SCHIMIT, 1992, apud CAUME, 2006). As Comunidades Eclesiais de Base também se constituíram em canais privilegiados de organização social e “conscientização”, através dos quais os agentes religiosos relacionavam o texto bíblico à realidade social vivenciada pelo “colono sem-terra” (CAUME, 2006, p. 121).

Dando seguimento, em 1º de outubro de 1983, nas dependências de um seminário da Igreja Católica, no município de Três Passos, 2 mil colonos se reuniram para realizar a Primeira Assembleia dos Sem-Terra, promovida pelo CPT da região. A assembleia tornou-se uma reunião prévia ao 1º Encontro Estadual dos Sem-Terra, que se realizou em 17 e 18 de dezembro, em Frederico Westphalen, cujo principal encaminhamento político foi a criação da Comissão Estadual dos Sem-Terra. Esses dois acontecimentos podem ser considerados os marcos simbólicos da fundação do MST no Rio Grande do Sul (CARTER, 2010).

Já em nível nacional, registra-se o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel – PR, mas é somente durante o I Congresso Nacional, realizado em Curitiba- PR, em janeiro de 1985, que o MST define suas primeiras diretrizes e princípios político-ideológicos de entidade de caráter nacional (CAUME, 2006).

Em julho de 1985, com o fim do regime militar e ascensão da chamada Nova República, MST e CPT, conjuntamente, promoveram, no Rio Grande do Sul, uma espécie de “acampamento provisório” no município de Palmeiras das Missões, visando a cadastrar os interessados em ser beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária e também para dar visibilidade social e política à organização dos sem-terra.

O segundo momento da luta pela reforma agrária no Rio Grande do Sul se desenvolve, então, a partir do ano de 1985, e se estende até o ano de 1989. Período em que o MST já se encontrava organizado no estado como um novo agente político, dando início às ocupações massivas como reação à derrota sofrida pela tentativa de realizar uma reforma agrária através do PNRA.

A maior ocupação de terras no Brasil até o momento, ocorre quando concentram forças os agentes de mediação da luta pela terra no Estado, sendo que, na madrugada do dia 29 de outubro de 1985, cerca de 1500 famílias, provenientes de aproximadamente 32 municípios das regiões do Alto Uruguai e Missões, ocuparam a fazenda Annoni, com uma área de aproximadamente 8000 hectares, localizada na cidade de Sarandi.

O acampamento da fazenda Annoni representou, até meados de 1987, a principal prioridade do MST no Rio Grande do Sul, na medida em que envolvia um grande número de famílias e a entidade tinha dificuldades de organizar e acompanhar novos acampamentos (CARTER, 2010).

Registra-se, ainda, no histórico dos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, o ano de 1987, quando o MST ocupou a fazenda São Juvenal, no município de Cruz Alta, e os sem-terra foram violentamente despejados por fazendeiros da região. O episódio preocupou o governo estadual recém empossado, que, por sua vez, formou uma comissão de sem-terras e fazendeiros com o objetivo de conseguir terras para a reforma agrária. O governador Pedro Simon chegou a oferecer as áreas públicas do estado que não estavam sendo utilizadas, porém, a Secretaria da Agricultura vetou essa alternativa, argumentando que as terras estavam sendo bem utilizadas. Em reação à negativa do governo, o MST promoveu a ocupação de cinco áreas de propriedade do Estado. Essa sequência de impasses gerou uma crescente insatisfação nos sem-terra até o final do ano de 1988, sendo que a luta política por reforma agrária foi comandada por um encadeamento de fatos, marcados pela realização de novas ocupações pelo MST, e por seguidos impasses nas negociações com o governo estadual e federal (ROS, 2006).

No ano de 1989, em uma terceira ocorrência de destaque na luta pela terra no estado do RS, registra-se a ocupação da fazenda Santa Elmira, a primeira em que os sem-terra resistiram e não acataram a uma ordem de judicial de despejo, sendo violentamente reprimidos. As consequências imediatas do episódio de despejo determinaram a adoção de um comportamento mais flexível por parte do poder judiciário estadual, concedendo prazos mais alongados para as ações de despejo, dando tempo para negociações políticas. O mesmo ocorreu com o poder executivo, que acelerou o processo de compras de novas áreas, o que aliviou temporariamente as tensões no campo (GÖRGEN, 1991, apud ROS, 2006).

Nos anos posteriores a 1989, observou-se um abandono dos planos de reforma agrária pelo governo federal, o que levou o MST a concentrar novamente as suas pressões sobre o governo estadual, que, por sua vez, resultaram numa tímida ação de compras de terras, mas com a ocorrência de graves confrontos entre sem-terra e forças militares estaduais. Nesse contexto, as expectativas de acesso à terra para os colonos acampados reduziram-se, compelindo-os a adotar ações de pressão social cada vez mais contundentes, a fim de garantir iniciativas governamentais para a compra de novas áreas (NAVARRO, 1996 apud ROS, 2006).

Posteriormente, de 1991 a 1995, no Estado, durante o governo de Alceu Colares, registra-se um governo mais receptivo as reivindicações do MST, concentrando, por sua vez, a política de assentamentos em duas frentes: a) na cessão de terras da rede de pesquisas públicas do estado; b) a utilização de recursos alocados no Fundo de Terras (FUNTERRA) para a compra de novas áreas (NAVARRO, 1999 apud ROS, 2006).

A quarta fase teve início em 1995 e prossegue até os dias atuais, podendo ser caracterizada como um período em que o MST se afirmou nacionalmente como o principal agente na luta por uma reforma agrária ampla e massiva. No âmbito do Rio Grande do Sul, as ações políticas do movimento dirigiram-se novamente sobre o governo federal que retomou o processo de desapropriações, promovendo um deslocamento geográfico dos assentamentos para a região metropolitana de Porto Alegre e para a Campanha Gaúcha, uma vez que o governo estadual não apresentava nenhuma abertura às reivindicações de acesso à terra, mantendo-se distante, ou demonstrando uma aberta hostilidade às pressões realizadas pelo MST (ROS, 2006).

Atualmente, entre os agentes mais presentes e influentes do contexto da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, destaca-se, além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a presença do Ministério Público Federal (MPF), Estadual (MPE), Justiça Federal, Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), Prefeituras Municipais, assistência técnica, arrendatários, Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS), Cooperativa dos Prestadores de Assistência (COPTEC), bem como dos movimentos sociais e sindicais tradicionais vinculados com o campo.

4.4 Tapes e o Assentamento Lagoa do Junco

O estudo sobre as características do município de Tapes e, especificamente, do assentamento Lagoa do Junco, tiveram por objetivo coletar e organizar as informações disponíveis sobre o espaço natural e socioeconômico que pudessem subsidiar as posteriores análises do assentamento Lagoa do Junco. Portanto, configura-se, nesta seção, o universo

estudado, segundo as diferentes variáveis de natureza socioeconômica, política, histórica e geográfica.

4.4.1 Caracterizado o município de Tapes

O município de Tapes localiza-se na região do sul do estado do Rio Grande do Sul, na microrregião Camaquã¹⁰⁷, distando 114 km da capital Porto Alegre. Limita-se ao norte com o município de Barra do Ribeiro, a leste e ao sul com a Laguna dos Patos, a sudoeste com o município de Arambaré e a oeste com o município de Sentinela do Sul. Possuindo uma área territorial de 804,1 km², o que corresponde a 0,28% da área total do Estado, tem uma população de 16.629 habitantes, sendo 14.478 (87%) pertencentes ao meio urbano e 2.151 (13%) ao meio rural (FEE, 2010).

Atualmente, a população do município é inferior a registrada na década de 1970, tendo aumentado a disparidade entre a população situada na área rural e na área urbana do município, como pode ser visualizado no gráfico que segue.

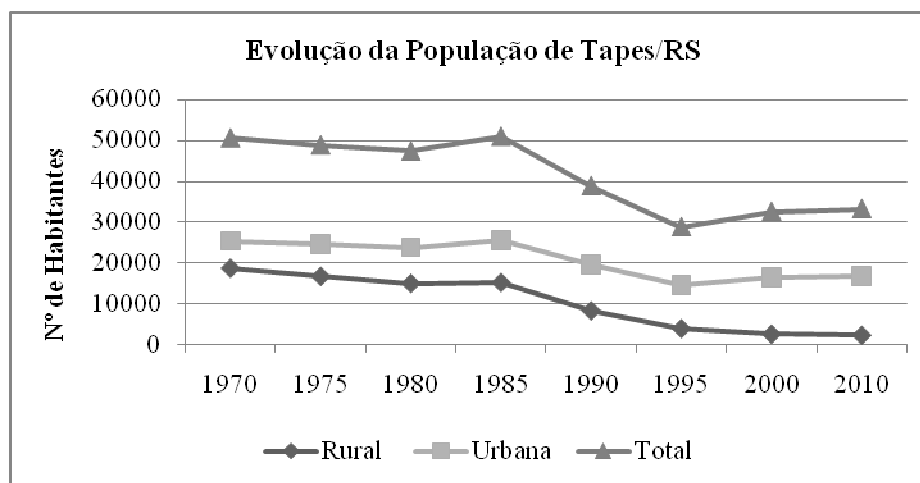


Gráfico 1 – Evolução da População do município de Tapes/RS (1970-2010)

Fonte: FEE (2011);

¹⁰⁷ Pertencente ao Corede Centro-Sul, enquadrando-se na divisão fisiográfica do Estado, na região da Encosta do Sudeste.

A primeira sede do município de Tapes, denominada Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Camaquã, foi criada no dia 29 de agosto de 1833. Sua emancipação política e administrativa ocorreu em 12 de maio de 1852, mas, por questões políticas e econômicas, a Freguesia passava a integrar ora ao território de Porto Alegre, ora ao de Camaquã. Em 16 de dezembro de 1857, foi elevada à categoria de vila (FROEHLICH, 2010).

A formação étnica do município na época era predominantemente de açorianos, sendo que esses imigrantes se estabeleceram nas áreas do município instalando estâncias e charqueadas, as quais se configuraram por longos anos como a base da economia local. Tendo em vista a configuração geográfica e as questões econômicas e sociais que envolviam as atividades praticadas ao longo dos anos, os imigrantes passaram a se dedicar à agricultura e à pecuária, que permanecem, até hoje, como uma das principais atividades (FROEHLICH, 2010).

Sendo essencialmente agrícola, tendo mais de 22 mil hectares cultivados com arroz, principal cultivo desenvolvido no município, atualmente a configuração da condição dos produtores no município, segundo o Censo Agropecuário, é de aproximadamente 85% de proprietários, 8,5 % arrendatários, 4% parceiros e 2,7% de ocupantes (IBGE, 2006).

Já a concentração dos estabelecimentos agropecuários, segundo o último censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006), continua elevada no município, como pode ser percebido no Gráfico 02:

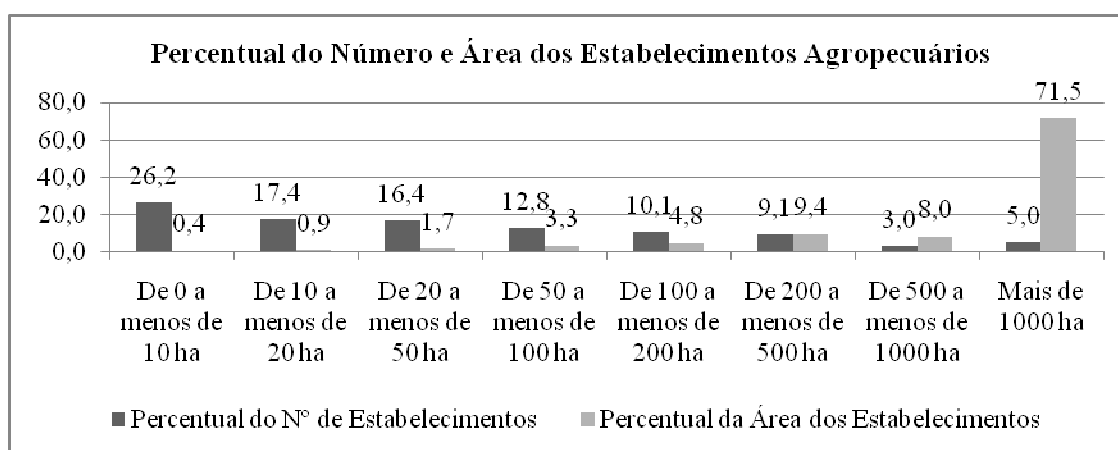


Gráfico 2 – Percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuários do município de Tapes/RS

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Frente ao cenário de concentração dos estabelecimentos agropecuários registrados no município, historicamente, instala-se, em 1995, o Assentamento Lagoa do Junco, fruto da desapropriação de uma fazenda, cujo proprietário estava em dívida com o governo e bancos.

4.4.2 As especificidades do Campo Social do Assentamento Lagoa do Junco

Constituído em 23 de outubro de 1995, o assentamento Lagoa do Junco conta, atualmente, com um número de 35 famílias assentadas, em uma área total de 801,17 hectares, e área média dos lotes de 23,06 hectares, sendo 64,68 hectares área de preservação permanente.

4.4.2.1 Histórico

O histórico do assentamento, está relacionado com uma trajetória de lutas pela terra na microrregião de Camaquã, onde já nos anos precedentes à ditadura militar, com a luta do MASTER e o apoio dos governantes no estado, tem-se o registro do primeiro fruto da luta pela reforma agrária do período, ocorrendo, nessa região, a desapropriação de terras de várzeas (local conhecido como Banhado do Colégio no município de Camaquã), o que se tornou um marco histórico¹⁰⁸. Passado o período do regime militar, e com a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as lutas voltaram a se constituir em todo o Estado, sendo a região de Camaquã, pelas características de grandes latifúndios improdutivos, alvo de ocupação de terras e retomada da luta pela Reforma Agrária.

Na encosta da Lagoa dos Patos, hoje residem aproximadamente 130 pessoas que formam o Assentamento Lagoa do Junco. O assentamento é formado por famílias que já trabalhavam na fazenda desapropriada e famílias oriundas dos acampamentos do MST. No entanto, a luta pelo assentamento para as famílias vinculadas ao MST começou em 30 de julho de 1992, quando acamparam em área da Igreja no município de Caibaté, chamada de

¹⁰⁸ O processo de reforma agrária instaurado no Banhado do Colégio, em Camaquã - RS, foi fruto desse processo de reivindicação, constituído por agricultores vinculados ao então MASTER que, em reuniões e assembleias na região de Sarandi, definiram o Banhado do Colégio como primeira área a ser destinada a reforma agrária (VIAL, FORTES, 2005).

Caró, no noroeste do Estado, saindo desse espaço em marcha até a cidade vizinha de Santo Ângelo.

No final de 1992, realizaram a ocupação de uma fazenda, no município de São Miguel das Missões, ainda no noroeste do Estado. As famílias passaram por acampamentos nos municípios de Capela de Santana e, por fim, chegaram onde a grande maioria acampou, em uma área de propriedade da Embrapa de Pelotas, localizada no município de Capão do Leão, a qual deveria se tornar um assentamento. Como isso não aconteceu, em 26 de outubro de 1995, as famílias acampadas foram encaminhadas para a área do atual assentamento Lagoa do Junco, em Tapes.

Destaca-se que, no acampamento em Caró, conviviam aproximadamente mil famílias, as quais foram organizadas em grupos de vinte ou trinta famílias. Tais grupos discutiam, ainda no acampamento, projetos para o desenvolvimento da vida no assentamento, visando principalmente à criação de uma cooperativa.

As famílias que compõem o assentamento, vinculadas ao MST, são, em grande parte, compostas por descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses. Filhos de pequenos agricultores que, devido ao grande número de filhos e a pequena quantidade de terras, não puderam permanecer na propriedade dos pais e foram expulsos do campo.

O deslocamento da região noroeste para a região sul do Estado representou, para as famílias vinculadas ao MST, a necessidade do enfrentamento de diversas barreiras, entre elas, a mais imediata, foi a necessidade de trabalhar em um solo com características desconhecidas ou distintas. Segundo depoimentos, no primeiro ano, realizou-se o plantio de feijão e milho, contrariando todas as orientações técnicas recebidas, uma vez que este era o conhecimento “produtivo” que as famílias recém assentadas dispunham. Na avaliação da capacidade de uso da área de solo do assentamento, identificava-se a aptidão para área de arroz, devido à umidade e por serem terras baixas e planas. Tendo um segundo grupo de terras aptas para agricultura, mas muito difícil de conseguir desenvolver produção, pois o solo permitia o uso de culturas anuais, mas o excesso de areia presente dificultava seu uso¹⁰⁹ (COPTEC, 2009).

Conforme depoimento:

Nós sofremos no começo, por que nós, todo nosso povo, conhecia o arroz no prato, imagina nós cair num banhado, quando nós viemos para cá [...] bem isso era outubro, quando as lavouras estavam todas abastecidas de água, isso aqui é para saço, é tudo banhado, foi um problema sério, ninguém era natural da região e nem sabia trabalhar com arroz [...] aqui no primeiro ano nós colocamos dinheiro fora, nós plantamos quase 30 hectares de milho [...], investimos em milho, feijão, soja, mas

¹⁰⁹ Atualmente nestas áreas de terra, verifica-se o desenvolvimento da atividade de silvicultura, com cultivo de acácia e eucalipto.

não adianta a área é muito úmida. Então vamos aprender a plantar arroz (Informante nº 6).

Parte das dificuldades, especialmente produtivas, enfrentadas no primeiro ano de instalação do assentamento, podem ser compreendidas, se considerarmos a relação que se estabelece entre o capital de origem e o capital de chegada necessário para enfrentar os desafios de produção e organização, sendo que, muitas vezes, torna-se “impossível dar conta das práticas em função unicamente das propriedades que definem a posição ocupada, em determinado momento, no espaço social” (BOURDIEU, 2011, p. 105). Ou seja, em outras palavras, o histórico de ligação com a terra que tinham todas as famílias, os “ensinamentos” do período de acampamento e a condição de assentados, não foi suficiente para a adaptação necessária, no primeiro ano, ao modo de produção característico da região.

Já no segundo ano, após a instalação do assentamento, buscou-se orientação técnica da Emater do município para a produção de arroz, pois, no primeiro ano, houve apenas o cultivo de uma pequena área¹¹⁰. Quando do início das tentativas de produção de arroz de forma mais abrangente no espaço do assentamento, houve dificuldade com a falta de equipamentos para a produção, como trator. Nesse sentido, o antigo arrendatário ofereceu a possibilidade de produção em conjunto de uma área de 10 hectares, onde o mesmo forneceria todos os equipamentos necessários para a produção.

Na questão da produção, percebe-se claramente que o *habitus* herdado, exerceu grande influência no momento de decisão sobre qual cultivo a ser implantado, pois se tratava inicialmente de um ambiente novo, de situações distintas.

Para a próxima safra, as famílias assentadas já tiveram a possibilidade de acessar os recursos do Proceca (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), realizando a compra de um trator, um caminhão, além da compra de vacas, tambo de leite, suínos, tudo em forma de um grande projeto coletivo, entre as famílias assentadas via MST.

Já as seis famílias que moravam na área da antiga fazenda, deram seguimento a produção de arroz no sistema convencional, como tradicionalmente realizavam, sem maiores aproximações com o grupo das famílias recém assentadas na área. Esse relativo “distanciamento” entre os dois grupos pode ser explicado pelas diferentes trajetórias sociais das famílias que os compunham, pois:

¹¹⁰ Destaca-se que, nesse período ainda, como o antigo proprietário das terras havia realizado contrato de arrendamento das terras, houve um acordo que permitiu ao arrendatário produzir e colher durante aquele ano ainda, tendo que apenas realizar o pagamento do arrendamento para as famílias assentadas e não para o antigo proprietário da fazenda.

A correlação entre uma prática e a origem social [...] é a resultante de dois efeitos (não forçosamente do mesmo sentido): por um lado, o *efeito de inculcação* diretamente exercido pela família ou pelas condições originais de existência; por outro, o *efeito de trajetória social* propriamente dita, ou seja, o efeito exercido sobre as disposições e as opiniões pela experiência da ascensão social ou do declínio - nesta lógica, a posição de origem é apenas o ponto de partida de uma trajetória, a referência em relação à qual se define o *sentido* da carreira social. Esta distinção impõe-se, com evidência, em todos os casos em que indivíduos oriundos da mesma fração ou da mesma família [...] sentem-se inclinados a tomadas de posição divergentes [...] pelas relações diferentes com o mundo social (BOURDIEU, 2011, p. 105).

Produzindo arroz de forma convencional, o grupo de famílias assentadas via MST, somente após quatro anos de produção, percebeu um indicativo de que as sobras de recursos eram cada vez menores, pois grande parte do que se produzia era destinado ao pagamento dos insumos utilizados para a produção¹¹¹. Além da questão econômica¹¹², percebeu-se que as pessoas do assentamento estavam cada vez mais doentes por conta da grande utilização de agrotóxicos. Mas, segundo depoimentos, o ponto primordial, o qual fez com que os integrantes da cooperativa apostassem em uma nova forma de cultivo, foi o lucro obtido com as experiências com a produção ecológica, já que alguns gastos ficaram reduzidos e outros foram eliminados.

O espaço do assentamento permaneceu desse modo por longo período, relativamente “dividido” entre as seis famílias remanescentes da fazenda desapropriada, ocupando uma área do assentamento, e as famílias oriundas dos acampamentos do MST, que, em grande parte, optaram por moradias em forma de agrovila, em outro espaço do assentamento. Este último grupo, hoje dividido, especialmente em função das formas de produção, sendo que um grupo de dez famílias está mais diretamente vinculado com a produção de arroz orgânico e o gerenciamento da agroindústria beneficiadora da produção, trabalhando de forma cooperada, e outro grupo de dezenove famílias com atividades mais diversas (leite, frutas, prestação de trabalho externo), trabalhando de forma individualizada. Permanecendo, no entanto, ainda, de forma muito evidente, nos espaços coletivos do assentamento (com bandeiras e dizeres), a identidade de grupo vinculado aos ideais MST.

Atualmente, a divisão existente entre os três grupos referidos ocorre apenas em função da localização das áreas de plantio, uma vez que uma é convencional e a outra orgânica, mas havendo bom convívio entre os grupos, especialmente por que a cooperativa, em períodos de

¹¹¹ Dispunham, como exemplo comparativo, a experiência com as hortas agroecológicas, implantadas inicialmente no assentamento.

¹¹² Com a crise da produção arrozeira convencional, não só nos assentamentos, como em todo o Rio Grande do Sul, a organização da produção começa a ser discutidas pelos assentados e no ciclo produtivo de 1999 – 2000, os assentados vinculados COOPAT, desafiavam-se na produção ecológica de arroz, com plantio de 140 ha, resultando na produção de 97 sacos/ha, com custo aproximado de 23 sacos/ha.

pico de produção, contrata grande número de trabalhadores. No entanto, é preciso lembrar, conforme coloca Bourdieu (2011, p.164):

Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um sistema de diferenças, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença.

Evidenciam-se as diferentes identidades sociais presentes no interior do espaço do assentamento Lagoa do Junco, quando da análise das trajetórias sociais de cada família, conforme será apresentado.

4.4.2.2 Organização Social

Desde o período de acampamento, algumas famílias já discutiam sobre as melhores formas de organização em um assentamento para o alcance de melhores resultados na produção, contando sempre com as formações oferecidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra para tais idealizações. Assim, quando chegaram ao assentamento, 20 famílias optaram por trabalhar coletivamente, e, em 24 de fevereiro de 1998, formaram oficialmente a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes Ltda - COOPAT.

A Cooperativa foi assim constituída por agricultores sem-terra oriundos de várias regiões do Rio Grande do Sul, principalmente do norte do estado, como uma estratégia de gerar emprego para as famílias associadas, agregando renda à produção desenvolvida. Atualmente, as principais atividades desenvolvidas, no âmbito da cooperativa, são a produção de arroz orgânico, panificação, gado de corte, gado leiteiro e outras atividades de menor expressão na renda das famílias assentadas.

Com relativo domínio da cadeia produtiva do arroz orgânico no assentamento, a cooperativa dispõe de um controle desde a produção do grão, o silo-secador, o beneficiamento e, por fim, a saída do produto direto para o comércio (no caso, entrega para entidades, vinculadas a programas do governo federal, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA). Outra agroindústria que se destaca no âmbito da cooperativa atualmente é a de panificados, a qual também está com toda a produção voltada ao atendimento das demandas de programas do governo federal.

No assentamento, a cooperativa representa um grupo organizado, uma referência no município e demais comunidades locais, possuindo grande respaldo em termos de organização e planejamento coletivo, podendo contribuir sempre para as atividades que envolvem todas as famílias do assentamento.

Com o passar do tempo, no entanto, muitas famílias foram escolhendo trajetórias diferentes, acabando por saírem da cooperativa e ficando mais afastadas das discussões de busca de alternativas coletivas para melhorar a situação do assentamento. Tal comportamento, tendo em vista o histórico semelhante das famílias, pode ser explicado pelo referencial utilizado, pois, segundo Bourdieu:

[...] a afirmação de que os membros de uma classe que, na origem, dispunham de determinado capital econômico e cultural, estão voltados, com determinada probabilidade, a uma trajetória [...] que conduz a determinada posição, implica dizer, de fato, que uma fração da classe [...] esta destinada a desviar-se em relação à trajetória mais freqüente para a classe no seu todo, empreendendo a trajetória, superior ou inferior, que era a mais provável para os membros de outra classe, e desclassificando-se, assim, pelo alto ou por baixo. O efeito de trajetória manifestado nesse momento, como em todos os casos em que indivíduos ocupantes de posições semelhantes em determinado momento estão separados por diferenças associadas à evolução, no decorrer do tempo, do volume e da estrutura de seu capital, ou seja, por sua *trajetória individual*, corre sério risco de ser mal compreendido (BOURDIEU, 2011, p. 105).

Referente à organização social do assentamento como um todo, destaca-se que o mesmo não dispõe de um centro comunitário, sendo utilizado o espaço do refeitório da cooperativa para as atividades coletivas, como a realização de reuniões, missas, etc. A Cooperativa, possui um campo de futebol, onde são praticadas as principais atividades de integração social do assentamento, sendo frequentemente realizados jogos com entidades, e grupos da cidade de Tapes.

Na agrovila do assentamento, residem 65% das famílias do assentamento, sendo parte dessas famílias vinculadas à cooperativa e outras famílias que trabalham de forma individual.

Os filhos das famílias assentadas estudam na cidade de Tapes, uma vez que não existe, no interior do assentamento, escola, deslocando-se com o transporte escolar oferecido gratuitamente pela prefeitura.

Referente à juventude do assentamento, a mesma participa das atividades organizadas pela regional do MST, no entanto, não tem um grupo interno que se reúna periodicamente. Já muitas mulheres do assentamento trabalham em conjunto na padaria e em outros setores de produção da cooperativa, tornando-se o maior espaço de discussão e debate entre as mulheres, não tendo, por sua vez, um grupo organizado.

Hoje, os assentados continuam vinculados ao MST, auxiliam, inclusive financeiramente, os novos acampamentos e também a coordenação estadual e nacional do movimento, bem como participam ativamente da COCEARGS. Continuam lutando por crédito, moradia, assistência técnica, escolas, atendimento à saúde e outras necessidades. Especialmente, para as famílias vinculadas à cooperativa, não se trata de uma luta individualista e sim coletiva, em que cada integrante do movimento trabalha com afinco para que todos tenham terra e condições de viver da terra e na terra.

4.4.2.3 Participação na Organização Social Regional

A partir de 2004, os assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre, através da Cooperativa Central dos Assentamentos do RS (COCEARGS), buscaram aprofundar novos conceitos e métodos de planejamento estratégico nas áreas de reforma agrária. Dentro dessa nova perspectiva foi adotado o *Método de Validação Progressiva (MVP)*, que consiste nas seguintes fases: conhecer / decidir / agir / criticar.

Por meio desse método de planejamento, o trabalho de base e os seminários identificaram as prioridades e a organização por eixos dos assentamentos envolvidos. No que se refere aos assentamentos, foram constituídos *grupos gestores* e construídos programas, com metas, diretrizes, responsáveis, prazos e orçamentos, especialmente para o arroz ecológico, leite a pasto, saúde, mulheres e implantação do próprio MVP nos assentamentos.

Regionalmente, o Grupo Gestor do Arroz Ecológico, reúne todos os agricultores assentados com produção de arroz ecológico, desde famílias individuais, grupos e cooperativas, onde planejam coletivamente desde o plantio, até o beneficiamento e comercialização da produção. Além da organização de cursos, dias de campo e seminários voltados à produção ecológica¹¹³.

Destaca-se que, desde 1996, com o objetivo de contribuir na organização da produção das famílias assentadas da região, constituiu-se a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre – COOTAP. Esta é uma cooperativa de prestação de serviços que atende ao conjunto das famílias assentadas na regional de Porto Alegre, destacando-se pela produção e comercialização do arroz ecológico, juntamente com o Grupo Gestor Regional.

¹¹³ Tal enfoque ocorre tendo em vista a concepção de que a Reforma Agrária na realidade brasileira esta também relacionada como fonte de emprego e produção de alimentos para o país.

O assentamento Lagoa do Junco, com sua organização reconhecida, faz parte desse conjunto de assentamentos da região de Porto Alegre, participando ativamente das discussões e tendo representantes específicos, eleitos a partir da organização interna do assentamento para a participação nas atividades regionais. Conforme salienta Bourdieu (2011) “a lógica específica do campo, do que está em jogo e da espécie de capital necessário para participar do mesmo, é que comanda as propriedades através das quais se estabelece a relação entre a classe e a prática” (p. 106).

4.4.2.4 Estrutura econômica

Algumas famílias do assentamento, como já colocado, se organizaram e continuam organizadas em torno da COOPAT, sendo que, atualmente, a mesma se divide em setores de produção: setor dos animais (animais de corte e produção de leite); setor dos barços (produção de abobora, melancia e moranga, além de hortaliças); setor de lavoura (arroz orgânico); além dos setores de indústrias: setor de panificados e setor de beneficiamento de arroz¹¹⁴.

A agroindústria de panificados tem histórico recente no assentamento, criada há quatro anos, objetivando a venda destinada a diferentes municípios (Arambaré, Camaquã, Tapes, Eldorado do Sul, Porto Alegre)¹¹⁵, no entanto, com poucos lucros na produção, devido à necessidade de muitas trocas de mercadorias, em 2010, optou-se por paralisar as atividades.

Frente ao sucesso obtido nas vendas de arroz para a merenda escolar (PAA), observou-se a possibilidade de também acessar esse nicho de mercado e, lentamente, houve a retomada das atividades da agroindústria de panificados, focando agora exclusivamente ao atendimento das demandas referentes, inicialmente, às cestas básicas da CONAB ao município de Tapes¹¹⁶, e agora à merenda escolar¹¹⁷ e ao Programa de Aquisição de Alimentos¹¹⁸. Destaca-

¹¹⁴ No endereço eletrônico da cooperativa <<http://www.coopat.com.br/>>, é possível acompanhar os produtos disponíveis para venda.

¹¹⁵ Anteriormente se dispunha de fornos a lenha mais “rústicos”, de uso coletivo, utilizados apenas para a produção conjunta de pães e outros panificados.

¹¹⁶ A distribuição de cestas de alimentos, realizada pela Conab, trata-se de uma ação governamental integrada que visa a garantir, de forma regular, um composto alimentar a grupos populacionais específicos em situação de vulnerabilidade social (CONAB, 2011).

¹¹⁷ A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (FNDE, 2011).

se que essa agroindústria é fundamentalmente gerenciada por mulheres, utilizando mão-de-obra de cinco a seis pessoas de forma escalonada.

Devido uma expressiva participação nas vendas de arroz ecológico beneficiado, feito hoje pelas famílias assentadas do RS, um elemento importante na história da cooperativa fundada no assentamento Lagoa do Junco, é o fato de que a mesma foi uma das primeiras cooperativas vinculadas ao MST a fazer comercialização com entidades públicas, como prefeituras e a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Como a grande maioria das famílias assentadas estão envolvidas na atividade do cultivo de arroz, atualmente essa atividade está dividida em sistemas de cultivos distintos, como o semi-direto, o pré-germinado convencional, e o pré-germinado orgânico. Destaca-se que o assentamento dispõe de infraestrutura de armazenagem, secagem e beneficiamento de arroz, utilizado, no entanto, apenas para a produção de arroz orgânico e realizando a prestação de serviço de beneficiamento da produção de outros assentamentos, especialmente dos municípios de Eldorado do Sul e Viamão.

O assentamento, ao longo do tempo, conseguiu obter boas experiências produtivas, principalmente na matriz tecnológica orgânica. Considerando que, atualmente, a COOPAT consegue desenvolver todo o processo produtivo, desde a produção do arroz orgânico em grão, passando pela armazenagem e beneficiamento da produção, experiência que é reconhecida e que valoriza a produção do assentamento. A produção está organizada em setores e unidades, sendo os investimentos e gastos realizados coletivamente, bem como coletivamente se faz a distribuição das sobras¹¹⁹ ou prejuízos.

Para a entrega da produção das agroindústrias, dispõe-se de um automóvel (fiat) para pequenos volumes e, quando se trata de volumes maiores, existe a contratação de empresa transportadora específica do município de Tapes.

Destaca-se, no entanto, que, por algumas famílias assentadas serem da região e terem apenas conhecimento da produção de arroz convencional, essas acabaram adotando tal matriz tecnológica no assentamento, gerando alguns problemas para a certificação orgânica. Essa questão foi solucionada com a divisão das áreas de produção convencional e orgânica, sendo a parte orgânica certificada pelo Instituto de Mercado Ecológico (IMO).

¹¹⁸ O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n. 6.447, de 07 de maio de 2008, tendo como finalidade precípua o apoio aos agricultores familiares, por meio da aquisição de alimentos de sua produção, com dispensa de licitação. Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais (CONAB, 2011).

¹¹⁹ As sobras são distribuídas pela quantidade de horas que cada sócio trabalhou, durante o período do ano agrícola.

As famílias não vinculadas diretamente à COOPAT, trabalham de forma individualizada, sendo feitas trocas de serviços com os cooperados em alguns períodos do ano. A atividade principal dessas famílias está vinculada à produção leiteira¹²⁰, além da atividade de cultivo de árvores comerciais, como a acácia e eucalipto, que hoje ocupam cerca de 5 a 7% da área do assentamento (COPTTEC, 2009).

Com as atuais duas estruturas de agroindústrias (arroz e panificados), possibilita-se uma boa ocupação da mão-de-obra do assentamento, bem como de um alto potencial para “dominar” a cadeia produtiva do arroz, oferecendo assim mais autonomia aos agricultores.

4.4.2.5 Infraestrutura

A grande maioria das moradias do assentamento está organizada em forma de agrovila, um espaço onde as famílias têm uma atenção especial com os pátios das casas, possuindo árvores de jardins e de sombra, além de flores. A organização das moradias em agrovila demonstra que o grupo interiorizou as proposições do MST no período de acampamento, onde é posta essa forma de moradia como sendo a mais indicada, pois possibilita um convívio maior das famílias, e incentiva formas de cooperação, como mutirões, criação de associações e cooperativas, e a realização de programas de lazer, cultura e esporte.

As famílias que residem na agrovila possuem água encanada de um poço artesiano, existindo acompanhamento periódico da qualidade da água. As demais famílias têm poços em seus próprios lotes, tendo três famílias que retiram água de fonte natural do assentamento. Já a luz elétrica é extensiva a todas as moradias.

Os maiores problemas com infraestrutura, dizem respeito às condições das estradas, tanto de acesso ao assentamento, como estradas internas, sendo que, em muitos lugares, não existe acesso direto aos lotes de produção de algumas famílias.

Das estruturas produtivas existentes no interior do assentamento, grande parte são de propriedade da cooperativa, como as do tambo de leite, silo secador, agroindústria de arroz orgânico e padaria.

¹²⁰ Devido à acidez e areamento do solo, que impediram a implantação de pastagens, a atividade leiteira não se tornou uma referência produtiva no assentamento, obrigando também, muitas vezes, as famílias dependentes dessa atividade realizarem trabalhos externos ao lote e ao assentamento, pois, além disso, as características dos lotes não possibilitam outras atividades agrícolas.

4.4.2.6 Agentes e Organizações atuantes no dia-a-dia do Assentamento

No início da pesquisa, supunha-se haver várias organizações atuando no interior do assentamento Lagoa do Junco, visto sua dinâmica produtiva relacionada à produção do arroz orgânico. No entanto, evidenciou-se que efetivamente são apenas duas organizações que fazem o papel de mediadoras entre os assentados e os órgãos estatais e demais organizações. São elas: a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. (COPTec) e a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Ltda. (COCEARGS), ambas vinculadas à estrutura organizacional do MST.

Atualmente, a COPTec presta assessoria técnica ao assentamento Lagoa do Junco, após sua contratação pelo INCRA, em fins de 2008, pelo programa de ATES¹²¹, sendo a equipe técnica formada por profissionais, dos quais muitos foram formados nas escolas do próprio MST e por outros que se identificam com as premissas do movimento. A qualificação dos assentados, para que eles possam trabalhar nos seus próprios lotes e melhorar o seu desempenho, está entre os principais objetivos da COPTec.

4.5 Lagoa do Junco enquanto campo social na perspectiva de Bourdieu

Quando se considera o espaço social do assentamento Lagoa do Junco, enquanto um campo social, frente às características do mesmo, é necessário retomar o referencial teórico desse trabalho, o qual aponta que os campos têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e constituídos por redes de relações ou de oposições entre os agentes sociais que são seus membros. Demonstra ainda Bourdieu que há, em cada campo, princípios de organização que lhes são próprios.

¹²¹ Destinado a atender exclusivamente o público da reforma agrária, o Programa de ATES foi concebido prevendo-se o financiamento e coordenação do Programa pelo Estado e a execução por terceiros, com criação de instâncias de coordenação, supervisão e controle social. Às equipes técnicas, contratadas para atender a cada Núcleo Operacional, coube inicialmente a elaboração e acompanhamento da implementação dos Projetos de Exploração Anual (PEA), do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA), que orientam hoje as ações continuadas de assessoria técnica, social e ambiental nos assentamentos, a serem executadas por elas mesmas.

Assim, para a compreensão do assentamento Lagoa do Junco enquanto campo, é preciso ter em mente que o mesmo é constituído por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias, específicas, com interesses e disputas irredutíveis ao funcionamento de outros campos. Lagoa do Junco constitui-se, então, como um 'sistema', ou ainda como um 'espaço' estruturado de posições, permeado pelas lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições.

Quando se analisa a existência de uma cooperativa no interior do assentamento e, efetivamente, diversas famílias não participando dessa organização, evidencia-se que o capital disponível nesse campo esta sendo desigualmente distribuído, existindo, em tese, dominantes e dominados. Tal distribuição desigual do capital determinou nova estruturação no campo social do assentamento, definindo-se, fundamentalmente, pelo estado de uma relação de força histórica entre as forças (agentes, instituições) presentes no campo. Identifica-se, então, subcampos formados pelos associados da cooperativa, os não associados da cooperativa, e um terceiro subcampo, formado pelos antigos funcionários da fazenda, hoje transformada em assentamento.

No subcampo dos associados à cooperativa, identifica-se que cada agente participante é diretamente caracterizado a partir de sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição no campo, ou seja, é composto por indivíduos que historicamente participaram de organizações, associações, lideranças de grupos, e que, quando ingressaram no MST, continuaram a exercer seu *habitus* de liderança de grupo.

Das famílias caracterizadas pelo trabalho individualizado, assentadas via MST, identifica-se uma trajetória de maior vinculação com situações de pobreza e exploração, tendo o ingresso no Movimento como uma alternativa de sobrevivência. Essas famílias optaram pelo trabalho individual, pois seu *habitus* pregresso era esse¹²².

Já o terceiro subcampo identificado, conformado pelas famílias que já moravam na área do atual assentamento, percebe-se ser estruturado a partir da conservação das posições anteriormente ocupadas. Ou seja, tendo as famílias responsáveis pela organização do processo de produção como um todo e outras famílias responsáveis por trabalhos mais pontuais e braçais.

Em cada subcampo identificado, há presença de um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio de cada um, e apenas os sujeitos que tem incorporado o *habitus* próprio

¹²² Demonstrando também que a vivência do acampamento na trajetória social destas famílias não conseguiu alterar ou incorporar novas concepções ao *habitus* já herdado. Situação essa relativamente normal de se compreender, uma vez que, nem para todas as famílias o acampamento tem um mesmo sentido e para tanto as incorporações desta experiência ao *habitus* de cada agente são variáveis.

do campo, apresentam condição de jogar o jogo e de acreditar na importância desse jogo. Ainda sobre a emergência dos subcampos, pode-se compreender, segundo Almeida (2001/2004, p. 29), que os mesmos decorrem do fato de que:

[...] o *habitus* permite, ao mesmo tempo, a reprodução das relações sociais e a criação do novo. Isto é possível porque, nos campos onde se forma e funciona o *habitus*, o conflito é a forma permanente de relacionamento entre os agentes. Conseqüentemente, toda vez que as condições objetivas da situação não permitem a realização do *habitus*, este dá lugar a forças explosivas que tanto podem ser de mudança como de acomodação. Portanto, a mesma lógica que reproduz também dá lugar à transformação.

Ao final dos embates travados entre os três subcampos presentes no interior do Campo Social do assentamento, as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas, etc.) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas, conforme já afirmava Catani, (2002), observando experiências no âmbito da educação.

A prática dos sujeitos observada no assentamento independente do subcampo a que estão vinculados, percebendo-se que, em grande parte, é definida pelo *habitus* de cada um, sendo o princípio gerador das estratégias utilizadas, dos modos de pensar, sentir e agir em determinadas situações, além de tal fator permitir superar de diferentes formas as situações imprevistas. As práticas, segundo Cruz (2008, p. 3), que “o *habitus* produz resultam de um processo de aprendizagem (socialização), que é dominado por um conjunto de regularidades estatísticas que se encontram associadas a um meio ambiente socialmente estruturado”. Segundo Bourdieu, ao interligarem-se os *habitus* com os campos, torna-se evidente que a produção das práticas sociais é, simultaneamente, reprodução das estruturas sociais que as determinam.

Os conflitos sociais, por outro lado, também ocorrem a partir das lutas entre agentes, os quais mobilizam recursos de poder e sanção para dar procedência aos interesses, crenças, decisões e ações, ou também para dar prioridade a um sistema de regras sobre outro, ou para manter posições em seu subcampo, ou de seu subcampo (BOURDIEU; WACQUANT, 2008).

Outra análise passível de ser realizada pela realidade do assentamento Lagoa do Junco é o que Bourdieu apresenta sobre o conceito de *habitus* como um entendimento que alia memória coletiva (práticas herdadas) e capacidade criadora do indivíduo. Dessa forma, o *habitus* pode ser compreendido como um sistema de disposições adquiridas por meio da aprendizagem do sujeito que, diante de situações novas, pode gerar estratégias práticas. Isso significa dizer que ele é capaz de inventar novas formas de desempenhar velhas funções. Ou seja, a trajetória percorrida como acampado, enfrentando diversas adversidades, quase obriga

o assentado a incorporar novas práticas para o desempenho de sua atividade tradicional: a agricultura. Segundo Almeida (2001/2004, p. 26):

Bourdieu (1983a) insiste que o conhecimento das condições de produção, ou seja, das relações objetivas não implica no conhecimento dos produtos, entenda-se, ação [...] Esse poder dinâmico do *habitus*, em contraposição ao imobilismo, se faz sentir nas situações novas as quais exigem soluções que são verdadeiros ajustamentos, assimilações do *habitus* ou até mesmo, em casos excepcionais, uma conversão radical. Mudanças, portanto, que não são dedutíveis diretamente de suas condições de produção, e também não são instantâneas por exigirem tempo.

Destaca-se ainda, segundo a autora, que as formas de agir, pensar, falar, perceber, interiorizadas pelos assentados na maneira de *habitus*, são fundamentalmente geradas nos campos, ou subcampos, não como processos interativos entre indivíduos (ações individuais), mas, sobretudo, como um sistema de relações objetivas, socialmente estruturadas e permeadas por relações de poder.

No âmbito dos sujeitos da Reforma Agrária, ainda é possível pensar que, como o *habitus* é produto histórico de um espaço social objetivamente determinado, ele está articulado a uma condição social e também a uma posição social específica. Portanto, ele não é um espírito universal, mas, um agente em ação que, por meio de ações estratégicas próprias de sua condição e posição social, faz a reprodução do todo, mesmo que implique conflitos, lutas e transformações (BOURDIEU, 1983). Como exemplo, Almeida (2001/2004, p. 33), destaca que o MST produz “instrumentos de percepção e de expressão do mundo social”, através de diversas publicações, que se revelam eficazes porque produzem uma linguagem na qual seus participantes se reconhecem, são aceitos como são, abordando suas condições, ou seja, são instrumentos que percebem e reconhecem o *habitus* forjado na luta e a ele se dirigem. Com efeito, tais publicações são também responsáveis pelo processo de formação, ao longo dos anos de luta, de um *habitus* linguístico já incorporado por grande parte dos sem-terra, o que, ao final, comprova que o *habitus* não se resume apenas ao resgate de disposições existentes, mas se estende à criação de novas formas de agir, pensar e se expressar (ALMEIDA, 2003).

Em suma, o assentamento Lagoa do Junco enquanto campo social, conformado a partir de três distintos subcampos, apresenta-se como universo marcado pela heterogeneidade de trajetórias sociais, reunindo, em um mesmo espaço, agricultores com diferentes *habitus*, práticas e capitais. O processo de construção enquanto campo social foi definido concomitantemente a uma série de limitações e imperativos, como pela expectativa de reprodução de um modo de vida. O conceito de *habitus*, aparentemente, colocou-se no centro da dialética entre a reprodução e a produção das condições materiais e subjetivas de

existência, tendendo a incorporar novas referências a partir do momento em que o cotidiano se torna exceção das experiências vividas, variando independentemente do controle exercido pelos *habitus* já interiorizados. O campo social em estudo apresenta-se, nesse sentido, como resultado da incorporação desigual de recursos econômicos, culturais e simbólicos, que tendem a se expressar nos comportamentos dos agentes, e, portanto, no uso de diferentes estratégias em busca do atendimento das carências conformadas sócio-historicamente.

5 A CONFORMAÇÃO DO CAMPO SOCIAL EM ISLA MAYOR¹²³

A conformação do campo social atual de Isla Mayor, assim como no caso do assentamento Lagoa do Junco, é moldado tanto por um processo histórico como por um contexto onde se encontra inserido, marcado por forte intervenção do Estado nas formas de produção, que necessitam ser compreendidos, dada sua relevância na trajetória social das famílias. Lembrando que, segundo Bourdieu (1996, p. 82):

[...] não podemos compreender uma trajetória [...], a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ele se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis.

5.1 Estratégias e Direcionamentos da produção agrícola na União Europeia

“El medio rural es uno de los elementos fundamentales que vertebran social y económicamente el territorio europeo y configuran su paisaje” (ESTRADA, 2009, p. 04). O momento atual reflete um interesse crescente em recuperar e proteger o patrimônio cultural e as tradições associadas a produtos agrícolas locais, com destaque para o setor agroalimentar, esboçando um novo panorama do meio rural, vinculado a novas atividades e valores. Esta tendência é mundial, mas incide mais fortemente nos países europeus, onde se observa um elevado número de instrumentos de diferenciação da produção (indicações geográficas, produtos regionais, orgânicos, etc.) e a emergência de um novo paradigma, no qual a qualidade (dos produtos e processos) é o objetivo central (CABEDO; AGUILAR, 2010).

Estudos sobre diferenciação e qualidade de produtos agropecuários revelam a importância desta estratégia para os territórios europeus, frente às dificuldades enfrentadas para inserção de muitos produtos em um, cada vez mais concorrido, mercado globalizado (CABEDO; AGUILAR, 2010; FIERRO; MARTÍN, 2009).

No caso da União Europeia, que tomou a decisão de proteger seus produtos agrícolas e agroalimentares identificáveis a partir da procedência geográfica e características de

¹²³ Capítulo elaborado sob orientação da Professora Doutora Encarnación Criado Aguilar, Catedrática da Universidad de Sevilla.

qualidade, devido ou a sua origem geográfica ou ao seu modo particular de produção, tal iniciativa constituiu-se o ponto de partida de uma política europeia de qualidade dos produtos agrícolas e agroalimentares. Essa escolha foi formulada pela União Europeia, no livro verde “O futuro do mundo rural” (COMISSÃO EUROPEIA, 1988), e concretizada posteriormente com as publicações dos Regulamentos (CEE) nº 2081/92 e nº 2082/92, que estabelecem as condições relativas às proteções das indicações geográficas e das denominações de origem dos produtos agrícolas e dos gêneros alimentícios.

No preâmbulo desses Regulamentos, é explicitamente referido que a promoção de produtos com determinadas características pode tornar-se um trunfo importante para o mundo rural, mediante a melhoria do rendimento dos agricultores e da fixação da população rural nas zonas onde esses produtos são obtidos. As políticas de promoção e valorização de produtos agroalimentares tradicionais de qualidade têm sido, nos últimos anos, objeto de atenção constante em diferentes documentos comunitários e apontadas como uma das alternativas ao desenvolvimento do meio rural (TIBÉRIO; CRISTOVÃO, 2001). Concomitante, é preciso destacar que os enfoques atuais do desenvolvimento rural europeu propõem uma gestão integrada e participativa dos territórios, assim como uma coordenação das distintas atuações postas em marcha.

Em recente publicação do Jornal Oficial da União Europeia, o Parlamento Europeu (2010), salienta que a questão da qualidade é outro fator fundamental para toda a cadeia alimentar e que representa uma mais-valia essencial para apoiar a competitividade dos produtos agroalimentares europeus. Considera-se, dessa forma, que a qualidade pode ser o ponto de partida de importantes vantagens comerciais para produtores europeus e contribuir indiretamente para o desenvolvimento rural. Além disso, a atual política de qualidade da União Europeia pode gerar um aumento da competitividade e representar uma forma de mais-valia para a economia de diferentes regiões da Europa. Destaca-se ainda no documento que uma produção agrícola e agroalimentar de qualidade, muitas vezes, pode ser a única perspectiva para algumas áreas rurais, que apresentem produções limitadas. Nesse sentido, a qualidade torna-se um promotor da diversidade de produtos e contribui para a especialização da mão-de-obra implicada nos processos (PARLAMENTO EUROPEU, 2010).

No âmbito Europeu, no entanto, a proteção aos atributos de qualidade associados à origem geográfica dos alimentos é muito mais antiga, segundo Muñoz e Caldentey (2000).

Es una práctica con una larga trayectoria en el ámbito mediterráneo. De hecho, la regularización de este tipo de figuras surgió en el sur de Europa, a partir de la segunda década del siglo XX, para salvaguardar las especificidades que poseían los

vinos producidos en determinadas zonas de copias e imitaciones (CABEDO; AGUILAR, 2010, p. 130).

Nesse relativo “novo” cenário que se estrutura, de forma mais avançada no contexto europeu, é preciso considerar, no entanto, conforme destaca Ardila (2010, p.20), que “no es lo mismo vivir en una zona árida y alejada de mercados urbanos pequeños o grandes, que vivir en regiones con clima favorable, suelos fértiles y cercanía a las ciudades y por consiguiente, a mercados y servicios de apoyo”. Ou seja, as questões colocadas, nem sempre podem ser generalizadas, sendo que cada espaço contém características próprias com potencialidades e também restrições, como no caso de Isla Mayor, que sofre com restrições agroecológicas, que possibilitam unicamente o cultivo de arroz, causando total dependência de uma única cultura.

Outro importante aspecto emergente na sociedade contemporânea, mas mais presente no contexto europeu, está ligado à busca de confiança e segurança nos produtos, por parte dos consumidores. Buscam-se por produtos que tenham incorporados valores, como: região de origem (*Terroir*), autenticidade e familiaridade, e quanto maior a distância entre o local de produção e a casa do consumidor, maior é a desconfiança. No caso Europeu, segundo Aguilar (2007), acompanha-se uma legislação reforçada, nos últimos anos, no sentido de proteger melhor as produções tradicionais, havendo uma harmonização das diferentes legislações nacionais e os diversos certificados de qualidade existentes naquele território¹²⁴.

Cabedo (2009), referindo-se ainda ao interesse crescente dos consumidores por produtos mais localizados, destaca que:

[...] no sólo se limita al producto en sí, sino que, en muchos casos, está asociado a la búsqueda de nuevas formas de adquisición de los mismos, y a la preocupación del consumidor por conocer su origen y el modo cómo ha sido obtenido y que supongan un trato más personalizado y directo con el productor y, por extensión, con el territorio donde se ha cultivado (p. 6).

As Indicações Geográficas, nesse sentido, a partir da Europa, começam a tornar-se uma manifestação mundial relativa à emergência de uma nova economia de qualidades no sistema agroalimentar, buscando uma revalorização de tradições, costumes, saberes, práticas e outros bens *imateriais* associados a uma identidade territorial e a uma origem geográfica específica (NIEDERLE, 2011). Constituem-se, assim, as Indicações Geográficas, em importante instrumento normatizador dos procedimentos de reivindicação de singularidades

¹²⁴ Segundo Carfantan e Brum (2006), ainda referente ao contexto europeu, foram definidos três grandes selos: - Denominação de Origem Protegida: atribuída a um produto originário de uma determinada região e cuja qualidade depende das condições naturais e humanas dessa região; - Indicação Geográfica Protegida, atribuída a produto cuja reputação está ligada à região de origem, mas cujas matérias-primas não provêm necessariamente dessa região; - Atestado de Especificidade: utilizado para produtos sem ligação com regiões de origem, mas que possuem características específicas devido à matéria-prima empregada ou ao processo de transformação.

qualitativas na produção de bens e serviços¹²⁵. Especialmente no contexto europeu, a lógica recai no esforço de assegurar uma marca de qualidade para posicionamento no mercado de produtos, cuja vocação é conquistar uma reputação por sua qualidade, singularidade, tipicidade, próprias do modo de fazer e dos vínculos com o meio natural dos territórios onde são produzidos¹²⁶.

Segundo Aguilar (2007, p. 148),

Elementos como el paisaje, la arquitectura popular, las fiestas y rituales, las artesanías, la gastronomía, se erigen como los pilares que sustentan la nueva arquitectura del desarrollo rural en Europa y constituyen la materia prima sobre la que se está elaborando un nuevo modelo de ruralidad que ha terminado por acuñar una nueva marca: la de *producto rural*, cuyo valor añadido reside precisamente en el poder que le confieren elementos como la tradición, la historia o la naturaleza. Es desde esta distintividad como estos productos locales [...] encuentran un espacio para circular en los mercados globales.

Assim, para desenvolver o potencial endógeno dos espaços rurais europeus, a ferramenta utilizada tem sido a combinação de um processo de identificação com a criação de marcas e aspectos distintivos, através dos quais os territórios tratam de promover-se tanto interna como externamente. A política de Desenvolvimento Rural da União Europeia (UE), por sua vez, reflete claramente o reconhecimento acerca da importância assumida por este tipo de estratégia e do potencial relativo aos alimentos de qualidade diferenciada em relação aos produtos agrícolas convencionais.

Conjunto a todos esses novos processo emergentes, caminha uma constante e valorizada preocupação pelas questões ambientais, sendo que a procura e consumo de produtos ambientalmente limpos e seguros é cada vez maior no contexto europeu. Segundo Carfantan e Brum (2006), identificam-se consumidores mais exigentes, e dispostos a pagar preços diferenciados por tais produtos.

Em um cenário de quase “obrigatoriedade/necessidade” de produção diferenciada, aliada à produção ambientalmente correta, a emergência da oferta de produtos orgânicos e

¹²⁵ Há que se ressaltar que na Europa, as condições sócio-econômicas e a diversidade de espaços naturais são extremamente favoráveis para o desenvolvimento das iniciativas ligadas à oferta de produtos alimentícios de qualidade (FIERRO; MARTÍN, 2009). Concretamente, as IGs apresentam-se, como uma ferramenta excepcional para utilizar o poder de mercado com vistas ao reconhecimento e premiação de produtos e serviços que refletem aspectos da tradição e singularidades culturais dos territórios. Também oferecem oportunidades de desenvolvimento territorial, tal como indicam alguns estudos (GIOVANNUCCI; RANABOLDO, 2008).

¹²⁶ Por sua dimensão e forte ligação com a natureza e com a cultura local, as Indicações Geográficas podem fazer referência à geografia, aos territórios, remetendo aos saberes, aos modos de fazer, de ser, às relações entre natureza e cultura e, assim, ao patrimônio material e imaterial das regiões produtoras (LAGES; LAGARES; BRAGA, 2006).

produtos cultivados em um sistema denominado Integrado¹²⁷ é quase uma constante no cenário Europeu.

5.2 O caso da produção espanhola de arroz

No contexto espanhol, identifica-se que o fortalecimento das políticas de qualidade dos produtos agroalimentares está diretamente ligado aos:

[...] cambios que han experimentado la agricultura y las sociedades rurales en España en las últimas décadas, en parte como consecuencia de las políticas que en su momento se aplicaron, para ayudar a resolver los problemas tradicionales de la agricultura, han llevado a una situación relativamente nueva en la actualidad, con la concepción de una nueva ruralidad, en la que se plantean nuevas demandas, oportunidades y nuevos enfoques en las estrategias y modelos de desarrollo en los espacios rurales (BECERRA; BRAVO, 2009, p.2).

Esse novo cenário que se apresenta é fruto de um sistema inicialmente de crise estrutural, conforme aponta Terrado (2010, p. 2003):

Los cambios funcionales y estructurales del sistema rural español están ligados a una secuencia conceptual con origen en el agrarismo tradicional, que da tránsito a un agrarismo de mercado, más tarde a una ruralidad pluriactiva y después a otra multifuncional. De ello deriva la existencia de tres fases en su evolución: la de crisis estructural, la de reconfiguración funcional y potenciación de la pluriactividad y la de re-inversión (o re-definición) de la ruralidad.

Explicando as características dos diferentes períodos que compreendem a evolução do território Espanhol, Terrado (2010), inicia descrevendo uma primeira fase compreendida entre meados do século XX e a década de 80, onde as mudanças avançaram na direção da agricultura para a indústria, acabando por estimular a perda de importância econômica, social e também a desvalorização do meio rural, que, por sua vez, passou a ter uma participação secundária no funcionamento do sistema.

Um segundo período tem início:

[...] a principios de la década de los noventa en un contexto general de prosperidad socioeconómica y de generalización de los comportamientos de la denominada sociedad del consumo, han sentado las bases para la emergencia de una ruralidad diferente a la tradicional. Sobre ello han influido las nuevas relaciones campo-

¹²⁷ A produção integrada é concebida como um conjunto de boas práticas culturais, respeitadas com o meio ambiente e o entorno social, sendo que, na perspectiva da União Europeia, a produção integrada deve garantir que o uso da terra e dos recursos naturais se ajustem à necessidade de proteger o meio ambiente e o patrimônio cultural, devendo exercer uma função social, assim como manter a viabilidade do meio rural e implantar um modelo equilibrado de desenvolvimento sustentável (PORTERO, 2010).

ciudad, económicas, sociales, culturales y ambientales, diseñadas desde entonces, así como la revalorización de lo rural entre los ciudadanos urbanos y su consideración como bien público que forma parte del patrimonio conjunto de la sociedad (TERRADO, 2010, p. 2009).

Atualmente, a ênfase da política de desenvolvimento rural Espanhola está direcionada para o paradigma da multifuncionalidade do rural, com a ideia de entender o rural como uma totalidade, que se configura como um recurso estratégico de dimensões tangíveis (produtivas), bem como de intangíveis (não produtivas), gerador de oportunidades de desenvolvimento distintas ao papel tradicionalmente exercido pelo setor agrário.

No rol das produções diferenciadas, a produção de arroz na Espanha, embora com contribuição significativamente baixa em nível mundial¹²⁸, pode ser utilizada como exemplo pela sua grande importância socioeconômica e ambiental, sendo sua produção reconhecida pela qualidade e muito destacada por sua contribuição e preocupação com a preservação do meio ambiente¹²⁹.

A produção arroseira na Espanha tem um histórico de mais de 2000 anos, abrigando em seu território atualmente três grandes zonas produtoras¹³⁰: Região de Valência, Região do Delta do Ebro e Marismas do Guadalquivir, desenvolvidas sobre condições socioeconômicas distintas, em particular, por estruturas de propriedade heterogêneas.¹³¹

Cultivado inicialmente somente de maneira marginal, o arroz passa a ter destaque com a crise da produção de seda.

[...] el avance del arroz en el contexto de las opciones que se presentaban ante propietarios y cultivadores. En este sentido resulta decisiva la decadencia sedera, que se convirtió en crisis abierta en la década de 1850. La seda constituía la principal producción de los regadíos y era la que vinculaba más estrechamente a los productores con el mercado (puesto que se comercializaba la totalidad de la producción). Sustentaba, además, las relaciones sociales vigentes al proporcionar ingresos monetarios en los meses inmediatamente anteriores a las fechas tradicionales del pago de las rentas a los propietarios. Pero en tanto que ofertaba una materia prima, dependía de la evolución de la industria local y ésta fue perdiendo competitividad frente a las producciones francesa e italiana. Así, la sericicultura entró en declive desde finales del siglo XVIII y, en consecuencia, el arroz fue reduciendo el peso de las moreras dentro de las explotaciones, generalmente relegando su cultivo a los márgenes de las parcelas. [...] Excluida la opción sedera, incierta todavía la explotación a gran escala del naranjo y limitado el mercado

¹²⁸ Das áreas cultivadas com arroz no mundo, atualmente 90% estão localizadas no continente Asiático, sendo que a União Europeia responde por somente 0,3% da superfície cultivada e 0,4% da produção mundial (PORTERO, 2010).

¹²⁹ As zonas arroseiras europeias têm a característica de serem muito localizadas, como é o caso também da produção na Espanha.

¹³⁰ Também se registram cultivos de arroz em zonas como Murcia, Aragón (Albate de Cinca, Grañén), Castilla e León, Islas Baleares, Castilla la Mancha e em Navarra.

¹³¹ Caracterizados por se situarem como extremos por muitos anos, tem-se Valência, com grade presença de pequenos cultivadores proprietários, e Sevilla, nas Marismas Del Guadalquivir, com um predomínio de propriedades de maior tamanho.

interior para las hortalizas, el arroz quedaba como el mejor sustituto de otras producciones y como la mejor elección en las tierras de nuevo cultivo. Por otra parte, existían efectos acumulativos. Una vez iniciada la especialización arrocerera de un paraje, las opciones para los cultivadores se reducían drásticamente y el arroz pasaba a ser casi obligado, entre otras razones porque las filtraciones de los arrozales inundados incapacitaban las tierras próximas para otras producciones. (GINER, 2002, p. 51).

Nessa perspectiva, identifica-se que houveram um conjunto de razões e conjunturas que possibilitaram a configuração de um bom cenário para a introdução da produção de arroz na Espanha.

Los marjales en torno a la Albufera de Valencia, el delta del Ebro y las Marismas del Guadalquivir precisaron de costosas transformaciones para su adecuación agraria. Este es un aspecto técnico fundamental y diferenciador respecto a otros cultivos. El primer paso de esa adaptación lo constituyó la «creación» de la tierra de cultivo: drenaje, aportación de suelo transportado con frecuencia desde lejos (bien por acción humana, bien por la del agua) y construcción de elementos protectores contra las aguas todavía no controladas (diques, salvadaños) fueron algunas de las intervenciones. Además, la conquista de la superficie nunca era irreversible. La acción del medio o la inadecuación técnica de las soluciones adoptadas podían provocar retrocesos al estado pantanoso. En cualquier caso se trataba de actuaciones que exigían inversiones cuantiosas o, en su defecto, una incorporación masiva de trabajo (GINER, 2002, p. 52).

Referindo-se mais especificamente à região de Valência, a mais tradicional na produção de arroz em Espanha, o mesmo autor coloca que:

En ningún momento de la época contemporánea el arroz fue una producción que los cultivadores pudieran adoptar libremente, a diferencia del resto de cultivos. Su expansión estaría, por tanto, condicionada institucionalmente y mediatizada por conflictos de diversa índole, en lugar de constituir simplemente el resultado de elecciones individuales por parte de propietarios o cultivadores. Históricamente, la restricción fundamental había consistido en la prohibición del cultivo en determinadas zonas, pero en los siglos XVIII y XIX se dio un paso más y las autoridades acotaron las tierras donde podía realizarse el cultivo; éste quedó limitado, pues, a los llamados cotos arroceros. En todo momento, la evolución de esta producción fue inseparable de la pugna entre la actitud restrictiva de las autoridades y los procedimientos legales o fraudulentos puestos en marcha por los cultivadores para extender el cultivo (GINER, 2002, p. 41).

Tal região contribuiu, dessa forma, para a ampliação da superfície cultivada e da revalorização de áreas inadequadas para outras produções agrícolas (GINER, 2002).

Atualmente, nas Marismas do Guadalquivir, em Sevilha, encontra-se a maior produção arrozeira do país, aproximadamente 40%. Situadas na desembocadura do rio Guadalquivir, ao sul da província de Sevilha, integra a região produtora os municípios de Isla Mayor, Los Palacios y Villafranca, Puebla del Río, Utrera, Lebrija, Aznalcázar e Villamanrique de la Condesa. Entre esses municípios constitui-se aproximadamente 40.000 hectares de cultivo de

arroz, que se traduzem em mais de 300.000 toneladas anuais de produção¹³², segundo a Federação de Arrozeiros de Sevilha, que agrupa em torno de mil produtores sevillanos.

Responsável por 34% da produção de arroz na Espanha, e 9% sobre o total de produção de arroz da União Europeia (ARTEAGA, 2010), as Marismas do Guadalquivir tem se destacado na produção arrozeira recente da Espanha, tanto pela expressiva produção como pelos relevantes cuidados ambientais que tem sido introduzidos na sua forma de produção.

Segundo Arteaga (2005), o centro geográfico e decisivo dos arrozais das Marismas estabelece-se no atual município de Isla Mayor que, como município, apresenta histórico relativamente recente, pois foi emancipado em 1994, sob a denominação inicial de Villafranco del Guadalquivir (anterior a emancipação, pertencia ao município de La Puebla Del Río), assumindo somente no ano de 2001 o nome oficial de Isla Mayor. Segundo Cantó (2005, p. 204):

En el 2001, Villafranco del Guadalquivir (Sevilla) cambió su denominación por el de Isla Mayor, lo que supuso una reafirmación de su identidad municipal, obtenida en 1994 tras una prolongada lucha por la autonomía y el cambio de colonos a ciudadanos entre sus habitantes. [...] El carácter multiétnico de esto poblado y su dedicación económica al arroz desde posiciones enfrentadas [...], evidencia la articulación de la etnicidad, las culturas del trabajo y los procesos de generización de estos hombres y mujeres del Arroz.

Pela importância assumida recentemente e pelas características distintivas do espaço das marismas do rio Guadalquivir, especificamente no município de Isla Mayor, no contexto arrozeiro espanhol, o presente estudo passa a uma maior exploração dessa realidade.

5.2.1 As “Marismas del Guadalquivir” e a introdução da produção de arroz

Segundo diversos autores, há cinco mil anos o território que hoje forma as marismas do Guadalquivir, incluindo aí o território do atual município de Isla Mayor, era tomado pelo Oceano Atlântico, que, com o passar dos anos, com as oscilações de seu nível, os depósitos de limo e argila transportados pelo rio Guadalquivir, e os constantes ventos que moviam as dunas de areia acabaram lentamente formando pequenos espaços de areia, que, por final, deram origem às denominadas Marismas do Guadalquivir (ARTEAGA, 2010; CANTÓ, 1997; GINER, 2002).

¹³² Sendo cultivados 80% de grão largo e 20% de grão redondo.

O solo das marismas é caracteristicamente argiloso, e, quando chove, acumula água, trazendo como consequência um ecossistema de transformações contrastantes, pois, em períodos de chuvas as marismas ficam inundadas; já na primavera, cobrem-se de vegetação, e, com a chegada do calor e a evaporação da água, o solo se converte em uma planície seca e árida.

As marismas foram configuradas durante muitos séculos como um território salino e inóspito à presença do homem, sendo apto somente para a exploração da pecuária e a caça. Segundo Cantó (2005, p.35), “[...] antes de la culminación de las transformaciones, las marismas han sido un espacio vacío, dominadas por actividades y aprovechamientos localmente estimables pero básicamente marginales al sistema productivo”.

As primeiras tentativas de entrada no território das marismas do Guadalquivir datam de meados do século XVII, e no decorrer do século XVIII, registram-se apenas atividades pecuaristas, pois, segundo Cantó (2005, p.74), “esto era um terrao de vacas bravas y de caballos”. O panorama continuou o mesmo por longos períodos, com as marismas pertencentes ao domínio público e exploradas por pecuaristas vizinhos da área.

[...] hasta mitad del siglo XIX, más de 90% de las tierras marismeñas estaban en poder de los Ayuntamientos (Aznalcázar, Hinojos, Lebrija, La Puebla del Río), quedando el 10% restante repartida entre dos títulos nobiliarios (duque de Medina Sidonia, el marques de Campo Verde) y los concejos de Sevilla, Benacazon, Huelva y Pílar más dos propietarios de La Puebla, la propia confusión sobre si las marismas eran bienes de propios, comunales o terrenos baldíos procede de la indistinción, en un primer momento, entre estos conceptos (CANTÓ, 2005, p.37).

As transformações efetivas do espaço das marismas somente vão ocorrer na entrada do século XIX, mais especificamente, quando ocorrem as primeiras “entregas” de áreas para a ação das Companhias colonizadoras (ARTEAGA, 2005).

El inicio de la transformación agraria, sobre todo, con la aparición de distintas compañías que proyectaran la bonificación de estas tierras, a veces con un carácter puramente especulativo, marcan la entrada de las Islas <<en la historia>>, su <<descubrimiento>>. Como ocurre con otros entornos, las marismas se convierten así en un espacio con características propias e inmutables [...] (CANTÓ, 2005, p.36).

Sanchez complementa colocando que:

[...] la colonización de esta zona fue un proceso que tuvo que saltar numerosos obstáculos sobre todo relacionados con la hostilidad del entorno y con la falta de condiciones sociales mínimas para articular una dinámica tan compleja [...] las condiciones de vida en muchos casos eran pésimas, además de no existir una clara voluntad pública por ordenar nuevos asentamientos poblacionales (2010, p. 143).

Em específico, o histórico produtivo das marismas do Guadalquivir começa mais efetivamente quando do início da distribuição territorial da produção de arroz na Espanha, para além da região de Valência, ocorrido somente ao final do século XIX, com a dessecação de algumas áreas de pântanos que, até então, eram escassamente colonizadas. É nesse período que se inicia o histórico de produção no vale do rio Guadalquivir que:

[...] fue la más tardía, pero [...] ha sido la que ha experimentado mayor expansión, hasta representar en las últimas décadas cerca de la mitad de la superficie total española. En este caso el arroz aprovechó también la existencia de un medio físico inadecuado para otros cultivos pero que toleraba la gramínea, las marismas, de tal modo que su avance es inseparable del proceso de transformación de este paisaje (GINER, 2002, p.71).

Processo esse que historicamente se faz marcado por inúmeras dificuldades, conforme aponta Giner:

Desde los primeros proyectos para el aprovechamiento agrícola del espacio marismeño a finales del siglo XVIII, las sucesivas concesiones a compañías y grandes inversores no dieron ningún resultado apreciable hasta entrado el siglo XX. Las razones fueron el carácter especulativo de muchas de las iniciativas, los problemas técnicos del proceso de desecación, así como la lejanía de núcleos habitados y, por tanto, de la mano de obra (2002, p.71).

As marismas do Guadalquivir, são, pois, marcadas por um histórico de intervenções, de diferentes formatos, de sociedade anônimas, como a Compañía de Marismas do Guadalquivir, La Agraria del Guadalquivir (com participação do Banco de Vizcaya) ou Islas del Guadalquivir, S. A. (de capital britânico), que atuaram durante a década de 1920 e princípios da década de 1930. O município de Isla Mayor, situado junto às marismas, comparte desse histórico, sendo que:

Desde principios de siglo las posibilidades agrícolas de la Isla Mayor atrajeron una sucesión de proyectos de colonización que intentaron sin éxito la bonificación, saneamiento y puesta en cultivo de unas tierras calificadas como "vacío demográfico" (CANTÓ, 1997, p. 56).

No entanto, essa não é uma peculiaridade de Isla Mayor, mas sim de toda a zona das marismas sevilhanas. Segundo Sánchez (2010), Isla Mayor tem os usos do solo fortemente limitados, ou se produz arroz ou o aproveitamento é quase nulo. Segundo o autor:

La puesta en marcha del cultivo arrocerero en la marisma del Guadalquivir ha supuesto una transformación ecológica importantísima, no sólo estoy refiriéndome a los cambios en los usos del suelo, que también, sino a las implicaciones que tuvo esto hecho a nivel social, económico y cultural. El arrozal produjo la expulsión parcial de la ganadería de la zona, con potencialidades agrícolas infrautilizadas, de este modo originó una nueva forma de relación económica con el entorno. La marisma paso de ser un entorno eminentemente ganadero hasta ser lo que se conoció posteriormente como la Isla del arroz (SÁNCHEZ, 2010, p. 243).

5.3 Isla Mayor: *habitus*, prática e o capital de distintos sujeitos configurando novos campos

O território do atual município de Isla Mayor foi foco inicialmente da Companhia Islas del Guadalquivir S.A., que se apoiava em grandes investimentos e técnicas internacionais.

En los años 20 del pasado siglo la Isla Mayor, junto con buena parte de las marismas de Aznalcázar e Hinojos y la Isla Mínima, pasan a manos de la *Compañía Islas del Guadalquivir, S.A.* [...] Las primeras obras que se emprenden son la defensa de la Isla de las aguas por medio de diques [...] A pesar de todo, el resultado fue un completo fracaso [...] y la quiebra fue inminente, haciéndose cargo de sus obras la *Compañía Hispalense de Valoración de las Marismas, S.A (CHISPALENSE)*, que se muestra completamente ineficaz y desaparece en 1933. En ese mismo año se constituye la sociedad *Isla Mayor del Guadalquivir, S.A.(ISMAGSA)*, con parte de los terrenos de la sociedad anterior, que, del mismo modo, no realizó obras de importancia. [...] tras su desaparición, la propiedad fue adquirida en concepto de pago de deudas por la *Compañía Beca* (ARTEAGA, 2010, p. 153).

As sucessões de fracassos acompanhadas pelas famílias no período retratado podem ser referidas como resultado de um projeto secular de dessecar e por em produção áreas de distintas características, pela ação de sociedades anônimas. No entanto, tais projetos fracassaram na maioria das vezes, segundo Arteaga (2010), por erros técnicos, mas, sobretudo, pela ação especulativa que as áreas sofriam, chegando ao ponto de que financeiramente se teve que reconhecer as perdas e os poucos ganhos que as mesmas tinham.

Esa era la situación de las Islas al comenzar la Guerra Civil, cuando Rafael Beca Mateos, en 1937, a instancias de un general recibe el encargo de poner en cultivo de arroz parte de las marismas sevillanas. Para ello, transforma su sociedad dedicada al aderezo y exportación de aceitunas R. Beca y Cía. Industrias Agrícolas, S.L en Sociedad Anónima, y, aplicando el capitalismo clásico a unas tierras necesitadas de grandes obras hidráulicas, consiguió que generaran beneficios inmediatos, pero, sobre todo, a largo plazo [...] a partir de ese momento, las Islas comienzan a transformarse verdaderamente (ARTEAGA, 2010, p. 154).

Assim, a importância e extensão assumida pela produção de arroz na área, nesse período associado à Segunda Guerra, passou a significar o início de um verdadeiro processo de colonização de um território anteriormente quase desértico.

El cultivo de arroz en las Marismas del Guadalquivir fue, pues, coyuntural y oportunista, apareciendo para solucionar un problema muy concreto: alimentar a la tropa franquista; en cierta forma, constituyó una demanda de alimentos, la misma razón por la que produjo en Europa después de la segunda Guerra Mundial. No hubo, por tanto, de principio, ningún plan preconcebido, y no será hasta más tarde, cuando se comience a organizar (ARTEAGA, 2005, p. 122).

Em Isla Mayor especificamente, o contexto foi de:

[...] implantación del cultivo arrocerero después de la Guerra Civil por la Compañía de *R. Beca* significó no sólo una alteración de los usos y las percepciones del entorno sino un proceso conflictivo en el que los diferentes grupos sociales, [...] defendían sus derechos sobre la tierra (CANTÓ, 1997, p. 55).

Segundo Giner (2002), esse processo tem início, entre outras questões, porque:

En las marismas sevillanas, la inicial cesión en arrendamiento por parte de la compañía transformadora *Beca y Cia.* dio lugar, desde finales de los cuarenta, a la compra de tierras por los arrendatarios. Sin embargo, las grandes propiedades fueron explotadas de forma directa y contaron con niveles de mecanización superiores a los de las otras regiones arroceras (p.73).

De acordo com Artega (2005), o desenrolar desse processo nas Marismas, foi ocorrendo lentamente, registrando-se, em 1939, o cultivo de 2450 hectares e, em 1999, o de 38000 hectares, considerando ainda o fato de que as terras foram caindo nas mãos de particulares “hasta llegar al momento actual en el que una gran cantidad de propietarios (más de 1.000), con una extensión más o menos grande, se reparten los pingues beneficios del arrozal” (ARTEAGA, 2010, p. 154).

Por outro lado, Cantó (1997, p. 58), destaca que nesse histórico, “los cambios sucesivos en la propiedad de la Isla Mayor incrementaron el desconocimiento y el recelo sobre los auténticos propietarios de la tierra y sobre las posibilidades de acceso a la misma”. Além disso, trabalhadores assalariados que já viviam na área, frente ao contexto de as maiores parcelas de terra sempre pertencerem a grandes pecuaristas, companhias estrangeiras ou nacionais ou ainda ao Estado, ocasionou-se que “sus reivindicaciones sobre la tierra y sobre las posibilidades agrícolas de la Isla Mayor tropezaron continuamente con las instituciones administrativas y políticas que negaban cualquier tipo de reconocimiento a sus demandas” (CANTÓ, 1997, p. 58). Então, conforme a autora, é preciso considerar sempre que as:

[...] representaciones de las Marismas como "espacio vacío", es el resultado de una reelaboración, por parte de las diferentes compañías, que silencia las reivindicaciones de los jornaleros y jornaleras del entorno respecto a sus derechos a la tierra, pero no las anulan (CANTÓ, 1997, p. 58).

Quanto a composição da população que trabalhou para o desenvolvimento e incremento da produção inicial da área de Isla Mayor, a mesma autora destaca que:

Así, durante la guerra, la población de la Isla fue predominantemente andaluza, aunque algunos valencianos contribuyeran de un modo sustancial en la dirección de estos cultivos (obtención de semillas, técnicas de trabajo, etc) (CANTÓ, 1997, p. 60).

A década de 1940, como sendo a que impulsionou de forma mais efetiva o desenvolvimento da zona, também é marcada pela chegada mais numerosa de colonos valencianos, visto que:

El acceso desigual a la tierra propiciado por la Compañía, que se consolida en los años cuarenta, tiene una serie de connotaciones de especial relevancia porque los valencianos que llegaron a la Isla no pertenecían en su globalidad a un sector de clase media sino todo lo contrario: la mayoría de ellos eran jornaleros y campesinos (llauradors) que, debido a la estructura de la tierra en Valencia, disponían de una serie de recursos que los colocaban en una cierta situación ventajosa en respecto a los andaluces (CANTÓ,1997, p. 60).

E a situação encontrada pelos colonos valencianos não foi das melhores, uma vez que as impressões sobre a região foram péssimas, como coloca Arteaga (2005, p.201):

[...] se toparan con unos terrenos completamente baldíos y vírgenes, inmensos y, en donde dominaba, por una parte, una vegetación rala aprovechada sólo por el ganado, y, por otra, el paludismo, un mal endémico en las marismas, que, aunque no les era desconocido, aquí atacaba con una virulencia inusitada. El medio, pues, no podía ser más hostil, y ello les imbuyó una idea de impotencia que a muchos les hizo desistir del empeño y volver; sólo los más fuertes, avispados o con un golpe de surte se quedaron e hicieron fortuna.

Os colonos de origem valenciana atribuíram-se historicamente serem os primeiros colonos das marismas, porque anteriormente havia uma quase que total dependência dos fatores climáticos para a produção pecuarista. Em alguns anos, tinha-se a reprodução de gado de forma satisfatória, em outros, caracterizado pelas secas, havia mortandade elevada dos rebanhos e nada de reprodução. Por isso, é frequente o discurso colocado por um arroteiro valenciano e retratado por Cantó:

[...] esto era, en un principio, un desierto, era como el oeste americano,... una marisma sin fin inundándose, con mosquitos, barro y sin esperanza... No había esperanza más que de criar cuatro vacas colorás que con la sequía se morían de sed y de hambre... y esa marisma pudo ser dominada y ser un emporio de rique za... De un páramo nosotros hemos hecho un emporio de riqueza porque lo tenemos en los cromosomas y es el cromosoma de la inquietud, de la aventura y del inconformismo (CANTÓ,1997, p. 62).

Segundo Cantó (2005), para os colonos de origem valenciana, que foram atraídos pelas facilidades de acesso à terra, oferecidas via Companhia Beca, seu sucesso repousa sobre uma forma peculiar de agricultura, que garantiu a transformação de uma área de marisma, anteriormente dominada pela produção pecuarista, em uma área arroteira. Já para os trabalhadores andaluzes, estabelecidos anteriormente no espaço de Isla Mayor, o "triunfo" dos valencianos é apenas resultado de uma política injusta da Companhia de Rafael Beca, que favoreceu os colonos "externos", em detrimento dos habitantes do entorno (CANTÓ, 2005).

Assim, pode-se caracterizar um período inicial no histórico de ocupação do espaço das marismas do rio Guadalquivir, que se estende desde princípios de 1930 até meados de 1960, caracterizado pela atração de população para um espaço anteriormente quase que não habitado.

En este periodo de migración hacia la zona arroceras, que había comenzado con la instauración de las compañías colonizadoras británicas, se comenzó a establecer un poblamiento en diseminado en estos terrenos parcialmente transformados, y con visos de ser convertidos en zona de uso agrícola. La atracción de población viene dada por la necesidad de mano de obra abundante para los primeros procesos de transformación de la marisma. Las obras de encauzamiento y construcción de muros para evitar las constantes inundaciones requerían el aporte de numerosos peones [...]. Estos fenómenos representan los primeros atisbos de población en la zona [...]. Un hecho muy determinante de la materialización de estas pretendidas migraciones temporales fue la estructura de la propiedad existente en el arrozal valenciano, cuya caracterización estaba basada en una tipología de minifundio en régimen de regadío. Circunstancia que proporcionaba un incierto acceso futuro a situaciones de propiedad a los descendientes de los tradicionales arroceros levantinos (SÁNCHEZ, 2009b, p.7).

No entanto, Sánchez (2010, p. 139) alerta que:

El choque frontal establecido entre los que habían nacido en Valencia y los andaluces, no tuvo sentido cuando las personas más jóvenes tenían ya en común el haber nacido en una misma localidad. Este fenómeno de homogeneización progresiva afectó de forma intensa a la reducción de las relaciones conflictivas que habían reinado entre valencianos y andaluces. Estos nuevos pobladores ya no eran ni de un sitio, ni de otro, sino que eran todos de la Isla.

Um segundo processo migratório que afeta não só a zona arroseira de Isla Mayor, mas de toda a Sevilhana, produz-se a partir de meados de 1960, ano de início do processo de mecanização da produção. Essa segunda etapa vem caracterizada pela repulsão em âmbito populacional¹³³. Depois de anos consecutivos, recebendo migrantes de diversas áreas da Espanha, identifica-se um fenômeno contrário. A crise de emprego provocada pelo aumento da mecanização nas atividades de cultivo é apontada como a raiz dessa problemática da inversão da ordem populacional da zona arroseira (SÁNCHEZ, 2009b). No entanto, as consequências de tal fato vão além, pois:

Este escenario tuvo consecuencia, el aumento de los salarios por déficit de mano de obra, lo que contribuyó a un crecimiento en los costes del cultivo, que provocaron una reacción entre el colectivo arrocero, encaminando sus objetivos hacia la búsqueda de ahorro de costes derivados del factor trabajo, en base al inicio de una fuerte inversión en pos de una mecanización urgente de las labores del cultivo. El ingente esfuerzo realizado por reducir los costes de mano de obra fue destinado a la introducción generalizada del tractor, así como los ensayos para el logro de procedimientos que contribuyeran a mecanizar la siembra, escarda y recolección del arroz. En estos ámbitos, la consecución de los objetivos marcados no se hicieron esperar, la tarea de sembrado pasó de ser manual –realizada por cuadrillas de jornaleros- a ser mecánica, a través de medios aéreos o mediante abonadoras, que realizaban esta tarea de modo polivalente. En relación a la eliminación de las malas hierbas en las parcelas arroceras, que concentraban una cuarta parte del coste en

¹³³ Segundo Sánchez (2009b, p.7), “En esa época se produjeron dos hechos que condicionaron enormemente al cultivo del arroz en su ámbito laboral. Por un lado, se produjo un proceso de reducción de la mano de obra requerida por el cultivo. El fenómeno paralelo de emigraciones hacia zonas con mayor dinamismo económico, con el objetivo de buscar mejores condiciones laborales y de vida, arrastró a muchos jornaleros hacia las principales ciudades españolas (Madrid y Barcelona), así como a países centroeuropeos con fuertes necesidades de mano de obra”.

mano de obra, fue sustituida por el empleo de herbicidas y tratamientos fitosanitarios efectuados por medios mecánicos. En esa misma línea, la introducción de máquinas segadoras –modificadas para poder trabajar en terrenos encharcados– propiciaron la total eliminación de las cuadrillas de segadores, cuyo trabajo pasó a formar parte de la historia. Todo este elenco de medidas ahorradoras de mano de obra propiciaron que los jornales producidos por el arrozal, y que fueron el sustento de un extenso colectivo de jornaleros, desaparecieran de la noche a la mañana (SÁNCHEZ, 2009a, p.7).

A “expulsão” desse coletivo de trabalhadores rurais configurou-se em um fato de transcendental importância¹³⁴, que, por fim, transformou o caráter de cultivo social do arroz, visto que se converteu em um cultivo capitalista, estritamente comercial, centrado em volume de produção, quantidades.

La década de los sesenta represento, pues, la transición de un sistema de cultivo tradicional, basado en labores artesanales – y, por consiguiente, con el empleo aún de una abundante mano de obra-, a una creciente mecanización con practicas novedosas (siembra directa, escarda química, recolección y secado mecánico), lo que trajo una drástica reducción de la mano de obra, que llegó a situarse en la quinta parte del peonaje acostumbrado (ARTEAGA, 2005, p.146).

Assim, a segunda geração de população vivendo nas marismas do Guadalquivir, incluídas as de Isla Mayor, protagonizou um novo e distinto processo, mediante o qual se consolida, a partir de uma visão mais empresarial sobre a produção arrozeira, a construção da identidade do município de Isla Mayor, que, até então, era somente uma comunidade, um “pueblo” (CANTÓ, 2005).

Nesse sentido, pode-se resumir que:

La economía marismeña, pues, ha experimentado una transformación sin precedentes en tan corto espacio de tiempo –unos sesenta años-, ya que de ser el dominio de las “yerbas”, los pastos, sus pesquerías, y, sobre todo, la ganadería – todo muy poco rentable-, se ha pasado a un monocultivo arrocero que la ha convertido en una de las agriculturas más ricas de España, como se apuntaba, aunque ello no quite para que en determinadas circunstancias pase por momentos difíciles (ARTEAGA, 2005, p. 56).

E assim como a economia se transformou, muitos dos *habitus* das famílias arrozeiras também foram transformados ao longo dos anos em virtude dessas mudanças no espaço social.

¹³⁴ Segundo Arteaga (2005, p. 148), “[...] el sistema de cultivo tradicional de arroz exigía una gran volumen de trabajo: superaba las 100 jornadas por hectárea en los años cuarenta y cincuenta; en los sesenta aún se mantenía alta; ya en los setenta, el sistema, en completa crisis, inicia un proceso acelerado el cambio técnico, del que el arrozal sevillano fue pionero es España, cayendo las peonadas por debajo de la treintena por hectárea. El objetivo perseguido fue disminuir costes de producción por medio, fundamentalmente, de la reducción de la mano de obra. [...] Las estimaciones más recientes (2002) establecen el empleo de 5 peonadas/ha”.

5.3.1 Organização Social dos Arrozeiros

Desde o princípio do cultivo de arroz na Espanha, segundo Sanchez (2010, p. 183), “allá por finales de la década de los veinte del pasado siglo”, o espírito associativo tem estado presente no setor. De acordo com o autor, “las cooperativas son a nivel asociativo las organizaciones que los arroceros ponen en marcha para defender sus posturas en el ámbito productivo, frente a los embates de la industria que siempre pretende comprar la producción a precios más bajos” (SÁNCHEZ, 2010, p. 187).

Sobre a forma de organização dos produtores arrozeiros, especificamente através de cooperativas, na Espanha, Giner aponta que:

En efecto, el subsector arrocero proporciona uno de los mejores ejemplos de corporativismo en la economía española de los años treinta. El Consorcio Nacional Arrocero, creado en 1927, pretendía integrar a todos los productores valencianos y catalanes, pero también a los industriales y comerciantes de arroz. Esta entidad desapareció en 1930 y al año siguiente se creaba la Unión Nacional de Agricultores Arroceros, que agruparía tan sólo a propietarios y cultivadores. En este caso la concepción estaba más próxima al cooperativismo. Se pretendía organizar a los productores en sindicatos y cooperativas locales para comercializar las cosechas de forma coordinada. Sin embargo, el agravamiento de la crisis mundial en 1932 llevó a un cambio de planteamiento: en 1933 se fundaba la Federación Sindical de Agricultores Arroceros en la cual se integró la Unión junto a representantes del Gobierno, los pueblos arroceros y técnicos agrónomos. Esta vez fue decretada la pertenencia obligatoria de todos los cultivadores de arroz (2002, p.66).

Tal espírito, no entanto, já ultrapassou as barreiras somente das questões econômicas, sendo verificado também, historicamente, tal prática para a gestão das águas necessárias à produção, as denominadas “comunidades de regantes”:

[...] este tipo de asociacionismo en el sector del arrozal viene definido por la gestión del recurso más importante dentro de la marisma, que es el agua. Las comunidades de regantes son organizaciones que gestionan el agua y aglutinan dentro de ellas a los arroceros que pertenecen a una misma zona de riego. Estas asociaciones son las concesionarias de agua en el arrozal, ya que mediante sus instalaciones pueden elevar el agua desde el cauce del río hasta la compleja red de canales, que alberga el arrozal para su correcta irrigación. Todos los arroceros han de estar incluidos en una u otra comunidad de regantes, puesto que es por medio de ésta que pueden tener acceso a los recursos hídricos (SÁNCHEZ, 2010, p. 188).

E tais organizações, tiveram importantes participações nas diversas fases pelas quais passou a produção arrozeira, especialmente nos períodos de crise¹³⁵, em que teve relevante

¹³⁵ Destaca-se que já na década de 1920, frente a uma baixa nos preços da produção arrozeira, tentou-se um primeiro agrupamento dos agricultores arrozeiros espanhóis, que, por fim, não teve êxito e desapareceu em 1930. Em 1931 é realizada nova tentativa com a organização da União Espanhola de Agricultores Arrozeiros e, em 10 de março de 1934, através de lei, constitui-se a Federação Sindical de Agricultores Arrozeiros de Espanha -

papel nas negociações de melhores preços a serem pagos pela produção, o que acabou deixando uma herança de organização corporativa bastante consolidada no país¹³⁶ (ARTEAGA, 2005).

As marismas do Guadalquivir, pelo histórico de exploração por parte das companhias estrangeiras ou nacionais, que as utilizaram quase sempre em planos experimentais, têm como consequência uma relativa ausência de movimentos associativos.

Em Isla Mayor, especificamente, a presença das primeiras cooperativas é datada de 1979, sendo registrado posteriormente a presença de três distintas cooperativas arroseiras nos anos 1990, hoje reunidas em torno da Cooperativa Arrozúa.

Superadas as questões de moradores de origem valenciana *versus* andaluzes, as segundas e principalmente terceiras gerações das primeiras famílias que se instalaram na área das marismas do rio Guadalquivir, aliado a um histórico de importância destacada das cooperativas na produção arroseira Espanhola, funda-se, em 1979, a primeira cooperativa arroseira de Isla Mayor denominada de “Isla Mayor”. Em seguida, em 1981, registra-se a fundação da segunda Cooperativa, sob a denominação de “Arroceros Unidos S.C.A.”. Uma terceira Cooperativa é fundada, em 1986, sob a denominação de Cooperativa “Veta la Mora S.C.A.” (ARTEAGA, 2005). Sobre a criação de três distintas cooperativas em um espaço relativamente pequeno, uma vez que Isla Mayor ainda não era independente, um dos entrevistados revela que:

[..] en Isla Mayor en el corazón de las marismas había 3 cooperativas, pero además una al lado de la otra, ¿eh?. ¿Por qué había tres? pues porque se formó una y en vez de crecer lo que se hizo es que lo dirigía una persona, da igual el nombre, se enfada con su equipo rector y monta otra cooperativa al lado. No les gusta, voy al protagonismo humano que es el error de siempre, no les gusta, van los años, no les gusta, al funcionario y montan otra tercera y se da la paradoja que en las tres cooperativas las mismas familias, los mismos arroceros habían familias que estaban en las tres cooperativas...de locos, de locos totales (Informante nº 34).

Em 2001, ocorre a fusão das cooperativas “Isla Mayor” e “Arroceros Unidos S.C.A.”, dando início a “Unión Arrocería S.C.A”, a qual se converte em importante empresa arroseira da Espanha, após a fusão. Destaca-se que o trabalho dessas cooperativas fundadas em Isla

F.S.A.A.E. (que desaparece, em 1986, e dá lugar a Federación de Arroceros de Sevilla), que apoia a tentativa depois do período da Guerra os Sindicatos Arroseiros Locais. Ainda, em junho de 1945, constitui-se a Cooperativa Nacional do Arroz, associando todos os produtores diretos de arroz e aos beneficiadores através das suas respectivas federações (ARTEAGA, 2005).

¹³⁶ Destaca-se que, no setor arroseiro da província de Sevilha em 2004, 100% dos agricultores pertenciam a alguma cooperativa, mas a maioria delas atuava fundamentalmente na fase da produção (ARTEAGA, 2005).

Mayor, e também de outras localizadas junto às marismas do Guadalquivir, sempre ocorreu em paralelo a ação e produção da empresa Herba, hoje Ebro Foods¹³⁷.

[...] Arrocerías Herba, S.A. que entre 1983 y 1991 ha intervenido a las restantes empresas del sector (COTEMSA, Arrocería Sevillana, S.A., Arrocería San Martín, S.A., Productos Coral, S.A.), y, a partir de 1989, ella misma pasó a formar parte de un grupo financiero superior (KIO-Kuwait Investment Office). [...] Además HERBA es el mayor propietario de la zona, habiendo cultivado en la campaña de 1999 5000has., siendo dueña de la mayor finca de toda la marisma: Veta de la Palma, con cerca de 11.000 has (ARTEAGA, 2005, p. 80).

Em 2005, registra-se a fundação da denominada Cooperativa Arrozúa, S.C.A., que passa a agregar os sócios das Cooperativas Arroceros Unidos S.C.A. e Veta la Mora S.C.A. Atualmente, a Cooperativa Arrozúa, S.C.A., abriga aproximadamente 800 sócios e uma superfície produtora próxima de 13.000 hectares.

Entre os motivos que levaram à nova fusão entre as cooperativas de Isla Mayor, considerando o histórico de já antigas fusões, está a necessidade de agregar os recursos de ambas para melhorar o processo de cultivo de arroz, fortalecendo a recepção, secagem e armazenamento da produção, além da intenção de realizar a construção de um moinho para o beneficiamento da produção de arroz. Em suma, os motivos principais eram de juntar forças, a fim de aumentar a competitividade diante de um mercado cada vez mais globalizado (ARROZÚA, 2011).

En la actualidad, la defensa de precios del arroz en los procesos de negociación con la industria es el primer objetivo de las cooperativas agrícolas arroceras. La estrategia para conseguir esta finalidad se basa en la aplicación de valor añadido al grano a través de los procesos de secado y almacenado del mismo. La razón de ser de las cooperativas siempre ha sido la defensa del agricultor frente a la industria, ya que los primeros siempre están en la situación de dependencia respecto a ella (SÁNCHEZ, 2010, p. 197).

Destaca-se ainda, sobre os motivos que levaram a fusão das cooperativas, que houve um momento da história de Isla Mayor em que cooperativar já não bastava, pois, com um número relativamente expressivo de cooperativas na zona produtora de arroz, a indústria acabava usando tal fator a seu favor, no sentido de proporcionar uma competição entre as cooperativas fornecedoras e, como isso, rebaixar os preços de compra da produção. Nesse sentido, o número elevado de cooperativas em uma pequena zona acabou sendo prejudicial, necessitando a fusão para a criação de uma grande cooperativa para enfrentar seu principal

¹³⁷ Segundo Arteaga (2005, p.79) “[...]El sector arrocero ha experimentado un proceso de acumulación de las empresas dedicadas a la elaboración y comercialización del arroz, con desaparición de varias de ellas en beneficio de la mayor del sector, pólitas que se enmarca en el proceso general de integración de España en la Comunidad Europea, con el consiguiente cambio hacia un escenario comercial controlado por grandes grupos empresariales italianos, holandeses y alemanes”.

adversário: Herba, que, por sua vez, já havia realizado a compra de grande número de pequenos moinhos da zona.

Percebe-se, então, que, paralelo à concentração das estruturas de beneficiamento e comercialização, emerge um novo processo de desenvolvimento cooperativista, com incipiente inserção no beneficiamento industrial da produção.

Atualmente, Arrozúa S.C.A, conta com aproximadamente 100.000m², onde estão localizadas suas instalações, oferecendo ao mercado, segundo a empresa, um arroz de qualidade¹³⁸, cultivado no sistema de produção integrada, em diferentes combinações, como: arroz em casca a granel, arroz cargo, arroz branco em embalagens de 1 kg, 20 kg e em big-bag, além de subprodutos, como farelo de arroz (ARROZÚA, 2011).

[...] hasta ahora no se hacia el arroz, no se elaboraba, no se pasaba a blanco, siempre se había vendido en cascara, porque no teníamos aquí, en la cooperativa de esta zona, ante lo que se hacía es que se vendía a diferentes clientes como por ejemplo Herba, el principal, se vendía en arroz cascara, y ahora ya sí que lo vendemos en blanco, en marcas blancas¹³⁹ o en nuestra marca propia (Informante nº 34).

Quando questionado sobre o porquê da decisão de buscar pelo beneficiamento da produção, o informante número 34, coloca ainda que, “para ampliar el mercado, hasta ahora estábamos limitados a la venta del arroz cáscara, no podíamos dar a conocer tampoco el producto de aquí de la zona”.

Na questão da organização social dos arroseiros de Isla Mayor, não só dela como de toda Espanha, destaca-se o papel fundamental exercido pelas “Comunidades de Regantes” (Comunidades de Irrigação), que, além de organizarem a distribuição da água, desempenharam papel primordial na união e conscientização do setor arroseiro, enfrentando duros embates com o fim de dominar o elemento básico água (ARTEAGA, 2005).

Em Isla Mayor, as atividades das Comunidades de Irrigação têm início nos anos pós-guerra, mais especificamente em 1946, com a criação da “Comunidad de Regantes El Marmol” e, em 1948, com a segunda Comunidade, denominada “Isla Minima”, ambas atuantes até os dias atuais. A ação das duas Comunidades sempre ocorreu permeada por grandes disputas internas, embora tenham o papel de administrar justa e equitativamente a água nos arrozais, onde quem detinha maiores poderes (no caso avaliado pela quantidade de área detida), era quem definia as regras do jogo. Segundo Arteaga (2005, p. 231) “el simple

¹³⁸ Desde o plantio do arroz, ocorre um acompanhamento da produção, através de um processo de rastreabilidade que visa a definir e a implementar um sistema documentado para garantir o arroz de melhor qualidade. Arrozúa, S.C.A. é ainda certificada com o selo de Produção Integrada de Andaluzia e Qualidade Certificada de Andaluzia (ARROZÚA, 2011).

¹³⁹ Marcas brancas são denominados os produtos com a marca do supermercado, ou com a marca da loja, que vende o produto.

trabajador que quiere convertirse en propietario – tuvo muy poco que decir y decidir, y fue un mero juguete en manos muy poderosas”.

Segundo Arteaga (2005), o setor arrozeiro das Marismas e, conseqüentemente, de Isla Mayor, esteve, por longos períodos, dividido em três grandes grupos econômico-sociais, que são: - os grupos de grandes empresas agroindustriais (centralizados pela sociedade Herba); - um segundo e importante grupo formado por arroseiros independentes, agrupados em cooperativas de recente fundação; - e um terceiro grupo formado por subempregados e um número considerável de pequenos agricultores de origem conflitiva e difusa (pescadores ilegais, transgressores das normativas ambientais). A partir de Bourdieu, compreendemos tais grupos como os campos constituídos e influentes de Isla Mayor, que, mesmo com o passar dos anos e as transformações sofridas, mantêm uma identidade em torno de quem os conforma.

Tendo uma aparente consolidada organização social, uma vez que mais de 90% dos arroseiros pertencem a alguma Comunidade de Irrigadores ou Cooperativa, através das quais realizam a limpeza, secagem e comercialização do arroz em casca, os produtores de Isla Mayor enfrentaram outro grande desafio, de natureza distinta, mas extremamente importante. Trata-se do desafio de se adaptar às modificações das condições do meio em que se encontravam inseridos:

La evolución experimentada en las últimas décadas por la actividad agrícola ha sido espectacular y ha protagonizado buena parte de las transformaciones registradas en este territorio en cuanto a empleo y generación de riqueza, provocando al mismo tiempo cambios sustanciales en la ordenación de usos del suelo y en el funcionamiento de procesos básicos de carácter natural. Para el futuro de la actividad agraria es crucial la disponibilidad de un marco de seguridad sobre la dimensión de sus recursos hídricos, pero para la conservación del medio natural también es imprescindible adaptar los cultivos al medio así como el mantenimiento de determinadas condiciones de la actividad agrícola y que sobrevivan algunos cultivos que se encuentran amenazados por condiciones de mercado y de regulación (CONSEJERÍA..., 2009, p. 29).

Entre as maiores exigências de adaptação de seus modos de produção ao meio em que se encontravam inseridos, destaca-se a de aprender a conviver de forma “pacífica” com o Parque de Doñana. E para que tal contexto fosse possível, houve grande auxílio da Federação dos Arroseiros de Sevilla, que, por sua vez, realizava a intermediação entre as questões pautadas pelos arroseiros e pela administração do Parque e o Estado.

5.3.2 Grupo Ebro Foods e suas influências

O setor privado também marca sua presença na trajetória da produção arrozeira de Isla Mayor. A atividade de transformação, beneficiamento e comercialização da produção inicialmente foi objetivo de uma série de empresas, mas, em pouco tempo, foram todas absorvidas por uma única empresa, a sociedade formada pelos irmãos Hernández Barrera, designada Arrocerías Herba e hoje incorporada por uma grande multinacional, denominada Ebro Foods¹⁴⁰.

Renomado no mercado mundial como líder no setor de arroz, e segundo fabricante mundial na produção de massas, atualmente o grupo Ebro Foods tem suas instalações, referentes à divisão do arroz na Espanha, localizadas no município de San Juan de Aznalfarache, município próximo a Isla Mayor e situado na margem direita do rio Guadalquivir. Devido ao fato das instalações do grupo Ebro estarem localizadas às margens do rio, há uma excelente comunicação com o porto de Sevilha, através do qual recebem abundante matéria-prima procedente de outros países, segundo Sánchez (2010).

Considerando a evolução da Arrocerías Herba, que é uma grande empresa arrozeira inicialmente familiar, Arteaga (2005, p. 259) retrata que:

El origen de la compañía se remonta a 1911, cuando Antonio Hernandez Villar creó en la localidad soriana de Olvega una pequeña empresa alimentaria. Cuarenta años después inauguró su primer molino de arroz en un pueblo riojano [...] y en 1961 el negocio fue trasladado a las marismas sevillanas. Sus cuatro hijos tomaron las riendas del negocio familiar y se lanzaron a la conquista de Europa, después de haber conseguido ser líderes en la exportación del arroz en las Marismas del Guadalquivir.

A família Hernandez foi a responsável pela introdução no mercado europeu das marcas La Cigala, La Fallera, Brillante e Nomen (hoje muito conhecidas entre os consumidores espanhóis). O ano de 1986 representa um divisor de águas para o desenvolvimento da empresa, pois nesse ano a Espanha é incorporada pela Comunidade Europeia, o que permite a expansão e internacionalização das atividades da Arrocerías Herba. Registra-se a criação de filiais da empresa em Portugal e Itália e a aquisição de vários negócios na Dinamarca, Hungria, Finlândia, Alemanha e Inglaterra. A expansão da empresa

¹⁴⁰ Em 1989 ocorre a compra, por parte da Ebro, de 60% das ações da sociedade Herba e em 2001 ocorre a aquisição de 100% da sociedade Herba pela Ebro, sendo que entre 2001 e 2004, a Ebro é responsável pela compra de 7 companhias arrozeiras com marcas líderes em Europa (EBRO, 2011).

foi maior nos anos 1990, quando a mesma chegou a se tornar a empresa mais potente da Europa (ARTEAGA, 2005).

Atualmente, Ebro Foods é uma multinacional centrada na venda de arroz, massa e refeições prontas, tendo presença comercial ou industrial, através de uma extensa rede de filiais e marcas, em mais de 25 países de Europa, América do Norte, Ásia e África, o que lhe tem permitido posicionar-se como líder mundial no setor de arroz e fabricante de massas (EBRO, 2011).

No contexto da produção de Isla Mayor, Ebro Foods converteu-se em uma opção de empresa que adquire toda a produção do município, caso a produção não venha a ser absorvida pela Cooperativa Arrozúa (criada justamente para “frear” o poder de compra da empresa no município), para processamento (a Arrozúa recebe de seus sócios a produção e posteriormente, na maioria das vezes, também vende para a Ebro Foods em grandes quantidades, permitindo, no entanto, maior poder de negociação de preço).

Destaca-se também que o domínio da Ebro em Isla Mayor, “obrigou”, de certa forma, os produtores a pensar novas estratégias no modo de organização, para ser possível um relativo “enfrentamento” ao domínio imposto pela empresa. Nesse sentido, o presidente da Federação de Arrozeiros de Sevilla, aponta sobre a fusão realizada entre as cooperativas existentes em Isla Mayor:

[...] nos hemos fusionados; fusionarnos para qué? pues para hacer, para tener una dimensión más grande que te dé opción a hacer algo y ese algo ¿qué era? bueno pues ese algo es que tenemos la suerte, o la desgracia, de tener en las puertas de Sevilla a la empresa de arroz más poderosa, yo creo que casi del mundo, como es Ebro, poderosa en el sentido de tener unos recursos financieros tremendos tienen una actitud tan agresiva que conmigo o sin mí y eso, claro, el sector arrocero eso no lo admite, ¿por qué? porque la materia prima es nuestra (Informante nº 34).

No entanto, Ebro Foods por sua imponência no mercado Espanhol, acaba ditando certas regras de produção que, por sua vez, obrigam algumas adaptações ou modificações na produção dos arrozeiros de Isla Mayor. Ressalta-se a reclamação de um arrozeiro, em entrevista, quando ele se referia ao cultivo de uma variedade distinta e não a tradicional, colocando que sua produção não era valorizada por ser de uma variedade diferenciada, ao contrário, era incluída com as demais variedades:

[...]Porque el mayorista del todo arroz de España, sabemos quién es, y casi de todo el mundo, es Herba. Herba... Y yo, en el año pasado, sacando Marisma... Herba no lo da precio a ti se tu lleva Marisma, o lleva Fonsa, tu llega ahí...[...]Tu lo lleva ahí y ella lo tira en lo mismo montón [...] Y entonces no subeo el precio. No hay que lo mueva (Informante nº 26).

Buscando, entre outras questões, enfrentar alguns dos problemas causados pela “dominação” exercida na compra da produção por essa multinacional, o espaço da cooperativa volta a ter função de destaque, especialmente, quando assume a ideia do beneficiamento da produção e comercialização da mesma.

5.3.3 Parque de Doñana e suas restrições

Por ter grande parte de seu território localizado próximo ao Parque de Doñana, a maior reserva ecológica da Europa, os produtores de arroz de Isla Mayor, convivem com fortes restrições quanto a forma de produção, sendo obrigados a adaptarem-se às restrições impostas, pois é imprescindível, no contexto europeu, que se estabeleça uma integração harmoniosa entre a agricultura e o meio natural, de modo a preservar tanto o âmbito natural como o âmbito econômico dos agricultores.

Atualmente, a produção de arroz é desenvolvida de forma perfeitamente integrada ao entorno natural do Parque Nacional de Doñana (PORTERO, 2010).

Los arrozales ocupan la mayor parte de la superficie cultivable en las zonas colindantes a los espacios protegidos y, a pesar de la existencia de algunos conflictos, son percibidos como un paisaje natural dentro del entorno de Doñana.[...] Además del notable papel socioeconómico que desempeña en la zona, no hay que olvidar la dimensión ecológica y cultural del cultivo del arroz en Doñana. En algunas épocas del año, los arrozales se convierten en hábitats para numerosos organismos acuáticos, entre ellos una gran cantidad de aves (MARTÍNEZ; FONSECA; VELASCO; s/d, p. 02).

Quando interrogamos sobre a existência de algum conflito entre a produção arrozeira de Isla Mayor e a cercania com o Parque, o informante nº 36, aponta que “Antiguamente. Ya no, ya hay una convivencia, porque además como después las aves vienen al arroz a comer entonces a ellos les conviene que el arroz sea cultivado”.

Doñana é um espaço de enormes dimensões¹⁴¹ e uma grande singularidade territorial, tornando-se o pioneiro em intervenções públicas de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, uma vez que se trata da maior zona úmida da Europa, e que abriga em seu território uma grande riqueza biológica (SÁNCHEZ, 2009).

¹⁴¹ O Parque Nacional e o Parque Natural de Doñana, juntos somam mais de cem mil hectares. Em 1969, o Parque Nacional de Doñana já conta com uma superfície de 32.000 hectares, ao passo que o Parque Natural de Doñana somente será constituído em 1989.

El sistema productivo del arroz, por su parte, ha puesto de manifiesto su vulnerabilidad en los períodos de sequía, en los que se ha dejado de producir por carencia del recurso debido al déficit global de la cuenca del Guadalquivir. Esta situación no sólo es negativa para la actividad productiva por sus consecuencias económicas y de pérdida de mercados, siempre difíciles de recuperar, sino también porque en la situación actual de escasez de humedales naturales, tiene un efecto ambiental en cuanto que determinadas zonas de las tablas arroceras contribuyen al mantenimiento de la población de aves migratorias (CONSEJERÍA..., 2009, p.15).

A existência recorrente de períodos de seca se torna tão relevante e elevada, que tem acarretado na contenção da expansão do cultivo de arroz e até o abandono da atividade, por alguns produtores, nos casos de secas recorrentes. Aliado aos problemas ambientais, restrições impostas pela localização das áreas de cultivo próximo ao Parque de Doñana, os arrozeiros de Isla Mayor percebiam, a cada safra, um aumento das dificuldades para a produção.

Neste sentido, a Junta de Andaluzia, passa a estimular o uso dos valores singulares que dispõe Doñana, como uma forma de venda de produção diferenciada.

La situación económica actual está caracterizada por un fuerte incremento de la competitividad. La globalización y la intensificación de los intercambios mundiales están permitiendo que otras zonas del mundo ofrezcan ciertos productos a precios no viables para las condiciones de producción de Europa y de Doñana en particular. En estas condiciones tiene mucho más valor la adopción generalizada de una estrategia competitiva basada en la diferenciación de los productos. Doñana dispone, en este campo, de un enorme capital de imagen y una fuente de argumentación para incorporar valor y singularidad a sus productos: el espacio natural y el capital cultural de su territorio (CONSEJERÍA..., 2009, p.31).

Destaca-se que, desde a oficialização do Parque Nacional de Doñana, diversas foram as restrições impostas à produção arrozeira, especialmente, o uso de fitosanitários e demais produtos químicos, que, por final, tornavam-se um conjunto de fatores prejudiciais para Doñana. No entanto, os arrozeiros compreenderam que lutar contra a figura da proteção aos recursos do Parque seria um tempo desperdiçado, e passaram a integrar as atividades e discussões realizadas, resultando na adoção de diversas ações por parte dos arrozeiros, como destaque a adoção do Sistema de Produção Integrada, redução da utilização de fitossanitários, criação de um centro de reciclagem de embalagens de fitosanitários, e principalmente a utilização do nome Doñana a seu favor (SÁNCHEZ, 2009). Como aponta um dos entrevistados, quando se refere à localização dos arrozeiros junto ao Parque de Doñana:

[...]en parte perjudica a los agricultores porque hay muchas aves, hay mucha fauna que lo que hace es perjudicar al arroz, en gran parte, pero es verdad que el nombre de Doñana a nosotros también...el pueblo Isla Mayor no es conocido en ningún sitio, nadie sabe donde esta, entonces el Parque de Doñana, por lo menos nos puede ayudar a salir y a que la gente nos conozca mas y además es cierto que cultivamos en el entorno de Doñana es que está pegado (Informante nº 34).

O convívio com os movimentos ecologistas, em outros períodos muito conflitivo, hoje pode-se dizer ocorre de forma harmoniosa, sendo arroteiros e movimentos ambientalistas parceiros na defesa de algumas causas, como, por exemplo, com relação a dragagem do rio, onde ambos são contrários (ver anexo A). Existem pontos que ainda guardam divergências, como é o caso referente à expansão do cultivo, onde os movimentos ecologistas são contrários convictos à ideia dos arroteiros.

5.3.4 A Política Agrária Comum e suas imposições

Muitas das recentes transformações ocorridas, especialmente no âmbito produtivo, em Isla Mayor, devem-se a Política Agrária Comum da União Europeia. Segundo Sánchez (2010, p. 215):

La industria arrocera española estaba compuesta por numerosas empresas con pequeños molinos propios dedicados a transformar volúmenes de arroz pequeños y con poca capacidad de expansión, dado que se dedicaba a mercados cercanos al lugar de procedencia de la producción. Tras la entrada de España en la Unión Europea, la agricultura española se integró en la Política Agraria Común y el reglamento del arroz cambió radicalmente y se estableció todo un conjunto de normas fundamentales, la Organización Común de Mercados del arroz. Esta normativa introdujo cambios muy significativos que beneficiaron a la industria, ya que con su reconversión varietal en España, incentivó a los agricultores a producir arroz largo.

A organização do mercado de arroz na Espanha, desde setembro de 1967, é vinculada diretamente às normatizações da Comunidade Econômica Europeia¹⁴², permitindo que a produção de arroz circule, no espaço da Comunidade, nas mesmas condições que circula em um mercado nacional. Entre as principais “modificações/transformações” resultantes dessa forma de organização da produção em âmbito europeu, para os produtores de Espanha e Isla Mayor, em específico, está a introdução de variedades distintas - das produzidas historicamente e consideradas de maior qualidade e de melhores características agrônômicas, - como é o caso das variedades de grão longo tipo índica¹⁴³, além das regulamentações com relação aos preços da produção.

¹⁴² Faz-se importante destacar que com a constituição da CEE, houve a necessidade do estabelecimento de acordos, normas comuns, as quais, posteriormente, a PAC cria dispositivos para cumprir, controlar o processo, o que acarreta em menor espaço de negociação dos agricultores.

¹⁴³ Segundo Arteaga (2005), de 1988 a 1993 a CEE fomentou a produção das variedades índica mediante o pagamento direto aos produtores com vistas a reconverter o excedente do tipo japonesa em tipo índica.

Nesse sentido, é a Política Agrária Comum (PAC), a política mais antiga que começou a desenvolver-se na década de 1960, considerada uma das políticas mais importantes da União Europeia, que estabelecia as linhas gerais para a agricultura, que, por sua vez, regula o mercado agrícola comum, incluindo a questão das subvenções. Dentre os objetivos iniciais da PAC, verificava-se os seguintes: assegurar uma oferta estável de alimentos saudáveis e acessíveis à população, proporcionar um nível de vida razoável aos agricultores, e garantir um desenvolvimento coletivo e solidário que permitisse assegurar a manutenção da agricultura em todas as regiões da Europa (ARTEAGA, 2005).

A PAC tem tido a necessidade de adaptar-se continuamente às novas exigências da sociedade e do contexto econômico em que se aplica, passando de seu início, em que primava pelo protecionismo do mercado interno, para a atual tendência protecionista do meio rural, que fornece equilíbrio a uma sociedade com grandes concentrações em núcleos urbanos. Entre as recentes transformações dessa política, destaca-se a Reforma da PAC de 2003, onde se colocam as bases da nova agricultura européia, estabelecendo-se, que, a partir de 2005, haveria um pagamento desvinculado da produção (denominada “ayuda desacoplada”), independentemente do fato de que o agricultor obtenha ou não colheita. Essas ajudas, no entanto, estão sujeitas ao cumprimento de alguns “princípios de condicionalidade”, que consistem fundamentalmente na realização de boas práticas agrícolas e meio ambientais, assim como o cumprimento de certos requisitos legais e de gestão (ARTEAGA, 2005). Nessa mesma reforma, estabeleceu-se outra ajuda vinculada à produção (denominada “ayuda acoplada”), para cada cultivo ou grupo de cultivos. A essas ajudas, por sua vez, se aplicam um “sistema de modulações” obrigatório, com o objetivo de:

[...] obtener fondos para financiar las medidas de desarrollo rural, reduciendo los pagos a conceder a los agricultores en un 5% durante el período 2007-2012 (en 2005 fue un 3% y en 2006 un 4%). Aquellos agricultores con pagos inferiores a 5.000 € no se verían afectados por dicha modulación. Esta reforma supuso la reducción del precio de intervención del arroz en un 50% hasta un precio básico de 150 € por tonelada, limitando dicha intervención a un volumen de 75.000 toneladas anuales. El pago compensatorio quedó establecido en 177 € por tonelada, de los cuales 102 € están desacoplados de la producción, encuadrados en el sistema de pago único por explotación, y el resto (75 €) constituye una ayuda acoplada a la producción. Teniendo en cuenta el rendimiento nacional (6,35 t / ha), la ayuda desacoplada supone 647,70 € / ha y la acoplada 476.25 € / ha (PORTERO, 2010, p. 287).

Em específico, com relação à produção de arroz, pode-se colocar que essa revisão da PAC, de 2003, reduz as intervenções em quase 50% e compensa a renda dos agricultores mediante um aumento das ajudas por hectare cultivada, mas é necessário lembrar que essa ajuda está desvinculada da produção. Tais medidas, de forma geral, originaram uma queda

dos preços no mercado, aspecto que fez melhorar a competitividade das empresas comercializadoras de arroz em casca.

Segundo Arteaga (2005), a última reforma da PAC, teve claros direcionamentos, no sentido de afirmar a questão da qualidade em detrimento da quantidade e diminuir os processos de intervenção, e, nesse sentido, focar suas ações mais para os consumidores que para os produtores propriamente ditos.

No histórico das intervenções ocasionadas pelas definições da PAC, destaca-se que os arroteiros espanhóis se obrigaram a conviver com problemas de ordem mais interna (questão da água, clima, pragas, Parque Nacional de Doñana, etc.), bem como com os de ordem externa (caso da comercialização, mercados, inovações agroindustriais, modernização empresarial com necessidade de formação de sistemas cooperados, associações, etc.). Isso resultou no fato de que os arroteiros espanhóis tiveram que:

[...] seguir haciendo un gran esfuerzo por adaptarse a las nuevas líneas que va marcando la política agrícola de la UE – sobre todo la nueva PAC – y la evolución de los mercados. Ya no es suficiente con saber adaptarse a las nuevas tecnologías agrícolas y ser pioneros en ellas, sino que tienen que cambiar de nuevo el “chip”, mirar hacia delante y mentalizarse de que no son sólo agricultores sino también empresarios (ARTEAGA, 2005, p. 325).

Dentre as transformações impostas pela União Europeia ao meio rural, através dos recursos da Política Agrária Comum, é preciso destacar que:

Actualmente existe una notable preocupación por los efectos negativos de la agricultura intensiva sobre el medio ambiente, así como una mayor concienciación sobre la importancia de preservar ecosistemas de gran valor ecológico, paisajístico y cultural como los de Doñana. Prueba de ello es el cambio hacia sistemas de producción integrada de arroz, impulsado por las ayudas agroambientales de la Política Agraria Común (MARTÍNEZ; FONSECA; VELASCO; s/d, p. 02).

Ressalta-se, com relevância, que a introdução da Produção Integrada, nos sistemas de produção de arroz de Isla Mayor, não ocorre por um incentivo da Junta de Andaluzia, ou por uma preocupação dos produtores com questões ambientais diretamente, como pregado por muitas literaturas, mas sim, e muito mais evidente, por uma forte pressão da União Europeia que vinculou o recebimento das ajudas com a adoção de um novo sistema de produção. Nesse sentido, emerge a adoção de uma nova prática na produção arrozeira de Isla Mayor, coagindo *habitus*, capitais e práticas das famílias cultivadoras de arroz do município.

5.3.5 Novas Práticas: a introdução da Produção Integrada

O fomento a uma produção de qualidade¹⁴⁴ tem sido uma estratégia prioritária dos governos no contexto Espanhol, bem como da União Europeia, destacando-se a promoção de produtos agroindustriais que, atualmente, exercem importância destacada no cenário do comércio internacional, e que permitem seguir a competitividade em mercados cada vez mais globalizados e exigentes. Desse modo, regulam-se, especialmente, os requisitos de controle, as distintas figuras de qualidade e seus organismos gestores, a informação ao consumidor e as linhas de apoio a produções diferenciadas¹⁴⁵.

Em específico, o cultivo de arroz nas Marismas do Guadalquivir abarca, nos dias de hoje, uma superfície que gira no entorno de 38.000 hectares, variando ano a ano, sendo que os produtores arroseiros da zona de Sevilha foram se adaptando de maneira paulatina a um novo sistema de produção, desde o ano de 1998, de maneira que, na safra de 2003, 100% da superfície arroseira já estava cultivada no sistema de produção integrada¹⁴⁶ (PORTERO, 2010).

Em Isla Mayor, como já expomos anteriormente, o arroz é o único cultivo possível e uma das únicas fontes geradoras de recursos e empregos, estando hoje vinculado a uma indústria auxiliar, a caranguejeira¹⁴⁷. Contando com quase 6.000 habitantes, toda a atividade econômica de Isla Mayor está baseada no cultivo e beneficiamento do arroz, não por opção, mas sim por uma necessidade. Isso ocorre, uma vez que, segundo Sánchez (2010, p. 3) “Isla Mayor, su territorio construido y relativamente desalinizado, solamente permite el cultivo del

¹⁴⁴ No espaço da qualidade diferenciada, distinguem-se os produtos com selos de Denominação de Origem Protegida (DOP), de Indicação Geográfica Protegida (IGP), de Indicação Geográfica de Bebidas Espirituosas (IGBE, antiga Denominação Específica), de Especialidade Tradicional Garantizada (ETG), de Agricultura Ecológica e da Produção Integrada.

¹⁴⁵ Segundo Portero et al (2007, p. 14) “Para apoyar la adopción del paquete de medidas de la PI, y en particular del caso del arroz, la Comunidad Andaluza estableció un régimen de ayudas y medidas a aplicar en las zonas de influencia del Parque Nacional de Doñana, al amparo del Reglamento (CEE) 2078/92, por el que se establecía un régimen de ayudas sobre métodos de producción agraria compatibles con las exigencias de protección del medio ambiente y la conservación del espacio natural en la UE. Éste programa, que se puso en marcha por primera vez en 1998, continúa vigente en la actualidad”.

¹⁴⁶ No ano de 2007, “Arroces de Doñana”, uma empresa arroseira de recente criação, localizada no município de Isla Mayor, dedicada à recepção e beneficiamento de arroz, foi a primeira indústria arroseira da região a implantar em suas instalações o “Regulamento Específico de Produção Integrada para Industrias de Elaboración de Arroz”, podendo etiquetar seus produtos com a distinção de produção integrada e comercializar o mesmo sob tal denominação.

¹⁴⁷ Destaca-se que a produção do caranguejo vermelho (cangrejo rojo americano/*Procambarus clarkii*) foi introduzida, em 1974, após destruição dos canais públicos para possibilitar a expansão das áreas produtivas de arroz, o que resultou na inviabilidade da atividade pesqueira. Duas décadas mais tarde já se pescavam em Andalucía mais de 3000 toneladas da espécie, sendo a maior produtora da Espanha (ARTEAGA, 2005).

arroz. Ningún otro vegetal dispone de los mecanismos de adaptación ni de las cualidades para crecer en una tierra salitrosa como esta”.

Conforme afirmação enfática do informante nº 21, e reforçada pela grande maioria dos entrevistados, “esta zona sin arroz no es nada, sin arroz se vuelve a lo que era, marisma”. Para Sánchez (2010, p. 318), “el cultivo de arroz sigue siendo el motor económico de la zona, sobre todo de Isla Mayor, y alrededor de él se sitúan una serie de subsectores que dependen íntegramente del cereal”.

Frente a esse contexto de quase total dependência da produção arrozeira, da presença de distintas cooperativas e da necessidade de adaptação da produção, pela localização próxima ao Parque de Doñana, introduz-se as discussões com relação à necessidade do desenvolvimento de uma produção diferenciada e de qualidade, uma vez que a introdução da produção com qualidade, no contexto do arroz espanhol, ocorreu há muitos anos, tendo atualmente uma valorização dos consumidores que se dispõe a pagar um preço diferenciado (GINER, 2002).

Com dificuldades de realizar uma produção orgânica, ou ter sua produção certificada com Denominação de Origem¹⁴⁸ ou Indicação de Procedência, os arrozeiros de Isla Mayor, também forçados pelas imposições da União Europeia, introduzem o sistema da Produção Integrada em suas práticas de produção.

Atualmente, a estratégia de adotar a Produção Integrada, e os consequentes selos de identificação, passíveis de utilização como forma de característica distintiva da produção, são observados pela Federação de Arrozeiros de Sevilha, como:

[...] Es la única forma que tiene el sector arrocero europeo de defenderse de la feroz competitividad de arroces de otras latitudes. Esta priorización de características definitorias del arroz europeo son las únicas que permiten distinguirlo de otros de diversa procedencia, normalmente más baratos, pero que no poseen los mínimos de garantía alimentaria que ofrecería el logotipo europeo (SÁNCHEZ, 2010, p. 301).

A introdução da Produção Integrada, como destacado anteriormente, tem início em 1990, quando o Conselho Europeu estabeleceu as estratégias básicas e diretrizes técnicas dessa produção, definindo-a como um sistema de produção de alimentos de alta qualidade através de métodos sustentáveis, respeitosos com o meio ambiente, que buscam manter a rentabilidade das explorações agrícolas, contemplando as demandas sociais em relação às

¹⁴⁸ Segundo Portero (2010, p. 282), “Las Denominaciones de Origen Protegidas (DOP), garantizan y amparan el origen y la calidad del producto comercial, obtenido en un medio geográfico determinado mediante un logotipo y una etiqueta controlada por su Consejo Regulador. En España existen denominaciones en Valencia y Calasparra (en el Delta del Ebro se denomina Indicación Geográfica Protegida) [...] las DOP cumplen una función importante para el consumidor por avalar el reconocimiento de una calidad superior”.

funções da agricultura, e estar de acordo com os requisitos que se estabelecem para cada produto correspondente ao Regulamento (PORTERO, 2010)¹⁴⁹.

Atualmente, a quase totalidade do arroz de Isla Mayor se cultiva via o sistema dessa normativa¹⁵⁰. Dessa forma, existem em torno de 60 Agrupações de Produção Integrada (APIs), cada uma com uma superfície máxima de 600 hectares, tendo, para cada API, um técnico encarregado de executar os controles das práticas de cultivo obrigatórias, proibidas e recomendadas, contempladas no mencionado regulamento (PORTERO, 2010).

Atualmente, o discurso incorporado em torno da importância da adoção do sistema de Produção Integrada, é o de que:

La calidad es la clave para adquirir la ventaja competitiva que permite sobrevivir en un mercado mundial, donde las distancias son cada vez más cortas y la competencia mayor. La producción integrada proporciona la sostenibilidad del ecosistema que soporta al cultivo y la disponibilidad de un distintivo de calidad, el cual podrá ser utilizado por los agricultores, mejorando la competitividad de sus producciones (PORTERO, 2010, p.24).

Referente à discussão em torno da questão da qualidade do arroz¹⁵¹, deve-se levar em consideração que o conceito de qualidade é algo relativo¹⁵², existindo diversos atributos, com certo grau de inter-relação.

Se puede definir la calidad de un producto como el conjunto de atributos que lo identifican y determinan su grado de aceptación por el consumidor. Es, pues, conveniente analizar cada uno de dichos atributos y tener presentes las preferencias del comprador. En el caso del arroz, el concepto de calidad es bastante relativo ya que la importancia de los atributos deseados depende del colectivo implicado (agricultores, molineros, minoristas, consumidores, especialistas en nutrición, etc.). Así, para el agricultor y el molinero es prioritario el rendimiento en enteros (calidad de molienda), mientras que para el consumidor es primordial la calidad de cocción y la culinaria. Los consumidores prefieren arroces bien elaborados, con granos de elevada blancura, lo que va en detrimento del rendimiento industrial y de su calidad nutricional. La calidad del arroz es además, en buena parte, subjetiva, ya que es el comprador quien la juzga. El consumidor de los países mediterráneos muestra cierta preferencia, para la mayoría de sus recetas culinarias, por las variedades tradicionales de grano medio o semi largo (japónica) y perlados, mientras que el mercado centroeuropeo demanda mayormente arroces de grano largo y cristalino (tipo índica). [...]Desde otro punto de vista, la calidad del arroz depende de las características genéticas de la variedad, de las condiciones ambientales donde se desarrolla el cultivo, de las prácticas agrícolas y de las condiciones de almacenamiento y procesado del grano (PORTERO, 2010, p.266).

¹⁴⁹ A província de Andaluzia, nesse sentido, foi pioneira na elaboração do Regulamento Específico de Produção Integrada de Arroz (REPIA), tanto a nível de Espanha como Europeu.

¹⁵⁰ Existe atualmente uma pequena parcela de terras sendo cultivadas no sistema orgânico, um passo além da Produção Integrada.

¹⁵¹ Sendo as questões de qualidade, em partes, definidas pela normativa espanhola e europeia, que realiza uma classificação da qualidade do arroz (PORTERO, 2010).

¹⁵² Na opinião de Portero (2010, p.278) “[...] tratándose de regiones españolas la procedencia no influye significativamente sobre la calidad de una determinada variedad de arroz y, en este sentido estimamos que las Denominaciones de Origen (en el caso del arroz) tienen un sentido meramente comercial.”

Em suma, como se sabe de tempos, no contexto europeu, fazem-se muito importantes as ajudas/subvenções recebidas da União Europeia, e, para os arroseiros de Isla Mayor, a realidade não é distinta. Assim, percebe-se claramente que foram os regramentos estabelecidos, que tiveram maior parcela de participação na decisão pela adoção da produção integrada, e não o discurso de qualidade, uma vez que:

El Reglamento (CEE) 2078/92 del Consejo, de 30 de junio, estableció un régimen de ayudas sobre métodos de producción agraria compatibles con las exigencias de protección del medio ambiente y la conservación del espacio natural. Para su aplicación, en España se elaboró un programa nacional que incluyó dos partes bien diferenciadas: la primera desarrolla cuatro medidas horizontales aplicables en todo el territorio nacional (Real Decreto 51/95, de 20 de enero) y la segunda se refiere a la actuación en zonas específicas, disponiéndose su aplicación en las zonas de influencia de los parques nacionales y de otras zonas sensibles que se declaren de especial protección (Real Decreto 632/1995, de 21 de abril, y Real Decreto 928/1995, de 9 de junio) (PORTERO, 2010, P. 282).

O desenvolvimento de tais normativas estabeleceu, portanto, os requisitos e as regras gerais que deveriam cumprir as associações/cooperativas que decidissem optar pela Produção Integrada. Especificamente, na Comunidade Autónoma de Andaluzia, registram-se mais ajudas voltadas para os espaços do entorno do Parque Nacional de Doñana:

[...] la Orden de 14 de Mayo de 1997 de la Consejería de Agricultura y Pesca de la Junta de Andalucía estableció un régimen de ayudas y medidas a aplicar en las zonas de influencia del Parque Nacional de Doñana. La modernización de la agricultura exige la utilización de métodos respetuosos con el medio ambiente que minimicen el uso de productos químicos y que permitan obtener productos de calidad (Decreto 215/1995 de septiembre sobre Producción Integrada en Agricultura). Este decreto incluye los aspectos generales relativos a la marca de garantía, al distintivo, a la promoción de la producción y comercialización de los productos obtenidos bajo este sistema, así como sobre el Reglamento Específico de Producción Integrada de Arroz (REPIA). En este sentido, por Orden de 12 de agosto de 1997, se aprueba el primer REPIA en Andalucía, que posteriormente fue modificado por Orden de 18 de Abril de 2000, donde se establece la estructura de las agrupaciones de PIA, con una superficie máxima de 500 ha (ampliadas posteriormente a 600 ha), al frente de las cuales figura el técnico correspondiente, encargado de efectuar los controles de las prácticas de cultivo en PIA. Entre dichas prácticas algunas son obligatorias, otras prohibidas y, las restantes, de uso recomendado. Periódicamente se han venido realizando ligeras modificaciones en el Reglamento tendentes principalmente a disminuir, aún más, el impacto medioambiental (PORTERO, 2010, p. 282).

Com o exemplo do formato da introdução da Produção Integrada no cultivo de arroz em Isla Mayor, mais uma vez verifica-se, na realidade espanhola, bem como da União Europeia, um contexto institucional que, se por um lado, valoriza as diferenciações do meio rural, por outro lado, claramente coage os distintos *habitus*, práticas e capitais de muitas famílias rurais, introduzindo, por sua vez, novos campos de ação.

5.4 Isla Mayor enquanto campo social na perspectiva de Bourdieu

Carlos Benedito Martins (2002, p. 176) considera, a partir de Bourdieu, que:

[...] em face da posição que os agentes ocupam [...] (no espaço das sociedades altamente diferenciadas), das visões que constroem sobre ele, das formas como se autotaxonomiam e classificam socialmente os outros agentes, pode-se compreender, em boa medida, a lógica da pluralidade de suas práticas, como as culturais (frequência de museus, preferências literárias, musicais etc), econômicas (forte ou fraca propensão à poupança etc), estratégias educativas etc., sobretudo quando associadas a um sistema de disposição produzido e utilizado por determinado grupo ou classe social.

Nesse sentido, quando compreendemos o município de Isla Mayor, enquanto um campo, precisamos ter em mente, igualmente como no caso do assentamento Lagoa do Junco, que o mesmo é constituído por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias, específicas, com interesses e disputas irreduzíveis ao funcionamento de outros campos. Ou seja, Isla Mayor constitui-se como um ‘espaço’ estruturado de posições, permeado pelas lutas entre diferentes agentes que ocupam diversas posições.

Entre os subcampos identificados no interior do campo social de Isla Mayor, destaca-se o subcampo formado pelos associados da cooperativa Arrozá, o subcampo dos produtores “independentes”, formado majoritariamente por grandes produtores, que dispõe de estruturas próprias para o armazenamento da produção, e um terceiro subcampo, formado por pessoas vinculadas com a produção arroseira, mas não propriamente como produtores, mas sim, pescadores, comerciantes, trabalhadores assalariados e temporários.

Em cada um dos subcampos identificados, há a presença de distintos *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprios de cada um. Apenas os sujeitos participantes do subcampo, com *habitus* próprio, apresentam condição de jogar o jogo e de acreditar na importância desse jogo. Isso ocorre tendo em vista, segundo Bourdieu e Wacquant (2008, p. 142), que “cada subcampo tiene su propia lógica, reglas y regularidades, y cada estadio de la división de un campo implica un autentico salto cualitativo”.

No subcampo dos associados da cooperativa, identifica-se que cada participante apresenta uma trajetória de vida, ligada aos processos de cooperação, seja por herança dos pais, ou de outras formas, mas tem um *habitus* vinculado diretamente com a cooperação, e sua posição, no campo, está diretamente conjugada à importância dessa trajetória, que pode ser

mais recente, ou mais antiga. Muitas vezes, ainda verifica-se a questão da origem valenciana, que, por sua vez, seria superior, pelo “amor” dedicado à produção e cultivo da terra.

Já no subcampo formado por produtores “independentes”, o vínculo mais visível entre os mesmos está no espírito mais empreendedor, e no fato de não simplesmente realizar a venda da produção para a cooperativa Arrozúa, ou para a Ebro Foods, mas sim de ter opção distinta, que permita formas diferenciadas de introdução da produção no mercado, e que, logicamente, proporcione melhores resultados financeiros. Como resultado prático do *habitus* dos agentes desse subcampo, pode-se apontar a empresa Arroces Doñana¹⁵³, a qual surge com grande vinculação às questões de qualidade preconizadas pela União Europeia¹⁵⁴, sendo que parte do arroz produzido e beneficiado em suas instalações é procedente de parcelas cultivadas sob as normativas da Produção Integrada e da Produção Ecológica. Atualmente, suas atividades estão baseadas na recepção, elaboração e beneficiamento do arroz produzido por agricultores pertencentes à Associação “Arroces de Doñana” e por outros agricultores não sócios, além de estar iniciando a produção de sementes certificadas para a Produção Integrada.

No terceiro subcampo identificado, formado por pessoas ligadas à produção arrozeira, além de pessoas que não são propriamente produtores, mas pescadores, comerciantes, trabalhadores assalariados e temporários. Nesse subcampo, identifica-se uma mescla de *habitus*, práticas e capitais, uma vez que não se percebe elemento comum a todos, apenas um elemento secundário caracterizado pela produção de arroz de Isla Mayor. No entanto, conforma-se como subcampo, por estar a mercê das influências e efeitos dos demais subcampos, pois trabalhar para associados da cooperativa, “rotula” o sujeito como sendo simpatizante de uma dada ideologia, mesmo que seja contrária a ela.

Dos embates travados entre os três subcampos presentes no interior do Campo Social do município de Isla Mayor, as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas, especialmente, legitimado na questão política.

¹⁵³ Maiores detalhes da mesma podem ser obtidos no endereço eletrônico <<http://www.arrocesdedonana.com/>>.

¹⁵⁴ A empresa Arroces de Doñana, procura diferenciar-se das demais, destacando em seu *marketing*, sua recente criação e grande vocação por Qualidade e respeito ao Meio Ambiente, tendo como prova a implantação dos sistemas ISO 9001 de Gestão da Qualidade e ISO 14.001 de Gestão Ambiental, além dos selos de Qualidade Certificada, Produção Integrada e Produção Ecológica. Destaca-se como diferencial ainda, para a realização de suas vendas, que é uma empresa que se dedica à produção e embalagem do arroz produzido nas Marismas do rio Guadalquivir, importante e conhecido rio da Espanha.

Destaca-se ainda que, no âmbito dos subcampos verificados, identifica-se a existência de forças que lutam pela conservação ou a transformação do “jogo”, ou seja, no interior de cada subcampo, verifica-se embates entre seus integrantes.

Quanto à prática dos sujeitos, observada no município, percebe-se que é definida pelo *habitus* de cada um, sendo o princípio gerador das estratégias utilizadas, dos modos de pensar, sentir e agir em determinadas situações, bem como o fator que permitiu superar, de diferentes formas, situações imprevistas.

Sendo o *habitus* produto histórico de um espaço social objetivamente determinado, como afirma Bourdieu (2004), ele está articulado a uma condição social e também a uma posição social específica. Portanto, é necessário considerar o *habitus* não como um espírito universal, mas sim, como um agente em ação que, por meio das ações estratégicas próprias de sua condição e posição social, faz a reprodução do todo, ainda que implique em conflitos, lutas e transformações. Em Isla Mayor, identifica-se que os moradores possuem *habitus* específicos, que são responsáveis pela sua histórica diversidade (valencianos, andaluzes). No entanto, estes *habitus* não possuem força anuladora de uma identidade mais ampla, por exemplo, o *habitus* vinculado à produção arroseira, torna-se responsável, muitas vezes, pela “extinção” das diferenças no município, quando da busca, ou luta, por questões mais amplas (por exemplo, a oposição pela dragagem do rio Guadalquivir).

6 TRAJETÓRIAS SOCIAIS PERMEADAS POR INTERVENÇÕES

Como mencionado no princípio deste trabalho, acima de estabelecer um comparativo entre os casos analisados em Brasil e Espanha, buscou-se identificar questões similares no interior de cada contexto, para que fossem possíveis novas formas de compreensão sobre a trajetória social de famílias localizadas em espaços caracterizados por intervenções externas, e, muitas vezes, rotulados de não desenvolvidos por falta de empenho das pessoas que o constituem. Partindo de tal premissa, procurou-se, nos dois capítulos precedentes, descrever e compreender o modo como foram estruturados, ao longo dos anos, os atuais campos sociais do assentamento Lagoa do Junco e do município de Isla Mayor, resgatando, para tanto, questões históricas que são importantes e influentes para cada caso analisado.

No presente capítulo buscaremos, especificamente, discorrer sobre os resultados alcançados pela pesquisa frente às proposições estabelecidas quando do início da mesma. Para tanto, visa-se a estabelecer um diálogo mais direto entre os efetivos resultados e as proposições teóricas de Bourdieu.

6.1 A trajetória social das famílias do assentamento Lagoa do Junco

A trajetória social da grande maioria das famílias¹⁵⁵ estabelecidas hoje no assentamento Lagoa do Junco, perpassa dois momentos distintos: o período de acampamento, e, posteriormente, o período de estabelecimento no assentamento.

Entre as famílias assentadas, via MST, no assentamento Lagoa do Junco, há uma expressiva diversidade étnica, sendo que, em sua maioria, são descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses, e seus municípios de origem distam entre quinhentos e seiscentos quilômetros do município de Tapes. Algumas famílias vieram ainda, posteriormente, por meio de trocas de lote, oriundas de outros assentamentos situados em municípios próximos a Tapes. Compartilham também as famílias assentadas de diferentes origens em termos de posições sociais: filhos de pequenos agricultores, filhos de empregados

¹⁵⁵ É necessário lembrar que no assentamento foram incorporadas cinco famílias, das quais três ainda permanecem no local, oriundas da antiga propriedade privada ali estabelecida.

rurais temporários ou permanentes, filho de agricultor-assentado, ex-pequeno agricultor e ex-empregados rurais – em algumas situações também eram arrendatários e/ou meeiros.

Ingressar no MST, de forma geral, significou, para a maioria das famílias, assumir o risco de uma vida nômade, a qual não fazia parte da cultura delas. As dificuldades enfrentadas, a partir de então, são retratadas pelas famílias, como no depoimento de um dos assentados, quando coloca que “[...] vivemos quatro anos de acampamento percorrendo o Estado inteiro. Começamos em Caaró. Tivemos várias lutas: caminhadas, ocupações de fazendas da região... a cada ano tinha um acampamento” (Informante nº 3).

Em outro depoimento, a falta de opção aparece como o imperativo na decisão de seguir para o acampamento:

[...] Nós na verdade nem tinha terra, eu morava em um cantinho lá que o pai deu para mim. Olha tu trabalha aqui, tu planta, mas no andar da carroça tudo, a gente teve os três filhos lá na base e começamos a perceber que aqui não vamos ter futuro nenhum, por que lá era pedreira, tudo braçal, lá no norte do estado [...]. Um dia veio um parceiro e convido para nós ir se acampar [...] daí fomos para lá e para cá [...] falei com a mulher e para os filhos e disse vou me acampar e vou ver como é as coisas [...] mas me deu uma coisa assim: o futuro está te esperando agora está nas tuas mãos [...]. Chegou no sábado, a mulher disse se tu for nós também vamos, aí eu disse se querem passar fome vamos. Juntamos os trapos e saímos (Informante nº 3).

Segundo Bourdieu e Wacquant (2008, p. 137):

[...] las estrategias de un "jugador" y todo aquello que define su "juego" se da como función no sólo del volumen y estructura de su capital en el momento considerado y las posibilidades de juego [...] que le garanticen, sino también de la evolución en el tiempo del volumen y la estructura de dicho capital, esto es, de su trayectoria social y de las disposiciones (*habitus*) constituidas en la relación prolongada con una determinada distribución de las probabilidades objetivas.

Nesse sentido, quando solicitado uma descrição do período de acampamento, muitas famílias enfatizaram as dificuldades enfrentadas, elencando a carência de alimentação como uma das principais dificuldades enfrentadas, seguidas da questão de problemas de saúde e posteriormente a questão das dificuldades das estruturas (falta de água, por exemplo). No entanto, como tais problemas seriam passageiros, uma vez que a conquista da terra estava próxima, as famílias seguiam nos acampamentos, mesmo enfrentando dificuldades.

Segundo os relatos, tais dificuldades sempre foram compreendidas pelas famílias como obstáculos a serem enfrentados para o acesso à terra, ou seja, uma trajetória necessária. Assim, embora os acampamentos tivessem situação de extrema dificuldade, tinha-se a expectativa de mudança, conforme aponta o depoimento a seguir:

[...] Nossa, quatro anos debaixo de lona [...] foi difícil [...] passamos fome, frio, caminhamos, né? Nossa, dormimos com colchão alagado, mas a gente via e

presentia assim que não, o futuro está por aqui ó, valia a pena a gente sofrer um ano, dois anos, mas vai vale a pena e daí se reunimos com a família e assim decidimos vamos resistir, vamos ver o que vai dar, mas naquela que vai dar certo, vai valer a pena [...]. Era a saída que nós tinha (Informante nº 3).

As dificuldades econômicas também são frequentemente retratadas pelos assentados, como problemas enfrentados anterior ao assentamento, pois foi esta uma das questões determinante para a decisão de entrada no movimento.

[...] Deus o livre que é sofrido aquilo lá, o cara cada mês que passa no acampamento é pior se tu tivesse na cadeia, porque se tu for preso, tu chega lá e bom, o que eu tenho que me preocupa é que daqui um ano eu vou sair e lá não, no acampamento não, lá tua cabeça está o tempo todo assim (*referência com gesto de estar sempre girando*) é uma loucura aquilo lá, de noite sem água, sem luz, sem fogão para poder fazer uma comida, sem um chuveiro para poder tomar banho, tchê, não é fácil [...] aquilo é uma panela de pressão [...] lá dentro tu vê o que o pessoal passa. Muitas vezes tu vê um pai de família com o filho chorando com fome e não tem uma mamadeira de leite para dar, aí o cara se apavora (Informante nº 7).

Ainda sobre o período de acampamento, as experiências positivas retratadas, referem-se à união e ajuda mútua entre as famílias, o que tornava o período de acampamento menos difícil.

[...] no acampamento tu deixa muitos vícios que tu tinha antes, essa coisa, é só meu, só meu, não existe isso, num acampamento tu tem o teu barraco de lona, tu tens duas três panela e dois três prato e teus forro, o outro também tem só isso, então ali tu aprende a ter uma solidariedade e ali tu aprende que o sol não nasce só pra ti, que ele é igual para todos, independente de raça, cor, opção sexual nem nada, é tudo igual, o ser humano é igual (Informante nº 1).

Segundo Bourdieu e Wacquant (2008), as situações positivas e negativas vivenciadas constituíram um estado adquirido e firmemente estabelecido de caráter moral, orientando futuramente os sentimentos e desejos dos indivíduos que as vivenciaram. Assim, os acampamentos, além da função de pressionar o governo para a efetivação da reforma agrária, nas palavras das famílias entrevistadas, servem também como “escola preparatória para a vida no assentamento”, onde as diferenças devem ser minimizadas para que haja um objetivo comum entre os assentados. Ou seja, a própria definição de movimento social engloba o sentido de uma coletividade em que se manifestam e se buscam objetivos comuns.

Pode-se considerar, então, que, no período de acampamento, internaliza-se um novo *habitus*, enquanto capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos indivíduos por meio de disposições para sentir, pensar, agir, perceber e fazer. Tudo parece ocorrer, então, em função de que as circunstâncias vividas no acampamento, caracterizados pela incerteza, instabilidade, ansiedade, perigos e oportunidades, além do ineditismo dessas circunstâncias, as quais podem provocar uma reestruturação dos sistemas socioculturais

devido à necessidade de encontrar novas normas de conduta e compreensão, ou, ao mesmo tempo, podem ser vividas sem afetar seriamente os *habitus* já constituídos. Nesse contexto, as significações atribuídas às realidades vivenciadas tendem a se dar a partir das disposições adquiridas até então, que agem como uma ‘chave’ para produção de novos sentidos e incorporação de novas referências, em um ambiente coletivo.

Já a passagem do acampamento para o assentamento, segundo Vial e Fortes (2005), renova as esperanças, as forças e as capacidades de trabalho e inter-relacionamento, promovendo um “renascimento” da cidadania nas pessoas. Nesse sentido, os sem-terra, trabalhadores organizados na luta pela reforma agrária e pela transformação da sociedade, resgatam, com o MST, a sua dignidade e assumem a identidade de sujeitos da história (VIAL; FORTES, 2005).

Quanto às principais dificuldades retratadas pelos assentados já no assentamento, estão as questões ligadas às limitações físicas e geográficas existentes na região destinada para o assentamento, uma vez que eles, desde crianças, conheceram técnicas agrícolas e tipos de produção específicos para serem empregadas em um determinado tipo de solo. Quando assentados, necessitaram descobrir e aprender como trabalhar com um tipo de solo distinto, como encontraram no assentamento, necessitando outros meios de produção e ainda outras técnicas de produção. Nesse sentido, percebe-se, a partir dos relatos que as políticas públicas, os processos de intervenção, que ocorrem no campo da Reforma Agrária, não consideram as trajetórias sociais das famílias a serem atingidas/contempladas.

Frente às dificuldades enfrentadas no período de implantação do assentamento Lagoa do Junco, a comunidade de Tapes tinha consenso de que as famílias assentadas não conseguiriam sobreviver na área do assentamento, e que muito provavelmente logo venderiam a terra. Tal pré-concepção dificultou as primeiras relações entre famílias assentadas e a comunidade de Tapes. Hoje, porém, percebe-se uma inversão deste julgamento inicial, conforme depoimento:

[...] é quando nós chegamos aqui, nós não conhecíamos, sabia que era lavoura de arroz, mas daí nós também achava que dava outras coisas [...] nós viemos de terra alta, quebrada, morro, pedra e nós chegamos aqui e plantamos, e vimos a terra e plantamos milho e nos demos muito mal, colocamos muito dinheiro fora no primeiro ano, porque nós não tinha experiência de nada [...] aí levamos um tempo, até cair em si, que era assim e assim [...] era muito difícil no começo, ali, na cidade não queriam recebe nós, de jeito nenhum, foi bem difícil, até que se foi conquistando, passo a passo (Informante nº 1).

Tal mudança nas relações, em parte é fruto da relação digna estabelecida pelos integrantes do assentamento junto às mais variadas instituições públicas e privadas do

município e da região. Atualmente, pode-se dizer que o campo social do assentamento Lagoa do Junco está fortalecido, possuindo uma estrutura que lhe permite respeito, frente a outros campos, especialmente no âmbito da comercialização da produção, que um dia já exerceram poder sobre o mesmo.

O campo social do assentamento Lagoa do Junco, entretanto, faz-se importante recordar, encontra-se hoje subdividido (subcampos formados pelos associados da cooperativa, os não associados da cooperativa e um terceiro formado pelos antigos funcionários da fazenda). Sendo que as famílias que trabalham individualmente, os não associados da cooperativa, sentem-se excluídos e os que participam da cooperativa, por sua vez, afirmam que os trabalhadores individuais preferiram a exclusão ou se autoexcluíram. Bourdieu (2011, p. 105) destaca que tais questões são complexas, pois:

O efeito de trajetória manifestado nesse momento, como em todos os casos em que indivíduos ocupantes de posições semelhantes em determinado momento estão separados por diferenças associadas a evolução, no decorrer do tempo, do volume e da estrutura de seu capital, ou seja, por sua trajetória individual, corre serio risco de ser mal compreendido.

Ainda, segundo Bourdieu e Wacquant (2008, p. 144), cada subcampo, “tiene sus dominantes y sus dominados, sus luchas de usurpación y exclusión, sus mecanismos de reproducción, y así sucesivamente”. Compreende-se, assim, a partir das verificações realizadas, que o assentamento atualmente, enquanto o “grande” campo, constitui-se como um campo de luta e resistência. Um espaço contraditório e permeado por conflitos e harmonias diversas.

A estruturação do assentamento Lagoa do Junco, enquanto campo social, muito está relacionada à influência e ao poder exercido pelo MST sobre um grupo de indivíduos. E, sobre a importância do Movimento para as famílias, destaca-se que as mesmas indicam que, através deste, conseguiram efetivar vários direitos, considerando o MST a “tábua de salvação”, pois, na maioria dos casos, eram agricultores que viviam em pequenas porções de terra, ou que trabalhavam como agregados, meeiros, etc., eram pessoas que não viviam da e na terra, mas que sofriam da e na terra. O ingresso no movimento significou e ainda significa para eles a possibilidade de avanço social, econômico e político. Nota-se que, através da conquista da terra, consideram que conquistaram a credibilidade na sociedade, suas casas, educação, crédito, e, acima de tudo, dignidade, o que de certa forma lhes “obriga” a uma eterna dívida de colaboração com o Movimento.

Em suma, percebe-se que, quando do ingresso na luta pela terra, os assentados não buscavam somente a conquista da terra, mas sim poder efetivamente trabalhar nela de forma a

mostrar à sociedade sua dignidade, tornando-se tal questão um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os sentimentos e desejos das famílias durante toda a trajetória posterior à entrada no processo de luta pela terra.

6.1.1 Questões que permeiam as diferentes trajetórias das famílias assentadas

Identifica-se que a trajetória social de cada família que hoje vive no assentamento Lagoa do Junco, bem como o capital das mesmas, é responsável pela forma de agir das mesmas e pelo subcampo em que ela está inserida. Neste sentido, o campo social do assentamento encontra-se dividido em subcampos, porque, como coloca Bourdieu (2008, p. 147):

[...] los agentes sociales no son "partículas" mecánicamente empujadas y tironeadas de aquí para allá por fuerzas externas. Son, más bien, detentores de capitales y, dependiendo de su trayectoria y de la posición que ocupen en el campo en virtud de su dotación (volumen y estructura) de capital, tienen una propensión a orientarse activamente ya sea hacia la preservación de la distribución de capital o hacia la subversión de dicha distribución.

O subcampo dos associados da cooperativa é formado por indivíduos que historicamente participaram de organizações, associações, lideranças de grupos, ou seja, quando ingressaram para os acampamentos já eram e continuaram a ser lideranças de grupos. Elemento de um *habitus* que se manteve e fortaleceu ao longo da trajetória social, ou em outras palavras, o *habitus* adquirido no acampamento reforçou ainda mais um *habitus* herdado.

Das famílias que já moravam na área do atual assentamento, e que compõe hoje o subcampo dos antigos funcionários da fazenda, percebe-se uma manutenção com relação às posições ocupadas anteriormente, ou seja, as famílias que eram responsáveis pela organização da produção, notadamente, continuaram a desenvolver a produção de forma destacada, sendo atualmente os mais bem equipados do assentamento e que, por longo período, arrendaram todas as terras do assentamento que não pertenciam à cooperativa¹⁵⁶. Já outras famílias, formadas também pelos antigos trabalhadores da fazenda, as responsáveis por trabalhos mais pontuais e braçais, seguiram trajetórias distintas, sendo que uns abandonaram a terra, outros

¹⁵⁶ Até que o INCRA interveio e proibiu, obrigando essas famílias a buscarem áreas externas ao assentamento para arrendarem e manterem os níveis produtivos.

desistiram de produzir e passaram a trabalhar na cidade, apenas residindo no assentamento, outros ainda arrendam e ou buscam trabalho na cooperativa e fora do assentamento, mas relatam que têm muita dificuldade para produzirem em seus lotes. Essas diferenciações na forma de agir, são fruto, segundo Bourdieu (1983, p. 138), do “campo que designa a cada agente suas estratégias, ainda que se trate da que consiste em derrubar a ordem estabelecida”.

Já o terceiro subcampo, formado pelas famílias individuais, assentadas via MST, apresentam uma trajetória fortemente ligada ao objetivo de entrada na luta pela terra como diferencial. Suas trajetórias são de maior vinculação com situações de pobreza e exploração, tendo, por sua vez, a entrada no Movimento como uma alternativa de vida: “se não fosse ter ganhado a terra, até hoje eu era peão” (Informante 11). São famílias que apostaram na luta pela terra como um objetivo de vida, frente às dificuldades enfrentadas. No entanto, são famílias que não se envolveram efetivamente com as organizações dos grupos no interior do acampamento e diante disso, quando chegaram ao assentamento, optaram pelo trabalho individual, pois seu *habitus* progresso era esse¹⁵⁷. Alguns até buscaram participar da cooperativa, mas, ao defrontarem-se com os primeiros obstáculos e possibilidades de melhor renda fora da cooperativa, optaram pelo trabalho individualizado: “ir pra cooperativa eu não penso em ir, não penso” (Informante nº 11).

Como já evidenciado anteriormente, as famílias que vivem atualmente no assentamento Lagoa do Junco, enquanto um campo social, têm sua história, especialmente, de luta pela terra, marcada por uma série de imperativos que se apresentaram em diferentes situações de suas trajetórias. Em verdade, as dificuldades e imposições iniciam quando da necessidade, de condições instaladas, que não permitiram mais uma vida digna no lugar de origem, fazendo as famílias partir para um novo espaço. Os motivos são distintos, como pode-se verificar nas falas de dois informantes:

[...] eu casei, herdei cinco hectares do pai, a companheira herdou mais cinco e daí juntamos os trapos [...] se criamos na produção diversificada, na agricultura familiar, como veio a educação de casa[...] a gente luto por lá um pouco [...] seguido a gente trabalhava no sindicato, trocava umas ideias [...] e começamos a ver que tem outros tipos de organização e começamos a aperfeiçoar o que a gente herdo das raízes do pai e a gente opto por contribui também nas organização. Ai conversando com a família em casa e tal [...] do começo parece que não é fácil, a gente mesmo aceita, porque é um processo, uma transformação, saí [...] tu abandona tua casa, teus bens que tu tem, bem ou mal [...] e tu abandona tudo e ir para debaixo de uma lona é uma decisão...nós levemos dois anos pensando (Informante nº 2).

Quando nós conhecemos o movimento, meu irmão foi acampar primeiro [...] daí eu fui visitar ele e não achei muito bonito, achei bem difícil [...] um mês depois eu fui

¹⁵⁷ Novamente a situação demonstra que o período de acampamento pode não modificar o *habitus* dos agentes. Como, por outro lado, pode também exercer influencia significativa no sentido de uma mudança.

visitar ele de novo, porque nós levava comida e coisas, e comecei a entender melhor [...] aí meu ex-marido era presidente do sindicato, e um ano depois nós fomos acampar [...] levamos os dois filhos (Informante nº 1).

Vivendo em condições que não eram as projetadas e acreditando ser possível mudar tal contexto, as famílias que decidiram lutar por sua própria terra, enfrentaram diversas dificuldades nos acampamentos, entre elas, o que é mais ressaltado pelos homens é o fato da necessidade de se adaptar e de se submeter às regras impostas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e de passar por situações de fome e total vulnerabilidade frente às intempéries do tempo. Além disso, viram-se obrigados a ter que “optar” por separarem-se de suas esposas e filhos para “protegê-los” seguindo sozinhos na luta.

[...] de princípio, no primeiro ano eu fiquei sozinho no acampamento e a companheira ficou com os filhos em casa, e ela tocando lá, com as crianças. Para ela era mais difícil porque tinha mais com o que se preocupar, atender a casa, atender as crianças, tudo os animais, as lavouras, tudo, e a gente ficava lá no acampamento. [...] depois nós ficamos um ano no acampamento daí a família toda, aí depois de novo o acampamento nos liberou um ano e eu fiquei fazendo um pouco cuidando da propriedade e um pouco fazendo trabalho de base [...] conscientização das comunidades, que a gente chamava de corpo a corpo [...] e depois de novo mais uns seis meses por aí eu voltei para o acampamento e a família ficou por lá, mas daí logo saiu o assentamento, mas assim mesmo a família permaneceu lá até nós organizar no assentamento. E das dificuldades no acampamento tem alimentação, água, saúde, educação é todos esses problemas que tem na sociedade [...] mas o que mais conformava a gente era que a gente estava lutando por um objetivo e a gente estava vendo que o objetivo iria se concretizar (Informante nº 2).

Quando o objetivo traçado parecia estar sendo alcançado, uma nova prova foi dada aos acampados, refere-se ao período em que as famílias ficaram instaladas na sede da Embrapa de Pelotas. Tinha-se um direcionamento de que a área do acampamento seria transformada em assentamento, e, nesse sentido, houve toda uma organização e planejamento da produção, no entanto, posteriormente, as famílias foram realocadas para Tapes, causando desestímulo ao grupo, como aponta um dos entrevistados:

[...] É, é mexeu bastante porque inclusive nós já tinha traçado o que nós iria produzir e outra nós já tinha praticamente um mercado consolidado, nós já estava enraizado lá, nós tinha um apoio muito grande (*silêncio*) já digo da sociedade. Nós produzia frango, horta, alface, tomate, vagem, moranga, tempero, ovos, leite (Informante nº 2).

Instalado efetivamente o assentamento, agora na cidade de Tapes, e acreditando ser novamente o início da possibilidade de concretização do projeto de vida, o primeiro imperativo colocado às famílias foi com relação às condições agroecológicas do local de instalação do assentamento, que, por sua vez, eram bastante limitadas, ou seja, não haviam opções, especialmente com relação ao tipo de atividade e cultivos, a serem desenvolvidos. Conforme depoimentos, as tentativas foram diversas:

[...] uma coisa que nós nos deparamos aqui é que nós era de uma região onde a cultura era diferente, tanto a cultura assim pessoal como de produção, então nós aqui chegamos depois das discussões e organização e tal do que nós iria produzir. Aí certo nós optamos três prioridades: frango, suíno e leite e produção para o autosustento, disso aqui que era ração, que iria ser produção de milho, soja e sorgo que era para fazer ração. Aí alguém dizia não, não dá. E nós dizia não da se não plantar [...]. Fizemos um tambo de leite, fizemos pastagem no primeiro ano, mas foi só a pastagem porque o resto foi [...]. Tem que apanhar para aprender. E cria frango e porco comprando ração e milho, não deu [...]. Certo mas e agora? Vamos plantar arroz, e se atracamos plantar arroz (Informante nº 2).

Na verdade, percebe-se que os agricultores procuravam construir a sua identidade, a sua ligação/vinculação, com este novo espaço, mas através da transposição de sua cultura de origem. Se pensar que estes mesmos agricultores são, em sua maioria, descendentes de colonos que vieram para o Brasil em busca de terra, para trabalhar e para produzir, verifica-se claramente a influência do *habitus* na trajetória de suas vidas. Segundo Medeiros (2004, s.p., apud VIEIRA MEDEIROS, 2007, p. 43):

Criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses agricultores um esforço que perpassa sua condição de camponês. Entre erros e acertos uma nova territorialidade vai sendo construída.

O acesso à terra, entretanto, não foi uma solução do problema, a questão é que o problema mudou de perspectiva, pois, como exposto por uma das assentadas: “[...] depois que nós conseguimos a terra os problemas vinham vindo, né? Tinha que ir atrás de tudo, né? Como fazer as coisas? De que jeito?” (Informante nº 1).

O novo contexto, de imediato, inviabilizou a possibilidade de diferentes cultivos, como era o objetivo e *habitus* de muitas das famílias assentadas. Assim, houve a necessidade de abandono de uma trajetória de vida vinculada a dado tipo de cultivo e a obrigatoriedade do cultivo de arroz, única cultura possível de ser desenvolvida naquele contexto agroecológico colocado. Nesse tipo de situação, Bourdieu (1996) coloca que a prática pode ser vista como a responsável por uma atualização do *habitus* do indivíduo, que, percebendo uma situação que se determina estrategicamente, capta as modificações ocorridas no campo.

Com isso, houve, então, a necessidade de novas práticas, aprendendo sobre as técnicas de um novo cultivo. Mesmo que isso não fosse interessante, acabou se colocando como um imperativo na vida das famílias. Nesse momento, foi bastante decisiva a ajuda recebida dos antigos trabalhadores da área desapropriada, chamados de posseiros, que, como já moradores da área, detinham conhecimento sobre as formas de plantio e puderam auxiliar as famílias recém chegadas nos primeiros cultivos:

[...] Sim tinha os posseiros, mas com os posseiros não foi difícil, lá, porque quando nós chegamos aqui ajudaram nós, explicaram tudo[...] eles são baita companheirada nossa aqui, no que precisa qualquer coisa aqui, eles ajudaram muito nós também aqui, porque nós não sabia nada de plantio de arroz, como é que se planta arroz e, aí foi se ajeitando (Informante nº 3).

Nesse sentido, Vieira Medeiros (2007, p. 44) destaca que:

O encontro com uma nova realidade certamente provoca uma desterritorialização dos processos simbólicos [...], com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo, imbricado de conflitos. Ao partir, este agricultor sem terra saiu de um universo que recebeu como herança ao nascer e que agora vai se confrontar com o que é lhe dado neste momento. O que ocorre aqui é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa as ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessam a fronteira do desconhecido. É partir de então que uma nova necessidade se impõe, ou seja, que é preciso mudar o modo de ver o mundo interno e o mundo externo dando espaço para o surgimento de novos valores que lhe orientarão e lhe permitirão organizar-se no novo ambiente. [...] O viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, assim, a construção da sua identidade com o novo.

Tendo as 28 famílias recém-assentadas, via INCRA, uma história já conjunta de, em média, dois anos nos diferentes acampamentos do Estado, o auxílio mútuo para as primeiras atividades no local de instalação do assentamento Lagoa do Junco também foi decisivo. Fruto deste bom relacionamento do tempo de acampamento, pode-se destacar a decisão da construção das casas em forma de agrovila, conforme nos coloca um dos entrevistados, tudo sempre permeado de muitas discussões.

[...] O projeto nosso quando chegamos aqui era de assim de... por que nós já tinha na discussão de nós formar uma agrovila, de morar todos juntos, meio juntos, aí quando chegamos aqui ficamos um ano debaixo de barraco, lona, aí nós discutia a questão da agrovila, porque aí tinha o pessoal que saiu fora do coletivo quando chegamos aqui [...] aí o pessoal que não é da cooperativa pode mora? Pode, pode desde que assume todo o compromisso do regimento, do estatuto que nós fizemos. Mas a maioria ficou na agrovila (Informante nº 3).

Nesse período, após a construção das casas e primeiros cultivos, as famílias começam a sentir as mudanças proporcionadas pelo acesso, pela conquista da terra, como colocam os depoimentos:

[...] Nossa isso foi uma coisa assim, que não dá para explicar, isso foi...(silêncio) a terra que a gente conquistou tem que dar valor [...] não tem ouro que pague [...] o lote para nós é sagrado [...] eu batalhei por ela, é um ouro que caiu [...] e no mais a maior alegria nossa foi quando cada um fez sua casa, se coloco no seu cantinho (Informante nº 3).

Com as casas construídas e dominadas as técnicas básicas para o cultivo do arroz, partiu-se para um novo desafio: a comercialização da produção.

Tendo em vista que o município de Tapes tem sua economia historicamente ligada à produção de arroz¹⁵⁸, identifica-se toda uma estrutura de empresas no município diretamente vinculadas à cultura do arroz, sendo responsáveis pelo armazenamento e comercialização da produção. Fato esse que, entretanto, possibilitava também, por ser um pequeno município, muitas vezes, a configuração de um monopólio, especialmente em torno dos preços pagos à produção. As famílias assentadas, nesse sentido, com uma produção ainda pouco significativa nos primeiros anos de instalação do assentamento no município, tinham grandes dificuldades com relação ao transporte, secagem, armazenamento e comercialização da produção, aliado a preços baixos, que, na maioria das vezes, não cobriam os custos de produção.

Frente a tais dificuldades e aliado à ideia inicial, já debatida no período de acampamento, de formação de uma cooperativa, a necessidade de ações coletivas tornou-se ainda mais fundamental, mesmo isso não sendo o ideário de muitas famílias, que, por sua vez, sonhavam com a independência, com a liberdade quando do acesso à terra.

[...] a gente não esperou chegar na terra assim [...] nós com seis meses de acampamento já tinha um grupo, não formado, mas um grupo de discussão interna, onde a gente já estava se mapeando, na roda de chimarão [...] porque o coletivo não é para quem quer, é para quem é coletivo [...] então a gente já foi conversando, se mapeando, assim, certo mas com tu pensa quando for na terra? [...] passava lá no outro barraco, conversa, aí passa para cá, não, tu não. E foi bem assim que aconteceu, e até quando nós chegamos aqui um grupo não quis o coletivo [...] nós tinha fechado 27 famílias coletivo, mas quando chegamos aqui fomos ver a forma de coletivo, porque daí é outra forma de coletivo, tem até um milhão de tipo de coletivo. Aí nos dividimos em quatro, cinco grupinho, sorteamos e fomos ver que forma de coletivo nós queríamos [...] daí de cara nós já perdemos sete famílias, porque 20 famílias optaram por um tipo de coletivo [...], então vocês fazem como querem e não brigamos, estamos em paz até hoje (Informante nº 2).

Para uma melhor comercialização da produção, ficava cada vez mais clara a necessidade de uma inserção diferenciada da produção no mercado¹⁵⁹. Inicialmente, a produção foi direcionada para o mercado tradicional, pela falta de alternativas. As dificuldades financeiras, aliado a diversos problemas de saúde enfrentados pelos assentados, fez com que a produção fosse então direcionada para um novo sistema, o ecológico. Decisão essa que não foi simples e fácil, como apontado nos depoimentos que seguem:

[...] depois que nós entramos na questão orgânica, nós só trabalhamos a questão orgânica, porque nós não usamos agrotóxicos. Nossa não foi fácil a cada dois, três anos [...] daí muda, muda o esquema, tu trabalha na questão convencional para

¹⁵⁸No censo agropecuário de 2006, registrou-se, segundo IBGE, que 99,3% da área colhida de lavoura temporária do município foi de arroz em casca.

¹⁵⁹A estratégia de produzir algum artigo distinto, diferenciado, tem sido a forma encontrada por grupos e espaços marginalizados dos grandes processos de desenvolvimento, no entanto, no Brasil, ainda é muito localizada tal questão e com pouco apoio governamental, sendo necessária a certificação privada, o que torna muitas vezes bastante caro o processo (AGUILAR CRIADO; ANJOS; CALDAS, 2011).

mudar para questão orgânica, aí chegou o momento que deu vontade de dar coice em tudo que panela, e vamos, vamos. A resistência que fez nós seguir esse plano, né? Aí nossa hoje nós estamos entregando arroz para várias prefeitura lá em São Paulo e região (Informante nº 12).

[...] quando nós aprendemos a produzir arroz, nós tínhamos aprendido a produzir arroz convencional, aí nós nos demos por conta que era só gente no hospital e gente doente e coisa e tal [...] e há é o veneno, é o veneno [...] foi outro choque, temos que produzir arroz orgânico, mas arroz orgânico não vai produzir, porque sem adubo não vai produzir, sem ureia [...], mas aí se tomou a posição, e dentro de três anos nós produzia já o total da área, mas a produção mudou, a produção caiu lá em baixo [...] vendemos a produção na vala comum, vendemos matéria prima sem beneficiar e nós praticamente chupava um na orelha do outro para matar a fome [...] aí veio o desespero, porque quem trabalhava individual na volta e plantava comum estava colhendo muito bem obrigado [...] aí foi que umas família saíram do coletivo e optaram também pelo individual e foram produzir convencional [...] saíram cinco famílias (Informante nº 15).

Destaca-se ainda que a decisão do assentamento Lagoa do Junco de mudar sua forma de produção, repercutiu regionalmente, levando a outros assentamentos também modificarem seu modo de produção.

A Cooperativa de Tapes (COOPAT) decidiu que não iria mais aplicar veneno, logo após a COOPAN, de Nova Santa Rita, no setor de produção decidiu que as famílias não iriam mais realizar os bandeiraços, onde os aviões passam liberando o veneno e alguém fica embaixo sinalizando. Não era nem uma questão de convencimento ideológico, de modelo, consciência ambiental, não chegava a esses patamares, mas fundamentalmente de dizer que se quiser aplicar veneno, vá você (Informante nº 18).

Por sua vez, como relatado, a produção diferenciada enfrentou também toda uma nova dificuldade para inserção no mercado para a comercialização. Não havia uma valorização economicamente diferenciada da produção, e, com pouca produção e preços baixos, os períodos de crise e questionamento sobre o trabalho coletivo foram se fazendo presentes, como se identifica nas falas:

Na verdade o coletivo passou por uma fase muito complicada, eu não sei como é que nós superamos, por que deu uns quatro, cinco anos assim, de crise muito grande, e não tinha jeito, e não tinha jeito, até que depois se começou um pouco daí com a padaria, mas a gente sabendo que era o mesmo processo do frango, que a fiscalização iria bater e cobrar legalizar, mas aí se conseguiu entrar na formação de estoque da Conab, e ali que parece que sem entender, sem se planejar e nada, foi ali que começou a desencadear um novo processo com a nossa produção orgânica. Certo, nós entregamos um ano arroz em casca para a Conab pelo preço do convencional, certo, não resolveu o problema, outro ano, certo, mas nosso produto é orgânico, o mercado oferece tanto a mais. Não, eu pago esse tanto a mais para vocês tranquilo, mas tem que ser beneficiado, tem que ser produto e não matéria-prima, eu estou comprando matéria-prima de vocês, pronto, e aí, e agora? [...] Ai aconteceu que alguém ali na cidade reformou um engenho velho que tinha, era um engenho pequeno [...] mas reformou e não usou e a Conab aceitava nós beneficiar naquele engenho [...] foi por aí que começou a desencadear a nossa produção e beneficiamento de arroz orgânico (Informante nº 14).

Segundo depoimento de um assentado, transformou-se inicialmente um antigo galpão, construído com recursos coletivos recebidos na implantação do assentamento¹⁶⁰, de utilidades múltiplas (tanto para armazenagem da produção de arroz, como para cobertura das máquinas e equipamentos de uso coletivo), na primeira instalação da unidade de beneficiamento, pois:

[...] nós estava enxergando, não, mas se nós sabemos plantar, sabemos fazer tudo, como é que não vamos saber beneficiar (*risos*), né? E se atracamos né? Então isso fez com que nós começássemos a entrar em outro mundo, em outra lógica, tem que ter o controle da cadeia (Informante nº 6).

Depois da compra do engenho para o beneficiamento da produção, que não se localizava no interior do assentamento e sim na cidade de Tapes, era necessário que a produção de arroz em casca, fosse toda deslocada para a cidade e depois trazida novamente para o assentamento para a finalização do beneficiamento. Frente a isso, o próximo passo, como relatado por um dos assentados, foi a questão da compra de uma empacotadora e de um descascador para a produção, conseguidos através de:

[...] mexendo por aqui e por ali, se conseguiu um projetinho ali para uma empacotadeira e um descascador [...] mas nós estava feliz da vida [...] por que já se conseguiu outros mercados, e conseguiu negociar com a Conab e a Prefeitura, a doação simultânea (Informante nº 14).

Posteriormente, contando com apoio de instituições, como o INCRA, técnicos do extinto projeto Lumiar, COOTAP, a cooperativa passou a discutir a viabilidade da instalação completa de uma unidade de beneficiamento da produção no interior do assentamento, uma vez que as dificuldades estavam tanto relacionadas com transporte da produção, como com a armazenagem. Nesse sentido, o assentamento contou com a colaboração da COOTAP – Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre Ltda., entidade que representa e organiza a produção de todas as famílias assentadas na região de Porto Alegre, e que apoiou a iniciativa proposta pela COOPAT, além de se comprometer em auxiliar na organização do beneficiamento da produção de outros assentamentos na unidade a ser construída no assentamento de Tapes.

Obtidos os recursos para a instalação da unidade de beneficiamento, que, por sua vez, vieram de distintos projetos e organizações, algumas pessoas do assentamento necessitaram se especializar, aprendendo a como operar os equipamentos instalados. Outras pessoas passaram

¹⁶⁰ Outros que utilizaram de forma individual o recurso, também destacam a importância do mesmo: “é, foi bem importante, ajuda bastante esse recurso que o INCRA deu para nós, claro que queira ou não queira eu adquiri aquilo ali (menção a alguns equipamentos que se encontravam próximos), então conseguimos e foi bem aproveitado o dinheiro” (Informante nº 11).

a assumir o papel da viabilização de distintos canais de comercialização, o que nem sempre é simples, pois, como coloca uma assentada em seu relato:

[...] Eu nasci e me criei na roça, eu não sei fazer outra coisa, se me botar fazer qualquer coisa, sendo da terra eu faço, agora se me colocar na coisa da burocracia eu não faço nada, não sei nada (Informante nº 1).

Significativo número de famílias, ou seja, dez, continuam vinculadas e organizadas em torno da Cooperativa ainda hoje, esta que foi uma das primeiras empresas sociais do MST a fazer comercialização com entidades públicas, como prefeituras e a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

Existem, entretanto, percepções distintas por parte das famílias que trabalham de forma individualizada, quanto à importância da cooperativa COOPAT no assentamento. Aqueles que conseguem empregar algum membro da família na mesma limitam-se a colocar que ela oferece uma oportunidade de emprego no local e isso é importante. Já outros, colocam que a cooperativa se constitui atualmente em um grande problema, pois centraliza a captação de recursos e a assistência, que deveria ser para todas as famílias do assentamento, acaba sendo direcionada para apenas as 10 famílias cooperadas. Diante disso, ressaltam que “nem todos têm espírito de cooperação” (Informante nº 12). Atualmente, para o ingresso de novos cooperados na COOPAT, existe uma série de regramentos, apontados como obstáculo difícil de ser transposto pelas famílias individualizadas: “eles têm o grupinho deles fechado já, não querem mais ninguém, por isso tem um monte de regra para entrar” (Informante nº 10).

Especificamente com relação à realidade da COOPAT, é importante destacar que a comercialização de sua produção, arroz e panificados, é toda realizada para mercados institucionais (PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, e o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar). Essa forma de comercialização foi adotada depois do enfrentamento de diversos problemas, e ocorre a um período relativamente longo¹⁶¹. Inicialmente, passou-se a discutir com a prefeitura municipal de Tapes a efetivação das formas de viabilização da comercialização, estabelecendo-se um convênio, entre a cooperativa do assentamento e a prefeitura, no qual a cooperativa passou a ser a fornecedora de arroz para as cestas básicas disponibilizadas pela Conab para o município de Tapes. Essa foi a primeira grande adversidade, ligada à comercialização, vencida pela cooperativa. Aliado a isso, realizava também vendas da produção nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre.

¹⁶¹ Tem início no ano de 2003, segundo Froehlich (2010, p.51), que aponta que “em 2003, a COOPAT participou do PAA na modalidade Formação de Estoques, um aprendizado que resultou na concretização da Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea para a alimentação escolar nos anos seguintes”.

Em 2008, quando ainda não se tinha a vigência da lei que obriga a compra, por parte dos municípios, de no mínimo 30% dos produtos que são utilizados na merenda escolar, da agricultura familiar, Tapes e o assentamento Lagoa do Junco, já se destacavam pela adoção dessa prática inovadora no estado do Rio Grande do Sul (FROEHLICH, 2010).

Mais recentemente, com a inserção da produção do assentamento via cooperativa, no programa de aquisição de merenda escolar da agricultura familiar, foi possível que grande parte da venda da produção fosse direcionada para escolas do estado de São Paulo, Estado que melhor preço oferece para produtos orgânicos. Destaca-se, nas falas dos assentados, a desconfiança ainda enfrentada com relação à produção, no caso referindo, especificamente, aos compradores de São Paulo, que realizaram visitas ao assentamento:

[...] inclusive domingo, nós tínhamos visita aqui dos dois responsáveis da articulação da compra de arroz ou produtos da agricultura familiar de São Paulo, que são do Conselho Estadual de Merenda Escolar. Eles vieram aqui para ver como nós produzimos, mesmo por que eles lá em São Paulo estavam comendo do nosso arroz mas não acreditavam que era da agricultura familiar, eles acham assim para eles que a agricultura familiar é aquele que planta uma hortinha e aí começaram a questionar, assim mas como arroz empacotado, nós vamos pegar arroz de colono vai vir saco de 60 kilos para a escola, que dizer?? É essa a visão (Informante nº 14).

Destaca-se ainda que, atualmente, a cooperativa realiza a compra da produção de arroz das famílias que trabalham de forma individualizada, se o mesmo for cultivado no sistema ecológico. Se cultivado no sistema convencional, a venda da produção de arroz é direcionada para empresas tradicionais do município, pois, como declara um dos informantes: “não tendo dívida, tem que vender para qualquer um, comprador sempre tem...é o preço do dia..vai ali, oferece e tá vendido.. não tem mistério, o preço é tanto” (Informante nº 09).

Outra dificuldade enfrentada pelas famílias assentadas foi com relação ao processo de legalização das estruturas de produção¹⁶².

[...] a vigilância hoje esta nos tão, tão machucando que é fora de sério [...] quando a questão é política, claro uma empresa pequena é mais fácil de você fiscaliza e judiar, e como nós estamos entrando nesse mercado e é um produto diferenciado, todo o tempo do governo Ieda nós lutando para conseguir o alvará sanitário e era só cobrança e vinha e vinha e nunca consegui o tal de alvará, ela sempre achava alguma coisa [...] claro alimento é todo um cuidado, não se discute, mas ela sempre achava alguma coisa [...] daí era na estrutura [...] e foi, foi [...] e nós com a pulga atrás da orelha [...] por que esses cara tem poder, se eles vem aqui te lacra e te lacreiam [...] e nós não dormia mais [...] agora a lei não admite produto que é alimento ter contato com madeira, o arroz não pode ter contato com madeira [...] e agora nós vamos se obrigar para o ano que vem mudar tudo para metal, não pode ter mais nada, nada de madeira, então veja bem como isso é difícil (Informante nº 6).

¹⁶² Destaca-se que nesse âmbito o Projeto SOMAR (Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica), convênio INCRA-UFSM, realizou amplo assessoramento à cooperativa, prestando informações e realizando os encaminhamentos necessários.

Com relação ao transporte da produção, o mesmo é feito por empresas contratadas, sendo que, anteriormente, a cooperativa dispunha de transporte próprio para a entrega da produção, e os assentados eram os responsáveis pela condução dos carros, o que não era realizado com boa vontade, quando tinham que ir para a região metropolitana de Porto Alegre, conforme aponta em seu depoimento um dos assentados:

Nossa, eu era caminhoneiro da cooperativa [...] então era muita entrega, né? [...] mudava o ajudante, mudou uns cinco, seis, sete ajudante [...] daí esse ano em fevereiro, eu desisti, era muito puxado, Deus o livre e o cara já não é mais aquele rapaz de 20 anos, né? [...] daí a gente até não se sentia bem, não adianta, se tu não faz por amor com vontade tu não faz direito, foi, foi que chegou no limite. Não, eu disse chega, terminou, eu assumo qualquer serviço interno, mas isso eu não quero mais (Informante nº 3).

[...] eu troquei de atividade agora, fazia muito tempo que eu queria troca, foi 12 anos de estrada, agora eu estou no empacotamento, a estrada te ensina muita coisa, mas também o risco que tu corre, olha não é fácil (Informante nº 2).

Atualmente, verifica-se o consenso dos assentados em relação a uma relativa “estabilidade” em torno da comercialização da produção, oportunizada pelos mercados institucionais, uma vez que os assentados consideram que o mercado de fornecimento da merenda escolar é relativamente seguro, conforme fala dos entrevistados:

[...] a questão do arroz está quebrada hoje, né? [...] e nós fazemos bons negócios, nós conseguimos entrar nesse mercado grande que é a merenda escolar, isso é um mercado incalculável, e nós temos garantia. Nós conseguimos entrar ali e até inclusive [...] se nós não entra ali, nesse mercado novo agora, nós já tinha fechado as portas, não tem como tocar o arroz químico (Informante nº 6).

[...] no mais o objetivo que nós atingimos foi esse de entrar nas merendas escolares, para prefeituras, por que para nós foi um levante de dois, três graus para dez, imagina nós entregar arroz para São Paulo [...] arroz orgânico, né? Então, isso foi a maior realização, nós nunca esperava [...] claro não foi fácil, para nós ganhar o alvará ali olha, Deus o livre, cinco, sete anos, fazia ali vinha fiscalização e dizia não, não, só porque nós somos pobres, somos sem terra, eles exigiam tudo (Informante nº 3).

E entre as dificuldades enfrentadas, destaca-se que as mesmas foram encaradas e, sobretudo, “[...] foi um jeito de aprende, valoriza tudo, o próprio ser humano” (Informante nº 8). Entretanto, algumas questões permanecem em aberto e necessitam ser pensadas a médio prazo, como é a questão do nível de instrução dos assentados, que acaba gerando dificuldades com as questões burocráticas.

[...] a nossa maior dificuldade aqui hoje, é na questão burocrática, porque verdade nós todos temos em uma faixa etária meio igual [...] praticamente sabemos o alfabeto, temos só uma pessoa que concluiu o segundo grau [...] então a dificuldade é na questão administrativa, principalmente na questão da contabilidade (Informante nº 14).

Tais problemáticas mesmo não sendo tão decisivas no cotidiano da cooperativa, aliadas aos bons resultados da comercialização com os mercados institucionais, oportunizou a volta das atividades de panificação, desenvolvida fundamentalmente pelas mulheres do assentamento, que havia sido abandonada em função das dificuldades para a comercialização na região metropolitana, visto que, pela alta perecibilidade dos produtos, obrigava muitas trocas de produtos, inviabilizando a produção.

Percebe-se, ainda que, com o enfrentamento de diversas dificuldades, o sucesso obtido, especificamente com relação à forma de produção e cooperação do assentamento ao longo dos anos, fez refletir na organização regional dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre, uma vez que:

[...] aí começou, certo, mas vamos produzir arroz orgânico, um produto diferenciado, aí o projeto piloto partiu daqui, né? Na produção do arroz orgânico [...] aí começou o pessoal coopera, daí nossa, vamos fazer uma coisa organizada, daí já se juntou, se formou o grupo gestor do arroz orgânico, um grupo regional [...] aí começou a se discutir formas de produção, aquisição de semente, como é bio-fertilizantes, certificadora, época de plantio, assistência técnica, se pegou todo o processo bem mais amplo [...] e como a coisa vem avançando, dizem assim, vem se ampliando, a coisa cada vez mais se aperfeiçoando um pouco mais, para poder, principalmente, corresponder a sociedade, mostrando para a sociedade que há possibilidades de tu produzir em pequena escala um produto de qualidade, sem veneno, sem prejudicar o meio ambiente, a saúde, mostrar para a sociedade que na prática existem outras possibilidades, não precisa colocar transgênico, veneno, semente híbrida. Aí também já se começou, as hortas orgânicas em Eldorado do Sul (Informante nº 14).

Atualmente, com um mercado consumidor relativamente estável, um domínio das técnicas de produção e, enfim, uma relativa estabilidade com relação à produção e comercialização da produção da Cooperativa, verifica-se que algumas famílias estão se retirando da cooperativa, pois colocam que sempre tiveram o projeto de serem livres, individualizados para a produção, mas que frente às questões que se colocaram desde a instalação do assentamento, tal projeto não tinha sido possível, ou seja, somente agora, após toda uma trajetória conjunta, estão tendo a oportunidade de retomarem projetos individuais, idealizados quando da inserção no movimento de luta pelo acesso à terra, ou seja, um processo que custou em média 20 anos de suas vidas, para agora estar se efetivando.

Eu era sócio da cooperativa, mas faz seis anos que saí [...] nada contra eles, né? Mas eu não... eu já saí de casa para não ser mandado pelo pai, se eu quiser fazer alguma coisa..é tranquilo.. e como diz aquele ditado que muitas vezes em dois irmãos não dá certo, como em não família vai dar?.Mas não por hoje que eu saí da cooperativa que eu não me dou com os vizinhos... isso não (Informante nº 4).

Entretanto, decidir por sair da cooperativa, decidir pelo trabalho individualizado, tem alguns imperativos, que se fazem presentes nas falas dos assentados. Decidir por sair da

cooperativa, parece não ser uma decisão muito simples de ser tomada, principalmente, pelo histórico de atividades coletivas que se tem no assentamento Lagoa do Junco, desde o período de acampamento, onde as atividades eram realizadas de forma coletiva, bem como logo da instalação do assentamento e construção das casas, havendo o enfrentamento conjunto de diversas dificuldades e a reivindicação de questões comuns. Tal contexto pode ser compreendido pelos estudos realizados por Setton (2002, p. 19), a partir de Bourdieu, fazendo uma leitura contemporânea a respeito do *habitus*, considera que “ele é visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, em constante reformulação [...] que ele auxilia pensar a relação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos”.

Talvez seja nesse sentido que as famílias, que já participaram da cooperativa e hoje se encontram trabalhando de forma individualizada, fazem sempre muita questão de ressaltar que a saída da cooperativa em nada modificou a forma de relacionamento com as famílias cooperadas, ou seja, mantém-se muito forte a questão das amizades, dos bons relacionamentos com os vizinhos.

[...] Ninguém incomoda... em primeiro lugar... em primeiro lugar porque se tu não tiver vizinho, não tiver amizade no lugar, não arruma nada, não.. e depois é ruim tu se encontrar com um e olhar de cara torta.. não tem coisa pior [...] tu nunca esta salvo de não precisar do outro, isso ali é...eu não vivo sozinho (Informante nº 5).

Os imperativos colocados pelos diferentes contextos que as famílias enfrentaram, mostram que tais condições “obrigam” com que muitas vezes, o projeto individualizado fique secundarizado, ou necessite esperar por uma situação mais estável para poder voltar a ser pensado, planejado. A partir de Bourdieu, podemos compreender que as práticas sociais das famílias assentadas, claramente, são direcionadas pelas condições objetivas e pelo seu *habitus*. Assim, as escolhas, decisões, são orientadas pelos esquemas mentais e corpóreos resultantes da internalização dos padrões objetivos de seu ambiente social existente (BOURDIEU; WACQUANT, 2008).

Redirecionados para projetos de cunho mais individuais, uma preocupação generalizada entre as famílias não cooperadas atualmente, diz respeito à legalização dos lotes, pois, até o presente momento, grande parte da terra sempre foi utilizada de forma coletiva, com algumas famílias tendo lotes localizados. Até então, o INCRA tem fornecido cartas de anuência a cada cinco anos para as famílias, permitindo a exploração do lote. No entanto, para muitas famílias, ter o papel de posse da terra, que efetive a legitimação da posse se faz muito importante. Algumas famílias querem o documento para poder acessar alguns financiamentos

de equipamentos de forma individualizada, o que hoje não é possível, pois necessita uma carta de anuência de 10 anos.

Outras famílias têm um desejo de autonomia mais acentuado, como de um casal de assentados não integrante da cooperativa (informante nº 5), que, durante sua vida, realizaram muitas mudanças e sentem a necessidade da documentação da terra para sentirem-se mais tranquilos, porque o sentimento é que ainda pode vir alguém e tirar a terra deles.

A preocupação evidenciada com relação à documentação da terra, pode, também, ser muito em função das dificuldades que o assentamento vem enfrentando no que se refere à questão ambiental:

[...] tem três lotes que é só mato e isso não pode mais ser tocado [...] isso é uma reserva que nós temos ali, mas na verdade temos o INCRA ainda, temos gente ali que é considerado lote [...] então o INCRA está procurando lote aqui perto para essa gente [...]. Na época do Fernando Henrique, era tantos hectares, tanta gente, tanto lotes e não se preocupavam com projeto ambiental (Informante nº 12).

A situação exposta pelo Informante nº 12 foi pouco abordada pelos demais entrevistados, em um sentido claro de não querer manifestar opinião, uma vez que esse “problema” tem trazido à tona os conflitos existentes no interior do assentamento entre famílias que trabalham de forma individual e as famílias que trabalham de forma cooperada¹⁶³. O que foi possível identificar, é que no assentamento Lagoa do Junco, está sendo necessário uma re-divisão dos lotes, em função das exigências com relação às questões ambientais, o que possivelmente implicará na necessidade da saída de duas ou até três famílias. A questão a ser respondida é como se dará tal processo? Alguns informantes comentaram que uma opção a ser pensada seria via sorteio, já outros comentaram que deveria ser de forma espontânea.

Sobre a evidência de diferenciações entre as famílias no interior do assentamento, os depoimentos indicam que:

Tem, tem diferenças grandes [...] são dois fatores principais [...] tem aquela pessoa que enxerga até aqui, tem aquele que enxerga um pouco mais longe e tem aquele que enxerga bem mais longe, tem aquele que se destaca mais, tem aquele que tem menos e aquele que não, é como se fosse a genética da pessoa, e tem outra coisa que daí vem a barreira, que é a condição que tu tem para fazer uma coisa, se não tem terra que dá para plantar, fazer o que? Tem ainda, os que têm o psicológico, que se criaram desde criança trabalhando nas fazendas, e eles sempre foram pessoas

¹⁶³ Um exemplo da existência de tais conflitos foi percebido quando da entrevista à uma família que nunca havia sido mencionada como existente pelos representantes do assentamento, nem indicada para realização de entrevista, mesmo sendo, a mulher e a filha do casal, trabalhadoras da cooperativa. Evidenciou-se então uma relação meramente trabalhista, sendo que a família em questão nunca foi consultada do interesse em participar da cooperativa.

mandadas, eles nunca souberam ir fazer por conta, eles não conseguem se administrar, eles só conseguem trabalhar (Informante nº 2).

[...] A única diferença que tem é a forma de plantar, de trabalhar, nós ajudamos eles, eles ajudam nós, se trocamos horas máquina, por que se precisar, não interessa o pensamento do outro, o projeto do outro, a gente sempre precisa um do outro e não tem como escapa disso (Informante nº 9).

No interior da cooperativa, também existem algumas diferenças, mas essas menos significativas, como aparecem nos depoimentos:

Mas nós temos também dificuldades aqui... é muitas cabeças, muitas sentenças, mas já não é tão difícil que já são 15, 16, juntos 18 anos, nós aprendemos a valorizar uma agulha, por que no tempo de acampamento nós tinha uma roupa rasgada e não tinha uma agulha, e como faz bem uma agulha né? E assim vai indo então, lá dentro era tudo milimetricamente, milimetricamente, hoje alguns já esqueceram um pouco isso, hoje volta e meia a gente para e se lembra, reflete, choramos (Informante nº 6).

As diferenças apontadas precisam ser consideradas, entretanto, no âmbito de que o assentamento, acima de tudo, constitui-se em um campo social. Campo social que, conforme coloca Vieira Medeiros (2007), é constituído por um grupo de pessoas que passaram a viver nesse espaço não por se identificarem com aquele ambiente, mas porque se engajaram em uma organização cuja identidade é ser Sem Terra, é buscar a terra. Nesse sentido, a existência de subcampos em seu interior necessita ser vista com certa normalidade, pois o assentamento é de alguma forma uma encruzilhada social entre pessoas e famílias diferentes, com rotinas de vida diferentes, com trajetórias e *habitus* diferentes, mas com um objetivo único: o de construir sua identidade com o novo espaço, com a nova realidade. Precisando, com isso, juntas equacionarem os problemas do cotidiano (VIEIRA MEDEIROS, 2007).

Analisando a trajetória das famílias assentadas junto ao Lagoa do Junco, identifica-se que as mesmas são permeadas por determinações e imperativos externos a seus projetos, obrigando a realizarem “adaptações” de seus projetos pessoais e em alguns casos o abandono. Conforme Bourdieu, ao analisar os projetos de vida dos trabalhadores argelinos:

A mira do futuro depende estritamente, em sua forma, e em sua modalidade, das potencialidades objetivas que são definidas para cada indivíduo por seu estatuto social e por suas condições materiais de existência. O projeto mais individual nunca é senão um aspecto das esperanças estatísticas que estão associadas à classe (1979, p. 81 apud RAUD, 2007, p.220).

Entre as famílias que hoje continuam a participar da cooperativa, identifica-se que são pessoas com um *habitus* progresso de cooperativismo, ou seja, conseguiram ao longo da trajetória social, manter e afirmar suas disposições. A partir de Bourdieu (1994), a posição dos agentes, com base no conceito de campo, pode ser compreendida como um conjunto de relações objetivas históricas, entre posições sociais que estão enraizadas em certa forma de

poder e capital. Os indivíduos estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais, e a posse de grandezas de certos capitais e o conjunto de relações históricas - o *habitus* - de cada agente social condiciona seu posicionamento espacial, considerado como espaço de distinções simbólicas (BOURDIEU, 1999). Assim, a partir do capital social e cultural que será estabelecida a posição social dos grupos, ou, no caso, dos subcampos, com suas respectivas internalizações de disposições e crenças diferenciadas.

Já as diferentes trajetórias de cada família pouco se percebe, ou melhor, nada, que influenciam sobre a ação dos agentes externos, como INCRA, MST, COCEARGS, COOTAP, atuantes no assentamento. Destaca-se somente a questão do apoio e preocupação em realizar a introdução das famílias ao novo contexto, oferecendo apoio, como no cooperativismo, ou curso de formação sobre técnicas de produção, para uma mais rápida adaptação ao novo contexto, bem como o acesso aos recursos tradicionalmente oferecidos pelo INCRA, para as instalações iniciais. Percebe-se uma atuação no sentido de que, ao serem assentadas as famílias iniciam uma nova vida, uma nova trajetória, que em nada considera a trajetória pregressa. A ação destes agentes é, então, formatada em um padrão que homogeneiza as diferenças, ocultando as heterogeneidades, e provocando tensões e conflitos, pois pode agradar alguns em determinado momento, mas desagradar a outros.

A gente confia muito neles e graças a eles que nós estamos aqui hoje [...] A COCEARGS, ela ajudou nós a entrar nos mercados, vender nossa produção [...] aqui a COCEARGS é a grande corda que puxa. E quem não vai atrás também não é desprezado mas, mas daí fica mais difícil, né? Mais difícil de tu se vira [...] todas instituições que ajudam tem parte naquilo que cada assentado conquistou, até onde chegou (Informante nº 3).

A preocupação, entretanto, para que esse cenário de não consideração do *habitus* pregresso do indivíduo seja modificado, é apresentado por algumas famílias:

Assim, acho que tinha que ser por afinidade, até por conhecimento, porque daqui a pouco o cara é carpinteiro e tu é plantador de arroz, como é que tu vai conseguir acoplar uma coisa com a outra, tem que conversar, ver se o cara está afim ou não [...] depois de assentado como é que tu vai fazer? Vai montar uma serraria? Para trabalhar com janela, porta ou sei lá o que, até se tu for assentado em uma área de mato tudo bem, mas e se tu pegar um varjão aí, o que tu vai fazer? Então, eu acho que eles deveriam pensar isso antes de assentar (Informante nº 7).

As situações de pobreza e vulnerabilidade, por sua vez, que muito influenciaram a trajetória social das famílias do assentamento Lagoa do Junco, e obrigaram que ideais e projetos pessoais fossem adiados para um futuro¹⁶⁴ pelo fato da prioridade estar em atender as demandas imediatas da família, já não exercem a mesma influência sobre a realidade do

¹⁶⁴ Hipotecados diante da expectativa de que seus sonhos pudessem ser realizados no futuro.

assentamento. Comprovação de tal questão é a heterogeneidade de situações, subcampos presentes, que, em parte, não possuem dependência de situações de pobreza e vulnerabilidade. E, como destaca Garfinkel (1967, p.11 apud BOURDIEU; WACQUANT 2008, p. 33), “[...] la realidad social es una “relación aleatoriamente desarrollada” por actores sociales competentes que construyen continuamente su mundo social mediante “las ingeniosas prácticas organizadas de la vida de todos los días””.

O cenário, com melhores perspectivas, permite hoje que sejam feitas pelas famílias assentadas, independente de seu subcampo, projeções de futuro. Projeções essas que são bastante distintas, entretanto destaca-se no subcampo das famílias vinculadas à Coopat a projeção vinculada ao grupo e não individualmente:

Como família a gente sempre pensa para frente, né? Mas isso está ligado com o futuro da cooperativa, porque se a cooperativa tiver, tiver...vai bem das pernas, tu como família vai estar também, vai estar, vai estar bem estruturado, vai estar bem seguro, então uma coisa está ligada na outra, e claro a gente sempre se preocupa com o futuro das crianças, a coisa do estudo, que eles possam estudar, que possam ter oportunidade que a gente não teve (Informante nº 15).

Outros são mais enfáticos com relação às perspectivas: “Eu estou realizado, se era para fazer tudo de novo, eu faria, faria sem pensa [...] não tem dinheiro que pague, a companherada, tudo, mas não tem dinheiro. Agora o que vier é lucro” (Informante nº 3).

Nossa se somar tudo o que eu tenho hoje e o que eu tinha antes de ser assentado, eu não tinha nada, eu comecei do zero, não tinha nadinha, tinha mulher e filho para dar despesa (*risos*), hoje eu não posso me queixar, sempre trabalhei bastante, mas tenho muita coisa hoje, não dá para achar ruim. E eu penso em ficar aqui produzindo (Informante nº 3).

Apesar de uma trajetória permeada por intervenções e imposições externas, as famílias do assentamento Lagoa do Junco demonstram, de forma geral, ter chegado a um estágio de vida em que, com a constituição e participação em um campo de relativo poder, com a possibilidade de exercer suas práticas, com seus capitais valorizados e com seus *habitus* não sendo coagidos, podem considerar o melhor estágio possível frente à trajetória percorrida. O que mais se almejava era a conquista de um pedaço de terra, ficando, assim, a impressão que o grande sonho da família já está sendo vivido: ter um lote de terra que proporcione/assegure minimamente a reprodução social de seus membros. Os sonhos a realizar aparecem muito mais como ajustes ao sonho já realizado do que na perspectiva de acúmulo e progresso econômico e social.

Muitas questões permanecem em aberto sobre a trajetória social e o contexto atual das famílias assentadas, muitas delas foram sinalizadas durante o trabalho de campo, merecendo

melhores e maiores estudos. É o caso, por exemplo, da visão e participação dos jovens, as temáticas de gênero, entre outras. No entanto, procura-se resguardar de tecer maiores comentários a fim de evitar imprudências a respeito de tais temas, também, pelo tempo disponível e a necessidade de uma centralidade com relação à linha de investigação aqui proposta, uma vez que essas temáticas se constituem como campos de estudo e pesquisa próprios.

6.2 Entre o determinado e o indeterminado à trajetória das famílias arrozeiras de Isla Mayor

A trajetória das famílias arrozeiras de Isla Mayor, de forma geral, é bastante semelhante, sendo quase todos descendentes de famílias produtoras de arroz, sejam eles valencianos ou andaluzes (diferenciação ainda muito enfatizada ao longo das entrevistas).

Sendo os entrevistados, em sua grande maioria, já de uma terceira e quarta geração de imigrantes, apenas com origens diferenciadas, todos identificando-se de alguma forma como arrozeiros de Isla Mayor. As questões de referência entre andaluzes e valencianos permanece, de forma mais acentuada, entre os produtores com mais idade, pois os mais jovens tratam de forma diferenciada a questão. São os conflitos de gerações:

Es querer buscar siempre un culpable que no está. Lo de los valencianos va por la 3ª generación, lo que hay que hacer es valorar lo que hicieron los valencianos, ellos se vinieron aquí a un campo que en aquellas fechas tenía mucho paludismo. Eso es un problema que sigue existiendo, el que es valenciano, el que no, el que tiene más o menos. Esto lo único que hace es perjudicar al sector (Informante nº 19).

O conflito de ideias entre diferentes gerações, segundo Ortiz (2003), pode ser compreendido a partir de Bourdieu, o qual explica a “racionalidade” de tal processo:

[...] os conflitos de geração opõem não classes de idades separadas por propriedade de natureza, mas *habitus* que são produtos de diferentes métodos de engendramento, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns indivíduos sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas, e inversamente (p.57).

Sendo o tamanho médio das propriedades arrozeiras das Marismas do Guadalquivir de 35 hectares e essa sendo também a maior superfície média por agricultor das zonas arrozeiras espanholas, as principais diferenciações existentes entre as propriedades dizem respeito à

forma de trabalho (familiar, contratada, mecanizada), frente às limitações para a produção no espaço geográfico de Isla Mayor.

Entre as dificuldades que ainda permanecem nesse território, após anos de transformação e evolução, pode-se citar o caso da salinidade das águas. Isla Mayor como está localizada próximo à desembocadura do rio Guadalquivir no Oceano Atlântico “[...]está sometido a régimen de mareas, existiendo una intrusión de agua marina que aumenta la salinidad de sus aguas. El agua salada del mar tiende a penetrar aguas arriba mientras que la dulce del río se opone a dicha intrusión” (PORTERO, 2010, p.116). Embora com relativo controle, tal fenômeno ainda exerce influência sobre a produção arrozeira da zona¹⁶⁵, de forma considerável, pois “la salinidad es muy elevada [...]En años de escasez de agua (con elevada salinidad) se producen mermas significativas en el rendimiento en grano”, como aponta Portero (2010, p. 61). Os produtores também ressaltam de forma insistente a problemática, colocando que:

Nuestro principal problema es la sequía, la falta de agua. Nuestra situación al final de la cuenca obliga a que constantemente se tenga que soltar agua para impedir que el tapón salino no suba. Si solucionamos este problema el futuro podrá estar medianamente solventado (Informante nº 29).

Assim, o recurso mais fundamental com que necessita contar o monocultivo arrozeiro de Isla Mayor é a água, pois “las especiales características de la zona donde está situado el arrozal obligan a padecer cíclicamente periodos de sequía, que afectan negativamente a la producción de dicho grano (SÁNCHEZ, 2010, p. 151). Uma boa produtividade das lavouras de arroz esta então vinculada com uma alta dependência no acesso à água¹⁶⁶, pois a produção de arroz depende em grande parte da disponibilidade, qualidade e manejo da água de irrigação, conforme aponta um dos depoimentos:

La producción se pasa bien en la zona, pera ya le digo que lo único problema que tenemos acá es la cuestión de el agua [...] por que vivimos en una zona seca y a cada cuatro cinco años tenemos periodos de sequia [...] y nos quedamos siempre muy preocupados (Informante nº 22).

A dimensão das restrições agroecológicas de Isla Mayor pode ser percebida de forma mais acentuada nas falas dos informantes, que retratam a incidência de secas no município e o efeito das mesmas sobre a semeadura do arroz. Segundo as informações coletadas, no intervalo dos anos de 1980 a 2010, foram sete os anos em que houve problemas com as

¹⁶⁵ Problema que pode, segundo os arrozeiros, ser aumentado, caso se concretize o projeto “Puerto de Sevilla”, que prevê a dragagem do rio Guadalquivir para que grandes barcos cheguem à cidade de Sevilla.

¹⁶⁶ Existindo rígido controle no acesso à água para irrigação, realizado pela “Confederación Hidrográfica del Guadalquivir”.

percentagens de área efetivamente semeadas, conforme retratado no Gráfico 03. Todos os problemas de semeadura ocorreram pela falta de disponibilidade de água.

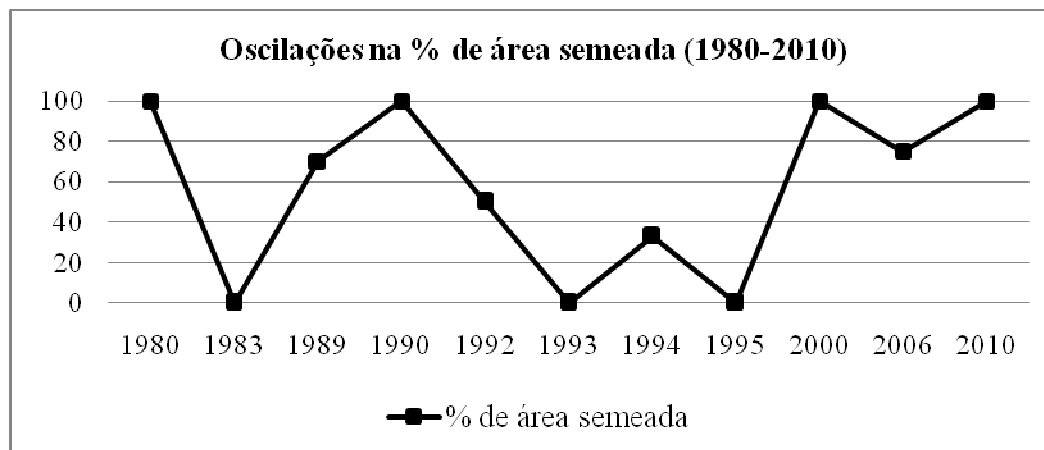


Gráfico 03 – Representação das oscilações na percentagem de área semeada de arroz em Isla Mayor (1980-2010)

Fonte: Dados do trabalho de campo em Isla Mayor, janeiro de 2012.

As dificuldades persistem também em anos de disponibilidade de água, então referente à relação de convívio com a produção de caranguejos. Questão exposta por um dos entrevistados que aponta que os arroteiros:

El cangrejo ellos no lo quieren, porque dicen que, bueno, y llevan, razón, ellos dicen que el cangrejo les dificulta, lo primero porque como hay una densidad alta, pues qué hacen? Pues por ejemplo que hacen, las tuberías de riego, se las perforan, se quitan los almorrones, ellos lo colocan todo bonito y pero vienen los cangrejos le hacen galerías y se le desploman los almorrones (Informante nº 36).

Destaca-se que o caranguejo, em raras ocasiões se alimenta do grão de arroz, no entanto, os problemas causados são com relação às estruturas de irrigação, frente às escavações feitas pelas populações de caranguejos e a atração de numerosas aves para as parcelas cultivadas com arroz, as quais se constituem em adversidades a serem enfrentadas. Considera-se que a introdução do caranguejo, nas Marismas do Guadalquivir, ocorreu em 1974:

[...] cuando se liberaron, procedentes de Luisiana (USA), 500 kg de este crustáceo en una finca de La Puebla del Río, con el fin de iniciar, bajo control, su multiplicación y comercialización. A los cinco o seis años se había extendido por toda la zona arrocera y áreas naturales colindantes (PORTERO, 2010, p. 208).

Com relação à introdução do caranguejo no território do município de Isla Mayor, como uma alternativa, especialmente, para famílias não produtoras de arroz, um dos entrevistados afirma que: “la dinámica de los territorios muchas veces va por delante de las

personas, y eso, eso si que es complicado, por eso las cosas cuando tú dices manejar los territorios implicar a las poblaciones, es muy complicado, es muy complicado” (Informante nº 36). A fala do informante refere-se fundamentalmente à questão da introdução de uma atividade em determinado espaço sem maiores discussões e previsões das consequências que podem acarretar para outros campos que não o beneficiado.

Apesar das diferenciações com relação às limitações existentes, o modo de produção do arroz em Isla Mayor é bastante semelhante, uma vez que todos os entrevistados descreveram as mesmas etapas, diferenciando-se apenas as fases referentes ao armazenamento e comercialização da produção. Isso ocorre porque os produtores vinculados a Arrozúa, utilizam a estrutura da mesma para tais etapas e os demais produtores, que dispõem de estrutura própria, armazenam em suas propriedades e realizam a comercialização da produção em períodos que consideram oportunos.

[...]ahora en lo mes de abril empezamos la preparación de las tierras, empiezan a trabajar los tractores, cultivamos, pasamos la laser, que nos obliga la API [...] después la cooperativa se encarga de muchas cosas, trata las semillas, cuida de los abonos que se hacen necesarios [...], luego nasce lo arroz, hacemos la replanta y ya luego puedes esperar que madure lo arroz para la recolección. La verdad es que producir arroz hoy en día no da trabajo, no da trabajo a lo dono [...] Después de la conseja traemos la producción para acá, lo secadero se queda aquí, es todo muy mecanizado [...] y al final la cooperativa hace la venda para nosotros (Informantes nº 20).

O uso de diferentes estratégias é compreendido, a partir de Bourdieu (2011) como resultantes de *habitus* determinados, construídos de acordo com as condições específicas vividas por cada indivíduo/grupo familiar. As estratégias de reprodução têm, nesse sentido, como objetivo, garantir a manutenção ou melhoria da posição dos agentes nos campos onde são acionadas.

Com relação à Produção Integrada, a qual foi uma “iniciativa” literalmente imposta, mas que posteriormente as cooperativas e empresas passaram a utilizar em seu favor, com uso de selos distintivos da produção, um dos informantes descreve o início e estruturação atual deste modelo de produção:

La producción integrada empieza aquí, hace 9 años, creo que hace 9 o 10 años, no me recuerdo [...] creo hace 9 anos que empezamos la producción integrada. La producción integrada es una agricultura no ecológica, pero si muy de un uso racional de los fitosanitario, de los abonos de síntesis, y de toda la cuestión de la química. Es el uso racional de la química que hacemos nosotros ahora. Nosotros tenemos 60 peritos ahora, 60 ingenieros técnicos agrícolas, divididos en servir a toda la zona de producción arrocera, que san 36000 hectáreas, que se dividen en unidades de 600 hectáreas. Cada unidad esta teniendo uno técnico y cada técnico te va a vigilando la finca y te va a decir cuando y como debes hacer el uso de los fitosanitarios. Tenemos racionado el uso de fertilizante químico – nosotros no podemos utilizar todo lo abono que quisiéramos. De hecho, yo lo tengo aquí y le me preguntan los

arroceros: cuanta unidad puedo hacer? 145 unidades de fertilizantes de nitrógeno, que equivale a aproximadamente 300 kg de urea, cuando a nuestra idea es que para hacer una buena producción tenemos que utilizar 400 unidades - o 400 kg de urea, por hectárea. Entonces tenemos racionado los fitosanitarios, racionado, el tema de lo abonado y, muy vigilado, todo el tema de plagas para los insecticidas y eso. De hecho ha disminuido el consumo de insecticidas aquí bestialmente. Aquí era muy natural el que después de la siembra, en verano todo, aplicar la insecticida para el gusano rojo del arroz, una de las plagas del arroz. Aquí (hoy) no se hace mas nada para el gusano rojo, por que se han dado cuenta que se ponen un poquito más de semilla, ya hay para darle de comer al gusano rojo. Y no tiene que hacer nada más (Informante n° 25).

Identifica-se que, mesmo obtendo alguma vantagem dessa imposição da forma de produção, é preciso considerar que a mesma alterou uma prática, um *habitus* de produção, de toda uma geração. Prova disso é a exigência pela compra de sementes certificadas, não podendo mais os produtores produzir com sua própria semente, como tradicionalmente realizavam “[...] bueno lo que pasa, es que la semilla como tiene que ser certificada, la semilla no se hace [...] las semillas se compran a una empresa certificada que no es de aquí” (Informante n° 25).

A exigência feita pela UE para a introdução da Produção Integrada, segundo alguns entrevistados, parece ter ocorrido mais por motivos da existência de uma cobrança da sociedade por produtos certificados/garantidos, somados a pressão pela preservação do meio ambiente. Assim, o governo, entenda-se UE, optou por “banicar” essa demanda, introduzindo todo o processo demandado, com amplo apoio financeiro¹⁶⁷. No entanto, também é necessário considerar nesse rol de questões que o preço da produção e a quantidade produzida de arroz atualmente na UE não permitem a competição no mercado globalizado, segundo os informantes. Ciente de tal contexto, a UE passou a apoiar fortemente as iniciativas que contemplam formas distintas de produção, pois esta foi uma das formas encontradas para possibilitar a permanência no cenário comercial, visto que, com seu pequeno território, pouca produção e custos elevados de produção (por suas condições específicas, em especial,

¹⁶⁷ Na Europa, mais especificamente Espanha, segundo Cruz e Menasche (2011), os governos vendo as dificuldades/limitações e a conseqüente marginalização de algumas áreas, aliado a uma nova configuração da sociedade, que se apresenta cada vez mais exigente, passa a apoiar e incentivar, com grande êxito a questão dos produtos de qualidade diferenciada, que são produzidos em locais específicos, com técnicas específicas (normalmente artesanais e que rechaçam a padronização tecnológica). Posteriormente, com a introdução dos selos de DO ou IGP, que são uma forma de o governo dar garantias ao consumidor de estar adquirindo produtos de qualidade, ou seja, os produtos passam a ter uma qualidade certificada, além de satisfazer as necessidades nutritivas, mostrando-se também sensibilizado com a conservação do meio ambiente (CRUZ; MENASCHE, 2011).

agroecológicas, como a escassez de chuvas), necessitava-se ter algo que justificasse preços diferenciados¹⁶⁸.

Na compreensão de Bourdieu, é o Estado que determina as regras de funcionamento do mercado “por meio de toda uma regulamentação específica que se junta à infra-estrutura jurídica (direito de propriedade, direito comercial, direito do trabalho, direito dos contratos etc.) e à regulamentação geral (controle dos preços, enquadramento do crédito etc.)” (2011, p. 107). A intervenção do Estado no campo econômico exerce-se, portanto, essencialmente por meio do direito. Ademais, aparece mais uma vez a dimensão política e conflitual do mercado:

Entre todas as trocas com o exterior do campo, as mais importantes são as que se estabelecem com o Estado. A competição entre as empresas assume freqüentemente a forma de uma competição pelo poder sobre o poder do Estado [...] e pelas vantagens asseguradas pelas diferentes intervenções do Estado (BOURDIEU, 2005, p. 39-40).

Assim, percebe-se o Estado influenciando fortemente pelas relações de força existentes entre os agentes no campo econômico. As empresas dominadas tentam mobilizar seu capital social (suas redes de relações) para pressionar o Estado a modificar as regras do jogo num sentido que lhes seja mais favorável. Ainda para Bourdieu, o Estado não é somente encarregado de garantir a ordem e a confiança, e de regular os mercados e as empresas, como tradicionalmente se considera: “ele contribui, às vezes de maneira extremamente decisiva, para a construção da demanda e da oferta” (2005, p. 41), como ocorre no caso das pressões exercidas pela sociedade por alimentos com origem garantida.

Aliada à questão da participação nos mercados, com venda da produção, também está embutida às estratégias da UE para manutenção de um mínimo de população vivendo no meio rural¹⁶⁹.

Entretanto, ao longo do trabalho, percebe-se que os produtores arrozeiros de Isla Mayor buscaram introduzir, a partir da imposição da UE, essa nova forma de produção, no sentido também de buscar fugir das restrições de um dado campo (mercado globalizado). No entanto, o que se visualiza é que nesse novo campo em que ingressaram, estão a sofrer novos tipos de restrições e imposições, diferentes do campo que optaram por sair. O novo campo, talvez menos “perverso” porque não os exclui de um mercado, mas mais “rigoroso” porque

¹⁶⁸ É preciso destacar que atualmente a cooperativa Arrozua, embala parte considerável de sua produção para uma marca branca de supermercado e não está colocando sua embalagem, seu nome, seu diferencial, no mercado, o que torna a estratégia no mínimo questionável.

¹⁶⁹ Meio rural já bastante distinto do Brasil, diga-se de passagem, pois o que se visualiza são pessoas vivendo em pequenos “poblados” e não mais espalhadas pelo meio rural, um em cada casa, estão todos reunidos em vilas rurais, com o discurso que tal forma de moradia é mais viável economicamente, pois tem-se um menor custo com questões de infra-estrutura (água, luz, telefone e internet), tudo localizado conjuntamente, os custos são menores e permitem o acesso de todos.

estabelece uma série de restrições e condições a serem cumpridas. Os novos regramentos, por sua vez, restringem enormemente o formato de produção dos agentes, sua prática, seu *habitus*, mas que, todavia, permitem aos produtores estar inseridos em um campo que lhes é, em tese, mais favorável e onde se encontram mais tranquilo com as condições postas, ou impostas.

As normatizações e regulamentações limitam as ações de forma com que apenas pessoas com um *habitus* mais empreendedor consigam buscar alternativas diferenciadas.

Yo sé hacer lo mismo que hacen los demás yo sé sembrar arroz de producción integrada, tener un técnico que me controle y entregar el arroz en la cooperativa, pero entonces puedo hacer eso y nada más y con eso no creamos puestos de trabajo, no generamos riqueza y no hacemos nada más, entonces eso no nos sirve. No podemos conformarnos con eso. Es que yo creo que tenemos que hacer más cosas (Informante nº 19).

Um *habitus* empreendedor está relacionado ao universo econômico, que segundo Bourdieu “é feito por vários mundos econômicos [...] e dotados de racionalidades específicas que supõem e exigem disposições mais do que racionais” (1994, p.198). Acrescentando que “o capitalismo, ao se instaurar, faz emergir um campo, um lugar de tipo novo, cujo princípio é a lei de interesse material (BOURDIEU, 1994, p. 73).

Aos que não dispõem de um *habitus* mais empreendedor, percebe-se certa aceitação às demandas impostas, tratando a questão com normalidade. Hoje, os produtores já se referem ao modo de Produção Integrada como produção convencional: “Sí el 100% es producción integrada en Isla Mayor, por eso decimos convencional, porque toda la producción convencional se ha convertido en integrada” (Informante nº 29).

No entanto, tais atitudes ocorrem muito em função do reconhecimento da importância dos subsídios recebidos da UE, para a manutenção da atividade, sendo assim que:

[...] o *habitus* nada tem de um princípio mecânico de ação ou, mais exatamente, de reação (à maneira de um arco reflexo). Ele é espontaneidade condicionada e limitada. Ele é este princípio autônomo que faz com que a ação não seja simplesmente uma reação imediata a uma realidade bruta, mas uma réplica “inteligente” a um aspecto ativamente selecionado do real: ligado a uma história cheia de um futuro provável, ele é a inércia, rastro de sua trajetória passada, que os agentes opõem às forças imediatas do campo, e que faz com que suas estratégias não possam ser deduzidas diretamente nem da posição nem da situação imediatas (BOURDIEU, 2005, p. 48).

Apesar de hoje reconhecerem a importância e os benefícios da Produção Integrada para Isla Mayor, destacam que nem sempre foi assim:

La producción de esta forma viene bien, porque nosotros productores empezamos a utilizar menos abonos, venenos y fertilizantes. Nos ha costado mucho, pero ahora ya mentalizamos que no [...] porque aparte que nos controlan, los peritos, nos

concientizan, pensó, que hemos cambiado un poquito la mentalidad (Informante nº 30).

Referente às normatizações impostas pela Produção Integrada, é preciso destacar a exigência do acompanhamento de técnicos durante todo o ciclo de produção do arroz, fazendo os devidos controles para que os agricultores cumpram com toda a regulação. Um dos entrevistados explica um pouco mais sobre como são os controles, sobre a forma de produção arrozeira:

Pues nosotros tenemos por obligación también contratar a uno técnico – a cada 600 hectáreas. Tenemos la obligación de contratar un técnico. Eso técnico es lo que controla, que nos controla nosotros, los tratamientos y lo abonado que se utiliza, todo lo que se utiliza, exigencias de la producción integrada. Además nos auditan, otra empresa, tenemos la obligación de que nos auditan, también pagada por nosotros. Nos auditan en eso caso, el AgroColor, que es quien nos audita, que es una empresa certificadora de producción integrada y además ha AgroColor y a nosotros, nos audita a Unión Europea (Informante nº 25).

Nesse sentido, questionando os entrevistados se a função de agricultor teria mudado, com todas as exigências, com a presença dos técnicos, em suma, se teriam uma menor liberdade, a resposta foi bastante simples:

El agricultor tiene que adaptarse. Se le está educando para que haga esas cosas porque tiene que competir con otros países y defender lo que tenemos, porque tenemos una producción de arroz integrado y Europa ha puesto dinero para eso y quiere algo a cambio y pide que cada 600 hectáreas haya un técnico. Y ahora habrá un nuevo marco 2013-2020 donde las exigencias serán otras, pero el técnico tiene que seguir estando. Hay que facilitarle al agricultor todo el tema del papeleo, pero hay que educarle para que haga las cosas bien. Posiblemente, hoy el agricultor está recibiendo dinero y una parte muy pequeña de ese dinero que recibe es para pagar al técnico. Posiblemente en el futuro tendrá que hacer eso mismo, porque lo va a exigir el mercado y él mismo va a tener que pagar al técnico (Informante nº 19).

Para a organização da produção, com a questão dos técnicos, os entrevistados apontam a importância do auxílio da Federação dos Arrozeiros, pois é através dela que ocorre toda a contratação e organização dos técnicos em Isla Mayor: “La federación, la federación nos hace todo que necesitamos [...] ellos hacen toda la organización de la zona (Informante nº 22). E complementam:

La federación [...] Hay la UPI, la UPI es la Unidad de Producción Integrada, que es de 600 hectáreas, hay la API, que es la Agrupación de Producción Integrada, hay varias agrupaciones, aquí hay tres, una tiene el sindicato agrario este, otra tiene federación arrocera, y otra tiene Alvares Pallares, cada una tiene un coordinador, y debajo de lo coordinador están los técnicos de cada 600 hectáreas (Informante nº 25).

Os debates com relação ao pagamento dos técnicos são muito intensos, especialmente entre os produtores vinculados à Federação dos Arrozeiros, os quais são fundamentalmente

pequenos produtores, pois o mesmo é realizado através dos recursos recebidos das subvenções, ou seja, é um repasse imediato, o que muitos agricultores não compreendem, ou questionam:

El agricultor recibe una ayuda, lo que pasa es que se cree que esa ayuda es suya y que se puede quedar con la ayuda íntegra, a lo mejor de 100 tiene que dar 1 para ese técnico. Pero bueno, la mayoría están mentalizados y si se les explica y se hacen las cosas bien ellos están contentos. En nuestra agrupación somos muy transparentes, les explicamos a todos cuál ha sido la subvención, cuánto se le ha pagado al técnico (Informante nº 19).

Sobre a forma como está estruturado o trabalho dos técnicos, destaca-se que os mesmos, especialmente os mais vinculados às atividades de campo, são contratados somente durante o período de cultivo do arroz. Como pode ser observado no depoimento que segue:

Están muy bien organizados, ellos son agrupaciones, por ejemplo Mª de Mar coordina a 12 y tiene asignadas determinadas parcelas y son los encargados de darle asesoramiento técnico. Tiene que tener la aprobación de la Consejería para ser agrupación. Tiene que tenerlo todo preparado para cuando empiece la siembra ¿Cuándo se siembra? De mayo a noviembre, pero Mª del Mar empieza antes con toda la documentación, está todo el año (Informante nº 19).

Os técnicos passam a ganhar o respeito dos arroseiros somente após muito trabalho, mas fundamentalmente pela dificuldade que os mesmos apresentam com as questões burocráticas:

A nosotros nos da miedo los papeles [...] La mayoría de las personas ya con edad, como yo, otros así, que hemos estado criados en el campo, no teníamos lo estudio de la gente nueva de ahora, para nosotros esto es un mundo...Esto es un mundo diferente (informante nº 26).

Deliberada as questões referentes à contratação dos técnicos para acompanhamento da produção, é necessário pensar o armazenamento e comercialização da produção, que é outra etapa, permeada por questões burocráticas. Buscando nova forma de atender as requisições, aliado ao *habitus* do cooperativismo, grande número de produtores encontram-se vinculados à cooperativa Arrozúa, e se alguns não participam é devido a sua condição particular:

Los agricultores que permanecen independientes hoy son aquellos con un gran volumen de tierras y con instalaciones de secado y almacenamiento ya rentabilizadas y que no encuentran mejores condiciones por estar en cooperativas con el costo que implica (Informante nº 32).

A cooperativa, entre outras questões, fornece as sementes e insumos a seus cooperados por um preço inferior ao praticado no mercado, isso possibilitado por uma organização interna, a qual, antes do plantio, realiza o levantamento de quantidades necessárias e realiza

uma única compra, em grande quantidade, podendo, nesse sentido, barganhar melhores preços que são, posteriormente, repassados aos produtores. Além disso,

La cooperativa te puede financiar, se tu no puedes pagarla, ellos te la dan y tu cuando recorres la producción de arroz se las paga, esa es una forma de también facilitar las cosas [...] los juros son mas bajos, que en los bancos y cuando de la campaña liquidas (Informante nº 30).

A cooperativa também tem participação significativa na questão de que se passou a explorar mais e melhor o diferencial que tinha a produção, ou seja, conjugando a Produção Integrada à localização de Isla Mayor próximo ao Parque de Doñana. Passando, assim, a atender um nicho de mercado específico, mas bem desenvolvido em nível europeu, que é o consumo de produtos certificados e com origem identificada.

Um dos entrevistados destaca que:

[...] No podemos ir a un mercado normal, además pensamos que ese no es el camino. Entonces empezamos primero con la producción integrada, de hecho somos los primeros que ponemos en un paquete el sello de producción integrada, pero seguía haciendo falta algo más, empezando por los conceptos. Entonces empezamos con lo ecológico, haciendo una parcela de ecológico, primero de tipo largo, con una variedad híbrida pensando en el mercado europeo, pero aquello tampoco me cuadra, luego hacemos bomba porque es muy bueno para competir con las malas hierbas, necesita menos nitrógeno, pero tampoco acierto porque esta variedad de por sí es cara y el consumidor ecológico no paga esa diferencia. Total, que ya parece que estamos en otra línea, ahora estamos en una línea de arroz redondo, un arroz convencional pero lo hacemos ecológico (Informante nº 19).

E a questão da produção diferenciada instalada em Isla Mayor avançou para a questão dos selos/etiquetas nas embalagens, para a comprovação da qualidade da produção. No caso de uma das empresas arroseiras de Isla Mayor, destaca-se que:

Los sellos de calidad son necesarios. Ayer me entrevisté con un señor de Madrid que nos quiere comprar arroz y quiere los sellos de calidad. ¿Se va a pagar un valor añadido?, pues no lo sé, pero tú arroz va a salir porque tienen el sello de calidad. Nosotros en todo lo que hacemos intentamos vincular siempre el nombre de Doñana. Por ejemplo la empresa de semillas Doña Ana, la etiqueta que tenemos, es a través de la Fundación Doñana 21 y aparece el nombre de la Fundación. Y tenemos las IPSO 9001 y 14000. Hay que tener los sellos (Informante nº 19).

A Produção Integrada, de forma geral, é visualizada como mais uma entre as muitas mudanças efetuadas ao longo dos anos em que se encontram produzindo arroz. Os produtores destacam que as principais transformações têm relação direta com a introdução de novas técnicas:

Si, bueno... antiguamente aquí se sembraba con las manos, ahora se siembra con avión o tractor, la verdad es que se ha modernizado muchísimos, desde que yo he llegado a Isla, cuando tenía cinco años, hasta ahora que tengo cincuenta, la verdad es que ha cambiado muchísimo (Informante nº 22).

O retrato das transformações na produção pode ser acompanhado em fotos nos diversos estabelecimentos comerciais do município, decorando suas paredes, e fazendo referência à evolução do cultivo do arroz em Isla Mayor.



Figura 3 – Retratos da evolução da produção de arroz em Isla Mayor, encontrado em estabelecimentos comerciais do município.

Fonte: Arquivos da autora (2012)

Entre os motivos que levaram a adoção de novas técnicas, resultando em mudança nas formas de produção, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que somente o realizaram por um único motivo: “Por rentabilidad, rentabilidad, solo esto”. Desse modo, as entrevistas revelaram alguns dos efeitos produzidos pelas subvenções da PAC, no sentido de fazer com que muitos produtores adotem a Produção Integrada não porque estejam efetivamente comprometidos com seus fundamentos técnicos e filosóficos, mas sim pelo interesse puramente econômico. Ou seja, a mudança não ocorre por um *habitus* em possível evolução, mas unicamente por uma situação que impõe/obriga a uma prática.

Vinculada ainda à rentabilidade da atividade arroseira de Isla Mayor, é preciso destacar no que diz respeito ao fator trabalho a presença de mão de obra familiar é

significativa no município, mais frequentemente quando as propriedades são de menor tamanho. A utilização de mão de obra contratada fixa é muito baixa e a temporária sendo registrada, fundamentalmente, nas propriedades com mais de 25 hectares. Entretanto, de alguma forma toda a economia do município está vinculada à produção arrozeira. E:

Todo un enorme conjunto de población que desempeña trabajos directa o indirectamente relacionados con el cultivo sufre los azotes de la sequía. En periodos en los cuales no se siembra arroz, prácticamente pueblos como Isla Mayor se paralizan por completo y pueden sufrir enormes carestías por la falta de funcionamiento de su principal motor económico que es el cultivo del arroz (SÁNCHEZ, 2010, p. 170-171).

Destaca-se que a sementeira do arroz e a aplicação de alguns herbicidas, na maior parte dos casos, ocorrem com aviões de pequeno porte, sendo que no município existem empresas especializadas para prestação deste serviço. Já a colheita é realizada toda por máquinas colheitadeiras (PORTERO, 2010).

Com relação à participação das mulheres na produção arrozeira de Isla Mayor, Sánchez (2010, p. 213), aponta que “como norma general, las mujeres y el mundo del arroz, no han sido asociados si se exceptúan los casos de algunas propietarias de arrozales, bien sea por herencia o por viudedad, y en el pasado en las pesadas tareas de planta o replanta”. Segundo uma informante, quando questionada sobre a participação da mulher na produção arrozeira de Isla Mayor, limitou-se a dizer que, identificando quem eram os dirigentes da cooperativa e da federação dos arroseiros, as instituições mais importantes do setor, se podia compreender qual o papel da mulher, em resumo, nenhum, pois, nos casos citados, somente encontram-se homens na direção.

A situação exposta retrata os problemas de gênero presentes também na realidade espanhola, visto que, durante os trabalhos de campo realizados, frequentemente encontravam-se mulheres nas lavouras, a dividir o trabalho com seus maridos. Tal situação está embasada na ênfase da figura do homem como o principal membro do grupo, aquele que detém o conhecimento e domínio de toda cadeia de produção de sua propriedade. Essa condição demarca o papel da mulher como coadjuvante na relação de produção, de entendimento e apropriação das técnicas de produção. Ou seja, a evidência de não existirem mulheres na direção das instituições, remete a não participação das mesmas nos processos decisórios em relação à produção arrozeira, mas que, no entanto, exercem papel fundamental para a viabilidade da atividade, pois, como já ressaltado anteriormente, grande parte da mão-de-obra utilizada na produção é familiar.

Para a comercialização da produção, tal questão é um fator essencial para o bom andamento da atividade. Porém Isla Mayor ainda apresenta dificuldades, seja na cooperativa ou empresas do ramo, uma vez que, segundo entrevista de um empresário:

Nosotros hacemos hasta el envasado y que todo el valor añadido hasta el envasado se quede aquí en nuestra zona. Ahora también estamos haciendo aquí las semillas. De ahí en adelante tienen que entrar empresas que estén muy preparadas. Es como si haces un viaje, tú vas a una agencia de viajes y te lo prepara todo (Informante nº 19).

Ebro Foods, denominada pelos arroseiros como Herba, referente ao seu antigo nome, exerce forte influência sobre a comercialização da produção do município, constituindo-se um campo econômico influente sobre a produção arroseira de Isla Mayor. A multinacional é apontada como responsável por diversos problemas no setor, mas também há quem a veja como importante, conforme depoimentos:

Herba prácticamente controla [...] Es que es un monopolio e nada más.. un monopolio, porque en la grafica de columna, en que tu encuentra en todo los sectores, el primero de lo mercado es el fulanito, el segundo, un tercero, un cuarto, y tal... Aquí esta: Herba (gesticula apontando para o 1º lugar) [...] el control de Herba, que hay sido impresionante y siegue siendo, la mayoría siguen vendiendo (Informante nº 25).

Nosotros tenemos en Sevilla la 1ª industria a nivel mundial, que es Herba y tenemos que valorar lo que tenemos. El arroz de aquí supone aproximadamente el 10% del arroz que mueve anualmente. Lo de Valencia ya quedó atrás, efectivamente cuando aquí se implanta el cultivo del arroz, los molinos y la industria están en Valencia, pero ahora tenemos aquí una mercancía que no es perecedera y una industria de arroz que se lleva todo el arroz que se le arrima (Informante nº 19).

A influência exercida pela empresa Ebro Foods, aqui considerada como campo econômico, e as diferentes formas de reação sobre suas influências, reforçam a importância da análise dos capitais que dispõem os indivíduos, uma vez que, segundo Bourdieu, “o campo impõe para todos, mas com diversos graus de acordo com sua posição e suas capacidades econômicas, não somente os meios ‘razoáveis’, mas também os fins, isto é, o enriquecimento individual, da ação econômica” (1987, p. 20). Lembra-se ainda que mercado, para o autor, consiste num jogo temporariamente estabilizado, cujas regras são provisoriamente respeitadas. Nesse quadro, a dominação de uma empresa reside em essência na sua capacidade de impor às outras sua própria definição do jogo.

Outra importante influência na trajetória das famílias arroseiras de Isla Mayor, refere-se, como já mencionado, às subvenções recebidas da PAC. Os agricultores declaram que as mesmas são necessárias porque os preços da produção agrícola na Europa em geral são baixos, inviabilizando muitos cultivos, especialmente em pequenas propriedades. Consideram que o justo, como no restante do mundo, seria que não existissem ajudas, mas que, no entanto,

os preços pagos fossem mais elevados, minimamente cobrindo custos de produção. E suas afirmações são taxativas “Pues sin la PAC no podríamos producir ahora mismo, según el precio del arroz y los costos que hay, si no existen las ayudas la agricultura no existiría, desaparecería” (Informante nº 22).

O Parque Doñana, já muito problemático para os arroseiros, hoje está transformado em aliado, uma vez que:

En un principio mal, últimamente mejor, porque antiguamente se creía que nosotros queríamos eliminar lo coto, que éramos enemigos del coto y últimamente los ecologistas están se dando cuenta que no, que la Isla es la despensa del coto, donde comen los animales (Informante nº 29)

Empezando por la cuestión de que tenemos Doñana a lo lado. Que es un bueno y mal vecino para los arroceros. Mal vecino porque o sea... porque tenemos toda la fauna de Doñana metida en el arroz, pero también es uno bueno vecino porque incluso ahora estamos muy unidos en la cuestión del dragado del rio, que Doñana se opone al dragado del rio de la misma forma que los arroceros. Y hay una cosa en que esta, queriendo o no, metida Doñana: a lo ser un parque natural y por estar nosotros metidos a lo lado, nos hemos visto un poquito obligado – y esta nos pasando bien - hacer la producción integrada, que es una cuestión de calidad [...] Pero vamos a eso... vamos a eso porque es lo lógico (Informante nº 25).

As limitações causadas pela imposição da Produção Integrada são recorrentemente destacadas nos assuntos abordados nas entrevistas, mas se evidenciam, de maneira mais clara, quando buscamos compreender como estaria a produção no município de Isla Mayor, sem as intervenções da UE: “Hombre, pienso que cada uno haria su producción de forma distinta...cada uno a su aire” (Informante nº 31).

Nesse sentido, Bourdieu e Wacquant (2008, p. 144), apontam:

[...] las determinaciones externas que pesan sobre los agentes situados en un determinado campo [...] nunca se aplican a ellos directamente, sino que sólo los afectan a través de la mediación específica de las formas y fuerzas específicas del campo, después de haber sobrellevado una reestructuración que es tanto más importante cuanto más autónomo sea el campo, esto es, cuanto más capaz sea de imponer su lógica específica, el producto acumulativo de su historia particular.

Entretanto, mesmo com limitações, todos os entrevistados apresentam perspectivas para o futuro:

Perspectivas para mi son de quedarme aquí produciendo por que no me queda... tengo que seguir viviendo de la agricultura mis hijos gracias a dios no viven de ella, no [...] Pero me quedo contenta con la vida que tengo y no la cambio por ninguna (Informante nº 22).

A perspectiva de seguir vivendo no mesmo espaço mostra que os formatos de intervenções utilizadas pela EU, no decorrer dos anos, têm sido internalizados pelas famílias ao longo da trajetória social como algo “normal”, ou algo necessário para um “bem maior” e

que, nesse caso, o mais importante está relacionado ao campo social em que se encontram inseridos. Isso, segundo Bourdieu e Wacquant (2008, p.46), ocorre porque: “la relación entre el agente social y el mundo no es la que hay entre un sujeto (o una conciencia) y un objeto, sino una relación de “complicidad ontológica o “posesión” mutua”.

Assim, as perspectivas das famílias arroseiras de Isla Mayor, de forma geral, apresentam-se mais como uma possibilidade diante do quadro de ação, composto pela dinâmica do campo e as possibilidades reais de agir, do que propriamente um apontador consciente para o futuro desejado. Entretanto, é preciso destacar que, de modo mais amplo, as famílias arroseiras demonstram realização e satisfação com as condições socioeconômicas atuais. Por mais que vivam momentos de ansiedade, de tensionamento e vontade de alterar algumas estratégias produtivas, no sentido de incrementar as rendas, consideram que a posse da terra hoje lhes assegura boas condições de vida.

6.2.1 A realidade de Isla Mayor vista e compreendida a partir de Bourdieu

O histórico de normatizações e regulamentação da UE sobre o meio rural europeu, comprovadamente, afeta as trajetórias sociais de indivíduos e grupos deste meio, que são, por sua vez, coagidos, muitas vezes, pelas ações de regulamentação ao modo de produção. Entretanto, segundo Bourdieu e Wacquant (2008, p. 191), tal situação só é possível porque “es definido en y por una relación determinada que produce creencia en la legitimidad de las palabras y de la persona que las emite, y solo opera en la medida en que aquellos que lo experimentan reconocen a quienes lo ejercen”.

Ainda que dispondo de estruturas e organização coletivas consolidadas, que já ajudaram a enfrentar determinados campos de poder, como no caso da Ebro Foods ou do Parque de Doñana, não tem sido possível maiores ações no campo das intervenções externas, as quais já se constituem uma realidade constante no cotidiano do município.

A realidade de Isla Mayor, com a introdução de uma nova forma de produção, mostra que o *habitus* dos indivíduos permite, ao mesmo tempo, a reprodução das relações sociais e a criação do novo, pois poucas questões foram mudadas significativamente, especialmente se observarmos sob a ótica social, advinda das organizações existentes. Isto é possível porque,

nos campos onde se formam e agem os indivíduos, condicionados por um *habitus*¹⁷⁰, o conflito é a forma permanente de relacionamento entre os agentes, tendo em vista que nos campos os membros se relacionam de acordo com normas pré-estabelecidas. Ou seja, no campo condiciona-se a ação do indivíduo devido à posição que o mesmo ocupa e as relativas forças que cada membro tem. Consequentemente, toda vez que as condições objetivas da situação não permitem a realização do *habitus*, este dá lugar a forças impulsivas que tanto podem ser de mudança como de acomodação. Portanto, a mesma lógica que reproduz também dá lugar à transformação.

Identifica-se mais claramente, no âmbito do município de Isla Mayor, dois *habitus* distintos, além de diversos outros, de menor relevância para o estudo, oriundos do subcampo formado por pessoas vinculadas com a produção arrozeira, mas não propriamente como produtores. Um desses dois *habitus* mais relevantes é ligado aos associados da cooperativa Arrozúa, que traz fortemente a vinculação com o histórico dos colonos valencianos, de amor ao produzir e cultivar a terra, sendo que a comercialização da produção é algo que fica para um segundo plano, como uma consequência do bom cultivo da terra, uma boa produção. Se adotada a Produção Integrada ou convencional, isso não necessariamente vem ao caso, a questão central está em fazer produzir a terra, normalmente herdada da família. Um segundo *habitus* está mais ligado aos demais produtores e população de Isla Mayor, que é um *habitus* de preocupação com a manutenção e reprodução da família, buscando sempre melhores condições/resultados econômicos, ou seja, no sentido inverso ao primeiro *habitus* identificado¹⁷¹, este tem uma preocupação de viés mais econômico, de adotar as práticas produtivas, estratégias que lhe garantam bons preços para a comercialização.

Entre os campos identificados, além dos três subcampos (o subcampo formado pelos associados da cooperativa Arrozúa, o subcampo dos produtores “independentes”, formado majoritariamente por grandes produtores, e um terceiro subgrupo, formado por pessoas vinculadas com a produção arrozeira, mas não propriamente como produtores), identifica-se que Ebro Foods e o Parque Doñana constituem-se também em dois agentes influentes sobre o campo social do arroz em Isla Mayor. Lembrando sempre que “cada campo convoca y da vida a una forma específica de interés, una *illutio* específica, bajo la forma de un reconocimiento

¹⁷⁰ Que, por sua vez, é a matriz pela qual os mesmos lêem a realidade.

¹⁷¹ Ressalta-se aqui a necessidade de um “cuidado teórico” que se deve ter, uma vez que o *habitus* não é algo diretamente explicitado, mas uma matriz de percepções que leva a determinadas formas de reagir a situações; e segundo, que o *habitus* é individual, portanto cada agricultor tem *habitus* diferentes, apesar de alguns padrões de ação ou comportamento, sejam possíveis de identificação em um coletivo; e é isto que nos permitiu referir “as famílias assentadas”, “os arroseiros de Isla Mayor”, como se o coletivo assumisse determinado comportamento; mas, isto não significa que existam *habitus* ou trajetórias exatamente iguais.

tácito del valor de los asuntos en juego y el dominio práctico de sus reglas” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 156).

Já o capital identificado como presente no campo social de Isla Mayor, está por um lado, constituído do cooperativismo e, por outro, do empreendedorismo. O cooperativismo como um capital social fundamentalmente das pessoas de mais idade e o empreendedorismo surgindo entre os mais jovens, mas nunca um suplantando o outro. Essa diferenciação se deve, segundo Bourdieu (1983, p. 138), “a posição que eles (os jovens) ocupam na estrutura do campo (e, sem dúvida, também segundo as variáveis [...] como a trajetória social, que comanda a avaliação das oportunidades), os "novatos" podem orientar-se para as colocações seguras das *estratégias de sucessão*, próprias para lhes assegurar, ao término de uma carreira previsível, os lucros prometidos aos que realizam o ideal oficial”.

Como prática dos produtores de arroz de Isla Mayor, no sentido compreendido por Bourdieu e Wacquant (2008), identificou-se que está a produção de arroz¹⁷², pois ela ocorre na relação entre situação (realidade objetiva) e o *habitus* dos indivíduos. Ou seja, entre distintas limitações, seja de condições socioeconômicas ou com relação aos espaços em que se encontram instalados, os indivíduos, de forma geral, continuam a realizar a produção de arroz, alguns desenvolvendo novas estratégias. Nesse sentido, as trajetórias sociais das famílias arroteiras analisadas respondem, interagem e reconhecem a dinâmica regional e local, e em boa medida são estruturadas por ela.

Na realidade de Isla Mayor verifica-se muito da relação entre *habitus* e campo, que, segundo Bourdieu, é antes de tudo uma relação de condicionamento, isto é, o campo estrutura o *habitus*, sendo o produto da incorporação da necessidade imanente. Mas, trata-se também de uma relação de conhecimento ou de construção cognitiva: o *habitus* contribui para constituir o campo como mundo significante, dotado de sentido e de valor, no qual vale a pena investir energia (BOURDIEU; WACQUANT, 2008). O capital verificado, assim como a prática dos indivíduos que compõem o campo social de Isla Mayor, é relativamente homogêneo, ou seja, refere-se à prática com relação à produção arroteira e o capital do cooperativismo e do empreendedorismo.

Em suma, a trajetória do campo social de Isla Mayor, mesmo hoje estando dividida em subcampos, sempre foi pautada em formas coletivas, se não nos subcampos, no campo social, por questões comuns a todos, como a questão da água, a dragagem do rio, referindo-se ao Parque de Doñana, pois, como colocam Bourdieu e Wacquant (2008, p. 135), “el campo no

¹⁷² Sendo que prática, neste caso, são todas as formas de ação escolhidas pelos produtores, como, por exemplo, a forma de comercializar é uma prática.

es el producto de un acto de creación deliberado, y sigue reglas, o, mejor, regularidades que no son explícitas ni están codificadas”. Em outras palavras, as regularidades de comportamento verificadas são convenções estabelecidas, não havendo “contratos” efetivos.

Destaca-se que o campo amostral coberto pela investigação conduziu para uma ampla e diversificada gama de informantes que possibilitaram, embora com algumas limitações, captar a matriz de significação e sentidos atribuídos à produção arrozeira de Isla Mayor, em um curto espaço de tempo. No entanto, tal representatividade, assim como no contexto do assentamento Lagoa do Junco, apontou para uma série de questões ainda pouco investigadas, as quais necessitariam maiores estudos. Dentre elas, destaca-se a relação entre arrozeiros e produtores de caranguejos, bem como a forma de participação dos jovens e mulheres na produção arrozeira.

6.3 Particularidades dos casos analisados

Segundo Bourdieu (1996, p. 15), “[...] não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada”. Nesse sentido, no presente item, destaca-se algumas particularidades dos casos em estudo, que merecem ser considerados.

Ao analisar, especificamente, a trajetória das famílias do assentamento Lagoa do Junco, chegou-se a um conjunto de verificações que indicam que o assentamento se constitui enquanto campo de luta e resistência. Um espaço contraditório e permeado por conflitos e harmonias diversas. As ocupações de terra e acampamentos foram importantes lutas na trajetória social das famílias, culminando com a conquista da terra. Sobre tal questão, existem diferentes compreensões da luta no acampamento.

Verificou-se que algumas famílias classificam o período como de muito sofrimento, outros, porém, entendem que o acampamento possuía um conteúdo pedagógico, o que serviu de base para o fortalecimento das relações entre as famílias. Destacam que, no período de acampamento em meio à pobreza material (falta de condições adequadas de moradia, alimentação, etc.), existia uma riqueza de valores, aprendizados e saberes que serviram para superar as adversidades enfrentadas pelas famílias acampadas. Questões que, no entanto, não

parecem terem se internalizado como *habitus* para muitas famílias¹⁷³, pois hoje se verifica a negação de algumas famílias às práticas do MST, como a coletivização da terra, gestão e produção conjunta, que se manifestaram mais acentuadamente no assentamento.

Destaca-se que é comum a todas as famílias assentadas via MST a afinidade política construída durante o período da luta pela terra, além de ações que se materializaram no assentamento, oriundas dos acampamentos. Este é o caso dos mutirões, das ajudas mútuas, do trabalho comunitário, da produção para autoconsumo, da reciprocidade entre vizinhos e parentes, etc. Portanto, no assentamento, existem também ações de caráter coletivo, apreendidas ao longo da trajetória das famílias, em especial, durante o período de luta pela terra.

A vinculação ao MST, ao longo dos anos, segundo as famílias, tem contribuído além do acesso à terra, para gerar aprendizados políticos, sociais e culturais entre as famílias assentadas, constitui-se em ambiente de formação. A trajetória de vida anterior à integração ao acampamento e vínculo aos movimentos sociais, nesse sentido, também precisa ser considerada, uma vez que se percebe que as famílias estudadas, ao se tornarem assentadas, não conquistaram apenas a terra e benefícios econômicos, mas, sobretudo, aprendizados políticos e sociais, capitais fundamentais, que se desdobram na organização do assentamento.

Já a trajetória das famílias de Isla Mayor mostra-se mais “pobre” com relação à realidade do assentamento Lagoa do Junco, mas “pobre” no sentido de fatos e acontecimentos que interferem no cotidiano de suas vidas. Muito provavelmente isso ocorra por tratar-se de um campo social constituído há muito mais tempo do que o campo do Lagoa do Junco, ou seja, estamos estudando, por uma lado, a terceira e quarta geração estabelecida em um determinado contexto, ao passo que, no Brasil, analisamos um campo social recém estabelecido, com uma história muito recente. Entretanto, tal característica em nada diminui a importância de cada campo, pois, como colocam Bourdieu e Wacquant (2008, p. 177), “los agentes sociales son el producto de la historia, de la historia del campo social en su conjunto y de la experiencia acumulada por un trayecto dentro de un subcampo específico”.

Em relação às similitudes verificadas em ambas as latitudes, está a questão da organização em cooperativas, revelando uma clara disputa no interior do campo entre os agentes que compõe o mesmo, na tentativa de enfrentamento dos poderes postos, especialmente aos da comercialização. Campos com histórico de intervenção, ou com atuação de agentes muito opressores, têm, em geral, maior dificuldade de enfrentamento ou

¹⁷³ Novamente entra em cena a questão relativa do *habitus*, pois nem todos os agentes/famílias internalizam as mesmas questões em uma nova experiência.

participação ativa. As cooperativas e formas de produção diferenciada constituem-se como as estratégias passíveis de adoção para a construção/estruturação, ou ainda re-estruturação, dos campos de poder.

Outra similaridade evidenciada foi com relação à adoção de uma mesma estratégia para inserção da produção, que, em tese, estava subordinada às regras de competição dos mercados de *commodities*¹⁷⁴, em espaços onde a mesma diferencia-se por sua qualidade e/ou o consumidor pode reconhecer as diferenças, oportunizando inclusive melhores preços para a produção. Destaca-se que a diferenciação da produção, em especial, produção com atributos de qualidade, converteu-se em um negócio que movimenta cifras consideráveis em todo o planeta e, não raras vezes, serve de justificativa para impedir o acesso aos mercados, por parte de outros produtores, “protegendo” assim um determinado mercado.

Em uma esfera mais ampla, a importância dos resultados apontados pela presente pesquisa, no contexto de uma nova ruralidade que dá espaço e prioriza, cada vez mais, a diferenciação na contra-mão da homogeneização do período da modernização, apoiada fortemente¹⁷⁵ pelo governos europeus e agora também brasileiros, apontam para uma contradição¹⁷⁶, uma vez que nos espaços analisados sofre-se com intervenções externas, normalmente governamentais, aplicadas de forma unilateral para diferentes grupos/campos. No contexto de Isla Mayor, com a quase “obrigatoriedade” da adoção de um modo de produção específico e em Lagoa do Junco, a exigência, por parte do INCRA, de produzir na terra recebida, mesmo não dispondo de sua posse e tendo fortes restrições agroecológicas, paralelo a uma ausência do Estado. Percebe-se, nos dois cenários, uma obrigatoriedade, por parte dos indivíduos, de adaptação a novos contextos. Destaca-se, nesse sentido, que a liberdade das famílias é bastante restrita, ou a liberdade disponível está limitada a algumas condições ditadas por intervenções externas.

Analisar dois grupos distintos, assentamento de reforma agrária com formação relativamente recente, possibilita dialogar com pessoas que enfrentaram diferentes períodos/fases e também com um grupo que se encontra em um cenário já estabelecido por seus antepassados, ou seja, que não tem grandes “poderes” de mudar a realidade, precisando, sobretudo, adaptar-se ao que está posto, proposta esta desafiadora. Contudo, em comum os dois campos sociais estudados, cada qual com suas especificidades, fazem uso de uma mesma

¹⁷⁴ O arroz, assim como grande parte dos produtos agropecuários, geralmente é comercializado de forma não diferenciada, sendo então denominados de “commodities”.

¹⁷⁵ Os principais esforços têm sido no sentido do apoio às Indicações de Procedência, Indicação Geográfica e Denominação de Origem.

¹⁷⁶ Contradição, por ser o Estado o principal precursor de ambas as iniciativas.

estratégia: o apelo à diferenciação no modo de produção, como estratégia para manter-se no mercado, realizando a comercialização e viabilizando sua produção e seu modo de vida. Além da relação aos diferentes papéis exercidos pelo Estado, onde, por um lado, o mesmo tem presença forte, marcada pela regulamentação, muitas vezes, excessiva, e, por outro lado, apresenta uma ausência, afastamento, com o passar dos anos.

Cabe destacar, no que se refere aos campos sociais estudados, os mesmos possuem forma variável, segundo o tipo de sociedade em que se situam, o que corresponderia às relações próprias entre as diferentes estruturas e agentes, de acordo com cada caso¹⁷⁷. Desse modo, cada campo possui uma lógica que lhe é própria, estabelecendo uma relação direta com os indivíduos, na medida em que sua configuração específica se consubstancia na estrutura formativa do *habitus* dos indivíduos presente no campo, pois conforme já descrito, o *habitus* tem a propriedade de fazer com que o agente incorpore propriedades relativas à lógica dos campos a que se encontra exposto em sua trajetória social.

A prática, compreendida como produto de uma relação dialética entre uma situação e um *habitus*, identifica-se mais claramente no contexto do campo social de Isla Mayor, uma vez que a produção de arroz é um *habitus* herdado por grande parte das famílias, e está situado em um contexto de fortes restrições agroecológicas para outros cultivos. Já no caso do assentamento Lagoa do Junco, a prática mais evidente, está relacionada à questão de fazer produzir a terra, independente das condições impostas. Na proposta de Bourdieu, cabe lembrar que são as estruturas que condicionam as práticas.

Fenômenos, como a pobreza e a vulnerabilidade, comprovadamente, também exercem grande influência sobre as trajetórias sociais de famílias localizadas em espaços caracterizados por intervenções externas, pois, segundo Bourdieu (1996), toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e se reconstituem as séries das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo indivíduo ou por um mesmo grupo de indivíduos em espaços sucessivos.

¹⁷⁷ Considerando, por exemplo, as diferenças nas formas de intervenção, onde por um lado tem-se o governo “franquista” (do ditador espanhol Francisco Franco), partindo de um política *top down* e por outro o governo brasileiro, onde parte-se da organização de um movimento social. Então a forma de constituição destas duas realidades é completamente distinta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo rural, sempre muito complexo e heterogêneo, historicamente sofre com processos de intervenção, os quais se caracterizam por apresentarem formas distintas em diferentes contextos. No presente trabalho, o objetivo de estudar e compreender como as trajetórias sociais dos indivíduos/famílias estabelecidos em espaços caracterizados por intervenções externas são transformadas e influenciadas, e como as mesmas influenciam nas respostas dos agentes aos processos de intervenção a que são submetidos, exigiu como procedimento metodológico do trabalho acompanhar o desenrolar histórico dos grupos sociais em estudo, qual seja Lagoa do Junco e Isla Mayor, em um espaço social definido, onde ocorreram suas principais “batalhas” pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. Seguramente, a compreensão da origem social dos indivíduos foi um fator poderoso na elucidação das trajetórias, pois o *habitus* herdado, devido ao ambiente familiar, mostrou-se uma primeira e profunda impressão social sobre os indivíduos, que sofreram outras influências ao longo da vida.

Assim, embora com uma metodologia de trabalho previamente definida, conforme apresentado no capítulo três desse trabalho, a realidade encontrada a campo se revelou muito mais complexa e dinâmica do que o imaginado inicialmente. Neste sentido, foi necessária uma imersão no campo da Reforma Agrária, retratado durante o quarto capítulo, onde foi possível compreender que os assentamentos de reforma agrária constituem-se enquanto campo, marcado por relações de força, de disputa entre diferentes agentes que trabalham material e simbolicamente no sentido de produzir esse espaço.

Compreender a realidade do pequeno município arroseiro espanhol de Isla Mayor, situado na província de Andaluzia, também exigiu apreensões mais amplas de que as planejadas inicialmente, conforme demonstra o quinto capítulo. Entretanto, o contato com os agricultores andaluzes mostrou-se absolutamente transcendental para entender outro formato de intervenção e suas respectivas consequências sobre a trajetória das famílias arroseiras. Não cabendo dúvidas acerca dos efeitos produzidos pelas subvenções da Política Agrícola Comum da UE, no sentido de fazer com que muitos produtores adotassem o modo de produção Integrado, não porque estivessem efetivamente comprometidos com seus fundamentos, mas pelo interesse puramente econômico. Ressalta-se aqui que o importante a ser destacado é o

pouco espaço de ação dos agricultores nesse cenário, em um campo fortemente marcado pela presença e intervenção do Estado e grandes grupos econômicos, como Ebro Foods e outros.

As trajetórias sociais das famílias dos campos em estudo, propriamente, são analisadas no sexto capítulo, onde é possível, a partir delas, compreender a forma de agir e a adoção de determinadas estratégias com relação aos modos de vida. Ou seja, as trajetórias sociais estão relacionadas com o contexto em que se encontram inseridos os agentes. Também, as análises realizadas permitem a comprovação da restrição de liberdade das famílias, ou ainda, da existência de uma liberdade condicionada por meio de regramentos ditados por intervenções externas. Condições essas que fazem com que os indivíduos que compõem os campos sociais de Isla Mayor e Lagoa do Junco sejam considerados relativamente pobres, segundo a classificação de Narayan (2000), apresentada na introdução desse trabalho. A autora considera que a vida dos indivíduos pobres é marcada, entre outras coisas, pela falta de liberdade de escolha e de ação, além da impossibilidade de controlar sua própria vida.

Referidos a partir de Pierre Bourdieu, como vimos anteriormente, as trajetórias sociais dos indivíduos são estruturadas tanto através de um *habitus*, e do campo onde estão inseridos, como pelo seu capital¹⁷⁸. O assentamento Lagoa do Junco, bem como o município de Isla Mayor, revelaram-se, ao longo da pesquisa, como campos sociais com características próprias, o que lhes garante legitimidade frente a outros campos. Estruturados por indivíduos com distintas trajetórias sociais, distintos *habitus*, mas com capitais e práticas, muitas vezes, semelhantes, tais características lhes garantem legitimação enquanto campo de poder, que sofre, mas também exerce, pressão de outros campos. Legitimação possível pela relação de cumplicidade infraconsciente, infralinguística existente entre agentes e o espaço social (BOURDIEU, 1996).

Nos dois casos em estudo, entretanto, identificou-se subcampos no interior de cada experiência, que, conforme Bourdieu (1999), ocorrem, principalmente, devido aos princípios de diferenciação, indicando a posição social dos grupos com suas respectivas internalizações de disposições e crenças diferenciadas, e também porque “os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático* [...], de um sentido adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), das estruturas cognitivas duradouras” (BOURDIEU, 1996, p. 42).

Partindo das considerações de Bourdieu, para compreensão dos campos em estudo, e buscando situar os indivíduos em grupos sociais, narrou-se e delineou-se o processo de

¹⁷⁸ Já as práticas são resultado da interação do *habitus* e da conjuntura, mediada pelo campo.

construção da trajetória dos campos sociais em estudo, conforme evidenciado. Sequência esta que foi central para o entendimento da proposta bourdieusiana de análise dos campos, pois, para compreender, a lógica dos campos sociais em estudo, Lagoa do Junco e Isla Mayor, foram necessários três momentos cruciais que, por sua vez, apresentaram-se inter-relacionados. Um primeiro, no qual foi fundamental buscar traçar as relações de influência e subordinação/dominação ao longo da trajetória do campo social em estudo com relação às estruturas de poder postas, traçando assim uma linha da localização do campo em estudo no arcabouço posto.

Em seguida, a partir da essência de autonomia do campo, delineou-se as relações entre as posições ocupadas, alocadas, deslocadas pelos grupos, buscando especificar a trama recente do campo, que resulta na história de lutas e conflitos pelo poder legítimo e legitimado pelos próprios indivíduos envolvidos. Por fim, do resultado destes embates, compreende-se os *habitus* de caráter mais coletivos dos subcampos existentes no interior dos campos sociais em estudo, cujas variações individuais não fazem mais que confirmar a característica fortemente coletiva das trajetórias individuais. Isso decorre do fato de que as posições no campo, são as que determinam maior ou menor espaço de ação. Em Isla Mayor, a posição de força no campo está fundamentalmente com a PAC da UE, e, no caso do assentamento Lagoa do Junco, quem aparenta ter mais força é a organização dos assentados (MST, COCEARGS, COPTEC).

A percepção de diferentes trajetórias sociais no interior de um mesmo campo social pode ser compreendida a partir do *habitus*, enquanto mediador entre o passado e o presente, enquanto sistema que funciona como categoria de diferenciação, mas também, como princípio organizador da ação prática, que tanto explica a naturalização, a aceitação, como ajuda a encontrar respostas criativas às demandas do meio social (BOURDIEU; WACQUANT, 2008). Em outras palavras, muito da relação entre *habitus* e trajetórias sociais, esta em que o *habitus* modifica-se com as experiências, sendo este, entretanto, sempre uma referência para a ação. Assim, as famílias, de forma geral, são pressionadas por um sistema de regras que é hegemônico no campo, impondo-se como algo natural, mas que, no entanto, também é passível de mudanças, as quais só se realizarão pelas experiências vividas.

Com isso, pode-se verificar que, mesmo com trajetórias bastante distintas, Lagoa do Junco, com maior intensidade de fatos, e Isla Mayor, ao final, são espaços que independentes de suas trajetórias sociais sofrem com as intervenções externas, não possuindo os indivíduos,

que compõem seus campos sociais, uma total liberdade¹⁷⁹ sobre as decisões de suas trajetórias de vida.

No caso do assentamento Lagoa do Junco, o poder hegemônico do MST de dar contornos à vida social, econômica e política dos assentados é bastante visível, demonstrado pela constante presença de imagens e símbolos que vinculam aquele espaço à organização, pelas práticas de organização produtiva adotadas, pela ativa inserção dos assentados na vida social do Movimento, pela presença de inúmeras organizações sociais estimuladas pelo Movimento, pela constante e rotineira presença dos agricultores assentados nas mobilizações políticas patrocinadas, entre outras. Tal cenário, em muito, é possível em virtude da omissão do Estado para com o assentamento, especialmente nos anos mais recentes, concomitante a uma trajetória de autonomia, de realização do *habitus* condicionada pela conjuntura de implantação do assentamento, onde o MST e os demais agentes influenciam positivamente e negativamente.

A partir de Pierre Bourdieu (2004), essa inserção, presença constante do MST no cotidiano do assentamento, pode ser caracterizada como uma “dominação simbólica”, pela qual a identificação expressa com valores do Movimento, demonstra esse poder invisível, exercido com a cumplicidade daqueles que se identificam expressamente com os mesmos. Contexto que se repete em Isla Mayor, porém com contornos um tanto diferenciados, ou seja, a forma da UE realizar sua dominação sobre as famílias arroseiras em estudo, e uma considerável parte do rural europeu, ocorre vinculando às subvenções fornecidas com determinados regramentos, o que torna o processo um tanto quanto “mascarado”, ou não tão evidente/explicito. Ou seja, no contexto de Isla Mayor, as famílias têm uma trajetória que parte de uma autonomia relativa para um contexto de menores graus de liberdade, de maior imposição das políticas da UE. Trata-se de maior presença do Estado, criando uma situação que tem se sobreposto ao *habitus* dos agentes na definição de suas práticas.

Especificamente, ao realizarmos uma análise das ações, no sentido de tomada de decisões, tanto das famílias do assentamento Lagoa do Junco, como do município de Isla Mayor, percebe-se que as mesmas não são movidas simplesmente por um interesse, mas também e fundamentalmente por disposições socialmente adquiridas. Isso demonstra que as tomadas de decisões das famílias estão condicionadas tanto pelas diferenciações nos volumes de capital, como pela interiorização de disposições e pelas condições objetivas dos campos

¹⁷⁹ Se atentar a Bourdieu, tal situação muito provavelmente nunca ocorrerá, pois o mesmo adverte que as estruturas condicionam os espaços de ação, criando-se campos, onde se regulamentam as ações dos indivíduos.

em que estão inseridas, transcendendo, assim, a oposição entre o objetivo e o subjetivo, defendida por Pierre Bourdieu.

Ao final, a partir da análise realizada via conceitos propostos e debatidos por Bourdieu, tem-se uma tendência a compreensão de que é o indivíduo que tem a capacidade de articular as múltiplas referências que lhe são propostas ao longo de sua trajetória social. Parecendo que é o sujeito a unidade social na qual se podem efetivar diferentes sentidos de ações, ações essas derivadas de suas múltiplas esferas de existência. No entanto, há que se relativizar tal questão, necessitando maior aprofundamento na temática. Entretanto, verificou-se que, é a história da trajetória dos sujeitos que vai determinar relacionalmente os enfrentamentos, as estratégias, as vantagens e desvantagens materiais e simbólicas de cada indivíduo ou campo social.

Fica claro que no sujeito, cruzam-se e interagem sentidos particulares e diferentes. Em síntese, todo indivíduo exposto a uma pluralidade de campos sociais se submete aos princípios de socialização heterogêneos e, às vezes, contraditórios, não respondendo ou agindo segundo um sistema único de disposições de *habitus*. Este, desse modo, não depende somente da posição social do agente, de sua situação atual, mas também de sua trajetória pessoal. Ou seja, “o comportamento de cada agente é menos função de suas estratégias e seus cálculos explícitos do que de seu ‘senso do jogo’, adquirido ao longo de seu itinerário social” (GARCIA-PARPET, 2003, p. 150 apud RAUD, 2007). Se Bourdieu reconhece a forte probabilidade de que diferentes indivíduos podem ser considerados como “sendo o produto das mesmas condições objetivas, [sejam] dotados dos mesmos *habitus*”, lembra, no entanto, que “o princípio das diferenças entre os *habitus* individuais reside na singularidade das trajetórias sociais” (1996, p. 100-101).

A estruturação de campos sociais em determinados espaços que estipulam as regras do jogo, embora tenham-se mostrado ao longo do trabalho de fundamental importância para os indivíduos que o compõem, e nas disputas mais locais, bem como na minimização dos impactos das intervenções externas, demonstrou não ter força para “lutar”, de forma a organizar seus agentes, contra a hegemonia das intervenções externas, especialmente as realizadas via ações do Estado.

Em suma, com base nos casos estudados, pode-se verificar que, dependendo de uma maior ou menor presença do Estado no meio rural, tem-se maior ou menor espaço para realização do *habitus*, sendo que a trajetória social é condicionada pela presença de agentes externos, os quais limitam ou favorecem a emergência do *habitus* nas práticas dos agentes locais. Pode-se inferir que, do campo projetado ao campo realmente vivido pelos agentes,

existe uma trajetória social permeada por processos de intervenção, fazendo com que o projetado e o vivido, no meio rural de Brasil e Espanha, sejam muito dispares.

Importa, ao final, ressaltar que as considerações aqui destacadas foram desenvolvidas desprovidas de uma obrigação com conclusões definitivas, pois, como ressaltado no início do presente trabalho, não se pretende esgotar tão complexa questão, nem mesmo tomar como única perspectiva analítica possível da temática em pesquisa. O que se propôs, a partir da sistematização de um referencial de análise que proporcionasse orientação teórica e coerência na análise empírica, foi um novo e distinto olhar sobre um contexto específico do meio rural. Certos da ideia de que o mais importante no caminho traçado é a trajetória percorrida, convém, neste momento, destacar que muito se aprendeu na realização da tese, embora tendo que finalizá-la antes do tempo previsto e talvez com algumas restrições. Mas, acredita-se que há muito mais ainda para aprender e explorar sobre a temática aqui trabalhada. Por isso, o trabalho desenvolvido, e aqui sistematizado, não é o fim, mas o início, de novas indagações, de futuros desafios, colocados agora em um grau mais elevado de complexidade e investigação. Com isso, não se procura esquivar da responsabilidade a respeito das considerações mais conclusivas desenvolvidas, mas sim reconhecer e valorizar a trajetória do conhecimento percorrido.

REFERÊNCIAS

AGUILAR CRIADO, E.; ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Productos locales, calidad y diversificación: nuevas estrategias de desarrollo en el mundo rural de España y Brasil. *Estudios Sociológicos*. XXIX: 85, pp. 189-214. 2011

AGUILAR CRIADO, E.; CABEDO, C. L. Tradición, calidad y naturaleza: los valores de una nueva ruralidad. In: VI Coloquio Ibérico de Estudios Rurales “El papel de las regiones en las economías rurales”. La Rábida - Huelva, pp. 1349-1365, 2006.

AGUILAR CRIADO, E. Productos locales, mercados globales. Nuevas estrategias de desarrollo en el mundo rural. In: GARCÍA DO CAMPO, M. (ed.) **Perspectivas Teóricas en Desarrollo Local**. La Coruña, Netbiblo, 2007.

AGUILAR, E. C.; LOZANO C. Las Denominaciones de Origen de Aceite en Andalucía y el Nuevo Escenario Rural Europeo. In: IV Congreso Internacional de la Red SIAL (ALFATER). **Anais...** Mar del Plata/Argentina: IICA, 2008.

ALMEIDA, R. A. Classe Camponesa e *habitus* específico: identidade e distinção no campo. AVEPALAVRA: Revista de Letras. Câmpus de Alto Araguaia-UNEMAT-MT, nº5, 2001/2004.

ALMEIDA, R. A. A sociologia da prática de Bourdieu e o Campesinato. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, ano 3, n.3, p. 92-109, mai. 2006.

ARAÚJO, F.M.de B., ALVES, E.M., CRUZ, M.P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de *habitus* na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan/jun 2009.

ARDILA, J. Extensión rural para el desarrollo de la agricultura y la seguridad alimentaria: aspectos conceptuales, situación y una visión de futuro. San José, C.R.: IICA, 2010.

ARTEAGA, J. G. Colonización y explotación de las Islas del Guadalquivir. In: CARRASCO, José Luis Escacena (coordinador). **La Puebla del Río: Miscelánea Histórica**. Universidad de Sevilla : Diputación de Sevilla, Sevilla 2010

ARTEAGA, J. G. **El arroz en las marismas del Guadalquivir**: evolución y problemática actual. Universidad de Sevilla. Sevilla. 2005

BAVARESCO, P. A. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

BECERRA, A. T.; BRAVO, X. L. Los alimentos de calidad diferenciada: Una herramienta para el desarrollo rural sostenible. M+A. Revista Electrónica@ de Medio Ambiente. 2009.

BERGAMASCO, S. M. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, nº 31, 1997.

- BERGAMASCO, S. M. P.; NORDER, L. A. C.; Assentamentos e assentados no Estado de São Paulo: os debates e as categorias inerentes à constituição dos programas de reforma agrária. In: NEVES, D.P. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T.. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 23 Ed. Petrópolis, Vozes, 2003.
- BITTENCOURT, G. A.; CASTILHOS, D. S. B.; BIANCHINI, V.; SILVA, H. B. C. e. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil** – Convênio FAO/INCRA. 1998.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Jeni Vastsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 1987.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.
- BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição. p. 65-69.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP. 2004b.
- BOURDIEU, P. “O campo econômico”. *Política & Sociedade*, UFSC, v. 4, nº 6, 2005. (tradução de “Le champ économique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 119, 1997).
- BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2 ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.
- BRASIL, Decreto nº 59.428, de 27 de Outubro de 1966.
- BRASIL, Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória INCRA 35 anos**. Brasília: MDA: INCRA, 2006.
- CABEDO, C. L. Canales Cortos de Comercialización y Consumo Social de Productos Ecológicos en Andalucía. Su aplicación en la Sierra de Segura (Jaén). In: I Congreso Español de Sociología de la Alimentación, Gijón (La Laboral), 2009.
- CABEDO, C. M. L.; AGUILAR, E. C. Natural, Tradicional y de la Tierra. la Promoción de la Calidad Agroalimentaria en los Nuevos Espacios Rurales Andaluces. Patrimonio Cultural en la Nueva Ruralidad Andaluza. Sevilla. Instituto Andaluz del Patrimonio Historico. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. Vol. 1. 2010.

CALDAS, N. V.; AGUILAR, E.C.; LOZANO, C.. A certificação de produtos orgânicos na Espanha: obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. **Anais**. Porto de Galinhas. Recife : UFRPE, 2010

CALDAS, N. V.; SACCO dos ANJOS, F.; BEZERRA, A. J. A.; LOZANO, C. .Entre la participación y los imperativos del mercado: trayectorias de la certificación de productos ecológicos en Rio Grande do Sul (Brasil) y Andalucía (España). In: 49º Congresso da Sober. **Anais**. Belo Horizonte. SOBER, 2011.

CALDAS, N. V.; SACCO dos ANJOS, F.; LOZANO, C.; AGUILAR, E.C. Certificación de Productos Ecológicos: Estudio comparativo entre el sistema participativo de garantía y la certificación por tercera parte en el contexto de Rio Grande do Sul (Brasil) y Andalucía (España). In: X Congreso Español de Sociología, 2010, Pamplona. **Anais**. Madrid, 2010.

CANTÓ, A. S. La "colonización" de la Isla Mayor del Guadalquivir: Representaciones territoriales y sistemas identitarios. **Revista Andaluza de Relaciones Laborales** - n.º 3, Abril 1997.

CANTÓ, A. S. **La memoria y el territorio**: La construcción de la comunidad local en Isla Mayor (Sevilla). Madrid. Ministerio de Cultura. 2005

CARFANTAN, J. Y., BRUM, A. L. O Agronegócio Brasileiro e as Novas Regras de Acesso ao Mercado da União Européia. In: **Desenvolvimento em Questão**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, Brasil, ano 4, nº 8. 2006.

CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

CARVALHO, H. M. de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999.

CATANI, A. M. Pierre Bourdieu: um estudo da noção de campo e de suas apropriações brasileiras nas produções educacionais. Atas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia, 2002. Disponível em <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ba6c00014_1.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2011.

CATÃO, M. de F. M. **Projeto de vida em construção na exclusão/inserção social**. João Pessoa: Ed. Universitária. 2001.

CAUME, D. J. **O MST e os assentamentos de reforma agrária**: a construção de espaços sociais modelares. Goiânia: Editora UFG/UPF, 2006.

CAUME, D. J. A tessitura do “assentamento de reforma agrária”: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH/Unicamp, Campinas, 2002.

COMISSÃO ECONÔMICA para América Latina e o Caribe – CEPAL. Panorama social da América Latina. **Documento Informativo**, 2009. Disponível em:

<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/37859/PSP2009-Sintesis-lanzamiento.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2010.

COMISSÃO EUROPEIA. O Futuro do Mundo Rural, Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho de Ministros, COM(88)501 final, Bruxelas, 21 de Outubro de 1988.

COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA. Regulamento (CEE), 2081/92, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, N.º L208, 24/07/92.

COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA. Regulamento (CEE), 2082/92, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, N.º L208, 24/07/92.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. O que é PAA?. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em 21 de julho de 2011.

CONSEJERÍA DE MEDIO AMBIENTE. II Plan de Desarrollo Sostenible. Doñana. Documento para información pública. Junta de Andalucía. Octubre, 2009

COPTEC - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. PRA - Plano de Recuperação do Assentamento Lagoa do Junco, Município de Tapes, RS. 2009. Disponível em: <<http://www.COPTEC.org.br>>. Acesso em 26 de maio de 2011.

COSTA, A. M. Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares de Santo Cristo/RS: uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CRIADO, E. A. VIII Informe del Subproyecto de Patrimonio Etnológico, perteneciente al proyecto Territorio y Patrimonio en la Cuenca del Guadamar.

CRUZ, I. M. F. da S. Entre estruturas e agentes: padrões e práticas de consumo em Portugal. Resultados da análise quantitativa aos dados do IOF 1967-2006. In: VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 2008.

CRUZ, F. T. da; MENASCHE, R. Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. Revista **IDeAS** – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 1, p. 91-114, 2011.

CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. **IDS Bulletin**, v.20, n.2, 1989.

DI JOHN, J. An institutionalist political economy perspective of risk and vulnerability. Presentation at a joint **World Bank/Columbia** University Workshop on Assessment of High Risk Disaster Hotspots, 6–7 September 2001, Palisades, NY. Disponível em: <<http://www.proventionconsortium.org>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

DIAS, M. M. Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

DIESEL, V., NEUMANN, P.S., SILVEIRA, P.R.C. da, FROEHLICH, J.M. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: TOMMASINO, H., HEGEDUS, P. (Eds.) **Extensión**: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural. Montevideo: Universidad de la Republica - Facultad de Agronomía, 2006.

DOLGBERG, F. A livestock development approach contributes to poverty alleviation and widespread improvement of nutrition among the poor. *Livestock Research for rural development*, **Calí**, v.13, n.5. Oct. 2001. Disponível em: <<http://www.lrrd.org/lrrd13/lrrd13.htm>>. Acesso em: 07 jan, 2011.

DUCLOS, J.Y. Problemas de medición de vulnerabilidad y pobreza para políticas sociales. Washington, **World Bank Institute**/Social Protection, n. 0230, abril de 2001. Série de Documentos de Discussión sobre la Protección Social. Disponível em: <http://trc.ru/files/2006/01/18/CD-rom%20Content/pdfs/Papers/Spanish/Vulner%20and%20Pov_Duclos_Sp.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2011.

EBRO. Ebro Foods: La creación de un líder mundial y su compromiso con el sector. Valencia, 2011. Disponível em: <<http://www.ebrofoods.es/index.php?id=58>>. Acesso em 19 dez. 2011.

ECHEVERRÍA, R. Opciones para reducir la pobreza rural em América Latina y el Caribe. *Revista de la CEPAL*. Santiago do Chile, n. 70, p. 147-160, 2000.

ESTRADA, E. M. FORO IESA sobre la Cohesión de los Territorios Rurales: Del desarrollo rural al desarrollo territorial. Granada, España. 2009

FABRINI, J. E.. Os Assentamentos de Trabalhadores Sem Terra Enquanto Território de Ações Coletivas/Cooperativas Através da Coagri (Cooperativa de Reforma Agrária e Trabalhadores Rurais da Região Centro-Oeste do Paraná). **Tese** (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2002.

FARIAS, M. de F. L. de. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. *Revista NERA*. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, Presidente Prudente, 2007.

FAULSTICH, E. P. Nós fazemos a Reforma Agrária. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória INCRA 35 anos**. Brasília: MDA: INCRA, 2006.

FAVARETO, A. Estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2001.

FERRANTE, V.L.S.B. e BARONE, L. A. Homens e Mulheres nos Assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas**, Revista de Ciências Sociais, vol. 20/21, SP: EDUNESP, 1997/1998.

FERREIRA, N. M. da C. Campo, Habitus e Cooperativas. **Revista Inter-legere** – ano 1, número 1, Jan/jul de 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

FIALHO, M. A. V. Rincões de Pobreza e Desenvolvimento: Interpretações sobre comportamento coletivo. 2005. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FIERRO, J. C.; MARTÍN, A. V. Denominaciones de Origen e Indicaciones Geográficas: justificación de su empleo y valoración de su situación actual em España. In: ESPINOSA, J. L.

de (coord.). **El nuevo sistema agroalimentario en una crisis global**. Fundación Cajamar. 2009. Disponível em: <<http://www.fundacioncajamar.com/mediterraneo/indice/indice15.htm>>. Acesso em 04 maio de 2011.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em 21 de julho de 2011.

FRANÇA, C. e SPAROVEK, G. (Coord.) Assentamentos em Debate. **NEAD debate**, NEAD/MDA, Brasília, 2005.

FROEHLICH, E. A capacidade de “fazer diferente”: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). **Dissertação** (Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GIDDENS, A.. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GINER, S. C. Tierras inundadas: El cultivo del arroz en la España contemporánea (1800-1936). In: **Revista de Historia Económica**, 2002, año XX, vol. 1, p. 39-80.

GIOVANNUCCI, D.; RANABOLDO, C. Markets and Geographical Indications of Origin: Synthesis of Terra Madre Gathering and E- Forum. Latin-American Center for Rural Development (RIMISP). 2008. Disponível em: http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/DTR-IC/D_%20Giovannucci%20and%20C_%20Ranaboldo,%20Markets%20and%20IG,%20eng,%2015_11_08.pdf. Acesso em 12 jan. 2012.

GONÇALVES, W. A questão agrária brasileira: vinte anos de debate. In: **Estado e agricultura no Brasil**: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo, Hucitec, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **O que é questão agrária**. 15. ed. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Instituto de Economia, Unicamp. Campinas, 1996.

GOODMANN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, Vol 19, Issue 1, January de 2003.

GUANZIROLI, C. E. et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAAS, J. M.; SILVEIRA, P. R. C.; BOLTER, J. A. G. Os Projetos de Vida de Famílias Assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária: Uma análise a partir dos Planos de Recuperação de Assentamentos. **Anais**. 49º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, Belo Horizonte - MG. 2011.

HOOGEVEEN, J., TESLIUC, E., & VAKIS, R. *A Guide to the Analysis of Risk, Vulnerability and Vulnerable Groups*. Washington: **World Bank**. 2005. Disponível: <www.worldbank.org/sp/.../Training/GuidetoRVAandVulnerableGroups.pdf>. Acesso em 12 jan. 2011.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005c.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em 19 dez. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2011.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.Incra.gov.br/portal/>>. Acesso em: 11 out. 2010.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos. Reforma Agrária ganha e perde no PLOA 2011. 2010. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. PNAD 2008: Primeiras análises - o setor rural. In: **Comunicados do Ipea**, n.42, Brasília; mar 2010a.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Pobreza, desigualdade e políticas públicas. In: **Comunicação da Presidência**, n.38, Brasília; jan. 2010b.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. Nº. 18. Capítulo 8: Desenvolvimento Rural, p. 189-233. 2010c

IPEADATA. Banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2010. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A Observação Direta e a Pesquisa Qualitativa. In: Vários Autores. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. et al. (orgs.), *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, IPEA, (Série IPEA, 127), 1990.

LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L.(Org.). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: Indicações Geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. Brasília: Sebrae, 2006.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**. Vol.1 e vol.2. 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LEITE, P. S. et al. (Org's). *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: **MDA**, Paralelo 15, NEAD, 2000.

LIMA, M. A. A. de. As estratégias produtivas dos agricultores do assentamento Conquista da Fronteira, Hulha Negra – RS. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

LOZANO, C. C. Agricultura Ecológica y “Segura”. Multifuncionalidad, calidad y territorio en el contexto de la globalización. Tesis doctoral, Universidad de Sevilla. 2009.

LOZANO, C. C.; AGUILAR CRIADO, E. Territorialising organic production: collective actions and public policies in Andalusia. **Sviluppo Locale**, XV, 37-38. 2012

MARQUES, M. I. M.. **De sem-terra a "posseiro"**, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARTÍNEZ, E. I.; FONSECA, M. B.; VELASCO, F. J. H. Propuesta para Promover la Sostenibilidad del Arrozal en Doñana: Un ‘Banco Verde De Agua’. Departamento de Economía y Ciencias Sociales Agrarias. Universidad Politécnica de Madrid. Disponível em: <grupo.us.es/ciberico/archivos_word/175b.docSimilares>. Acesso em: 10 de jan. 2012.

MARTINS, J. de S. **O sujeito Oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, C. B. Sobre a noção da prática em Bourdieu. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 62, mar. 2002.

MATTZA, A. F. INCRA, 35 anos em vida. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Memória INCRA 35 anos. Brasília: MDA: INCRA, 2006.

McGREGOR, J.A. A poverty of agency: resource management amongst poor people in Bangladesh. **Draft**, 2000. Disponível em: <<http://staff.bath.ac.uk>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

MEDEIROS, L. et al. (Org). **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed.Unesp, 1994.

MEDEIROS, L. S. de. Movimentos Sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

MELGAREJO, L. Desempenho, Eficiência Multidimensional e Previsão de Possibilidade de Sucesso em Assentamentos de Reforma Agrária, no Rio Grande do Sul. 2000. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MELO, H. P. de e BANDEIRA, L. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, **CEPAL**. Unidad Mujer y Desarrollo. Projecto “Governabilidade democrática e igualdade de gênero”. Santiago de Chile, junho, 2005.

- MELLO, P. F. Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MENDONÇA, S. R. de. **A Classe Dominante Agrária: Natureza e Comportamento -1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006
- MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Edição Brasileira, Rio de Janeiro, ed. Zahar. 1978.
- MENEZES NETO, A. J. de. A Igreja Católica e a luta pela terra no Brasil. **Anais**. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, “A Questão (da Reforma) Agrária na América Latina: Balanço e Perspectivas”. Niterói, RJ, 2009.
- MENEZES NETO, A. J. de. Além da Terra: a Dimensão Sociopolítica do Projeto Educativo do MST. **Tese** (Doutorado em Educação - Linha: Estado, Sociedade e Educação), Universidade de São Paulo, USP, 2001.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Orçamento e Gestão, Projeto de Lei Orçamentária, Exercício Financeiro 2011, Vol. II, Brasília, 2010.
- MORAIS, C. S. de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC-EDUC, 1989.
- MUÑOZ, A. C. G.; CALDENTEY, P. Signos de calidad en productos agroalimentarios. Revista **Tierra Sur**, Nº 7, pp. 30-35. 2000.
- NARAYAN, D. CHAMBERS, R.; SHAH, M.; PETESCH, P. Voices of the Poor: Crying out for change. Washington: **Oxford Press**, 2000. Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/335642-1124115102975/1555199-1124115201387/cry.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2011.
- NARAYAN, D. La pobreza es impotencia y falta de representación. **Revista Finanzas & Desarrollo**. Washington. Diciembre de 2000. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2000/12/pdf/narayan.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2011.
- NIEDERLE, P.A. Compromissos para a qualidade: projetos de Indicação Geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2011. **Tese** (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2011.
- NOGUEIRA, C. M. M. Entre o subjetivismo e o objetivismo: considerações sobre o conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu. **Teoria & Sociedade** (UFMG), Belo Horizonte, p. 144-167, 2002.
- NOGUEIRA, M, A. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. **Revista Brasileira de Educação**. nº. 26, Rio de Janeiro, maio/ago. p. 133-144, 2004

NORMA DE EXECUÇÃO INCRA/Nº 9, DE 6 DE ABRIL DE 2001. (Publicação: Diário Oficial nº 71-E, de 11/4/2001, seção 1, pág. 201)

OLIVEIRA, A. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). **A questão agrária hoje**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, M. L. R. de. Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. 2007. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Editora Alínea, Campinas, SP; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

ORTIZ, R. (Org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

PARLAMENTO EUROPEU. Política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adotar. **Jornal Oficial da União Europeia**. 25 de Março de 2010

PEREIRA, J. R. Terras e reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.) **Significados da Terra**. EdUnB, Brasília, 2004.

PESQUISA DO IBOPE: 40% dos assentados pela reforma agrária vivem em situação de extrema pobreza. **CNA**. Disponível em:

<<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/pesquisa-do-ibope-40-dos-assentados-pela-reforma-agraria-vivem-em-situacao-de-e>>. Acesso em: 18 out. 2010.

PICCIN, M. B. Lógicas Socioculturais e Estratégias Produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra. 2007. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PICCIN, M.B; e PICOLOTTO, E.L. A luta e o processo de gestação de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e agroecologia. In: **Anais XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Recife, SBS. 2007.

PINTO, A. G. Estratégias de desenvolvimento para o Brasil rural: balanço e perspectivas a partir da experiência paulista. 2004. **Tese** (Doutorado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>>. Acesso em: 11 out. de 2010.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2009). Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 – Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimentos humanos. Lisboa: Almedina. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2001 - Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. 2001. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2001 - Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. 2001. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

POLETTO, I. A Igreja, a CPT e a mobilização pela Reforma Agrária. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

PORTERO, M. A. **Producción integrada del arroz en el sur de España**. Consejería de Agricultura y Pesca, Fundación Caja Rural del Sur, Sevilla, 2010.

PORTERO, M. A.; GARCÍA, L. N.; CANO, J. M. G. Estudio Agroeconómico del Cultivo del Arroz Bajo Producción Integrada en las Marismas del Guadalquivir. Junta de Andalucía. Consejería de Agricultura y Pesca. Sevilla, 2007.

PRANCUTTI, A. 35 anos em vida com os pés na terra. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória INCRA 35 anos**. Brasília: MDA: INCRA, 2006.

PRECEDO, A. Cooperación intermunicipal e identidad territorial en espacios rurales: el futuro de la comarca. **Urban Public Economics Review** / Revista de Economía Pública Urbana. Universidade de Santiago de Compostela, España, nº. 6, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPES. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.tapes.rs.cnm.org.br/>> Acesso em: 14 de junho de 2011.

RAUD, C. Bourdieu e a nova sociologia econômica. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 2, nov. 2007. p. 203-232.

RIBEIRO, D. **O povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMANO, J., O. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: MEDEIROS, L. et al. (Org). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed.Unesp, 1994.

ROS, C. A da. As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002). **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SABUCO, A. ¡Por fin somos Pueblo! Movimientos segregacionistas y sistemas de identidades en la Isla Mayor del Guadalquivir. **Tesis Doctoral**. Sevilla: Universidad de Sevilla. 2002

SACCO dos ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Indicações geográficas, desarrollo e identidad territorial. *Agricultura Familiar en España*, v. 1, p. 207-214, 2010.

SACCO dos ANJOS, F.; AGUILAR, E.C. ; CALDAS, N. V. Productos locales, calidad y diversificación: nuevas estrategias de desarrollo en el mundo rural de España y Brasil. In: VIII

Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural. **Anais**. Porto de Galinhas. Recife: UFRPE, 2010.

SÁNCHEZ, V. M. M. Agua, Arroz y Doñana: Caminos Convergentes. **Anduli**: revista andaluza de ciencias sociales, Nº. 8, Andalucía. 2009a.

SÁNCHEZ, V. M. M. La desigualdad social como proceso en el contexto arrocero sevillano. **Comunicación**. III Jornadas de Sociología Desigualdad en las sociedades contemporáneas. Centro de Estudios Andaluces. Consejería de la Presidencia, Junta de Andalucía. Sevilla, 2009b.

SÁNCHEZ, V. M. M. **Arroz a la Flamenca**: arroz y arroceros en el bajo Guadalquivir. Fénix Editora, Sevilla, 2010.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, C. e SPAROVEK, G. (Coord.) **Assentamentos em Debate**. NEAD debate, NEAD/MDA, Brasília, 2005.

SCHREINER, D. F. Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. 2002. **Tese** (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SEN, A. K. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo; Companhia das Letras, 2000.

SETTON, M. da G. J. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, São Paulo v. 20, p. 60-70, maio/jun. jul./ago. 2002.

SHAFFER, P. New Thinking on Poverty: Implications for Globalisation and Poverty Reduction Strategies. **Real-world economics review**, issue no. 47, 3 October 2008, pp. 192-231, Disponível em: <<http://www.paecon.net/PAEReview/issue47/Shaffer47.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2011.

SIDRA/IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 out. 2010.

SILVA, C. B. da. Acampamentos e Assentamentos do MST: (re)construções, memórias e histórias. **Revista Espaço Plural**. Projeto Saber, Cascavel, n.13, p.10-14, 2005. Semestral. Disponível em: <www.unioeste.br/saber>. Acesso em: 27 jan. 2011.

SILVA, M. A. de M. **A Luta Pela Terra**: Experiência e Memória. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVEIRA, P.R.C. da. Reflexões sobre o Modo de Gestão de Sistemas de Produção Agrícolas Familiares- um estudo exploratório. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.

SILVEIRA, P.R.C. da. Alimentos e Bebidas Orgânicas na Comensalidade Contemporânea: um estudo a partir dos processados orgânicos no Rio Grande do Sul – Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Humanas_- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

SOUZA, T. A. S. O inato e o apreendido - a noção de *habitus* na sociologia de Pierre Bourdieu. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma Agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras. Editora e Gráfica, 2003.

STÄLSETT, S. J., **Vulnerabilidad, dignidad y justicia**. Documento incluído na Biblioteca Digital de la Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética y Desarrollo, 2003. Disponível em <<http://www.iadb.org/etica>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária, 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005d.

STÉDILE, J. P. et al. **A Questão Agrária na Década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SULZBACHER, A. W.; SILVEIRA, P. R. C. da. Implantação de agroindústrias em assentamentos rurais no Estado do Rio Grande do Sul: entre concepção e realidades. In.: XX Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territorialidades, Temporalidades e Desenvolvimento no Espaço Agrário Brasileiro. **Anais**. Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2010.

TEIXEIRA, I. Análise dos processos de diversificação produtiva, social e organizacional no assentamento Trinta de Maio, Charqueadas - RS. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural). PGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TERRADO, P. R. Modelización de los cambios y evolución reciente del sistema rural Español. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. n.º 54. Madrid - España. 2010.

THE WORLD BANK. **Attacking Poverty**. 2000. (World Development Report 2000-01). Disponível em: <<http://www-wds.worldbank.org>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

THIRY CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, Fev. 2006.

TIBÉRIO, M.; CRISTÓVÃO, A. Produtos tradicionais e desenvolvimento local: o caso da designação protegida Queijo Terrincho DOP. In: **Anais I Congresso de Estudos Rurais: Território, Sociedade e Política - Continuidades e Rupturas - Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais**, Departamento de Economia e Sociologia, UTAD, Vila Real, 2001.

TOLÓN, A. B.; LASTRA, X. B. Los alimentos de calidad diferenciada: una herramienta para el desarrollo rural sostenible. **M+A Revista Electrónica de Medio Ambiente**. n.º.6. Madrid. 2009.

VIAL, S. R. M.; FORTES, C. L. **O direito à terra como terra do direito**: um estudo de caso no assentamento Lagoa do Junco – Tapes/RS. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

VIEIRA MEDEIROS, R. M. Camponeses, cultura e inovações. In: **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. n. 1, fev. 2006.

WACQUANT, L. Esclarecer o *Habitus*. **Educação & Linguagem**, ano 10, nº 16, Jul.-Dez. 2007.

WACQUANT, L. Hacia una praxeología social: la estructura y la lógica de la sociología de Bourdieu. In: BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2009.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, outubro de 2000.

WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. Distribuição de Renda no Rio Grande do Sul: Um Comparativo entre o Rural e o Urbano. **Anais do 1º Encontro de Economia Gaúcha**. PUCRS/FEE, Porto Alegre, 2002.

YAMIN, F.; RAHMAN, A.; HUQ, S. Vulnerability, Adaptation and Climate Disasters: a conceptual overview. **IDS Bulletin**, v. 36, n. 4, p. 1-14, outubro de 2005. Disponível em <<http://www.preventionweb.net/english/professional/publications/v.php?id=7789>> Acesso em: jan de 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi – 2º Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

YODMANI, S. Disaster risk management and vulnerability reduction: protecting the poor. 2005. **Anais**. The Asia and Pacific Forum on Poverty, Bangkok. Disponível em: <<http://www.adb.org/poverty/forum/social.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2011.

ZIMMERMANN, N. de C. "Os desafios da organização interna de um assentamento rural". In: MEDEIROS, Leonilde et al. (Org's), **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed.Unesp, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro Base para entrevistas com Informantes-Chaves de Brasil

1. Nome do informante:
2. Atividade/cargo que exerce:
3. Comente sobre a formação do assentamento/historico:
4. Que órgãos, instituições e movimentos sociais ajudaram os assentados no início e qual o auxílio prestado?
5. Quais as atividades desenvolvidas no início do assentamento?
6. Quais as dificuldades enfrentadas na instalação do assentamento?
7. Comente sobre a estrutura organizacional dos assentados (Comissões, Cooperativas e Associações); Participa das mesmas? De que forma?
8. Qual a dinâmica destas organizações?
9. Existem pessoas ou grupos que sempre ocupam posições de destaque? Quais as principais características deste grupo?
10. Comente sobre os diferentes sistemas de produção desenvolvidos no assentamento (cultivos/criação voltados para o mercado):
11. Como é realizada a comercialização da produção? Compradores, forma de pagamento.
12. Assistência técnica no assentamento:
13. Comente a respeito dos créditos/financiamentos:
14. Quais são os principais problemas enfrentados pelos assentados atualmente?
15. Qual a sua opinião sobre a estruturação do assentamento em relação aos demais?
16. Existe um projeto futuro para o assentamento, em que te insiras?

APÊNDICE B – Roteiro Base para entrevistas com famílias assentadas

1. Nome e Idade;
2. Composição social dos moradores do lote;
3. Origem, (local (is) onde vivia antes do acampamento):
4. O que fazia antes, ocupação (rotina) em cada local:
5. Como se “sentia” em cada um dos momentos (posições) na trajetória? O que motivou a mudança em cada uma das trajetórias?
6. O que levou a entrar na luta pela terra?
7. Como foi o tempo de acampamento (descreva um pouco da rotina):
8. Como eram as interações sociais no período do acampamento?
9. Havia discussão sobre o futuro no período de acampamento? Quem fazia estas discussões? No seu caso chegou a se planejar o futuro? Você estava de acordo com a proposta? Houve possibilidade de realizar o que foi planejado, depois?
10. O acesso a terra trouxe mudanças para sua família? Quais?
11. Estas mudanças estavam em conformidade com suas expectativas? Explique:
12. Quando foi assentado, descreva sua chegada.
13. Quais eram as expectativas, planos, projetos na chegada ao assentamento e o que aconteceu?
14. Como era a colaboração entre os assentados no início? Quais as possibilidades econômicas/produtivas que vocês visualizavam na época? Como se decidia o que seria feito?
15. Houve possibilidade de “seguir” na mesma linha do início? Explique a trajetória seguida e as motivações para as mudanças (como se decidiu isto?)
16. Descreva um pouco da sua rotina atualmente. Gosta dela?
17. É a rotina que gostaria de ter, ou que buscou construir ao longo da vida?
18. Tentou mudar? O que aconteceu? Tem intenção de mudar? Fez planos para isso? Qual a possibilidade que visualiza de realizar seus planos? Do que depende a realização de seus planos?
19. Em algum momento da sua vida “planejou” mais o futuro? Explique
20. O planejamento do futuro ainda tem a mesma importância no momento atual de sua vida? Por que? Quais as coisas que você planeja hoje (só o dia seguinte? a semana? O mês? Algumas atividades outras não?) Explique;

21. Os planos atualmente são seus? da família? do núcleo/associação? da comunidade? do assentamento?
22. Aqui no assentamento todas as famílias tem a mesma “posição” (ou qualidade de vida)? Explique: Como os que tem melhor posição a conquistaram? Todos poderiam alcançar esta posição?
23. O que são consideradas as posições intermediárias? Explique a trajetória daqueles que as alcançaram?
24. Você está satisfeito com sua “posição”? Faz alguma coisa para modificá-la? Já tentou? Explique
25. Do que a sua família vive hoje? Quais as fontes de renda?
26. Você tem buscado “melhorias” ultimamente? De que tipo?
27. Quais as principais dificuldades que vem encontrando no seu dia a dia (nas suas atividades produtivas)? Tem planos de mudança? Explique:
28. Mencione as “pessoas” e organizações que são mais importantes para a realização de seus planos, justificando sua inclusão:
29. Comente sobre as seguintes palavras:
 - futuro
 - planos
 - vida boa
 - problemas urgentes
 - conflitos

APÊNDICE C – Roteiro Base para entrevistas com informantes chaves – Espanha

. Identificación del entrevistado:

- Edad:
- Sus principales actividades/funciones hoy:
- Haga una caracterización de la empresa o finca que trabajas hoy:
- Describe un poco de la historia de la empresa o finca:

. Cómo caracterizaría la producción arrocerá de la región hoy?

. Cómo valora la especialización hacia la calidad y a la Agricultura Integrada?

. Hay diferenciación entre los productores arroceros (acceso a tierra, maquinaria);

- Hay salidas de productores del negocio arroceró en el periodo reciente? Causas?

. Como ocurre la inserción de los productores arroceros en las cadenas agroindustriales:

. Todos los productores son miembros de alguna cooperativa o tienen vínculos con empresas agroindustriales que se benefician de la producción arrocerá?

. Cual son las opciones que tienen los productores para la venta de su producción?

. Hay fidelidad para las ventas?

. Hay ocurrido mudanzas tecnológicas en la producción arrocerá? Son muy radicales?

-Si es posible, hable de la historia de los productores de arroz de la zona;

-Destaque de los distintos periodos que se han quedado y los principales cambios que han ocurrido (como se producía en inicio, los cambios y por que ocurrieran);

- Piensa que tales cambios han sido por iniciativa de los productores o por obligación?

. Cómo perciben los productores el cambio hacia la Agricultura Integrada? Como valoran la vigilancia, obligaciones y las cuestiones burocráticas que se hacen necesarias el la producción integrada?

. Cuales son los órganos, instituciones o movimientos que están presentes hoy en la producción arrocerá de Isla Mayor? Qué instituciones son que más deciden/influencian los rumbos de la producción arrocerá?

. Cual es la importancia de las ayudas recibidos por la PAC y otros? Piensa que sin ellos la producción sería viable?

Y se no tenía la exigencia pela producción integrada como piensa que se quedaría la forma de producción? Todos utilizarían de una misma estrategia para la producción?

. Asistencia técnica

- Qué tipo de la Asistencia técnica tienen los productores? Quienes la hace?
- Todos son atendidos? Hay distinciones? Por qué?

- La asistencia es específica, especialista, solo para la producción de arroz o es más amplia? Hay algunos cambios a lo largo de los años? Cuales?
- . **Piensas que hay características distintivas en los arroces producidos en la zona de Doñana hoy?**
- . **Cómo influye la proximidad con el Parque Nacional en la producción arrocerá?**
- . **Cómo valoran los productores la existencia de Doñana para la economía de la zona?**
- . **Qué otras fuentes de económicas que tienen los productores además del arroz?**
- . **Cuáles son las perspectivas futuras de este cultivo?**
 - Los productores están satisfechos con la situación actual del arroz en la zona?
 - Cuales cree que son los principales problemas a solucionar? Con respecto a la producción? , con respecto al mercado?

APÊNDICE D – Roteiro Base para entrevistas com produtores – España

. Identificación del entrevistado:

- Edad:
- Sus principales actividades hoy:
- Describe un poco de su historia y de la finca:

. Como usted caracterizaría la producción arrocera de Isla Mayor hoy (es homogénea/distinta):

- . Cómo valora la especialización hacia la calidad?
- . Y a la Agricultura Integrada?
- . Cuenta un poco de cómo empezó la cuestión de la producción Integrada? Quién ha hecho las primeras discusiones/proposiciones? Que pensaban los productores en lo inicio? Que problemas tenían antes de empezar la producción Integrada?

Cómo percibe usted el cambio hacia la Agricultura Integrada?

. Se no tenía la exigencia por la producción Integrada como piensa que se quedaría la forma de producción en la zona? Todos utilizarían de una misma estrategia para la producción?

. Como usted mira la vigilancia, obligaciones y las cuestiones burocráticas que se hacen necesarias el la producción Integrada?

. Asistencia técnica:

- Qué tipo de la Asistencia técnica tienen? Quien los contrata? Quienes son los técnicos (son de la zona?)?
- La asistencia es específica, especialista, solo para la producción de arroz o es mas amplia? Antes de la producción Integrada usted trabajaba con servicios de asistencia técnica? Piensas que la forma de la asistencia técnica ha cambiado a lo largo de los años?

. Hay diferenciación entre los productores arroceros (acceso a tierra, maquinaria);

. Describe un poco de tu modo de producción (preparación de la tierra, semillas, fertilizantes, cosecha, venda de la producción/ inserción en las cadenas agroindustriales)

- . Es miembro de alguna cooperativa o tiene vínculo con empresas que te ayudan para el cultivo de arroz?
- . Donde compras las semillas, fertilizantes que necesita para la producción?
- . Como ocurre lo pago de estas semillas, fertilizantes? Donde son/vienen los recursos que necesitas para esta fase de producción?

- . Y cuando haces la cosecha, para donde va la producción?
 - . Cual son tuyas opciones para la venda de la producción?
 - . Tiene fidelidad en las vendas con alguna cooperativa o empresa? Por que?
 - . **Hay hecho mudanzas (tecnológicas) en tu forma de producir arroz a lo largo de los años? Son muy radicales? Los cambios que has hecho fue por qué te gustaba o por obligación?**
 - Se es posible, hable de su historia o de la familia con la producción de arroz (haciendo destaque de los distintos periodos que se han quedado e los principales cambios que han ocurrido (como se producía en inicio, los cambios e por que ocurrieran);
 - . **Cuales son los órganos, instituciones o movimientos que de alguna forma están “presentes” hoy en tu forma de producción (cooperativa o federación de arroceros)? Por que?**
 - . **Si es miembro de alguna cooperativa/asociación/comunidad de regantes o otra, hable de tu papel, cual es tu participación. Te gustaría ocupar otro “cargo”?**
 - Hable de como ocurre las tomadas de decisiones en estos locales?**
 - . **Recibes ayudas de la PAC o otros? Cual es la importancia de los mismos? Piensa que sin ellos su producción seria viable?**
 - . **Piensas que hay características distintivas en los arroces producidos en la zona próxima de Doñana hoy?**
 - . **Cómo influye la proximidad con el Parque Nacional en la producción arrocera?**
 - Cómo valoran los productores la existencia de Doñana para la economía de la zona?**
 - Como es la relación con la fundación Doñana 21?**
 - . **Qué otras fuentes de económicas que tienen los productores además del arroz?**
 - . **Hable un poco de tus proyectos/sueños a lo largo de la vida para usted y su familia?**
 - Como ha pasado? Fue posible concretizar los mismos o no? Por que?**
 - . **Has necesitado hacer cambios en tuyo proyectos personales o de la familia por la forma de producción exigida?**
 - . **Cuáles son las perspectivas futuras**
 - Usted, su familia, se quedan contentos con la realidad que viven hoy?
 - Y para el fututo que piensas que va a ocurrir? Piensas en hacer alguno cambio?
- Cuáles?

APÊNDICE E – Tabela de Informantes

Informante Número	Atuação
1	Assentada, integrante da cooperativa
2	Assentado, integrante da cooperativa
3	Assentado, integrante da cooperativa
4	Assentado, não integrante da cooperativa
5	Assentado, não integrante da cooperativa
6	Assentado, presidente da cooperativa
7	Assentado, não integrante da cooperativa
8	Assentada, não integrante da cooperativa
9	Assentado, antigo funcionário da fazenda, não integrante da cooperativa
10	Assentado, não integrante da cooperativa
11	Assentado, antigo funcionário da fazenda, não integrante da cooperativa
12	Assentado, não integrante da cooperativa
13	Assentada, não integrante da cooperativa
14	Assentada, integrante da cooperativa
15	Assentada, integrante da cooperativa
16	Assentado, não integrante da cooperativa
17	Técnica contratada COPTec
18	Representante COCEARGS
ESPANHA	
19	Empresário Arrozeiro
20	Produtor, sócio da cooperativa
21	Representante da Cooperativa
22	Produtora, sócia da cooperativa
23	Produtor, sócio e funcionário da cooperativa
24	Produtor, sócio da cooperativa
25	Comerciante, Produtor e sócio da cooperativa
26	Produtor, sócio da cooperativa
27	Produtor, sócio e funcionário da cooperativa
28	Produtor, não-sócio da cooperativa
29	Produtor, sócio da cooperativa
30	Produtor, sócio da cooperativa
31	Produtor, sócio da cooperativa
32	Representante Federação dos Arrozeiros
33	Representante Ayuntamiento Sevilla
Entrevistas realizadas por pesquisadores membros do projeto Capes/DGU, denominado “A indicação geográfica como estratégia de desenvolvimento territorial: a experiência espanhola e brasileira”. Entrevistas realizadas em novembro de 2010.	
34	Responsável pelo setor de qualidade da Arrozúa.
35	Presidente da Federación de Arroceros de Sevilla
36	Representantes empresa Arroces Doñana
37	Representante da Fundación Doñana 21

Fonte: Elaboração da autora

ANEXOS

Anexo A – Matéria veiculada no jornal Diário de Sevilla em 05 de maio 2012.

Diario de Sevilla. Noticias de Sevilla y su Provincia Sevilla Sevilla El dragado del río se enfrenta a más trabas con el nuevo límite de Doña

El dragado del río se enfrenta a más trabas con el nuevo límite de Doñana

Tramos del estuario de Sanlúcar a Trebujena e Isla Mayor entran en la propuesta a la Unesco para triplicar la superficie protegida en 2012. La Junta admite que el espacio protegido de Doñana es un freno al proyecto.

A. S. AMENEIRO | ACTUALIZADO 05.05.2012 - 20:52

10 comentarios

2 votos



Me gusta

12

Twitter

8

COMPARTIR

Con el gobierno aún en funciones y en plena Feria de Abril, la consejería de Medio Ambiente de la Junta de Andalucía abrió la semana pasada el plazo de información pública para proponer a la Unesco que amplíe los límites de la reserva de la Biosfera de Doñana, al este, hasta más allá del estuario Guadalquivir y, al norte, hasta la autovía de Huelva A-49.

El mapa de los nuevos límites de Doñana que la Unesco tendrá sobre la mesa para aprobar a finales de 2012 (calcula la Consejería) incluye el tramo de la desembocadura del río que pasa por los municipios de Sanlúcar de Barrameda a Trebujena, así como el que atraviesa a la altura de Isla Mayor y su entorno, dos zonas que adquieren ahora una protección que antes no tenían.

El espacio actual protegido se triplica de las 77.260 hectáreas actuales hasta más de 268.000, afectando de lleno a zonas del río incluidas en el dragado que proyecta el Puerto de Sevilla para ganar anchura y profundidad al canal de navegación y permitir así la entrada de barcos más grandes. Los datos y documentación de la información pública pueden consultarse en la web de la Consejería de Medio Ambiente (www.juntadeandalucia.es/medioambiente, en la pestaña "participa" ir a "documentos sometidos a información pública"). Hay 21 días de plazo para alegar.

La propuesta cuenta con el aval de todas las entidades gestoras del parque y de los 11 municipios integrados en el nuevo límite. Seis sevillanos: Aznalcázar, Isla Mayor, Pilas, La Puebla del Río, Sanlúcar de Barrameda y Villamanrique de la Condesa. Y cinco onubenses: Almonte, Bollullos del Condado, Bonares, Hinojos y Rociña.

La Junta de Andalucía asegura que no hay intención contraria al dragado en su propuesta de ampliación porque lleva cuatro años trabajando en este proyecto y porque no ha hecho más que cumplir el mandato de la Unesco para las reservas de la biosfera: que tengan una extensión suficiente para incluir la zona de actividades humanas. Pero la realidad es que el Puerto va a tener más difícil llevar a cabo el dragado, o al menos tendrá que justificarlo muy bien económica y ambientalmente. "La ampliación de la Reserva de la Biosfera de Doñana no es un freno al dragado; lo es el espacio protegido de Doñana y la legislación que protege Doñana ya existe y está en vigor. Esto no añade ninguna restricción nueva. La Unesco y Ramsar ya hicieron recomendaciones expresas al dragado", sostienen fuentes de la Consejería de Medio Ambiente.

"Es fortuito que salga a la vez que el proyecto de dragado. Nada tiene que ver ni nada afecta al dragado", recalcan las fuentes, para las que esta medida no añade ni quita nada al dragado que persigue el Puerto porque las recomendaciones sobre esa obra ya están marcadas por el informe de 2010 de la comisión científica y los del verano de 2011 de la Unesco y de Ramsar (convención sobre los humedales de importancia internacional).

Los ecologistas de WWF Felipe Fuentelsaz y Juanjo Carmona, integrantes de los organismos de gestión de Doñana, también creen que el dragado de profundización del río "ya tiene bastantes trabas" con el informe de la comisión científica, aunque por otro lado admiten que cualquier proyecto que tenga un impacto directo en la zona declarada como reserva de la biosfera tendrá que tener el pronunciamiento de la Unesco.

Es más que seguro, según los ecologistas, que la Unesco apruebe esta propuesta de la Junta a finales de 2012 porque está avalada también por los órganos de gestión del parque y los consejos españoles del programa sobre el hombre y la biosfera de la Unesco. Han dado su visto bueno el Consejo de Participación del Espacio Natural de Doñana, el Comité Andaluz de Reservas de la Biosfera (3 de junio de 2011), el Consejo Científico del Comité Español del Programa MaB (sobre el hombre y la biosfera) de la Unesco y el Comité Español de Programa MaB. Tras la información pública se elevará a la Secretaría del Comité MaB (Unesco).



ARTÍCULOS RELACIONADOS

El dilema de la Comisión Europea